



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ÉRICSON DA NÓBREGA TORRES**



**ESPAÇO AGRÁRIO E ASSALARIAMENTO NO NORDESTE: DAS  
CARACTERÍSTICAS GERAIS AO ESTUDO PARTICULAR DAS CONDIÇÕES  
DE TRABALHO E SAÚDE DOS ABACAXIZEIROS DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2020**

ÉRICSON DA NÓBREGA TORRES

ESPAÇO AGRÁRIO E ASSALARIAMENTO NO NORDESTE: DAS  
CARACTERÍSTICAS GERAIS AO ESTUDO PARTICULAR DAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO E SAÚDE DOS ABACAXIZEIROS DA PARAÍBA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Orientação: Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira.

JOÃO PESSOA – PB

2020

T693e Torres, Éricson da Nóbrega.

Espaço agrário e assalariamento no nordeste : das características gerais ao estudo particular das condições de trabalho e saúde dos abacaxizeiros da Paraíba / Éricson da Nóbrega Torres. - João Pessoa, 2020.

350 f. : il.

Orientação: Emília de Rodat Fernandes Moreira.  
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia. 2. Espaço geográfico. 3. Trabalho assalariado - Agricultura nordestina. 4. Saúde do trabalhador. I. Moreira, Emília de Rodat Fernandes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911(043)

ÉRICSON DA NÓBREGA TORRES

ESPAÇO AGRÁRIO E ASSALARIAMENTO NO NORDESTE: DAS  
CARACTERÍSTICAS GERAIS AO ESTUDO PARTICULAR DAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO E SAÚDE DOS ABACAXIZEIROS DA PARAÍBA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

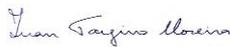
Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Aprovada em: 27/05/2020



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Emília de Rodat Fernandes Moreira**

Orientadora



Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**

Examinador interno



Prof. Dr. **Marco Antônio Mitidiero Júnior**

Examinador interno



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Avani Terezinha Gonçalves Torres**

Examinadora externa



Prof. Dr. **Marcelo Rodrigues Mendonça**

Examinador externo

### **DEDICO**

À **Jaidete da Nóbrega Torres**, minha mãe, referência para tudo que sou. À **Emília Moreira**, minha mais que orientadora, a quem devo todo o meu crescimento acadêmico e profissional. **A classe trabalhadora**, para que juntos, possamos lutar contra toda exploração do trabalho pelo capital e por um mundo mais justo e menos desumano.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao universo, ao mundo espiritual, que diante de um mundo tão cheio de mistérios, ainda que fiz a minha parte, me permitiu chegar até aqui;

A minha mãe e ao meu pai, que já não está mais aqui, que são os principais responsáveis pelos meus valores morais e éticos e pelos esforços que fizeram para me manterem fora de casa durante o ensino médio e a graduação. Amo vocês;

A todas as minhas tias, em especial a tia Janse e a tia Janete, que me ajudaram bastante ao longo de minha vida de estudante, sobretudo, lá por volta dos anos de 1997 quando com 15 anos de idade, saí para estudar fora;

As minhas irmãs Silse e Nísia, que me deram a oportunidade de sair de casa e ir estudar fora, bancando os meus estudos;

A minha orientadora, faltam palavras nesta hora. Além de educadora comprometida com o crescimento dos alunos e de uma maneira geral, com os problemas sociais, engajada na luta cotidiana por uma sociedade mais justa, igualitária e menos desumana, pela disponibilidade de tempo e empenho com este trabalho, a qual foi para mim mais que uma educadora e amiga. *O que dizer de uma pessoa que se torna para você uma segunda mãe?* Bem, qualquer palavra que eu vier a comentar aqui seria insignificante diante de tanta generosidade que a mesma teve comigo durante os anos de trabalho em conjunto que já somam cerca de 11 anos e 17 de convivência. Onde quer que eu esteja sempre estarei espalhando a efusiva admiração que tenho por essa mulher batalhadora, humilde, inteligente, generosa, enfim, um exemplo de vida que o universo me deu a oportunidade de conhecer, a quem devo todo o meu crescimento acadêmico e profissional;

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia que contribuíram com a minha formação;

Aos Professores Dr. Marco Antônio Mitidiero, Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, Dra. Avani Terezinha Gonçalves Torres e Dr. Ivan Targino Moreira por aceitarem participar da banca examinadora e por contribuírem com seus conhecimentos e sugestões com o objetivo de qualificar a tese;

Aos amigos e amigas, que ao longo desses 5 anos de caminhada no doutorado, se tornaram grandes companheiros de trabalho como: Maria Messias, Mônica Macêdo, Jorge Flávio, Eduardo, Ana Neris, Araçá, Fábio;

Em meio a tantos lugares que rodei pelo espaço agrário da zona da mata paraibana também tive o prazer de conhecer pessoas muito generosas e que a partir do contato com algumas delas, tenho a certeza que a amizade será eterna. Não poderia deixar de agradecer aqui ao grande amigo que conheci em Mamanguape, Antônio, que me acolheu na sua casa como se fôssemos pessoas que já nos conhecíamos de outros tempos. O apoio dele foi de suma importância para a execução do trabalho de campo; sua casa virou minha segunda casa por um tempo; Muito obrigado querido amigo;

Ao amigo Elton Oliveira, que também me ajudou bastante nos trabalhos de campo, quando também fiz da sua casa, uma quase pousada;

Ao companheiro Romeu, que diante de tantas crises de ansiedade, sempre me deu forças e apoio além de paciência;

Aos funcionários do Departamento, como Dida-Biblioteca Setorial, hoje aposentada e a sempre atenciosa Sônia, funcionária da coordenação da pós-graduação a quem sempre nos atendeu com muita paciência;

Gostaria de agradecer ao Auditor Fiscal do Trabalho, Dr. José Ribamar Rodrigues Gomes, representante do Ministério do Trabalho através da antiga Delegacia Regional do Trabalho. Ao tomar conhecimento da minha pesquisa, o senhor Ribamar abriu muito espaço para que eu pudesse participar de reuniões na Delegacia do Trabalho e também em usinas e empresas, onde pude presenciar as negociações entre patrões e empregados com a presença dos fiscais do Trabalho, órgão, hoje em dia, tão atacado pelo governo Federal. A partir desse contato fui convidado pela DRT a palestrar sobre a minha temática, divulgando assim, a minha pesquisa. Queria parabenizá-lo pelo engajamento social na luta contra a exploração a que estão submetidos milhares de trabalhadores seja no campo seja na cidade através das fiscalizações. De fato, na antiga DRT e sob o comando de Dr. Ribamar, vi um órgão e um cidadão comprometidos com a justiça social na luta contra a exploração capitalista do trabalho.

Ao Senhor João Lau, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Sapé e atualmente secretário dos trabalhadores assalariados rurais da Paraíba, o qual me cedeu muitas informações e também permitiu que eu o acompanhasse em campo em uma das suas fiscalizações;

A dona Nini, presidente do Sindicato de Itapororoca. Sempre muito atenciosa comigo e sempre disponível para me atender e passar informações;

Aos abacaxizeiros, por me cederem informações de suas condições de vida, saúde e de trabalho. Esses sim, são os verdadeiros heróis esquecidos do setor fruticultor

deste país, que labutam no campo diariamente seja debaixo de sol ou de chuva mas que são esquecidos aos olhos da sociedade e da grande mídia;

A Afrânio, colega que conheci em Araçagi e me ajudou bastante no contato com os trabalhadores;

Ao trabalhador e chefe de turma José (mais conhecido como cachorrinho em Itapororoca). Ele quem de fato abriu as portas para que eu acompanhasse a jornada de trabalho dos trabalhadores;

Aos meus amigos Haryssom e Ednaldo que dividem moradia comigo e sempre me ajudaram concertando o computador quando ele dava problemas; e também como quase psicólogos para escutarem os meus desabafos no dia a dia;

Não podia deixar de agradecer aos governos que estiveram a frente da nação entre 2002 e 2016, pois foi através deles, que o incentivo a pesquisa e o investimento em educação pública neste país foi priorizado e foi nesse tempo que o filho da empregada doméstica e o do porteiro (como eu) chegamos a ser DOUTOR. É mais um doutor vindo dos filhos de porteiros que o Guedes, o Bozo e Weintraub vão ter que engolir.

**A TODOS O MEU, MUITO OBRIGADO**

## RESUMO

O avanço do capital sobre a agropecuária do Nordeste tem proporcionado inúmeras modificações na dinâmica socioespacial da região, cuja expressão nos territórios se revela em mudanças que alteram a organização do espaço agrário com repercussões na dinâmica geográfica do trabalho. Essas transformações, impulsionadas pela mobilidade do capital no campo, traz um grande desafio para uma leitura geográfica crítica do espaço que nos permita compreender as complexidades/contradições das relações capitalistas de produção na agropecuária nordestina e seus rebatimentos sobre as relações de trabalho no campo. O objetivo do trabalho é analisar a evolução, a espacialização e as características do trabalho assalariado na agropecuária nordestina entre 1996 e 2006 tendo como foco central de observação o estado da Paraíba e como estudo de caso o trabalho assalariado na atividade abacaxizeira presente na Zona da Mata Paraibana. A hipótese central que orienta esta pesquisa é a de que o avanço do capital sobre o espaço agrário nordestino/paraibano promoveu a expansão do trabalho assalariado rural e que essa relação de trabalho além de heterogênea se distribui de forma diferenciada segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, as subunidades espaciais, o sexo, a idade e o tipo de atividade agrícola além de estar submetida a um forte processo de exploração e de precarização que tem rebatimentos profundos sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores. Como percurso metodológico trabalhou-se com a revisão de literatura, o levantamento e o processamento de dados secundários e o trabalho de campo. Este compreendeu: a) a realização de entrevistas com pequenos e grandes produtores de abacaxi; com representantes da classe patronal; dos sindicatos dos trabalhadores rurais; com secretários municipais de agricultura e com representantes do Ministério do Trabalho b) a aplicação de 90 questionários junto aos trabalhadores assalariados na atividade abacaxizeira com o objetivo de analisar suas condições de vida, trabalho e saúde. Constatou-se que no auge da expansão capitalista no campo, isto é, entre 1970-1980, houve de fato uma grande expansão do trabalho assalariado, todavia, depois o que se comprovou foi o recuo do mesmo se levarmos em consideração as quatro últimas décadas, ainda que, no foco do período estudado nesta pesquisa (1995-2006), teve-se um leve avanço. Entretanto a tendência do trabalho assalariado no campo nordestino e paraibano foi a de retração, particularmente nas grandes unidades de produção, possivelmente devido ao processo de mecanização que substituiu a mão-de-obra e como efeito desta substituição, ele cresce nas unidades de produções familiares. No que tange o trabalho assalariado feminino e infantil ambos reduziram-se. O

primeiro, pelo fato das empresas exigirem uma mão-de-obra que possua mais força física para garantir maiores taxas de lucro; e o segundo motivado pelas denúncias e fiscalizações dos órgãos competentes que combatem o trabalho infantil. Por fim, o que dá homogeneidade a toda categoria de assalariado rural é a exploração a que estão submetidos os trabalhadores sob a predominância do modo de produção capitalista expansionista, incontrolável e devastador da natureza e das condições de vida, trabalho e saúde da população rural.

Palavras-chave: Espaço. Trabalho. Saúde.

## **ABSTRACT**

The advance of capital over agriculture in the Northeast has provided countless changes in the socio-spatial dynamics of the region, whose expression in the territories is revealed in changes that alter the organization of the agrarian space with repercussions on the geographical dynamics of work. These transformations, driven by the mobility of capital in the countryside, bring a great challenge to a critical geographic reading of the space that allows us to understand the complexities/contradictions of capitalist relations of production in northeastern agriculture and its repercussions on labor relations in the countryside. The aim of the work is to analyze the evolution, spatialization and characteristics of salaried work in northeastern agriculture between 1996 and 2006, with the state of Paraíba as the central focus of observation and as a case study the salaried work in pineapple activity. Emphasis was placed on workers' living, working and health conditions. The central hypothesis that guides this research is the advance of capital over the northeastern/from Paraíba agrarian space promoted the expansion of rural wage labor and that this work relationship, besides being heterogeneous, is distributed differently according to the size of agricultural establishments, the spatial subunits, sex, age and type of agricultural activity, in addition to being subjected to a strong process of exploitation and precariousness that has profound repercussions on the conditions of life and health of workers. As a methodological path, we worked with the literature review, the survey and processing of secondary data and fieldwork. This comprised: a) interviews with small and large pineapple producers; with employers' representatives; rural workers' unions; with municipal agriculture secretaries and with representatives of the Ministry of Labor; b) the application of 90 questionnaires to salaried workers in the pineapple activity in order to analyze their living, working and health conditions. It was found that at the height of the capitalist expansion in the countryside, that is, between 1970-1980, there was in fact a great expansion of wage labor, however, afterwards what was proven was the retreat of the same if we take into account the last four decades, although, the focus of the period studied in this work (1995-2006), there was a slight advance. However, the tendency of wage labor in the northeastern and paraiban fields was towards retraction, particularly in large production units, possibly due to the substitution effect, it grows in units of family production. Regarding female and child wage labor, both have been drastically reduced. The first, because companies demand a labor force that has more physical strength to guarantee higher rates of profit; and the

second motivated by the complaints and inspections of competent agencies that fight child labor. Finally, what gives homogeneity to every category of rural wage earner is the exploitation to which workers are subjected under the predominance of the expansionist, uncontrollable and devastating capitalist mode of production and the nature, conditions of life, work and health of the rural population.

Keywords: Space. Work. Health.

## RESUMEN

El avance del capital sobre la agropecuaria del Nordeste ha proporcionado innumerables modificaciones en la dinámica socioespacial de la región cuya expresión en los territorios se revela en cambios que alteran la organización del espacio agrario que repercute en la dinámica geográfica del trabajo. Esas transformaciones, impulsadas por la movilidad del capital en el campo, conlleva un gran desafío para una lectura geográfica crítica del espacio que nos permite comprender las complejidades/contradicciones de las relaciones capitalistas de producción en la agropecuaria nordestina y sus efectos sobre las relaciones laborales en el campo. Este estudio tiene por objetivo analizar la evolución, la espacialización y las características del trabajo asalariado en la agropecuaria nordestina a la luz de la dinámica asumida por el capital en el espacio agrario entre 1996 y 2006, teniendo como foco central de observación la provincia de *Paraíba* y como estudio de caso el trabajo asalariado en el cultivo de piña, ejecutado en la *Zona da Mata Paraibana*. La hipótesis central que orienta este estudio es la de que el avance del capital sobre el espacio agrario nordestino/paraibano ha promocionado la expansión del trabajo asalariado rural y que esta relación, además de heterogénea, se reparte de forma diferenciada según el tamaño de los establecimientos agrícolas, las subunidades espaciales, el sexo, la edad y el tipo de actividad campesina. Asimismo, se encuentra bajo fuerte proceso de explotación y precarización que genera impactos profundos en las condiciones de vida y salud de los trabajadores. Como itinerario teórico metodológico, se ha revisado la literatura, se ha levantado y procesado datos secundarios y se ha realizado el trabajo de campo, en donde se pudo realizar entrevistas con pequeños y grandes productores de piña, así como representantes de la clase patronal, de los sindicatos de los trabajadores rurales, de las secretarías municipales de agricultura y representantes del Ministerio del Trabajo. Una vez que el foco de la investigación son los trabajadores rurales, fueron aplicados 90 cuestionarios a 90 de estos trabajadores asalariados que trabajan en el cultivo y cosecha de la piña, con el objetivo de analizar sus condiciones de vida trabajo y salud. Se constató que, en el apogeo de la expansión capitalista en el campo, es decir, entre 1970-1980, de hecho, hubo un gran desarrollo del trabajo asalariado. Sin embargo, lo que se demostró después fue la retirada de este, si tenemos en cuenta las últimas cuatro décadas, aunque, en el foco del período estudiado, en esta investigación (1995-2006),

hubo un ligero avance. No obstante, la tendencia del trabajo asalariado en los campos del Nordeste y Paraíba fue de retracción, particularmente en las grandes unidades de producción, posiblemente debido al proceso de mecanización que reemplaza el trabajo manual y, como efecto de esta sustitución, este trabajo crece en las unidades de producción familiar. En cuanto al trabajo asalariado femenino e infantil, ambos se redujeron. El primero, porque las empresas demandan una fuerza laboral que tenga más potencia física para garantizar mayores tasas de ganancia; y el segundo, motivado por las quejas e inspecciones de los organismos competentes que luchan contra el trabajo infantil. Finalmente, lo que imprime homogeneidad a cada categoría de asalariados rurales es la explotación a la que están sometidos los trabajadores bajo el predominio del modo de naturaleza capitalista expansionista, incontrolable, devastador y las condiciones de vida, trabajo y salud de la población rural

Palabras clave: Espacio. Trabajo. Salud.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inflorescência e infrutescência do abacaxi .....	208
Figura 2 – Abacaxi - Etapas do processo produtivo: preparação do terreno, plantio, tratos culturais e colheita.....	225
Figura 3 – Abacaxi - Etapas do processo produtivo: preparação do terreno, plantio, tratos culturais e colheita.....	225

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cana e abacaxi partilhando o espaço agrário na Zona da Mata Paraibana .....	203
Fotografia 2 – Sistema de packing house adotado pela Frutas Doce Mel .....	227
Fotografia 3 – Frota de caminhões para o transporte do abacaxi .....	227
Fotografia 4 – Abacaxi Tipo Gold.....	229
Fotografia 5 – Abacaxi Tipo Pérola.....	229
Fotografia 6 – Máquina de pulverizar da empresa Frutas Doce Mel.....	231
Fotografia 7 – Máquina de adubar e plantar abacaxi.....	231
Fotografia 8 – Máquina de irrigação.....	231
Fotografia 9 – Chuveiro de emergência .....	232
Fotografia 10 – Protetor solar para uso do trabalhador.....	232
Fotografia 11 – Local de alimentação e descanso dos trabalhadores .....	233
Fotografia 12 – Reunião na Usina Miriri com os produtores de abacaxi .....	242
Fotografia 13 – Vista parcial externa e interna do STR de Itapororoca .....	248
Fotografia 14 – Vista parcial externa e interna do STR de Itapororoca .....	248
Fotografia 15 – Consultório odontológico do STR de Itapororoca .....	248
Fotografia 16 – Consultório odontológico do STR de Itapororoca .....	249
Fotografia 17 – Vista externa e interna do STR de Pedras de Fogo.....	250
Fotografia 18 – Vista externa e interna do STR de Pedras de Fogo .....	251
Fotografia 19 – Vista interna do STR de Santa Rita.....	252
Fotografia 20 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité de Mamanguape-PB....	252
Fotografia 21 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi – PB.....	254
Fotografia 22 – Entrevista com o Presidente do STR de Sapé e Secretário dos Assalariados da FETAG.....	256
Fotografia 23 – Entrevista com Presidente do STR de Mamanguape .....	259

Fotografia 24 – Entrevista com Presidente do STR de Mamanguape .....	259
Fotografia 25 – Jumento com recipientes de agrotóxicos cheios de água .....	261
Fotografia 26 – Recipientes de agrotóxicos sendo reutilizados .....	262
Fotografia 27 – Trabalhadores no plantio do abacaxi sem EPI completos .....	263
Fotografia 28 – Trabalhador aplicando agrotóxico com a bomba costal destampada..	263
Fotografia 29 – Sindicalistas esclarecendo os perigos a que estão submetidos os trabalhadores na aplicação de agrotóxicos .....	264
Fotografia 30 – Flagrante: tonéis de veneno vazios à beira de lago .....	265
Fotografia 31 – Trabalhadores esperando o transporte para irem ao trabalho nos campos de abacaxi .....	279
Fotografia 32 – Trabalhadores indo para o trabalho de moto própria conduzindo ferramentas e alimentos.....	280
Fotografia 33 – Trabalhadores tomando café da manhã antes do trabalho.....	281
Fotografia 34 – Trabalhador se preparando para adubar, abrindo os sacos de fertilizante .....	282
Fotografia 35 – Trabalhadores aplicando o adubo no abacaxi .....	282
Fotografia 36 – Uso dos instrumentos de trabalho utilizados na aplicação do adubo ..	283
Fotografia 37 – Instrumentos de trabalho: a “catimba” e o fundo de garrafão de água	283
Fotografia 38 – Trabalhadores do abacaxi em momento de lazer .....	284
Fotografia 39 – Trabalhadores na carroceria do caminhão que os conduz ao campo ..	285
Fotografia 40 – Trabalhadores em cima dos sacos de fertilizantes .....	286
Fotografia 41 – Caixa de água utilizada no preparo do fertilizante.....	286
Fotografia 42 – Tipo de fertilizante usado na cultura do abacaxi .....	287
Fotografia 43 – Tipo de fertilizante usado na cultura do abacaxi .....	287
Fotografia 44 – Carro pipa enchendo as caixas com água da barragem de Itapororoca .....	287
Fotografia 45 – Trabalhadores se vestindo e preparando os instrumentos de trabalho	288
Fotografia 46 – Processo de preparação do fertilizante (mistura da água com o foliar) .....	289
Fotografia 47 – Trabalhador enchendo sua bomba costal com fertilizante.....	289
Fotografia 48 – Trabalhador a caminho do campo de abacaxi carregando sua bomba costal com fertilizante .....	290
Fotografia 49 – Trabalhadores aplicando o fertilizante .....	290
Fotografia 50 – Campo de abacaxi logo após o processo de adubação .....	291

Fotografia 51 – Trabalhadores lavando as bombas no rio Mamanguape e tomando banho .....	291
Fotografia 52 – Trabalhador descarregando saco de fertilizante.....	292
Fotografia 53 – Caminhões chegando do campo com os trabalhadores .....	292
Fotografia 54 – Caminhão carregado de abacaxi chegando em Itapororoca para deixar trabalhadores.....	292
Fotografia 55 – Restos e melão de abacaxi na carroceria de caminhão que transporta os trabalhadores.....	294
Fotografia 56 – Os quebradores enchendo os balaies com abacaxi .....	294
Fotografia 57 – O balaieiro descarregando o abacaxi no caminhão .....	295
Fotografia 58 – Transporte dos trabalhadores sobre caminhão carregado com abacaxi .....	296

#### **LISTA DE FLUXOGRAMAS**

Fluxograma 1 – Processo produtivo do abacaxi no agronegócio .....	297
Fluxograma 2 – Processo produtivo do abacaxi na pequena, média e grande propriedade .....	298

#### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Região Nordeste: Percentual do trabalho assalariado em relação ao pessoal ocupado na agropecuária 2006 .....	131
Gráfico 2 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados na agropecuária segundo a categoria – 2006 .....	132
Gráfico 3 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados segundo as atividades agropecuárias e a produção florestal – 2006.....	132
Gráfico 4 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados nos estabelecimentos agrícolas, segundo a condição do produtor – 2006 .....	133
Gráfico 5 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos rurais (ha) – 2006 .....	134
Gráfico 6 – Região Nordeste: Percentual do trabalho assalariado feminino no total de assalariados na agropecuária - 2006 .....	138
Gráfico 7 – Percentual do trabalho assalariado rural segundo os estados nordestinos - 2006.....	154

Gráfico 8 – Percentual do trabalho assalariado temporário rural segundo os estados nordestinos - 2006.....	155
Gráfico 9 – Percentual do trabalho assalariado permanente rural segundo os estados nordestinos – 2006.....	156
Gráfico 10 – Percentual do trabalho assalariado infantil rural segundo os estados nordestinos – 2006.....	156
Gráfico 11 – Percentual do trabalho assalariado feminino rural segundo os estados nordestinos - 2006.....	157
Gráfico 12 – Estado da Paraíba: Porcentagem do trabalho assalariado rural em relação ao pessoal ocupado na agricultura - 2006 .....	168
Gráfico 13 – Estado da Paraíba: Percentual dos trabalhadores assalariados rurais segundo a categoria.....	172
Gráfico 14 – Estado da Paraíba: Percentual da utilização do trabalho assalariado segundo o tipo de atividade - 2006 .....	172
Gráfico 15 – Estado da Paraíba: Percentual da distribuição dos empregados assalariados por tipo de estabelecimento segundo o produtor - 2006 .....	173
Gráfico 16 – Estado da Paraíba: Pessoal ocupado na agricultura segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2006 .....	174
Gráfico 17 – Estado da Paraíba: Empregados assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2006 .....	174
Gráfico 18 – Estado da Paraíba: Percentual das crianças ocupadas na agropecuária em relação ao total do pessoal ocupado - 2006.....	176
Gráfico 19 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado na agropecuária, segundo o gênero - 2006 .....	176
Gráfico 20 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado segundo as Mesorregiões - 2006 .....	177
Gráfico 21 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado temporário segundo as Mesorregiões - 2006 .....	179
Gráfico 22 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado permanente na agropecuária segundo as mesorregiões - 2006 .....	181
Gráfico 23 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado feminino segundo as mesorregiões - 2006.....	184
Gráfico 24 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado infantil segundo as Mesorregiões - 2006 .....	187

Gráfico 25 – Produção e área cultivada com abacaxi em nível mundial – 2008.....	212
Gráfico 26 – Produção e área cultivada com abacaxi no Brasil – 1960 - 2008.....	212
Gráfico 27– Brasil: Área plantada com abacaxi no período de 1990 a 2015 (hectares) .....	215
Gráfico 28 – Brasil: Quantidade produzida de abacaxi no período de 1990 a 2015 (em toneladas).....	216
Gráfico 29 – Paraíba: Área plantada com abacaxi no período de 1990 a 2015 (hectares) .....	219
Gráfico 30 – Paraíba: Quantidade produzida de abacaxi no período de 1990 a 2015 (ton).....	219
Gráfico 31 – Percentual do Nº de trabalhadores assalariados do abacaxi segundo a idade.....	269
Gráfico 32 – Percentual dos trabalhadores assalariados na atividade abacaxizeira com e sem direitos trabalhistas .....	269
Gráfico 33 – Percentual da remuneração individual média mensal dos trabalhadores assalariados do abacaxi (em RS) .....	271
Gráfico 34 – Renda média mensal das famílias dos trabalhadores do abacaxi (em RS) .....	272
Gráfico 35 – Trabalhadores com remuneração mensal inferior e superior ao salário mínimo .....	273
Gráfico 36 – Percentual da escolaridade dos trabalhadores do abacaxi .....	276
Gráfico 37 – Percentual da idade com que os trabalhadores começaram a trabalhar..	276

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Estado da Paraíba: Principais municípios produtores de abacaxi do estado da Paraíba no ano de 2015 .....	44
Mapa 2 – Regiões geográficas do Nordeste .....	81
Mapa 3 – Evolução dos empregos formais na agropecuária nordestina entre 1990 e 2010 .....	114
Mapa 4 – Espacialização da Soja no Cerrado Nordestino-2013 .....	116
Mapa 5 – Áreas de concentração da agricultura capitalista no Nordeste.....	124
Mapa 6 – Configuração espacial do MST no Nordeste .....	125
Mapa 7 – Mesorregiões do Nordeste .....	141

Mapa 8 – Distribuição espacial do trabalho assalariado na agropecuária segundo as mesorregiões por estado no Nordeste - 2006 .....	142
Mapa 9 – Distribuição espacial do trabalho assalariado temporário na agropecuária segundo as mesorregiões por estado do Nordeste - 2006 .....	150
Mapa 10 – Distribuição espacial do trabalho assalariado permanente na agropecuária segundo as mesorregiões por estado do Nordeste - 2006 .....	151
Mapa 11 – Distribuição espacial do trabalho assalariado feminino na agropecuária segundo as mesorregiões por estado no Nordeste - 2006 .....	152
Mapa 12 – Distribuição espacial do trabalho assalariado infantil na agropecuária segundo as mesorregiões por estado do Nordeste - 2006 .....	153
Mapa 13 – Distribuição espacial do trabalho assalariado rural segundo os estados do Nordeste brasileiro em 1995-1996.....	163
Mapa 14 – Distribuição espacial do trabalho assalariado rural segundo os Estados do Nordeste brasileiro em 2006.....	165
Mapa 15 – Evolução do trabalho assalariado rural segundo os Estados do Nordeste brasileiros no período de 1996 a 2006 .....	166
Mapa 16 – Estado da Paraíba: Distribuição dos assalariados rurais no total do pessoal ocupado na agropecuária em 2006.....	170
Mapa 17 – Estado da Paraíba: Total de empregados assalariados na atividade agropecuária em 2006 .....	180
Mapa 18– Estado da Paraíba: Distribuição dos empregos assalariados segundo a categoria na atividade agropecuária em 2006 .....	183
Mapa 19 – Estado da Paraíba: Trabalho assalariado feminino na atividade agropecuária em 2006.....	186
Mapa 20 – Estado da Paraíba: Trabalho infantil assalariado na atividade agropecuária em 2006.....	189
Mapa 21 – Estado da Paraíba: Evolução do trabalho assalariado na atividade agropecuária entre 1995-2006 .....	191
Mapa 22 – Estado da Paraíba: Evolução do assalariado temporário na atividade agropecuária entre 1995-2006 .....	192
Mapa 23 – Estado da Paraíba: Evolução do assalariado permanente na atividade agropecuária entre 1995-2006 .....	193
Mapa 24 – Estado da Paraíba: Evolução do trabalho infantil na atividade agropecuária entre 1995-2006.....	194

Mapa 25 – Estado da Paraíba: Evolução do trabalho feminino na atividade agropecuária entre 1995-2006.....	196
Mapa 26 – Distribuição das usinas e destilarias e dos assentamentos rurais na Zona da Mata Paraibana em 2008.....	206
Mapa 27 – Origem e dispersão do abacaxi pelo mundo .....	211
Mapa 28 – Empresa Frutas Doce Mel - Países para onde exporta e de onde importa frutas.....	228

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Trabalho assalariado rural segundo os Estados do Nordeste em 2006.....	154
Quadro 2 – Estado da Paraíba: Distribuição dos empregados assalariados ocupados na Agricultura Familiar e Não Familiar – 2006.....	175
Quadro 3 – Dinâmica do trabalho assalariado no estado da Paraíba segundo os períodos censitários de 1985, 1995 e 2006.....	195
Quadro 4 – Estado da Paraíba: Dinâmica do trabalho assalariado no período de 1995-2006 segundo as Mesorregiões.....	197
Quadro 5 – Processo de trabalho e fatores de risco à saúde do trabalhador na atividade abacaxizeira.....	298
Quadro 6 – Principais agrotóxicos usados na cultura do abacaxi.....	304

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Nordeste – UF – 1990/2010.....	113
Tabela 2 – Empregados assalariados na agricultura de base familiar e na agricultura não familiar - 2006 .....	135
Tabela 3 – Distribuição das categorias de assalariados rurais segundo os estados nordestinos-2006.....	158
Tabela 4 – Percentual da informalidade dos assalariados rurais segundo os estados nordestinos - 2013.....	159
Tabela 5 – Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários .....	160
Tabela 6 – Percentual do pessoal ocupado na agricultura familiar por estados do Nordeste em 2006 .....	161
Tabela 7 – Evolução do pessoal ocupado e dos assalariados rurais por categoria entre 1996 - 2006.....	161

Tabela 8 – Evolução do Trabalho Assalariado rural segundo os estados nordestinos entre 1996-2006.....	162
Tabela 9 – Países que mais produzem abacaxi em relação à área cultivada, a produção total e a produtividade - 2010.....	213
Tabela 10 – Produção de abacaxi segundo os estados brasileiros - 2016.....	214
Tabela 11 – Quantidade produzida de abacaxi pelos três estados brasileiros maiores produtores (ton) .....	218
Tabela 12 – Paraíba - Produção de abacaxi por tamanho dos estabelecimentos, segundo os municípios maiores produtores - 2006 .....	221
Tabela 13 – Mobilidade do trabalho .....	267
Tabela 14 – Agrotóxicos utilizados no cultivo do abacaxi .....	305

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....</b>	<b>34</b>
2.1 <b>Categorias e conceitos.....</b>	<b>34</b>
2.2 <b>A metodologia de pesquisa.....</b>	<b>36</b>
<b>3 ESPAÇO, TRABALHO E SAÚDE .....</b>	<b>52</b>
3.1 <b>O espaço para a Geografia Crítica.....</b>	<b>53</b>
3.2 <b>A relação entre Geografia e Trabalho.....</b>	<b>54</b>
3.3 <b>A relação entre Geografia e Saúde.....</b>	<b>67</b>
3.3.1 <b>Da Geografia Médica à Geografia da Saúde no Brasil .....</b>	<b>73</b>
3.3.2 <b>A Geografia da Saúde do Trabalhador.....</b>	<b>77</b>
<b>4 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO NORDESTE BRASILEIRO: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RELAÇÕES TRABALHO .....</b>	<b>79</b>
4.1 <b>Produção do espaço agrário nordestino e trabalho assalariado.....</b>	<b>82</b>
4.1.1 <b>Produção do espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata nordestina .</b>	<b>84</b>
4.2 <b>Produção do espaço agrário e trabalho assalariado no Agreste nordestino ..</b>	<b>98</b>
4.3 <b>Produção do espaço agrário e trabalho assalariado no Sertão Nordestino .</b>	<b>107</b>
4.4 <b>Produção do espaço agrário e trabalho assalariado no Meio Norte .....</b>	<b>120</b>
<b>5 CARACTERIZAÇÃO, ESPACIALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO RECENTE DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NO NORDESTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS .....</b>	<b>129</b>
5.1 <b>Nordeste: panorama recente do trabalho assalariado na agropecuária .....</b>	<b>129</b>
5.1.1 <b>Evolução do pessoal ocupado e do trabalho assalariado (1996-2006) no campo nordestino .....</b>	<b>160</b>
<b>6 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E TRABALHO ASSALARIADO NA ZONA DA MATA PARAIBANA.....</b>	<b>168</b>
6.1 <b>Caracterização geral do trabalho assalariado no setor primário paraibano 168</b>	
6.2 <b>Espacialização do trabalho assalariado no setor primário paraibano.....</b>	<b>177</b>
6.3 <b>Evolução do trabalho assalariado no setor primário paraibano entre 1995 e 2006</b>	<b>190</b>
6.4 <b>Espaço, capital e trabalho na Zona da Mata Paraibana .....</b>	<b>199</b>

<b>7</b>	<b>PRODUÇÃO DO ABACAXI, TIPOLOGIA DOS PRODUTORES PARAIBANOS E AÇÃO SINDICAL .....</b>	<b>208</b>
7.1	Origem e espacialização da cultura do abacaxi no mundo e no Brasil .....	208
7.2	A atividade abacaxizeira na Paraíba.....	216
7.3	Tipologia dos produtores de abacaxi da Paraíba.....	225
7.3.1	O agronegócio .....	226
7.3.2	O produtor assentado ou pequeno agricultor capitalista? .....	234
7.4	O produtor grande arrendatário.....	236
7.4.1	O grande proprietário de terra .....	238
7.4.2	Os pequenos produtores de abacaxi.....	240
7.4.3	O Condomínio: uma forma de acabar com a clandestinidade dos trabalhadores do abacaxi?.....	242
7.4.4	A atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais .....	247
7.4.5	Experiência de acompanhamento de uma fiscalização de campo dos STR de Mamanguape e Sapé .....	260
<b>8</b>	<b>PROCESSO DE TRABALHO E RISCOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES DO ABACAXI DA PARAIBA.....</b>	<b>266</b>
8.1	O momento da produção da força-de-trabalho: a expropriação e a mobilidade do trabalho.....	266
8.1.1	A mobilidade espacial da força de trabalho .....	267
8.2	Processo de produção da força de trabalho .....	268
8.2.1	Caracterização da força de trabalho.....	268
8.2.2	Direitos trabalhistas .....	269
8.3	Manutenção/Reprodução da força de trabalho .....	270
8.3.1	A forma de pagamento .....	271
8.3.2	Salário médio mensal individual e renda familiar .....	271
8.3.3	Alimentação e nutrição .....	274
8.3.4	Habitação.....	274
8.3.5	Educação/escolaridade .....	275
8.3.6	Saúde.....	276
8.4	O consumo da força-de-trabalho.....	277
8.4.1	O processo de trabalho na cultura do abacaxi .....	277
8.4.2	A jornada de trabalho.....	278
8.5	Riscos à saúde do trabalhador.....	296

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>309</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>319</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>334</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que, com o fim da escravidão, presente no campo nordestino por basicamente três séculos, relações de trabalho não tipicamente capitalistas tais como o sistema de morada, a parceria, o pequeno arrendamento e o sistema de posse da terra passaram a predominar na agropecuária regional perdurando até a primeira metade do século XX. No Sertão, onde foi menor o emprego do trabalho escravo, destacam-se as relações de parceria e arrendamento associadas as atividades pecuária, algodoeira e policultura alimentar. No Meio Norte, a parceria e o arrendamento também se fizeram presentes na cultura do algodão (sobretudo no Maranhão) e o vaqueiro (espécie de parceiro subordinado pago com a quarta parte da criação do fazendeiro) foi a relação de trabalho que caracterizou a atividade pecuária no Piauí (ANDRADE, 1986). No Agreste, os moradores de condição predominaram na atividade canavieira e também podia-se encontrar alguns poucos trabalhadores contratados nas atividades dos engenhos. Já os parceiros eram mais comuns na atividade algodoeira. Na Zona da Mata<sup>1</sup> desde a implantação dos engenhos, iniciada ainda no século XVI, já era possível identificar algumas categorias de trabalhadores que dependiam de um salário, mesmo que pequeno para viver como os capatazes, os que assumiam atividades técnicas nos engenhos, os capitães do mato e o feitor de campo. (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997). Também existem registros de trabalho assalariado no cultivo do cacau na Zona da Mata Sul no estado da Bahia durante o período colonial (PEREIRA FILHO, 1959).

No fim do século XIX, com a instalação das primeiras usinas de açúcar na Zona da Mata nordestina, e no século XX, com a expansão do número de unidades de produção de açúcar e álcool e a efetivação dos direitos dos trabalhadores preconizados pelo Estatuto do Trabalhador Rural (1963), o trabalho assalariado começou a substituir as tradicionais relações de trabalho na região (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997; TORRES, 2009).

Ligia Sygaud (1979) ao estudar as transformações das relações de trabalho no campo da Zona da Mata pernambucana, do final da década de 1960 até o século XXI,

---

<sup>1</sup> Região que se estende pela costa leste do Nordeste desde o RN até a costa Sul da Bahia e que teve na monocultura da cana seu processo histórico de ocupação, através do sistema de *plantation*.

nos fornece um panorama das transformações ocorridas, permitindo efetuar comparações com processos semelhantes que tiveram lugar em outros estados do Nordeste e até mesmo em outras regiões. Na obra “Os clandestinos do direito” Sigaud (1979) ela faz menção à expulsão dos moradores dos engenhos no início dos anos setenta do século XX, afirmando que os patrões alegavam não poder mais manter a maior parte dos moradores em decorrência dos direitos trabalhistas que tinham de pagar enquanto os trabalhadores e os sindicalistas afirmavam que a causa maior das expulsões era de fato a sonegação dos direitos.

Na mesma obra Sigaud (1979) analisa a destruição gradativa do sistema de moradia na atividade canavieira, os diversos mecanismos utilizados pelos patrões para expulsar os trabalhadores, as formas de resistência e de enfrentamento entre estes e os patrões e o surgimento das “pontas de rua”<sup>2</sup> nas pequenas cidades da região. Ainda discorre sobre as “novas formas de submissão da força de trabalho, faz uma etnografia da relação entre empreiteiros e trabalhadores ‘clandestinos’<sup>3</sup> e descreve as estratégias contra o desemprego durante a entressafra” (LOPES, 2009, p. 2).

No Agreste a cultura do sisal introduzida na primeira metade do século XX utilizou como mão-de-obra quase que exclusivamente o trabalho assalariado clandestino.

A partir de 1964, grandes mudanças tiveram lugar nas relações de trabalho no campo nordestino. Essas mudanças devem-se, em grande parte, à incorporação do progresso técnico propiciado pelo processo de modernização da agricultura efetivado no Brasil pelos governos militares a partir da segunda metade dos anos de 1960. Esse processo subentendeu a subordinação da agricultura às necessidades de acumulação capitalista (MOREIRA; TARGINO, 1997). Ao subordinar-se às leis do lucro a agricultura passa a necessitar de uma mão de obra “livre” que produza mais em menos tempo. Os incentivos fiscais e creditícios das políticas públicas às monoculturas, à fruticultura irrigada voltada para a exportação e à pecuária por sua vez, contribuíram para promover o aumento do valor da terra. Não era, pois, compensador manter os

---

<sup>2</sup> Termo popular para se referir a áreas periféricas de pequenas cidades.

<sup>3</sup> De acordo com Sigaud (1979) trabalho clandestino é a forma de assalariamento dos trabalhadores rurais que não possuem contratos de trabalho formais, ou seja, são empregados por intermediadores sem a carteira assinada. Nos anos de 1970 e 1980 essa foi uma das formas de trabalho mais utilizada pela atividade canavieira do Nordeste.

camponeses e seus sítios nas propriedades. Tem-se como resultado a expropriação/expulsão maciça dos camponeses sem terra, fossem eles moradores, parceiros, arrendatários ou posseiros e a intensificação do crescimento do trabalho assalariado (SIGAUD, 1979; MOREIRA; TARGINO, 1997; TORRES, 2009).

Esse avanço do capital sobre a agropecuária a partir da segunda metade dos anos de 1960 foi acompanhado do recuo da luta camponesa por terra, particularmente das Ligas Camponesas do Nordeste que foram desarticuladas pela repressão da ditadura militar. À exceção do estado da Paraíba em que a Pastoral Rural assumiu a organização dos trabalhadores na luta por terra desde o início dos anos de 1970, só nos anos de 1980, particularmente a partir da sua segunda metade é que se assiste a retomada das ações dos movimentos sociais, sobretudo após a criação do Movimento dos Sem Terra (MST) e da reorganização do movimento sindical rural no Nordeste (MOREIRA, 1997).

As mudanças na organização da produção e do trabalho levadas a termo na agropecuária nordestina entre 1965 e 1985 foram contidas a partir de então. Isso se deve à crise de acumulação vivenciada pelo capital internacional e nacional nos anos 80 do século XX que atingiu o campo brasileiro. Além da crise econômica, assistiu-se a cinco anos consecutivos de seca<sup>4</sup> e a desarticulação da atividade algodoeira devido à praga do bicudo<sup>5</sup>. A crise econômica, a seca e a praga do bicudo comprometeram a saúde financeira do setor primário da economia regional e promoveram a retração de atividades tradicionalmente desenvolvidas no campo a exemplo da canavieira, da pecuária e da algodoeira. Alguns dos efeitos desse novo ciclo do capital são: o desemprego, o agravamento da condição de pobreza da população rural, a intensificação da luta por terra, o avanço da agricultura camponesa em áreas de latifúndios falidos, por conseguinte, tornados improdutivos e a substituição de parcela dos trabalhadores expulsos por trabalhadores assalariados sazonais (MOREIRA; TARGINO, 2011).

A partir da década de 90 do século XX e, sobretudo, na primeira década do século XXI, o capitalismo na sua busca incessante por lucro para garantir sua reprodução se

---

<sup>4</sup> Maior seca do século XX que ocorreu no período de 1979 a 1983.

<sup>5</sup> O besouro bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é a praga-chave da cotonicultura mundial. Essa praga teve sua primeira ocorrência no Texas, EUA, em 1892. Em 1949 foi encontrado na Venezuela e, em 1950, na Colômbia. No Brasil, foi registrada pela primeira vez em fevereiro de 1983, nas regiões produtoras de algodão em Sorocaba e Campinas, no estado de São Paulo. Em julho do mesmo ano, já atingia a região Nordeste, mais precisamente o município de Ingá, no Estado da Paraíba (GRIGOLI, 2013).

reestrutura com o apoio do Estado e dos grandes agentes econômicos privados e passa a expandir seus domínios sobre novos espaços/territórios historicamente considerados de pouca importância para a agricultura. Destaca-se na região Nordeste, o avanço do agronegócio pelas áreas de domínio dos biomas Caatinga e Cerrado<sup>6</sup>.

A região nordestina que foi compreendida durante séculos seja pelo senso comum seja pelo pensamento conservador dominante, como um espaço naturalmente e culturalmente uniforme, símbolo da pobreza, da seca e das grandes taxas de emigração, a partir da segunda metade do século XX e no início do século XXI tem estado no centro do furacão “capital” que se “forma” em outras regiões e se desloca com o nome de agronegócio. Por onde passa, trás consigo seus “vagalhões” que deixam rastros de destruição, quer na paisagem natural, quer na social.

Esse novo momento vivenciado pela modernização da agricultura nordestina iniciado na segunda metade do século XX caracteriza-se por uma maior espacialização e territorialização da produção de novas *commodities* e pela busca constante de redução de custos na utilização da força de trabalho.

O agronegócio surge fortemente vinculado aos interesses das classes e grupos dominantes e como expressão de um momento do processo de construção da hegemonia e da renovação dos espaços de poder e de dominação. O discurso do Estado e dos grandes conglomerados responsáveis pela expansão da agricultura capitalista no Brasil se fundamenta na ideia de que esta promove o aumento da produção de alimentos, o crescimento da oferta de emprego, propiciando assim melhorias nas condições de vida da população trabalhadora. Tal discurso ganha espaço até mesmo nas propagandas veiculadas pela mídia como a que usa o *slogan* “AGRO É TEC, AGRO É POP, AGRO É TUDO”.

O discurso e a propaganda camuflam as verdadeiras implicações da expansão desse tipo de agricultura para o emprego e as condições de vida e trabalho do trabalhador rural. Isto porque se a expansão do capitalismo no campo é sinônimo de modernização das forças produtivas, expressa através do avanço das técnicas de plantio,

---

6 A expansão da soja no Cerrado nordestino é observada no estado da Bahia, nos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras; no estado do Maranhão, no município de Balsas e no estado do Piauí no município de Uruçuí. Cf. VALENTE, J. A expansão do cultivo de soja nos cerrados do Nordeste. In: Agência Prodetec. Disponível em: <https://www.agenciaprodetec.com.br/>. No semiárido nordestino destaca-se a produção frutícola irrigada (ELIAS; PEQUENO, 2007).

do uso de sementes geneticamente modificadas, do uso intensivo de tecnologias químicas, mecânicas, biogenéticas e informacionais ela também é poupadora de mão de obra uma vez que grande parte desta é substituída por tais tecnologias. Longe de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, o que se constata é: a intensificação do processo de expulsão de camponeses com acesso precário à terra; a transformação de parcela desses expulsos em assalariados temporários; a superexploração do trabalho que se realiza tanto por intermédio da ampliação da jornada de trabalho ou do aumento do ritmo de trabalho através do estabelecimento de metas de produção como pela precariedade de infraestrutura para a alimentação dos trabalhadores, pela precariedade dos transportes e ainda pela ocorrência de ambientes de opressão, de assédio moral e de riscos para a saúde dos trabalhadores.

Os empregos formais criados, embora representem um aparente avanço em relação a maior cobertura social do Estado via garantia de direitos trabalhistas, não livra os trabalhadores das condições mencionadas.

Desse modo, o avanço do capital sobre a agropecuária do Nordeste tem proporcionado inúmeras modificações na dinâmica socioespacial, cuja expressão nos territórios se revela em mudanças que alteram a organização do espaço agrário com repercussões na dinâmica geográfica do trabalho. Essas transformações, impulsionadas pela mobilidade do capital no campo, traz um grande desafio para uma leitura geográfica crítica do espaço que nos permita compreender as complexidades/contradições das relações capitalistas de produção na agropecuária nordestina.

Apreendemos com base no exposto que o desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário nordestino, do mesmo modo que no conjunto do país ocorreu segundo o que Oliveira (1996) denomina de territorialização do capital. Nesse processo “o capital se territorializa no campo e expropria os camponeses dos seus meios de produção, transformando-os em trabalhadores assalariados” (CORREIA, 2008, p.68).

Para Oliveira (2005), porém outro processo, que ele denomina de “monopolização do território pelo capital” também está na base do desenvolvimento capitalista do campo. Nesse caso, “o capital monopoliza o território sem, entretanto territorializar-se” (OLIVEIRA, 2005, p. 478-479). Isto é, “ele cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas e ao mesmo tempo possibilita a recriação dos mesmos de forma subordinada à sua lógica de

funcionamento. (CORREIA, 2018, p. 173). Nesse processo a agricultura camponesa transforma-se numa pequena produção parceira subordinada ao agronegócio que, no mais das vezes, utiliza-se unicamente da mão-de obra assalariada temporária.

Este quadro se reproduz na Paraíba, estado nordestino selecionado para a realização de um estudo mais aprofundado do trabalho assalariado na agropecuária no período de 1996-2006.

A hipótese central que orienta esta tese é a de que o avanço do capital sobre o espaço agrário nordestino/paraibano promoveu a expansão do trabalho assalariado rural e que essa relação de trabalho além de heterogênea se distribui de forma diferenciada segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, as subunidades espaciais, o sexo, a idade e o tipo de atividade agrícola além de estar submetida a um forte processo de exploração e de precarização que tem rebatimentos profundos sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores.

O objetivo geral da tese é analisar a evolução, a espacialização e as características do trabalho assalariado na agropecuária nordestina à luz da dinâmica assumida pelo capital no seu espaço agrário entre 1996 e 2006 tendo como foco central de observação o estado da Paraíba e como estudo de caso o trabalho assalariado na atividade abacaxizeira levada a efeito na Zona da Mata Paraibana.

São objetivos específicos da Tese: a) Tecer a discussão teórica da tríade Espaço, Trabalho e Saúde; b) Resgatar o processo histórico de ocupação do Espaço Agrário do Nordeste e da Paraíba segundo as suas Mesorregiões, dando ênfase a organização da produção e do trabalho; c) Enfatizar as características, a evolução e a espacialização do trabalho assalariado no campo nordestino/paraibano entre 1995/96 e 2006; d) Ressaltar as características da produção de abacaxi na Zona da Mata Paraibana, os tipos de produtores, a atuação sindicalista e do Ministério do Trabalho na defesa dos trabalhadores; e) e por fim, destacar as condições de vida, trabalho e saúde dos assalariados rurais empregados na atividade abacaxizeira da Zona da Mata Paraibana.

Nesse quadro atual que caracteriza o espaço agrário nordestino interessa-nos, entre outros, entender qual o lugar do trabalho, particularmente do trabalho assalariado. Para tanto partimos inicialmente da seguinte questão: o que é um trabalhador assalariado?

Marx já enfatizava em 1849, que o assalariado é aquele que vende sua força-de-trabalho ao capitalista em troca do dinheiro. Fazendo um paralelo com o operário Marx afirma que:

O capitalista compra essa força de trabalho por um dia, uma semana, um mês, etc. E depois de a ter comprado, utiliza-a fazendo trabalhar os operários durante o tempo estipulado. Com essa mesma quantia com que o capitalista lhes comprou a força de trabalho, os dois marcos, por exemplo, poderia ele ter comprado duas libras de açúcar ou uma certa quantidade de qualquer outra mercadoria. Os dois marcos com que ele compraria as duas libras de açúcar são o preço dessas duas libras de açúcar. Os dois marcos com que comprou doze horas de utilização da força de trabalho são o preço do trabalho de doze horas de trabalho. A força de trabalho é, portanto uma mercadoria, nem mais nem menos como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança (MARX; ENGELS, 2006, p. 35).

No caso da agricultura a força de trabalho é uma mercadoria que o seu proprietário, o trabalhador rural assalariado, vende à burguesia agrária, também conhecida por suas frações de classe como ruralistas, patronato rural, agroindustriais, empresários rurais, grandes produtores rurais, latifundiários, elite agrária, grandes proprietários de terras, usineiros, pecuaristas, para poder garantir sua sobrevivência e a da sua família (BARROS, 2018). Em outras palavras, como diz Marx (2006), a força de trabalho em ação é a própria atividade vital do trabalhador é “a própria manifestação da sua vida” (MARX, 2006, p.39).

No que tange ao assalariamento na produção de abacaxi da Zona da Mata Paraibana objeto da pesquisa empírica, a hipótese levantada com base na pesquisa exploratória inicialmente realizada é a de que a maioria dos trabalhadores são clandestinos, estão submetidos a condições de trabalho altamente precarizadas e transitam em diferentes unidades de produção (pequenas, médias e grandes, de caráter familiar ou empresa rural).

No que se refere à escolha do tema “espaço agrário e trabalho assalariado no campo” como objeto de estudo desta tese ela se deve ao interesse que temos em dar continuidade e aprofundar os estudos por nós efetuados, tanto no âmbito das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudo Sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC) do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba/CNPq, como na

esfera do processo de produção da pesquisa de conclusão do curso de graduação em Geografia e da nossa Dissertação de Mestrado<sup>7</sup> concluída em 2009.

Consideramos que o tema de tese tem importância para a Geografia Agrária em especial para a Geografia Agrária do Nordeste e da Paraíba, uma vez que essa área do conhecimento geográfico tem se preocupado pouco em estudar o trabalho assalariado e a dimensão por ele assumida no processo de produção/(re)produção do espaço agrário<sup>8</sup>, bem como em analisar sua evolução temporal, sua espacialização, suas formas de organização política e as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores

Acreditamos também que os dados e informações levantados e analisados poderão servir de suporte para o processo de discussão sobre as contradições inerentes ao trabalho assalariado rural na região Nordeste e no estado da Paraíba em particular junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ao Ministério do Trabalho e aos movimentos sociais. Esperamos ainda contribuir com os formuladores de políticas públicas e de programas e ações para esse importante segmento do mercado de trabalho agrícola.

Levamos em consideração as palavras de Brandão (1984), quando, se referindo à pesquisa, enfatiza que a ciência tem um compromisso e quem a põe em prática, mais do que conhecer para explicar, deve compreender para servir.

---

<sup>7</sup> Na Dissertação de Mestrado a pesquisa pautou-se sobre o trabalho assalariado na Zona da Mata Paraibana, com ênfase na atividade canavieira.

<sup>8</sup> Exceção feita a estudos de caso específicos como na região do Paranapanema em São Paulo desenvolvido pelo CEGET/UNESP/PP e na Zona da Mata e no Sertão Paraibanos desenvolvido pelo GETEC/UFPB.

## **2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

No que se refere ao percurso teórico metodológico da pesquisa de tese, optamos por trabalhar com o método do materialismo histórico dialético de interpretação, fundado por Karl Marx. A dialética materialista de Marx acredita que os homens transformam o mundo constantemente e sofrem os efeitos dessa transformação. Leva em conta as mudanças dentro de uma visão de totalidade e de contradição, bem como a transformação perene de todas as coisas.

Para Marx (1985), a natureza é material e dado primário e a consciência, as ideias, as sensações, são apenas reflexos do mundo. O método dialético serve para melhor entender os fenômenos que ocorrem na sociedade ao estabelecer a relação dialética de transformação homem-natureza-homem. Ele permite ao pesquisador penetrar na essência do fenômeno estudado, não ficando apenas na sua aparência, exige um espírito crítico de observação, que, segundo Konder (1998), nos incita a rever o passado à luz do que acontece no presente e a questionar esse presente em nome do futuro.

Em resumo, trabalhar com a dialética na Geografia é buscar uma visão de conjunto, de totalidade, que permite ao pesquisador descobrir a estrutura significativa da dinâmica espacial, saber quais são as contradições existentes na organização do espaço, ir para além da visão imediata, para aos poucos poder descobrir e descortinar a essência do objeto pesquisado.

### **2.1 Categorias e conceitos**

No que tange às categorias de análise utilizadas destacamos as que foram priorizadas por sua articulação com o método: espaço, território e trabalho. Além dessas

categorias trabalhamos com os conceitos de saúde-doença na perspectiva da saúde do trabalhador.

O espaço geográfico é entendido enquanto um produto social (SANTOS, 1996), um produto do trabalho humano. Como tal “ele é produzido pelas relações que se travam entre os homens e a natureza e os homens e os próprios homens no processo concreto de produção dos bens materiais e culturais necessários à vida” (MOREIRA, 2002, p. 5). Dessa forma pode-se entender que:

o espaço produzido é o resultado das relações dialéticas entre as diversas instâncias da organização do modo de produção (e conseqüentemente da formação sócioespacial). Como todo modo de produção se transforma na medida em que evoluem e se transformam as forças produtivas, o espaço fruto desse processo, se reorganiza para produzir as novas formas de produção e as novas relações sociais que se estabelecem num momento histórico (MOREIRA, 2002, p. 5).

Visto por este prisma tem-se que o espaço social é também um produto histórico. Assim sendo, espaço e tempo fundem-se em uma relação dialética de transformação reafirmando o que diz Moreira (2002) que “o espaço social não é algo dado e acabado, mas algo em constante processo de mudança” (MOREIRA, 2002, p. 6) fruto do metabolismo entre o homem e a natureza, e o homem e os próprios homens.

Compreendemos que, entender a lógica de produção/(re)produção do trabalho assalariado na agricultura nordestina e no estado da Paraíba em particular, implica necessariamente em compreender o processo histórico de produção/(re)produção do espaço agrário sob a lógica da dominação do capital na sua articulação com o processo global de expansão e crise do capital.

Também não poderíamos deixar de analisar a complexidade do assalariamento rural pelo viés da categoria território. Negligenciado por muito tempo, o território passa a ser uma categoria de suma importância na atualidade para entendermos a rapidez das transformações políticas, econômicas e sociais que se desenrolam sobre porções do espaço.

Ainda que não exista consenso sobre o significado de território, o que resulta numa multiplicidade de enfoques, nos pautamos nas definições de autores como Santos

(1996), Haesbaert (1997) e Oliveira (2002), nas quais se distinguem as noções de apropriação e de dominação (MOREIRA, 2007)<sup>9</sup>.

Em síntese, entendemos o território como uma porção do espaço definida por relações de poder que se transformam ao longo da história; um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção do espaço geográfico em sua contínua luta pela socialização igualmente contínua da natureza (MOREIRA, 2007; OLIVEIRA, 2002).

Essa forma de apreensão do território quando utilizada nos estudos do espaço agrário, nos permite entender os diferentes espaços de disputa/controlado político, econômico e social, que constituem o território do capital, representado pelo agronegócio, pela agricultura capitalista praticada por médios e pequenos produtores das porções desse território conquistada pela luta camponesa e daquelas onde o campesinato se reproduz e resiste.

Com relação ao conceito de trabalho levamos em consideração autores como Marx (1985), Ricardo Antunes (1999), Ruy Moreira (2003), Thomaz Junior (2002) e Emília Moreira (2002). Com base nesses autores entendemos que, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza; processo metabólico onde o homem transforma a natureza e a si próprio, seja pelo desgaste da sua força-de-trabalho, seja pela ampliação de conhecimentos.

## **2.2 A metodologia de pesquisa**

Do ponto de vista da metodologia de pesquisa, vários procedimentos e técnicas foram utilizados tais como:

### **a) A escolha da área geográfica de observação**

A escolha do recorte geográfico de observação foi talvez o maior desafio do nosso processo de construção da tese. Inicialmente definimos o Nordeste como área de

---

<sup>9</sup> Apesar da concepção de cada autor representar a sua linha política e ideológica de reflexão, em todos estão presentes as noções de dominação e apropriação.

estudo quantitativo e qualitativo. A pesquisa qualitativa deveria cobrir áreas e atividades com emprego tradicional ou recente de mão de obra assalariada. Quando terminamos de trabalhar os dados quantitativos relativos à região chegamos à conclusão que não teríamos condições de fazer um trabalho de campo consequente, capaz de trazer a diversidade do trabalho assalariado nas principais atividades agropecuárias regional. Até este momento não havíamos ainda conseguido liberação do trabalho e estávamos atuando como professor no IFPB da cidade de Monteiro, situada a 301,6km da cidade de João Pessoa, onde fica a UFPB. Dado ao fato de já ter concluído o levantamento, o processamento e o mapeamento dos dados para o Nordeste resolvemos, com o apoio de nossa orientadora, utilizar esse material, mas buscar a partir do Nordeste um estado onde poderíamos selecionar uma atividade que utilizasse basicamente o trabalho assalariado e que a Geografia ainda não houvesse feito profundas incursões. Leituras realizadas, conversas com representantes do Ministério do Trabalho e com nossa orientadora além de uma avaliação ponderada das nossas condições financeiras e técnicas nos levaram a escolher como estado do Nordeste, para pesquisa mais quantitativa a Paraíba, e nele o estudo de caso com base tanto na pesquisa quantitativa como qualitativa do trabalho assalariado na cultura do abacaxi. A escolha dessa atividade também teve uma razão. Já havíamos estudado o trabalho assalariado no Sertão (atividade pecuária e extrativa vegetal) e na Zona da Mata (atividade canavieira) na Paraíba. Nesse percurso nos demos conta de que o abacaxi era uma atividade tradicional de alguns municípios da Zona da Mata e que nos últimos tempos estava adentrando pelo Agreste Baixo. Além disso utilizava importante mão de obra assalariada e ao contrário da pecuária e da cana-de-açúcar era produzida principalmente por pequenos e médios proprietários. Dessa forma conseguimos fechar nosso recorte geográfico em três escalas: regional, estadual e local;

#### **b) A definição do período a ser estudado**

Para definir o período que nossa pesquisa de tese abrangeria, levamos em consideração tanto aquele determinado pelos dados secundários como o da ocorrência da pesquisa de campo. O recorte temporal dado à pesquisa quantitativa abrangeu o ano censitário de 1995-96 (período de retomada da modernização agrícola) até 2006 (último censo publicado pelo IBGE até a nossa proposta de projeto de pesquisa para participar

da seleção de Doutorado do PPGG no ano de 2015. Some-se a isso o fato de que quando defendemos o nosso relatório de qualificação em julho de 2017, com toda parte de levantamento e processamento dos dados estatísticos, o IBGE ainda não tinha divulgado os dados do censo de 2016. Diante disso, nos anos seguintes a defesa da qualificação, pontuamos apenas dois dados brutos do Censo de 2016 para termos uma ideia da dinâmica da mão-de-obra assalariada no período de 2006 a 2016. Considerando o trabalho de campo pudemos definir que o período de estudo se estende de 1995-96 até 2019 (período final da pesquisa de campo).

#### **c) O levantamento bibliográfico**

Consultamos acervos de bibliotecas, periódicos científicos, teses e dissertações de vários Programas de Pós-Graduação das Universidades brasileiras;

#### **d) O levantamento de informações junto a órgãos públicos (IBGE, EMATER), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e a uma empresa representante do agronegócio**

No IBGE foram levantadas informações complementares e obtidos esclarecimentos sobre os dados relativos ao trabalho assalariado contidos nos censos de 1995-96 e 2006. Na EMATER, o objetivo foi consultar o cadastro dos produtores rurais para averiguar o tamanho das propriedades que produzem abacaxi nos municípios pesquisados. Nas Secretarias de Agricultura municipais, entrevistamos alguns secretários de agricultura para obter sua avaliação sobre a importância da produção de abacaxi para os seus municípios. Nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais o objetivo principal foi entender como está na atualidade a atuação do movimento sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores do abacaxi. No setor empresarial nossa visita se fez em conjunto com um representante do Ministério do Trabalho com o objetivo de conhecer a produção da única empresa do agronegócio na Paraíba que produz abacaxi;

#### **e) O levantamento, processamento e análise de dados secundários**

Para obter um panorama da distribuição espacial e analisar a evolução do trabalho assalariado na agropecuária nordestina e paraibana, foram utilizados os dados publicados pelo IBGE nos censos agropecuários de 1995-96 e 2006 e na Publicação da Pesquisa Agrícola Municipal de 2015. Outro aspecto importante a enfatizar é que os censos agropecuários não fornecem informações sobre o emprego assalariado, segundo o tipo de atividade agrícola o que dificulta a desagregação dos dados e uma visualização mais clara da incidência do emprego de mão-de-obra assalariada nas diferentes atividades. Malgrado tais problemas, conseguimos levantar informações relativas aos dois períodos censitários escolhidos para análise e construir tabelas no Excel sobre as seguintes variáveis: total do pessoal ocupado na agropecuária e total do pessoal ocupado por atividade; trabalho assalariado permanente; trabalho assalariado temporário; trabalho assalariado infantil; trabalho assalariado feminino e; total de assalariados. A partir de cada variável foram selecionados os indicadores a serem trabalhados quais sejam: evolução do pessoal ocupado; evolução do número de empregados assalariados temporários e permanentes; distribuição espacial dos empregados assalariados temporários e permanentes; evolução do número de crianças menores de 14 anos empregadas assalariadas na agropecuária e sua distribuição espacial; evolução do número de mulheres empregadas assalariadas na agricultura e sua distribuição espacial. Para o conjunto do Nordeste, os dados relativos a cada indicador foram primeiramente organizados em tabelas no Excel, em planilhas com as informações por mesorregiões para cada estado do Nordeste e depois para o conjunto dos estados. No que tange à Paraíba, planilhas foram geradas com dados agregados por municípios, por microrregiões, por mesorregiões e para o conjunto do estado. Com base nos dados foram elaborados gráficos, mapas e tabelas sínteses.

Chamamos atenção para a metodologia que o IBGE emprega para conceituar as diferentes categorias do pessoal empregado na agropecuária segundo os estabelecimentos agropecuários, a começar pelo próprio conceito de estabelecimento agropecuário. Destacamos também as mudanças metodológicas e conceituais identificadas entre os censos de 1995-96 e de 2006, pois tais mudanças exigiram rearranjos para possibilitar comparações.

Dentre os conceitos comuns aos dois censos e que foram por nós utilizados destacamos: o de estabelecimento agropecuário<sup>10</sup>, o de pessoal ocupado<sup>11</sup>, o de empregado permanente<sup>12</sup>, o de empregado temporário<sup>13</sup>, o de empregado-parceiro<sup>14</sup> e os moradores e agregados que são incluídos na categoria “outra condição”<sup>15</sup>.

O censo de 2006 trabalhou com duas categorias inexistentes no censo de 1996: o produtor sem área<sup>16</sup> e o assentado sem titulação definitiva<sup>17</sup>. Outro item que mereceu

---

<sup>10</sup> É considerado um estabelecimento agropecuário a unidade econômica de produção sob administração única, incluídos os produtores sem área, produtores que exploram áreas próximas distintas como sendo um único estabelecimento (mesma maquinaria, mesmo pessoal e mesma administração), produtores que exploram terras de imóveis rurais na forma de arrendamento, parceria, ou aquelas simplesmente ocupadas (IBGE, 2006).

<sup>11</sup> Pessoal ocupado são todas as pessoas que trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias como motoristas de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros, bem como os produtores ou administrador de explorações comunitárias, juntamente com as pessoas que tinham laços de parentesco com eles e que estiveram trabalhando no estabelecimento, no período de referência. O produtor ou o administrador e as pessoas ocupadas (homens, mulheres e crianças) com laços de parentesco com o mesmo que executaram ou auxiliaram o produtor ou o administrador nas atividades do estabelecimento, segundo os dias trabalhados (menos de 60 dias, de 60 a menos de 180 dias e 180 dias ou mais), também foram consideradas.

<sup>12</sup> É a pessoa contratada para trabalhar de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, com, no mínimo, seis meses de contrato ou, se por menor período, foi contratada com esta característica. Não se considerou o administrador do estabelecimento agropecuário como empregado permanente, porque se o produtor fosse uma pessoa jurídica, ele seria considerado como o responsável pelo estabelecimento.

<sup>13</sup> É a pessoa contratada para trabalhar no estabelecimento agropecuário uma ou mais vezes em tarefas temporárias ou eventuais, como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas, etc., sem a intermediação de terceiros.

<sup>14</sup> Pessoa empregada no estabelecimento e subordinada diretamente àquela que dirigia o estabelecimento, que executou tarefa mediante recebimento de uma cota-parte da produção: meia, terça, quarta, etc.

<sup>15</sup> Pessoas que trabalharam no estabelecimento e não se enquadravam nas categorias anteriores, como é o caso de moradores e agregados.

<sup>16</sup> No Censo Agropecuário de 1995-1996, fora colhida a informação sobre produção e animais do pessoal empregado residente no estabelecimento. Além do questionário preenchido para o estabelecimento, abria-se um novo mais reduzido no qual se registrava tão somente a quantidade produzida e o total de animais. No Censo Agropecuário 2006, identificada a existência de atividade de criação/produção agropecuária de pessoal empregado no mesmo estabelecimento, em área sujeita à administração do produtor/proprietário, toda a produção fora considerada como parte do estabelecimento e todos os dados colhidos integraram o único questionário aplicado ao estabelecimento. Caso tenha sido informado que a administração da referida produção não esteve sob responsabilidade do produtor, um novo questionário fora aberto para o empregado, como se fora um novo estabelecimento agropecuário, registrando-se todas as características referentes, todos os quantitativos e aplicados todos os parâmetros da pesquisa, além de considerar este produtor empregado como um produtor sem área. Esta mudança acarretou no incremento de estabelecimentos de produtor sem área.

<sup>17</sup> No caso do assentado sem titulação definitiva verificamos que no censo agropecuário de 1995-1996 não havia esta modalidade. A condição do produtor em relação às terras do estabelecimento era expressa através das categorias: proprietário, arrendatário, parceiro (meeiro, terceiro, quartista, etc.) e ocupante. Alguns informantes, nesta condição em 1995-1996, declararam ser “proprietários” pelo fato de ali estarem há muito tempo a ocupar as terras; outros assim se consideravam, ainda que não houvessem obtido documentação comprobatória referente. Para estas explicações complementares, os recenseadores, à época, foram orientados a considerar estes produtores como “ocupantes”. Para o censo agropecuário

atenção relaciona-se ao fato de que no censo agropecuário 1995-1996, as pessoas com laços de parentesco com o produtor, que receberam salários, foram contabilizadas como “empregados”, consideradas as respectivas modalidades (permanentes, temporários, etc.). No Censo Agropecuário de 2006, as pessoas com laços de parentesco com o produtor não foram contabilizadas como empregados e sim como “pessoas com laços de parentesco com o produtor que receberam salários em 2006”. Para efeito de comparação dos dados entre os dois censos utilizados, fez-se necessário confrontar o total de empregados de 1995-1996 com as seguintes totalizações de 2006: total de pessoas com laços de parentesco com o produtor que receberam salários em 2006 + total de empregados (permanentes, temporários, etc.).

#### **f) A Cartografia**

Em 1984, a professora Emília Moreira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), deu início à elaboração de um Atlas de Geografia Agrária da Paraíba com o apoio do CNPq<sup>18</sup>. O seu objetivo era representar cartograficamente os fatos analisados no livro “Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba” que aborda o processo histórico de formação e transformação do espaço agrário paraibano dando ênfase a questão agrária no século XX. À época a UFPB não contava com recursos que permitissem a elaboração digital do Atlas, daí o seu conteúdo ter sido edificado com os recursos da cartografia temática tradicional e encaminhado à Editora da Universidade onde foi utilizado o sistema de fotolito para sua impressão.

---

2006, não foram formuladas perguntas diretas e a condição do produtor em relação às terras do estabelecimento foi obtida através da composição da área do estabelecimento. Assim, o produtor informara a extensão de terras próprias, de terras arrendadas, de terras em parceria, e de terras ocupadas (pelas quais o produtor nada pagara por seu uso). Com a investigação sobre o estabelecimento agropecuário ser originário de projeto de assentamento, também fora inserida a categoria “Terras concedidas por órgão fundiário, ainda sem título definitivo”, item onde o produtor informava a extensão das terras que o categorizavam como Assentado sem Titulação. No acompanhamento da série histórica, a categoria ocupante em 1995-1996 pode ser confrontada com os dados de 2006 dos totais das categorias assentado sem titulação e ocupante.

<sup>18</sup> Acreditamos que este seja o primeiro Atlas de Geografia Agrária elaborado no Brasil com base no paradigma da Geografia Crítica. A metodologia utilizada tem sido exitosa e os mapas construídos têm contribuído para a pesquisa e para os cursos de Extensão que vêm sendo ministrados por ela e seus orientandos para os movimentos sociais na Paraíba.

Essa experiência de trabalho, segundo a professora, comprovou a importância da utilização da cartografia como instrumento tanto para subsidiar a análise de fenômenos sociais em sua manifestação espacial como para a transmissão de um conhecimento visual acessível aos analfabetos, aos que falam idiomas diferentes e à população em geral<sup>19</sup>. Destaca ainda a mencionada professora a sua relevância para a Geografia Agrária Crítica na medida em que os mapas temáticos são capazes de representar os processos sociais, os conflitos, a espacialização e a territorialização da luta por terra, a produção agropecuária, as relações de trabalho, enfim, os diversos aspectos da questão agrária em sua perspectiva espacial e temporal. O mapa, como ela já percebia é, como bem o diz Matias (1996),

[...] um documento geográfico por excelência naquilo que ele representa de potencial para registrar, tratar e comunicar a informação espacial. Um valioso instrumento para a pesquisa, o ensino e a **extensão (ênfase nossa)**. (...) uma linguagem visual cujas propriedades espaciais não podem ser igualmente conseguidas por qualquer outra forma de comunicação humana (verbal, escrita, etc.) (MATIAS, 1996, p. 102).

A partir das experiências desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão<sup>20</sup>, o mapa passou a se constituir para Moreira (2018) uma ferramenta indispensável no seu fazer geográfico o que se refletiu no fazer geográfico dos seus orientandos. Motivado por minha orientadora, ainda na graduação durante o desenvolvimento do meu Projeto de Iniciação Científica aprendi a trabalhar com o software ArcView<sup>21</sup> e posteriormente adquiri habilidade para utilizar o software ArcGis. A partir de então comecei a confeccionar meus próprios mapas temáticos utilizados nos meus relatórios de IC e no meu TCC, na dissertação de mestrado e nesta tese. Dessa minha experiência em

---

<sup>19</sup> A sua ideia era construir um Atlas onde o mapa pudesse refletir os processos de transformação do espaço agrário e seus rebatimentos sobre as condições de vida, trabalho e saúde da classe trabalhadora no século XX e pudesse ser lido e entendido pelos trabalhadores do campo, pelos representantes sindicais que ela assessorava e por todos aqueles que tivessem interesse no tema.

<sup>20</sup> A utilização do mapa temático na formação de quadros do MST, em cursos e palestras ministrados para jovens assentados da reforma agrária, para quadros do movimento sindical entre outros bem como a experiência com a construção da maquete do estado da Paraíba a partir das pesquisas realizadas levaram Emília Moreira a considerar o mapa “o elemento que dá unidade aos três pilares do fazer acadêmico no âmbito da geografia agrária: o ensino, a pesquisa e a extensão.

<sup>21</sup> O curso ministrado por um ex-bolsista de professora Emília direcionou o aprendizado para as necessidades da pesquisa então desenvolvida pela professora da qual meu projeto de IC foi parte integrante.

trabalhar com a cartografia temática resultou o meu reconhecimento da sua importância para a análise do espaço geográfico. Isso se deve principalmente, à eficiência do mapa temático em materializar os dados de nossas pesquisas. Nesse sentido concordamos com Francisco (2003) que os mapas temáticos se constituem “tanto em meios de registro da informação como também em instrumentos de pesquisa e em formas de divulgação dos resultados obtidos” (FRANCISCO, 2003, p. 36).

Considerando que o espaço socialmente produzido é o objeto de estudo da Geografia Crítica não há como o geógrafo ou o professor de geografia contemporânea de visão crítica secundarizar o papel dos mapas. Harley (1990) acrescenta que “os mapas representam o mundo por meio de um véu de ideologia, cheio de tensões internas, produzindo exemplos clássicos de poder-conhecimento e são sempre apanhados num amplo contexto político” (HARLEY, 1990, p. 1).

Nessa tese os trabalhos cartográficos foram realizados a partir dos dados censitários levantados junto ao IBGE. Foi criado primeiramente um Banco de Dados e a partir dele, um Sistema de Informação Geográfica (SIG) a partir do qual foi possível utilizar o Arc-Wiew<sup>22</sup> e construir mapas temáticos representativos da espacialização do trabalho assalariado na agricultura, do crescimento do trabalho assalariado na agricultura, do trabalho assalariado infantil e feminino na região Nordeste e na Paraíba no período em análise.

#### **f) O Trabalho de Campo**

Uma vez que a realidade não pode ser apreendida tão somente por dados estatísticos e mapas os quais constituem muito mais indicadores de tendências do que a representação da realidade em si (MOREIRA, 2018) realizamos um trabalho de campo complementar. Para tanto como já foi anteriormente mencionado, partimos da definição do objeto da pesquisa empírica: a organização da produção e do trabalho na atividade do abacaxi na Paraíba. Em seguida definimos os sujeitos sociais da pesquisa empírica e concluímos que tínhamos um sujeito principal: os trabalhadores assalariados do abacaxi; Secundariamente, os produtores de abacaxi proprietários ou arrendatários das terras, os

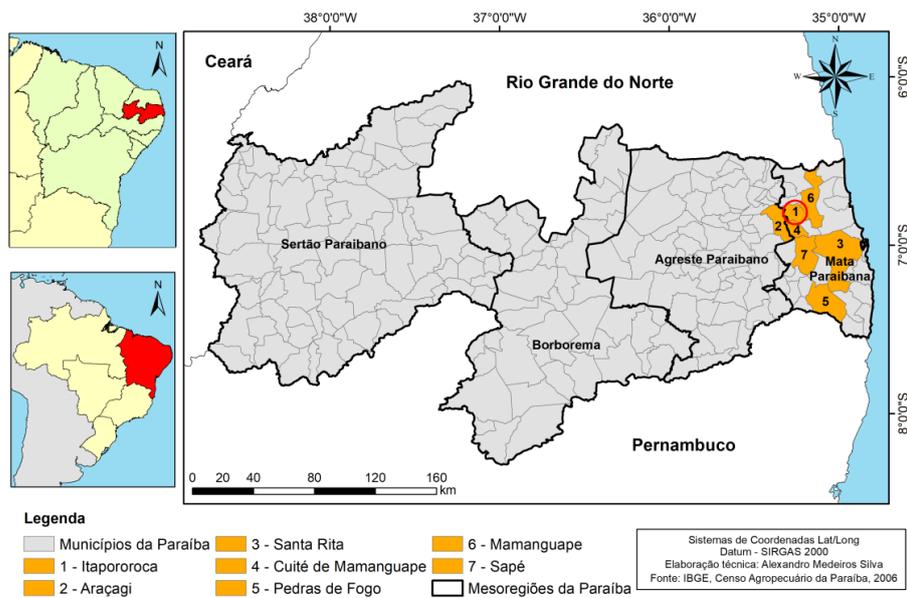
---

<sup>22</sup> Programa pertencente ao Laboratório de Geoprocessamento do DGEOC, UFPB.

representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios e representantes do poder municipal.

Definida a atividade e os sujeitos de pesquisa identificamos os municípios produtores de abacaxi no estado. Ao todo eles são sete, sendo seis localizados na Zona da Mata e um no Agreste Baixo da Paraíba (Mapa 1).

Mapa 1 – Estado da Paraíba: Principais municípios produtores de abacaxi do estado da Paraíba no ano de 2015



Fonte:

[DD1] Comentário: Aqui faltou colocar a fonte.

Em seguida levantamos os dados relativos à produção de abacaxi em cada um dos municípios e constatamos ser o município de Itapororoca o maior produtor seguido dos municípios de Araçagi, Cuité de Mamanguape, Santa Rita, Pedras de Fogo, Sapé e Mamanguape que juntos são responsáveis por mais de 85% da produção de abacaxi do estado e 12,9% da produção nacional (IBGE, 2015).

O trabalho de campo iniciou em setembro de 2016 e se estendeu até janeiro de 2019. Durante este período visitamos os municípios objeto de investigação praticamente uma a duas vezes em cada mês. A quantidade de dias que neles permanecemos dependia das necessidades da pesquisa e das dificuldades encontradas no campo podendo variar de dois a cinco dias seguidos. Foram utilizados metodologias e instrumentos da pesquisa qualitativa. Essa escolha se deu por considerarmos que este tipo de pesquisa se articularia melhor ao método escolhido. Isto porque concordamos que a pesquisa qualitativa se baseia:

[...] no princípio de que as sociedades humanas existem num determinado espaço, cuja formação social é específica. Assim, os indivíduos, os grupos e as classes atribuem significados e intencionalidades a suas ações, concepções e construções históricas. Esta concepção de realidade coloca para o pesquisador a condição de uma identidade entre sujeito e objeto, distingue-se, portanto, do método positivista. A pesquisa qualitativa parte do pressuposto que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O objeto é sob essa perspectiva, essencialmente, qualitativo (LIMA; MOREIRA, 2015, p. 28).

A investigação qualitativa vem sendo adotada amplamente na Geografia tanto em pesquisas da área da Geografia Humana como também da Geografia Física (LIMA; MOREIRA, 2015).

No âmbito da pesquisa qualitativa optamos pelas seguintes técnicas ou instrumentos de investigação: a observação participante, a pesquisa participante e o questionário.

### ► a pesquisa participante

O interesse na pesquisa participante começou a se difundir no mundo a partir da década de 1960, tendo adquirido maior destaque entre pesquisadores latino-americanos,

asiáticos e africanos (DEMO, 2008). No Brasil, ela começa a ser praticada por volta dos anos 70 do século XX tendo Paulo Freire como precursor na área de educação. A partir de então, muitos pesquisadores vêm construindo suas pesquisas com o objetivo de gerar um conhecimento crítico e politicamente engajado voltado para entender as contradições existentes na sociedade capitalista, evidenciando as condições de vida e de trabalho dos sujeitos sociais oprimidos tornando conhecidas suas histórias de vida e suas experiências.

Pedro Demo (2008, p. 8) se refere ainda a pesquisa participante como aquela que “produz conhecimento politicamente engajado”, não despreza a metodologia científica nem seus “rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados” (DEMO, 2008, p. 8).

Um outro estudioso também contribuiu para definir a pesquisa participante. Trata-se de Faermam para quem:

A pesquisa participante direciona-se para a realidade social dos sujeitos, suas experiências, sua cultura e seus modos de vida. Logo, prevê uma aproximação horizontal entre sujeito e objeto, tendo em vista que ambos são da mesma natureza. Nesse caso, a produção do conhecimento na pesquisa participante não se faz de modo isolado do sujeito, mas em presença e implica num compromisso efetivo com suas vivências e necessidades sociais cotidianas (FAERMAM, 2014, p. 44).

Nessa relação, chama a atenção o fato de que os sujeitos envolvidos – pesquisador e sujeito pesquisado – são diferentes porque procedem de lugares e contextos sociais diversos, carregam saberes distintos e nem sempre vivem ou viveram experiências comuns, exercendo ambos papéis diferenciados nesse processo. No entanto, isso não significa que o sujeito que pesquisa seja superior ao pesquisado, pois para além do processo de coleta de informações, a relação estabelecida se torna um ato educativo de duas vias: ao mesmo tempo em que o sujeito pesquisado traz suas respostas às questões da pesquisa, emite sua opinião, seus saberes, seus valores e suas crenças, apreende o que lhe traz o pesquisador, que não apenas indaga, mas expressa também conhecimentos sobre a questão pesquisada (FAERMAM, 2014).

#### ► observação participante

No que se refere à observação participante, ela foi introduzida pela Escola de Chicago, nos anos de 1920, quando foi “contestada pelos pesquisadores experimentais e abandonada por décadas. Seu resgate atual, no entanto, auxilia nas descrições e interpretações de situações cada vez mais globais” (QUEIROZ et al., 2007, p. 277). A sua escolha como uma das técnicas de pesquisa deveu-se, primeiramente ao fato de constarmos sua importância para a pesquisa qualitativa na medida em que ela consiste:

[...] na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. Na observação participante, tem-se a oportunidade de unir o objeto ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos formados (QUEIROZ et al., 2007, p. 277).

Chamou também nossa atenção o fato da observação participante valorizar a interação social compreendendo-a como um exercício de conhecimento de uma parte com o todo e do todo com a parte produzindo linguagem, cultura, regras tornando o efeito ao mesmo tempo a causa. Outro princípio importante na observação é a integração entre o observador e a sua observação, e o conhecedor ao seu conhecimento (MORIN, 1997).

É importante destacar a observação participante como uma forma de observação sistemática, “com arrimo em princípios teórico-filosóficos, que propicia a participação mais intensa possível do pesquisador nas vivências dos grupos e acontecimentos julgados importantes para melhor compreendê-los” (QUEIROZ et al., 2007, p. 277).

A pesquisa e a observação participantes na presente pesquisa foram bem planejadas e tiveram por objetivo adquirir conhecimento sobre a organização da produção do abacaxi e as condições de vida, trabalho e saúde dos assalariados dessa cultura. Para realizá-la vivenciamos junto com os abacaxizeiros, suas jornadas de trabalho no município de Itapororoca durante 4 meses (de setembro a dezembro de 2016 e durante o mês de março de 2017). Ou seja, realizamos pesquisa e observações em diferentes etapas do processo de produção do abacaxi, viajando junto com os trabalhadores, participando do trabalho deles no campo, dialogando com os mesmos sobre suas condições de trabalho, acompanhando-os nos momentos de lazer, alimentando-nos com eles no local de trabalho, voltando com eles em cima do caminhão, enfim, vivenciando suas jornadas de trabalho e o seu dia a dia.

Para realizar esse tipo de pesquisa qualitativa levamos muito em conta as observações de Schwartz MS, Schwartz CG. (1955) e as de Marco (2006).

Segundo Schwartz MS e Schwartz CG. (1995) o pesquisador que realiza a observação participante deve possuir ou adquirir uma série de habilidades e competências como:

a) a capacidade de estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos; b) sensibilidade para interagir com pessoas; c) capacidade de escutar; c) familiaridade com as questões investigadas; d) flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas; e) elaborar um plano sistemático e padronizado para observação e registro dos dados, entre outros (SCHWARTZ, MS; SCHWARTZ CG, 1995, p.44 ).

Realmente tivemos que construir habilidades para conquistar a confiança dos trabalhadores, que por um certo tempo acreditaram que nós éramos um procurador do trabalho, ou um delegado e ficaram com receio até que chegássemos perto deles, tamanha era a desconfiança. Certa vez, eu cheguei num dos locais onde eles se reuniam no fim da tarde e todos “sumiram” em questões de segundos. Foi aí que ponderei sobre a postura do pesquisador frente ao pesquisado e pesquisei sobre a questão. Das leituras feitas, uma chamou minha atenção e me influenciou na medida em que abordava a conduta do pesquisador frente aos pesquisados como pode ser observado a seguir:

[...] é necessário que o pesquisador “desapareça” no interior da comunidade, é necessário que ele se torne “invisível”. Mas isto não significa que ele se torne um deles, muitas vezes repetindo – ou imitando – comportamentos e discursos para parecer “igual” a eles. Ao contrário, isto deve significar que ele foi aceito por eles, que sua presença não “incomoda” mais, que as coisas não deixam mais de ser ditas ou feitas porque ele está por perto. Paciência, mas, sobretudo honestidade, são os requisitos fundamentais na construção desta aceitação. É necessário que o pesquisador seja ele mesmo e não represente ser o que não é para conquistar a confiança da comunidade a ser estudada. Sobretudo, se a intenção é colocar sua pesquisa a serviço da comunidade, é importante que o pesquisador continue sendo um pesquisador, e não tente “desaparecer como cientista” no interior da comunidade. É importante ter claro que demonstrar que estamos “do lado daqueles que estudamos”, não significa tornar-se um deles (MARCO, 2006, p. 112).

É verdade que a confiança começou a ser adquirida a partir do momento que mudei a forma de me apresentar aos trabalhadores. Ao invés de me apresentar como um professor/pesquisador, com formulários em mãos passei a frequentar os bares que eles frequentavam, a sentar nas mesas que eles sentavam e procurar aos poucos me entrosar

com eles. Perguntava como era a cidade, o que ela produzia, qual era a principal festa da cidade etc. Tive até que mudar o tipo de roupa que vestia para quebrar com a formalidade. Nesse momento eles não percebiam que era um pesquisador que ali estava e se sentiam à vontade. Era como se eles fossem o professor e eu o aluno. Desse modo, depois de conquistar a confiança deles, aos poucos fui me apresentando como um professor que estava fazendo uma pesquisa e que tinha a curiosidade de vivenciar uns dias de trabalho com eles para posteriormente aplicar uns formulários com questões nas suas residências. A partir daí pude dar continuidade a pesquisa com tranquilidade.

Além desses dois instrumentos da pesquisa qualitativa outros dois foram também utilizados: a entrevista e o questionário.

### ► a entrevista

As entrevistas realizadas foram do tipo não estruturada, ou seja, aquela onde o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada aos objetivos da pesquisa. Delas participaram os presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios pesquisados, o secretário da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado da Paraíba (FETAG) e o maior produtor de abacaxi de Itapororoca e de Araçagi, além de um assentado de reforma agrária que virou um médio produtor. Além dessas três entrevistas, também conversamos informalmente com alguns pequenos produtores (vide Anexo 2).

Em relação ao Sindicato a nossa preocupação maior foi averiguar o papel do mesmo junto aos trabalhadores na luta pelos direitos trabalhistas. Para isso foi necessário investigar até que ponto esses sindicatos estão ligados à classe patronal e qual é sua forma de atuação junto aos trabalhadores e junto aos patrões buscando comparar o discurso empregado para as duas categorias.

No que tange as entrevistas com os produtores rurais (seja o pequeno produtor familiar, seja o arrendatário capitalista, seja a empresa representante do agronegócio voltado para a fruticultura irrigada na região), nós levamos em consideração outros aspectos como: o tamanho da propriedade; o tipo de posse da terra; predomínio da monocultura ou policultura nas propriedades; destino da produção; o processo de comercialização; o contrato de trabalho; a origem e o regime de trabalho dos trabalhadores; os direitos trabalhistas; o processo de produção; os produtos químicos

que utilizam, onde compram, quem orienta, em qual etapa da produção usam, dentre outras questões. Também fez parte da nossa pesquisa de campo o acompanhamento de uma fiscalização sindical em campo no município de Itapororoca.

### ► o questionário

O questionário é um instrumento muito útil para auxiliar as análises, complementar e fornecer informações passíveis de serem mensuradas. Trata-se de um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de questões, que devem ser respondidas pelo pesquisado. Para elaborá-lo nos pautamos na metodologia criada em 1984 pelo Grupo de Estudo em Saúde, Trabalho e Ambiente (GESTAR) do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC) da UFPB, para estudar as condições de trabalho e saúde de canavieiros e abacaxizeiros do município de Sapé (Zona da Mata Paraibana) (MITSUNAGA et al., 1985). Essa metodologia foi também testada com êxito pela pesquisa que estudou as condições de trabalho, de vida e saúde de crianças e adolescentes canavieiras na Zona da Mata da Paraíba (MOREIRA et al., 1994). Embora o questionário tenha ficado muito grande depois de testá-lo percebemos que sua importância era maior que o tempo que iríamos gastar para aplicá-lo.

A metodologia do GESTAR pressupõe que “o tratamento da realidade a ser investigada deve obedecer à lógica de uma metodologia que dê uma ordenação teórica capaz de circunscrevê-la dentro de parâmetros empíricos” (GESTAR, 1984, p. 4). Desse modo não basta apenas “a elaboração de um constructo artificial, descritivo e atemporal, desligado do real, mas da definição de um marco teórico referencial, capaz de juntar as informações quantitativas ao estudo de qualidade do movimento geral de acumulação do capital (...)”. (GESTAR, 1984, p. 4).

O primeiro estudo realizado pela equipe do GESTAR entre 1983 e 1984 teve como objetivo estudar:

a reprodução do capital à partir do estudo das transformações na cultura da cana de açúcar e do abacaxi no município de Sapé, de 1960 a 1980, procurando apreender a gênese do processo saúde-doença a partir da reprodução da força de trabalho sob e como um momento da reprodução ampliada do capital (GESTAR, 1984, p. 4-5).

Para tanto utilizaram como unidade de investigação a unidade de produção e nela, o trabalhador e sua família.

As unidades de estudo utilizadas foram reunidas em três grupos: a) produção da força-de-trabalho: a expropriação; b) processo de produção da força de trabalho: as mudanças nas relações de produção e; c) processo de manutenção da força de trabalho: consumo e reposição. Para cada um desses grupos, variáveis e indicadores são sugeridos visando nortear a elaboração de questionários (GESTAR, 1984).

Como dizem os pesquisadores do GESTAR,

Na realidade, esta sistematização pretende apenas ordenar, como já dito, parâmetros que recuperem na totalidade o movimento de acumulação e reprodução do capital no que se refere a produção e a reprodução da população sob o domínio do capital (GESTAR, 1984, p.6).

Essa metodologia foi adaptada aos nossos objetivos e utilizada na elaboração do questionário da pesquisa de campo. Responderam aos questionários 90 trabalhadores assalariados da lavoura do abacaxi de quatro municípios produtores sendo 42 (46,7%) em Itapororoca; 35(38,9%) em Araçagi, 10 (11,1%) em Santa Rita e 3 (3,3%) em Mamanguape.

Uma dificuldade encontrada nesta etapa da pesquisa foi o horário de acesso aos trabalhadores. Como pela manhã estavam em campo e a tarde quando não estavam, preferiam descansar, sobrava-me o fim da tarde e início da noite para sair à procura deles de casa em casa pelas periferias das cidades pesquisadas. Isso atrasava o número de entrevistas realizadas por dia, uma vez que o formulário é bem detalhado e eu levava cerca de uma hora por pessoa (v. modelo do questionário no Anexo 2).

#### **g) a documentação fotográfica**

A documentação fotográfica foi efetuada durante os trabalhos de campo de modo a registrar os elementos mais importantes referentes à organização da produção e às condições de vida e de trabalho dos abacaxizeiros assalariados objeto de estudo.

A tese foi estruturada em seis capítulos além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo buscamos estabelecer a conexão entre a Geografia, seu objeto, o espaço, a categoria trabalho e a questão da saúde do trabalhador. Nesse caminho um dos objetivos é demonstrar a importância da Geografia do Trabalho e da Geografia da Saúde e sua pertinência para esta pesquisa. No segundo capítulo, aborda-se a evolução da produção do espaço agrário e das relações de trabalho

no Nordeste brasileiro tendo como foco o trabalho assalariado e como recorte territorial, as regiões geoeconômicas criadas por Manoel Correia e as Mesorregiões e Microrregiões definidas pelo IBGE em 1990. O terceiro capítulo apresenta um panorama do trabalho assalariado no campo nordestino em 2006, sua caracterização e também sua evolução entre 1996 e 2006, segundo os estados e as mesorregiões com base nos dados censitários produzidos pelo IBGE através dos censos agropecuários de 1995-96 e 2006. O quarto capítulo focaliza as características, a espacialização e a dinâmica do trabalho assalariado no campo paraibano no período de 1995-96 a 2006. Este capítulo apresenta um subitem onde procuramos estabelecer a relação entre espaço agrário, capital e trabalho na Mesorregião objeto de investigação empírica, a Mata Paraibana. No quinto capítulo iniciamos com uma abordagem sobre a origem, a produção e a espacialização do abacaxi, no mundo, no Brasil e na Paraíba, destacamos as suas características principais e as etapas de seu processo produtivo. Em seguida buscamos apresentar os principais tipos de produtores de abacaxi da Paraíba identificados na pesquisa de campo e, por último, expomos as informações obtidas em entrevistas realizadas com representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR) dos principais municípios produtores de abacaxi da Paraíba e uma experiência de campo realizada com o Ministério do Trabalho. Por fim, o sexto e último capítulo expomos as condições de trabalho, vida e saúde dos abacaxizeiros assalariados da Paraíba a partir da tabulação dos dados levantados via aplicação de questionários aos trabalhadores durante uma etapa da pesquisa de campo.

### **3 ESPAÇO, TRABALHO E SAÚDE**

Estudar o trabalho assalariado no contexto da Geografia Crítica Agrária a partir dos dados estatísticos e da sua contextualização histórico-geográfica no Nordeste e na Paraíba, despertou nossa curiosidade para conhecer a realidade concreta dos trabalhadores através da pesquisa de campo. Para tanto realizamos algumas pesquisas exploratórias a fim de definir quais trabalhadores seriam os sujeitos da pesquisa. Foi quando fizemos os primeiros contatos com alguns assalariados na cultura do abacaxi e, a partir das primeiras informações colhidas, que tomamos a decisão de estudar sua realidade. A aproximação com esses trabalhadores, a participação em suas jornadas de trabalho, a compreensão das suas condições de trabalho e de vida nos mostrou que não

poderíamos desarticular esses aspectos dos riscos à saúde resultantes da forma de sua inserção no processo de trabalho. Surge daí esse capítulo onde buscamos estabelecer a conexão entre a Geografia, seu objeto, o espaço, a categoria trabalho e a questão da saúde do trabalhador. Nesse caminho um dos objetivos é demonstrar a importância da Geografia do Trabalho e da Geografia da Saúde e sua pertinência para esta pesquisa.

### 3.1 O espaço para a Geografia Crítica

Concordamos com Emília Moreira (2002, 2018) de que para a Geografia Crítica o espaço geográfico é produto do trabalho. Para entendê-lo enquanto tal Moreira (2018) afirma ser necessário antes de tudo entender o significado do trabalho e sua articulação com processo de trabalho, modo de produção, enquanto conceitos básicos do materialismo histórico e dialético e formação sócio-espacial, conceito cunhado por Milton Santos derivado do conceito de formação econômico social<sup>23</sup> de Marx. Para a autora, essa articulação é perceptível na medida em que:

[...] não é possível conceber o trabalho sem considerar o processo de trabalho uma vez que ele constitui um dos seus elementos básicos. Tampouco se pode conceber processo de trabalho sem considerar que a grande diversidade de processos de trabalho dá origem ao modo como os homens produzem as condições materiais e culturais de vida, (modos de produção) e que o conjunto dos modos de produção subordinados a um modo de produção dominante origina o que Santos (1980) denomina de formação socioespacial que nada mais é, segundo Marx, que a formação econômico social ou seja a própria sociedade (...). Em outras palavras se a sociedade é fruto do trabalho inserido nos processos de trabalho que originam os modos de produção entendemos que toda sociedade reproduz os modos de produção que lhes deram origem e se subordina ao modo de produção dominante. (...) Entendendo-se que o espaço produzido é o resultado das relações dialéticas entre as diversas instâncias da organização do modo de produção (e conseqüentemente da formação socioespacial), como todo modo de produção se transforma na medida em que evoluem e se transformam as forças produtivas, o espaço fruto desse processo, se reorganiza para produzir as novas formas de produção e as novas relações produtivas que se estabelecem num momento histórico. Dessa forma o espaço produzido é um produto histórico da mesma

---

<sup>23</sup>O termo “formação econômica da sociedade”, frequentemente traduzido para o italiano como “formação econômico-social” – é pela primeira vez utilizado no prefácio de janeiro de 1859 do livro de Marx Contribuição à Crítica da Economia Política.

forma que a sociedade, como bem o diz Marx, é um produto histórico (MOREIRA, 2002, p. 8).

Moreira também faz algumas afirmações muito pertinentes a nossa abordagem quando afirma que:

Se levarmos em conta que nas sociedades estruturadas no modo de produção capitalista, o espaço acha-se antes de tudo subordinado as necessidades de acumulação de capital (produção de mais-valia), que este processo de acumulação é desigual (ele se dá de forma diferenciada quer entre setores da atividade, quer entre as diversas regiões do mesmo país) e se fundamenta na exploração do trabalho, concluiremos que o espaço, enquanto produto das necessidades de acumulação, sofre as diferenciações decorrentes desse processo. Pode-se mesmo afirmar que a cada forma assumida pelo processo de acumulação, corresponde uma forma regionalmente diferenciada de organização espacial e que quanto mais selvagem for o modo de produção capitalista, maior e mais cruel será a exploração do trabalho acarretando não só condições miseráveis de trabalho e de vida à classe trabalhadora com riscos graves não só à saúde como à sua própria sobrevivência e a de sua família (MOREIRA, 2018, p. 9).

Ela afirma ainda que:

não se pode esquecer o caráter de classe e as diferentes formas de poder que fundamentam as sociedades capitalistas. Assim sendo, considerando-se que cada sociedade se reproduz no espaço por ela criado e que cada espaço reproduz o tipo de sociedade que lhe dá origem, tem-se que, numa sociedade de classes, como a que caracteriza o modo de produção capitalista, o espaço por ela gerado se organiza segundo a estrutura de classes e as relações de poder nela estabelecida (MOREIRA, 2018, p. 10).

Deste modo, ainda conforme Moreira (2018):

nas sociedades capitalistas o espaço irá reproduzir todas as contradições inerentes a esse modo de produção sendo o Estado, através de suas políticas públicas e de suas instâncias de poder (justiça, polícia, legislativo e executivo) aliado à classe dominante, o garantidor e legitimador da exploração do capital sobre o trabalho (MOREIRA, 2018, p. 11).

Tendo como suporte os pressupostos acima, iniciamos nossas considerações sobre a relação entre Geografia e Trabalho, Geografia e Saúde e Geografia e Saúde do Trabalhador.

### **3.2 A relação entre Geografia e Trabalho**

Reafirmamos o entendimento de Moreira (2002; 2016) de que o trabalho é um elemento do processo de trabalho onde o homem põe em ação a sua força de trabalho que, segundo Bottomore (2001), seria o conjunto das faculdades físicas e mentais dos seres humanos. O objetivo do trabalho é transformar a matéria-prima ou a matéria bruta em um valor de uso, utilizando para tanto os instrumentos de trabalho e visando o atendimento das necessidades de sobrevivência da sociedade. Segundo Marx (1985),

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma soma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 1985, p. 202).

É através do trabalho que o homem transforma a natureza natural, ou primeira natureza, como diria Santos (1997), em uma segunda natureza, dando origem ao espaço geográfico. Transformando a natureza o homem transforma também a si mesmo, “seja pela ampliação de conhecimentos, seja pelo desgaste da sua força de trabalho” (MOREIRA, E. 2018).

Ruy Moreira aborda dois modos de se entender e de se conceituar o trabalho, ambos estando interligados. Em um primeiro momento o trabalho é visto como relação metabólica entre o homem e a natureza. Nesta primeira consideração já se entende nas entrelinhas a relação da geografia com o trabalho. O autor também entende o trabalho enquanto processo: um processo onde o homem executa um salto do reino da necessidade para o reino da liberdade (MOREIRA, 2003).

Ainda segundo Ruy Moreira (2003), o trabalho seria entendido em dois planos. Um plano onde se destacaria esse metabolismo homem-meio, através de um conjunto de temas que passam a ser trabalhados, mais voltados para as relações homem-meio, com destaque para as questões ambientais e para o papel da técnica sobre o espaço. No outro plano entraria uma diversidade temática mais familiarizada nos discursos dos sociólogos, antropólogos, economistas e que só recentemente tem ganhado espaço na análise espacial, dentre eles, a regulação fordista-toyotista, a produção e o trabalho flexível, enfim, algo mais voltado ao mundo das relações de trabalho propriamente ditas.

Nesse sentido, qual seria o papel do trabalho na organização espacial? Qual seria a vinculação entre geografia e trabalho? Santos define bem esse entrelaçamento entre espaço e trabalho quando afirma que:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço (SANTOS, 1996, p. 88).

Um ponto destacado por Moreira (2003) é como a relação metabólica homem x meio, no discurso da geografia do trabalho, entraria na relação capital x trabalho. Para este autor, isto ocorre através de uma certa estratégia que o capital vem utilizando a muito tempo, ao tentar transferir os custos do trabalho da relação capital x trabalho para a relação capital x recurso. Quando a força-de-trabalho passa a representar um custo para o capital, mais precisamente durante a fase final da primeira revolução industrial, o capital resolveu esse problema através da descamponeização movida por um processo de desterritorialização, e a consequente proletarização de parte desse campesinato, por um lado, e a formação do exército de reserva por outro.

Esta é uma das travagens do capital para lidar com o controle dos custos da força-de-trabalho, isto é, retirar os meios de produção do trabalhador e criar um exército de reserva para baratear os custos do trabalho. Quando esse exército de reserva atinge um limite mínimo (isso varia de país para país), para continuar controlando o encarecimento da força-de-trabalho, o capital lança mão do plano B: o uso da relação homem-meio; o metabolismo sociedade-natureza (MOREIRA, 2003). Por esse viés se estabeleceria a relação metabólica homem x meio sobre a relação capital x trabalho e a consequente geograficidade do trabalho.

Para Júnior (2002), um primeiro passo para se refletir como a temática do trabalho deve ser lida pela geografia seria fazer as mediações necessárias das categorias geográficas (paisagem, território, lugar, espaço e região) com a categoria do trabalho. Segundo ele, é na práxis investigativa da dinâmica sociedade x espaço que as faces e interfaces do mundo do trabalho apontarão a importância de cada categoria geográfica para solidificação de uma geografia do trabalho pautada na compreensão histórica do trabalho, a partir do metabolismo da sociedade com o espaço.

A noção de trabalho já aparecia na obra dos clássicos da geografia como em Pierre George, considerado um dos pioneiros, quando abordava a distribuição do emprego. Já Vidal de La Blache enfatizava a noção de trabalho enquanto ação que transforma a natureza para o atendimento das necessidades humanas mais voltado para o conceito de força-de-trabalho (JÚNIOR, 2011).

Nesse momento tinha-se apenas o trabalho como uma categoria que apenas tangenciava as pesquisas sem ser um tema central à Geografia. A inclinação dos geógrafos quando abordavam a concepção de trabalho era sempre levando em consideração algo que mediava a relação sociedade x natureza e a dimensão da organização espacial da sociedade a partir de conceitos como gênero de vida, habitat, espaço vital, paisagem e espaço (JÚNIOR, 2002).

Em meados do século XX, mais precisamente no pós-segunda guerra, com a espacialização e a territorialização industrial para além dos territórios americano, europeu e japonês, a Geografia já se encontrava contaminada com o projeto burguês de explorar a natureza de uma forma racional. Servindo ao expansionismo do capital via extração de mais valia em uma escala nunca antes vista, com consequências danosas ao mundo do trabalho, sobretudo o operário, a Geografia, dominada pelo positivismo, limitava-se a identificar os processos de trabalho e a negligenciar todas as formas de trabalho precarizadas surgidas com o metabolismo do capital.

Para Júnior (2002) o fato é que por muito tempo o trabalho esteve (des)intonizado da Geografia tanto na sua perspectiva social, quanto na natural. No primeiro caso pelo fato do trabalho não ser compreendido como parte de um processo social movido por um sistema econômico exploratório, excludente e desconciliado do pacto de classes que a burguesia regeu. No segundo caso, o trabalho na Geografia aparece também (des)intonizado da natureza, uma vez que era visto apenas como atividade humana, sendo assim, elemento distante do *corpus* natural.

Tanto na perspectiva social, quanto na perspectiva natural, o trabalho estava sem coordenada geográfica. Desse modo, a concepção fragmentada do trabalho ofuscava a compreensão de entendê-lo enquanto parte de uma totalidade social que unifica dialeticamente a ótica social e natural como partes de um mesmo processo.

Com o processo de renovação epistemológica e metodológica da geografia, que se inicia por volta dos anos 70 do século XX, inicialmente na Europa, e depois chegando a América Latina, a geografia passa a abraçar a criticidade e o engajamento

político pautados na interpretação do materialismo histórico e dialético. A noção de trabalho passa a ser compreendida a partir de um ato teleológico, isto é, os processos históricos da humanidade não acontecem por acaso, sempre há uma finalidade para a transformação da natureza pela sociedade mediada pelo trabalho.

O homem se diferencia dos animais porque antes de executar um processo de trabalho ele já o idealiza em sua mente para atender uma determinada finalidade. O ato de idealizar não é fortuito (MOREIRA, E., 2018). O conceito de trabalho sob o materialismo histórico dialético na geografia passa a ser visto como uma expressão metabólica entre o ser social e a natureza. Para Lukács, muito mais importante do que a transformação da natureza e a fabricação de produtos derivados desta transformação, é a consciência da finalidade presente nos processos de trabalho. Segundo o autor,

a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica. (LUKÁCS, 1979, p. 4 apud JÚNIOR, 2002, p. 4).

Nessa perspectiva, o trabalho, enquanto ato teleológico, transforma constantemente e contraditoriamente a história, os processos sociais e consequentemente o espaço geográfico. Desse modo, a geografia, em particular a Geografia Crítica, tem um papel de suma importância para entender as metamorfoses do mundo do trabalho através do espaço geográfico. Segundo Júnior:

[...] a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categorias/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações (JÚNIOR, 2002, p. 4).

A Geografia, através da análise espacial, tem a obrigação de dar ênfase a categoria do trabalho principalmente em um momento histórico onde as relações sociais de produção e de trabalho se alteram bruscamente com consequências nefastas para a classe que vive do trabalho em virtude da crise de reestruturação produtiva do capital que busca, através da competitividade e da mais valia, o lucro desenfreado.

Mészáros chama a atenção para o fato de que, se antigamente as crises cíclicas do capital eram crises de conjuntura e que o capitalismo saía mais fortalecido delas a partir da eliminação de empresas inviáveis, o que segundo Schumpeter denominou de “destruição criativa”, hoje, mais precisamente dos anos 60 do século XX para cá, tem-se uma crise estrutural do sistema que vem se agravando, gerando problemas bem mais sérios do que no passado, afetando até a dimensão mais fundamental do controle sócio metabólico da humanidade e até mesmo o meio ambiente de forma grave. Ao invés de uma “destruição criativa” tem-se na contemporaneidade uma “produção destrutiva” (MÉSZÁROS, 2011).

Ainda segundo o Mészáros, para superar a continuidade da exploração do trabalho pelo capital só destruindo o tripé que rege o sistema sócio metabólico do capital: Capital, Trabalho e Estado. O capital é um sistema que antecede o capitalismo e foi posterior a ele na antiga URSS e nos países do Leste Europeu. Não basta destruir apenas um ou dois dos elementos do sistema do capital como foi feito nos países citados quando “expropriaram os exploradores” e eliminaram o sistema político-jurídico da propriedade, porém, deixaram intacto o sistema do capital o qual Mészáros denominou de sistema de capital pós-capitalista. Mészáros (2011) afirma ainda que:

[...] dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...) Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade (MÉSZÁROS, 2011 p. 16).

Como aliado histórico do capital, o Estado capitalista executa o controle social e do trabalho ao regular crédito e linhas de investimentos via projetos de modernização e racionalização das atividades produtivas. Como aponta Harvey (2005):

[...] o mesmo tipo de regulação estatal da oferta e do crédito de dinheiro. Do mesmo modo, se a margem de lucro precisa ser equalizada, então tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande

mobilidade, o que significa que o Estado deve se empenhar, quando necessário, em remover as barreiras em favor da mobilidade. Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar a sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, [...] a eliminação de barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho [...] estão todos dentro do campo de ação do Estado [...] (HARVEY, 2005. p. 84).

Desse modo, a intervenção econômica do Estado reproduz junto à classe que vive do trabalho a manutenção do exército de reserva que impulsiona a mobilidade social no espaço norteada pela reestruturação produtiva. O controle exercido pelo Estado perpassa o uso do poder ao garantir o direito de propriedade privada inclusive sobre a mercadoria força de trabalho (SOUTO; MELO, 2012). Daí afirmar Mészáros (2011) que a eliminação desse sistema destrutivo, expansionista e incontrolável só acontecerá se o conjunto de suas células malignas que aprisionam o trabalho forem exterminadas, isto é, o Capital, o Estado e o Trabalho refém desse sistema.

Isso não significa dizer que o trabalho, o motor da evolução da humanidade deva ser extinto, mas sim, o trabalho estranhado, alienado, precarizado que confere poder ao capital, pois, é desse tipo de trabalho que o capital precisa para sobreviver e se expandir. Todavia, o Trabalho não precisa do Capital para sobreviver.

Mészáros (2011) ressalta que a transição para o socialismo vai se dar a partir da movimentação radical das massas e que esses movimentos não terão sucesso se continuarem agindo, como na atualidade, de forma imatura acreditando que aos poucos podem ir ao encontro do socialismo a partir das brechas de reforma do capitalismo. Também destaca o autor que a reforma institucional e parlamentar não seriam necessárias para vencer o capital uma vez que ele se desenvolve fora de ambos. A solução seria pelo viés de um movimento radical das massas que garantisse a confluência de sindicatos e partidos que foram separados pelo capital. Mészáros realiza ainda uma crítica para os que defendem a continuidade do sistema como o único caminho possível, ao declarar que vivemos em um mundo fictício e não real, onde seus defensores ignoram a não existência de classes e de suas respectivas contradições. Segundo o autor:

Os defeitos estruturais e os *antagonismos* explosivos do mundo em que vivemos são negados, ou cegamente desconsiderados, com grandes justificações explicativas pelos que esperam que acreditemos

que “no mundo real” não há alternativa alguma para a dócil aceitação das condições necessárias ao funcionamento sem problemas do sistema global do capital. A ação de fazer reformas estruturais como pregam os liberais não acabam com o sistema de criação e exploração da pobreza. Tenta-se combater as consequências e não a sua causa. No mundo fictício os efeitos são separados de suas causas (MÉSZÁROS, 2011, p. 38).

Na atualidade, a crise da reestruturação produtiva do capital tanto a nível mundial quanto nacional acarreta uma série de impactos no âmbito do trabalho com reflexos na dinâmica do espaço e nas diferentes escalas de análise como o território, a paisagem, o lugar e a região.

Para o caso da realidade brasileira, a busca pela competitividade intercapitalista que se inicia nos anos 80 do século XX, se acentua na década de 90 daquele século com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a sua política econômica apoiada no neoliberalismo. No presente momento, essa política tem ganhado força a partir de um golpe parlamentar, midiático, judicial que trouxe de volta ao poder a elite-oligárquica-conservadora. Essa elite considerada por muitos como ultra conservadora tem instituído uma série de mudanças político-econômicas e sociais para alimentar o crescimento do capital e jogar todo o ônus da crise do próprio sistema nas costas da classe trabalhadora. Essas políticas já vêm demonstrando seu grau de perversidade para com a classe-que-vive-do-trabalho através das reformas trabalhista, previdenciária, administrativa que retiram do trabalhador direitos conquistados ao longo de muitos anos de luta.

Se as mudanças levadas a efeito pelos golpistas e fortalecidas pelo ditador eleito com o apoio da mídia e da elite nacional é prejudicial ao trabalhador, por outro lado elas são extremamente favoráveis à expansão e consolidação: do capital financeiro representado pelos bancos; do capital empresarial, representado pelas empresas multinacionais e pelas empresas nacionais; e pelo capital agrário representado pelo agronegócio e pela pequena e média propriedade rural capitalista.

Nesse contexto, mais do que nunca se torna fundamental para a ciência geográfica analisar a temática do trabalho e tentar desvendar toda a barbárie hodierna que amarra o trabalho às clivagens do poder esmagador do capital.

Não podemos deixar de mencionar aqui os grandes impactos ambientais derivados da reestruturação produtiva do capital, que na sua sede por lucro, devasta a natureza sem limites, vide o aumento da devastação da Amazônia em 2019 pela sede do agronegócio capitalista. Como assevera Antunes (1999), a lógica societal voltada

prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital tem ampliado a degradação da relação metabólica entre homem e natureza.

A espacialização/territorialização da reestruturação produtiva nos leva ao conceito de metabolismo societário do trabalho. Esse metabolismo se reflete no avanço de formas de trabalho flexível, fragmentado, precarizado, terceirizado. Some-se a isso os ataques à legislação trabalhista, como já enfatizado, ameaçando os direitos adquiridos e que levam cada vez mais ao processo de estranhamento do trabalhador nas atividades que estão empregados bem como um aumento do *exército de reserva*, através do crescente número de desempregados pelo campo e pela cidade que alcançou em maio de 2019 13,1 milhões de pessoas (IBGE, 2019). São os errantes, marginalizados - dispensados pela sociedade flexível e desregulamentada (JÚNIOR, 2011).

Além do número crescente de desempregados que tem assombrado a combalida economia brasileira no pós golpe, é florescente também o aumento de empregos informais que também são subordinados/integrados à lógica da reestruturação produtiva no Brasil que na atualidade bate um novo recorde de 41% (IBGE, 2019). Júnior (2002) chama atenção para o fato de que o setor informal da atualidade não é mais um depósito de força-de-trabalho autônoma. O setor informal agora, cada vez mais, passa a estar subordinado à lógica de produção do setor formal sob os ditames do capital. A informalidade também se complexificou.

Essas atividades informais não só se expandem como também são incentivadas em tempos de crise do capital para livrar os empresários das leis trabalhistas. Cada dia mais, avança no Brasil, o projeto de desregulamentação dessas leis para fortalecer o poder do capital às custas da exploração da classe trabalhadora, sustentadas/camufladas em discursos que as defendem como algo necessário a modernização do país e que irá aumentar o número de empregos. O que se tem visto depois que a reforma trabalhista foi aprovada foi o avanço de 12 para 13 milhões de desempregados de 2017 para 2019.

Lembremos aqui o termo emprestado de Oliveira (2005), *modernização conservadora e excludente*. Ressaltamos que, na segunda metade da década de 90 do século XX, com a introdução das políticas neoliberais no Brasil, o desemprego só fez acentuar. A mesma coisa tem acontecido em outros países como no México, no Peru, na Itália e na Espanha, isto é, a lei de flexibilização, apenas precariza as condições de trabalho. Com a flexibilização, demite-se x% dos empregados formais e aumenta-se x% de empregos precarizados. Ou seja, desemprega primeiro, para depois reempregar a

mesma força de trabalho que foi desempregada inserindo-a em novos postos de trabalho, só que dessa vez sem os direitos assegurados pela constituição de 1988.

O que Júnior (2002) já destacava em 2002, reflete bem o que acontece na conjuntura político-econômica do país na atualidade mais precisamente no que tange às questões trabalhistas. Segundo o autor

As conquistas alcançadas pelos trabalhadores no (limitado) texto constitucional de 1988 estão seriamente abaladas com as iniciativas de desregulamentar aspectos importantes do contrato de trabalho, como o *desnecessário* registro em carteira, em nome do barateamento do custo do trabalho, escudado pela campanha nacional “Custo Brasil”, em nome da garantia de emprego, sendo que a segunda metade da década de 90 foi um dos piores momentos para os trabalhadores brasileiros e para os tais empregos. Mais recentemente, a palavra de ordem no âmbito dos *corredores democráticos* do Planalto e nos labirintos do Congresso Nacional é “flexibilizar” a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A investida dos setores hegemônicos já garantiu vitória parcial para essa empreitada destrutiva do capital sobre a classe trabalhadora (JÚNIOR, 2002, p. 7).

Chamamos atenção também, para o enfraquecimento da luta sindical na defesa dos trabalhadores. Na nossa pesquisa de campo tanto na época do mestrado, quando investigamos a atuação sindical na atividade canavieira, quanto na atualidade quando investigamos a ação sindical na atividade abacaxizeira, percebemos um esfriamento da luta na defesa dos trabalhadores, a ponto de certos sindicalistas afirmarem que a classe patronal, hoje em dia, é um aliada dos sindicatos.

A classe patronal executa em cada época de avanço das forças produtivas uma estratégia para subordinar o trabalho ao capital. Durante a primeira revolução industrial, segundo Moreira (1998),

predominou a estratégia de pagamento do salário por peça, de modo a instalar a concorrência entre os trabalhadores de ofício e a explorar a sua estimulação por mais salários. Na de introdução do paradigma taylorista, foi o despojamento do saber operário pela usurpação do trabalho intelectual de concepção e a troca do salário por peça pelo salário padrão. E agora na da introdução da estratégia toyotista, é a ação repressiva destinada a desmontagem do sindicalismo de massa e a pulverização coercitiva do sindicato por empresas (MOREIRA, 1998, p. 53).

Bem diferente da atuação sindical no pós 1978, quando o sindicalismo emergia pondo em cheque uma série de reivindicações dos trabalhadores, ancorado em greves

que faziam tremer o silêncio da ditadura e fez florescer uma luz no fundo do poço para a possibilidade de novas conquistas trabalhistas para a classe que vive do trabalho. Segundo Antunes (1999), as formas de controle/organização do trabalho com base no toyotismo e os processos daí adjacentes, colocam em xeque novas questões relacionadas à exploração do trabalho e que estão impactando fortemente as instâncias organizativas e políticas.

Para o caso da análise da conjuntura nacional na atualidade, todos os direitos trabalhistas conquistados através de muita luta estão agora ameaçados com o avanço dos liberais golpistas e o novo governo eleito no rastro do golpe e suas políticas de complacência com a reprodução do capital nacional e internacional em sua forma mais agressiva para com a classe que vive do trabalho. Basta citar como exemplo, o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, através da reforma trabalhista, em uma clara tentativa de enfraquecer e desmobilizar a ação sindicalista.

Diante do exposto, tem-se que o processo de reestruturação produtiva alicerçado na globalização financeira tem ocasionado mudanças no mundo do trabalho tornando a classe trabalhadora do século XXI muito mais complexa e heterogênea do que o proletariado tradicional dos três séculos anteriores. Para que possamos entender a polissemia que perpassa hoje a classe trabalhadora, segundo Júnior (2002), é necessário que consideremos como parte integrante do metabolismo do capital:

- a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho;
- b) aqueles que se garantem com certa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs;
- c) os trabalhadores proprietários *ou não* dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital;
- d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares;
- e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e;
- f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, da pesca etc.

A estes trabalhadores nós acrescentaríamos os diferentes tipos de operários que labutam no campo, ora na formalidade, ora na informalidade; o camponês que

complementa sua reprodução de vida se assalariando; o boia fria que reside na cidade, é um assalariado formal ou informal no campo e às vezes possui um lote de terra de 0,5, 1 ou 2 hectares de onde retira a complementação da sua boia. Nesse caso a boia é que define mais a subjetividade desses sujeitos sociais em que o metabolismo do capital dificulta/camufla a definição se operário, se camponês. Conforme diz Júnior (2008):

É como se pudéssemos pensar esse quadro a partir da simulação se camponês, se operário, num movimento de ida e volta. Ou então, a plasticidade do trabalho, refeita e lastreada nas mediações que redefinem a (des)realização deste e da classe trabalhadora, para expressar os recortes de identificação de classe sintonizados para aqueles que pensam, atuam e pesquisam cada uma dessas expressões concretas da existência do trabalho (JÚNIOR, 2008, p. 5).

O crescimento tecnológico, embora já constatado que ele acelera a capacidade de desenvolvimento humano, pouco tem contribuído para melhorar as condições de vida e de trabalho dos *errantes* dos fins do século XX e início do XXI. Quando muitas vezes, o avanço tecnológico não separa o trabalhador dos meios de produção, insere-o em atividades que agudizam o grau de alienação, de estranhamento e de exploração do trabalho ou em formas flexibilizadas de contratação, em suma, o insere nas diferentes expressões da precarização.

Com a atual crise do capital, tem-se cada vez mais uma expansão dessas formas de trabalho precarizadas, e não o fim do trabalho como afirmam Antunes (1999) e Júnior (2002) quando argumentam a negação da tese do fim do trabalho. O que se tem é a diminuição do emprego e a expansão de formas precarizadas de trabalho, sobretudo, nos territórios do capital. O proletariado da fase taylorista/fordista/especialista/fabril vem diminuindo para dar lugar a formas de trabalho desregulamentadas devido a reestruturação produtiva do capital. Fragmentação, heterogeneização e complexificação é o que marca o trabalho do século XXI (ANTUNES, 2004).

Para o referido autor, o mundo do trabalho atual tem rejeitado os trabalhadores oriundos da “cultura fordista”, altamente especializados, que têm sido substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. Teríamos o que Beynon (1998, apud Júnior, 2002) chama de *operários hifenizados* que são aqueles que se enquadram em trabalhos parciais, precários, por tempo. Desse modo, como afirma Antunes (1999), a sociedade do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho flexível, terceirizado etc. Para Antunes (2004)

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, neste processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. O sistema de metabolismo, sob controle do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subempregado, desempregado, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham. Esse processo é bastante distinto, entretanto, das teses que propugnam o fim do trabalho (ANTUNES, 2004, p. 335).

Nesse bojo, a geografia, que dentre as ciências sociais foi a que mais se atrasou em definir seu objeto de estudo, corre agora contra o tempo para desvendar e combater as tramas e complexidades que a sociedade do capital impõe ao trabalho, e consequentemente seus reflexos sobre a dinâmica do espaço. Como alguns desses reflexos do embate capital-trabalho na organização espacial, podemos citar os mais notórios como enumera Júnior (2002) a saber: a desterritorialização dos trabalhadores nos centros urbanos e no campo; a subproletarização e a luta pela terra e por um teto no campo e nas cidades respectivamente; o processo de desterração que redefine os deslocamentos da classe trabalhadora pelo território; a magnitude e o conteúdo do processo que tem na heterogeneização do trabalho seu componente principal, particularmente com a crescente incursão da mulher no mercado de trabalho (e todas as implicações sobre o gênero humano), etc.

Assim como as demais ciências humanas, cabe a Geografia lutar pela emancipação do trabalho, romper com o processo que causa exclusão, precarização, estranhamento e alienação do trabalhador, para que a classe que vive do trabalho, possa, de fato, executar um trabalho para a vida e não para as amarras do sistema que lhe oprime e que se expande às custas da sua exploração. Desse modo, a ciência geográfica contribuirá para o desvendamento das manifestações espaciais/territoriais do processo social facilitando-nos para a compreensão das metamorfoses do mundo do trabalho através dos arranjos espaciais que dão forma e conteúdo a dinâmica do espaço, pois como bem assevera Santos (1994), uma sociedade só existe se ela existe geograficamente.

Em tempos de reestruturação produtiva do capital, alicerçado em um golpe parlamentar, no que tange a conjuntura nacional, nunca foi tão essencial uma geografia do trabalho. Através dela é possível efetivarmos de fato uma análise espacial que não omita às contradições das diferenças de classes sociais; que não omita o entendimento

da organização de um espaço com base em uma sociedade dividida entre os que oprimem e os que são oprimidos; que não omite a exploração a que estão submetidos os trabalhadores em diferentes processos de trabalho, sobretudo, em territórios de acumulação e exploração do capital, como o território do agronegócio, onde se acentua as nefastas consequências à vida e à saúde dos trabalhadores.

Desse modo, já podemos nos antecipar e ressaltar que precarização, riscos à saúde e morte são registradas na produção de abacaxi na Paraíba daí a importância de também nos inclinarmos sobre a relação entre Geografia e Saúde.

### **3.3 A relação entre Geografia e Saúde**

O estudo da Geografia Médica surge na Antiguidade ao mesmo tempo em que se desenvolve a própria história da Medicina. Enquanto se considerava as doenças como algo mágico ou sobrenatural, não se tinha interesse em estudar as relações existentes entre o meio ambiente e as enfermidades. Como a Medicina científica surgiu na Grécia, lá por volta do ano de 480 antes da nossa era, também se deve a ciência grega o primeiro tratado de Geografia Médica, escrito por Hipócrates, considerado o pai da Medicina (PESSOA, 1978).

O pensamento hipocrático tornou-se notável na época devido ao fato de ter separado a Medicina da Teologia, da mágica e do folclore, direcionando os conhecimentos médicos de maneira racional e científica.

O primeiro tratado de Geografia Médica, escrito por Hipócrates foi denominado de “Ares, Águas e Lugares.” Na primeira parte ele discute climatologia; já na segunda parte apresenta um estudo enfatizando as diferenças das doenças entre o continente Europeu e o Asiático. Nesses estudos o pai da Medicina analisou os principais fatores geográficos e climáticos que influenciam no surgimento de doenças endêmicas e epidêmicas (PESSOA, 1978).

Para Pessoa (1978) os quatro pontos principais que Hipócrates chamou a atenção em sua obra foram: a) a importância de se determinar a influência da situação das cidades em relação ao sol e aos ventos, na manutenção da saúde e na produção de doenças; b) a relevância da propriedade das águas através de exames que indicassem as boas e as más águas; c) procurar definir quais as doenças que predominam em cada estação do ano; d) comparação entre a Europa e a Ásia condicionando as disparidades

físicas e morais de seus habitantes, às diferenças de solo e de clima dos dois continentes.

Nesse momento pensava-se que a transmissão das doenças se dava através da água, do ar e do sangue. Diante disso, era necessário a intervenção do homem no espaço para combatê-las levando em consideração a capacidade do homem em deixar um ambiente estéril. A partir de então, vários trabalhos de diversas origens e procedimentos metodológicos foram surgindo sob o rótulo de Geografia Médica. Eles tinham como foco comum o estudo da distribuição espacial das doenças em um lugar delimitado, correlacionando-as aos aspectos geográficos, isto é, ao meio físico, com destaque para a questão climática (JUNQUEIRA, 2009).

Segundo Pessoa (1978), de uma maneira geral, até o século XVII, nada de importante apareceu sobre a Geografia Médica que não estivesse explícito no livro “Ares, Águas e Lugares”. Com o processo de colonização, com as grandes viagens e descobertas entre os séculos XVI e XVII, os governos dos países colonizadores passaram a estimular o conhecimento das moléstias que se desenvolviam nos seus territórios. Porém, à medida que o processo imperialista foi avançando, houve a necessidade de conhecer e comparar as doenças dos vários povos que eram conquistados. Segundo Armstrong (1983, apud Junqueira, 2009, p. 2):

Nos séculos XVI e XVII vários médicos que viajavam para as colônias da Ásia, África e América descrevia, em seus diários, informações sobre as cidades, distritos ou países que haviam visitado, nos quais eles priorizavam pessoas e os lugares, as doenças que os afligiam, os métodos locais de tratamentos e as crenças sobre sua causa. Esses relatos ficaram conhecidos como um levantamento médico-geográfico, porém, geralmente não possuíam uma exatidão quanto à localização e temporalidade dos eventos. Contudo, quanto mais frequente se tornavam essas viagens, mais informações eram levantadas para os colonizadores europeus, comerciantes, visitantes e principalmente para o exército (ARMSTRONG, 1983 apud JUNQUEIRA, 2009, p. 2).

Nesse momento surge a Geografia colonial que tinha como objetivo servir de instrumento base para os países imperialistas. Era necessário conhecer os novos territórios para facilitar o processo de colonização. Daí a Geografia que se desenvolvia nessa época ter tido um papel importante no favorecimento do processo de dominação de outros territórios. A Geografia colonial foi herdeira dos trabalhos dos exploradores e naturalistas dos séculos XVI ao XVIII. É também nessa época que se desenvolve a

Geografia Médica, como pode ser constatado nos Atlas de Geografia Médica deste período, os quais traziam informações sobre cuidados preventivos que deveriam ser tomados pelos exércitos europeus no caso de ocupação militar em territórios considerados nocivos para a saúde humana.

Cabe salientar que essa aproximação entre a Geografia e o saber médico se desenvolve em um momento de exaltação ao determinismo geográfico. Tanto é que a explicação para a espacialização das doenças pelo globo era atribuída a questões climáticas. Some-se a isso a visão imperialista e eurocêntrica da época que atribuía a origem de muitas doenças exclusivamente ao mundo tropical, embora, muitas delas tivessem sido exportadas pelo homem europeu e se disseminado pelos países conquistados. Enfim, durante muito tempo a Geografia Médica se limitou apenas ao conhecimento da distribuição e prevalência das doenças tropicais.

Com o desenvolvimento do método positivista, criaram-se fórmulas, cálculos, enfim, modelos matemáticos e geométricos com base nos quais acreditava-se que a natureza poderia ser estudada, dominada e compreendida a partir de tabelas, números, taxas etc. Nesse momento discutia-se que o homem dominando o ambiente também desenvolveria formas de prever as doenças através de vários mecanismos como: melhorias urbanas, sistemas de drenagem, estudos sobre morbidade por uma determinada doença em diferentes tipos de climas, etc. É nesse contexto que a Geografia se aproxima da Epidemiologia (JUNQUEIRA, 2009).

Todavia, só a partir do século XIX é que de fato, ocorreu a sistematização das informações sobre a espacialização das doenças (PESSOA, 1978). Os estudos realizados a partir de então, porém não levavam em conta os agentes etiológicos microbianos das doenças. Suas causas eram atribuídas ao ambiente físico, numa visão de causa e efeito sob a influência ainda da visão determinista (JUNQUEIRA, 2009).

A partir das últimas décadas do século XIX, com o descobrimento das bactérias e parasitas com as pesquisas de Louis Pasteur<sup>24</sup>, a velha tradição hipocrática, quanto a influência da natureza sobre o homem, foi cada vez mais sendo deixada de lado nos estudos de Geografia Médica. Cabe ressaltar o fato de que o próprio Hipócrates nos seus

---

<sup>24</sup> Cientista Francês que influenciou na história da química e da medicina. Suas experiências deram fundamentos para a teoria microbiológica da doença.

textos já chamava a atenção para a questão microbiana como pode ser visto na passagem abaixo de Maurice Favre (1957)

O homem não vive senão suportando a influência contínua ou incessante de um certo número de causas externas, cujo conjunto é o universo. A doença pode resultar de um germe depositado em nosso corpo. É preciso, entretanto considerar-se também o organismo atacado pelo germe, por que o estado das cavidades varia no homem com as condições atmosféricas e climáticas em que vive (FAVRE, 1957, apud PESSOA, 1978, p. 106).

A partir de então, a multiplicação das bactérias era a única causa para explicar a proliferação das doenças. Dessa forma perdeu-se de vista o conjunto das causas que atuam sobre o homem. A Medicina passou a se importar mais com o corpo humano do que com o ambiente físico, e foi deixando de lado a Geografia e se aproximando mais da Biologia. Isso resultou na exclusão da Geografia Médica dos currículos de Medicina (NETO, 2000).

Assim a importância da teoria de Pasteur sobre os micróbios, como a fonte etiológica das doenças e a da imunidade específica como fator de resistência aos agentes infecciosos levou a Medicina a dar pouca importância a outros fatores como a compreensão da dinâmica das doenças e às causas de sua distribuição geográfica. Desse modo, houve um grande recuo de obras de Geografia Médica nesse período.

A aproximação entre a Geografia e a Epidemiologia só se intensificará em meados de 1930, a partir do intuito de se estabelecer as causas para as diversas doenças. Segundo Pessoa,

Só com os estudos mais modernos de biotipologia, dos equilíbrios nervosos ou endócrinos, da ação dos fenômenos naturais, tais como da influência dos climas, das estações, das chuvas, dos ventos é que tais causas voltaram à proeminência de vida, de tal sorte que, hoje, já se fala verdadeiramente de uma medicina neo-hipocrática (PESSOA, 1978, p. 107).

Em 1948, outros epidemiologistas chamaram a atenção para o fato de ter-se atribuído apenas aos germes a causa da maior parte das doenças. Eles passam a considerar outros fatores como a constituição individual e o meio físico os quais consideram tão importantes quanto o meio geográfico e cósmico. É nesse interim que se estabelece o paradigma de Pavlovsk (parasitologista russo), baseado na tríade ecológica homem-agente-meio desenvolvido na sua obra “A teoria dos focos naturais das doenças

transmissíveis” trazendo novamente para os estudos médicos a importância da vertente ambiental a partir da introdução de importantes conceitos como o da “circulação do agente no meio natural e o da formação do complexo agente-ambiente” (JUNQUEIRA, 2009, p.66).

De fato, a Geografia Médica perdeu muito espaço após a época pastoriana<sup>25</sup>, todavia, parte dos seus estudos, sobretudo a partir de 1930 como já enfatizado, paulatinamente foi ganhando força, mais precisamente no ramo da climatologia. A Medicina não tinha como ignorar a importância que o clima exercia sobre a saúde humana e até mesmo no desenvolvimento de certas doenças.

Paralelo a teoria de Pavlovsky, desenvolve-se a teoria dos complexos patogênicos do importante geógrafo francês Max Sorre. Seguidor da escola possibilista, Sorre tentou fazer uma aproximação entre a Geografia Física e a Humana. Seus estudos foram um pouco mais além do que os de Pavlovsky ao tratar da influência humana sobre a formação e a dinâmica dos complexos patogênicos. Segundo Freitas e Vieites (2003):

A teoria do *complexo patogênico*, desenvolvida por Sorre, permitiu abordar uma vasta quantidade de doenças infecciosas e parasitárias, enquanto que a teoria de Pavlovsky se limita ao estudo de enfermidades de animais transmissíveis ao homem, que possuíam seu foco natural - um reservatório silvestre - em um meio “intocado” pelo homem (ou, no mínimo, onde este fator não seria levado em conta). De acordo com Sorre (1982), os complexos patogênicos expressam equilíbrios em eterna transformação e sua evolução se traduz em mudanças nas áreas das doenças infecciosas (FREITAS; VIEITES, 2003, p. 10).

Se aproximando da Ecologia, ao tratar também do conceito de ecúmeno (habitat do homem), Sorre enfatiza que o conceito de meio deve ampliar-se ao considerar a produção que os homens exercem sobre o mesmo. E esta é a principal diferença entre Sorre e Pavlovsky. Logo o conceito de complexo patogênico se assemelha ao de gêneros de vida, quando tenta compreender a dinâmica do meio através da integração das dimensões físicas, químicas, biológicas, econômicas, culturais e sociais. Entretanto

---

<sup>25</sup> A época em que a medicina se dedicou ao estudo dos microorganismos como causadores das doenças.

deve-se chamar a atenção para o fato do conceito de gênero de vida não se encerrar no de complexo patogênico (FREITAS; VIEITES, 2003).

Convém destacar o forte impulso no desenvolvimento da Geografia Médica a partir da segunda guerra mundial dado pelos norte-americanos. Estes, cujo surto científico se desenvolveu praticamente na época pastoreana, atrasaram-se em tais estudos tendo apenas um único trabalho de importância, datado de 1850, sobre doenças no interior da América do Norte seguindo a tradição hipocrática. A partir de 1930, sob os auspícios da seção de Ciências Médicas do Conselho Nacional de Investigações, foi elaborado de um tratado visando melhor esclarecer a distribuição geográfica das doenças (PESSOA, 1978).

Entretanto, a Geografia Médica só ganhou impulso nos EUA devido a pressão da segunda guerra mundial, a partir do momento em que o exército americano lutava em terras asiáticas, pois era essencial as informações sobre as doenças para as operações militares.

Segundo Freitas e Vieites (2003, pg.35), o conceito de saúde definido pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 1948 pregava que a saúde "é o estado de completo bem-estar físico, psíquico e social e não meramente a ausência de enfermidades". Essa concepção de saúde deve ter influenciado o reconhecimento oficial da Geografia Médica em 1949, durante a criação da Comissão de Geografia Médica da União Geográfica Internacional - UGI (1949) – sediada em Lisboa (ROJAS, 1998 apud Freitas 2003, p. 5). A partir desse momento, os estudos da Geografia Médica passaram de fato a ser um ramo da Geografia, pois até então, eram realizados hegemonicamente pelos médicos (JUNQUEIRA, 2009).

A partir de então, uma série de outras questões foram sendo levadas em consideração nos estudos de Geografia Médica, para além das questões biológicas e ambientais. Começava a se dar ênfase as questões sociais e culturais como determinantes dos problemas relacionados a saúde e a doença. Nesse processo, em 1976, na cidade de Moscou-Rússia, através de um pedido à Comissão de Geografia Médica da União Geográfica Internacional (UGI), o termo Geografia Médica foi trocado por Geografia da Saúde embora em alguns países continue sendo utilizado a antiga expressão Geografia Médica. Isto foi justificado à época pela abrangência assumida por esta vertente da ciência geográfica (JUNQUEIRA, 2009) na medida em que ela incorporou questões de ordem social como acesso à educação, infraestrutura,

moradia, saneamento básico, qualidade de vida, dentre outras, como questões relacionadas com a saúde das populações. Defendia-se que o termo Geografia da Saúde era mais amplo por envolver tais questões de ordem social e cultural (NETO, 2000).

A partir de 1980, sob a influência da corrente neopositivista e os avanços na informática e no desenvolvimento de softwares, a Geografia da Saúde, com o objetivo de assimilar as formas de disseminação das doenças no tempo e no espaço passa a se apoiar na estatística para associar dados de diferentes indicadores através das técnicas de análise espacial e do geoprocessamento.

De acordo com Peiter (2005, apud JUNQUEIRA, 2009), a maioria dos estudos de Geografia da Saúde foram e ainda são mais desenvolvidos nos países de língua inglesa como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Em países latino-americanos, é crescente a Geografia da Saúde em vários países como a Venezuela, o México, o Panamá, Cuba- que já desponta nessa área há muito tempo- além do Brasil.

### 3.3.1 Da Geografia Médica à Geografia da Saúde no Brasil

A Geografia Médica no Brasil já era desenvolvida de forma vigorosa antes mesmo da era pastoreana através do relato de viajantes que passaram por aqui e enumeraram inúmeras moléstias que assolavam a população como Lery, Thevet, Saint Hilaire, dentre outros. Em 1808 com a fundação das faculdades de Medicina no país, vários trabalhos foram publicados enfatizando a Geografia das doenças ou a patologia geográfica das várias regiões brasileiras (PESSOA, 1978).

Em 1908, em comemoração ao centenário do ensino médico no Brasil, a Academia Nacional de Medicina publicou uma vasta bibliografia sobre estudos que se enquadravam no ramo da Geografia Médica dentro de uma visão determinista em que associava o solo, a vegetação, o relevo, e sobretudo, o clima como as causas principais das doenças. Segundo Pessoa:

Os autores esmeravam-se em colecionar dados sobre a temperatura, umidade, pressão, calor, ventos, tempestades, dados que eram cuidadosamente transcritos nos tratados de patologia. Alguns deles, todavia, destacam-se pela sua excelência e farta messe de ensinamentos, sendo até hoje de proveitosa consulta, não só para o médico ou sanitaria, como para o historiador ou geógrafo (PESSOA, 1978, p. 113).

Para Pessoa (1978), Sigaud<sup>26</sup> é considerado o primeiro geógrafo médico brasileiro, destacando-se em 1844 com a publicação do seu renomado livro *Du Climat et des Maladies du Brasil*. Para o autor a forma como foi escrito o livro enfatizando a ligação dos fenômenos patológicos às causas naturais, a síntese histórica, médica e geográfica da nosologia brasileira, dão garantia para esta obra ser considerada o primeiro tratado brasileiro de Geografia Médica.

Porém, só a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente a partir de 1950, é que, devido ao processo de colonização promovido pelo Estado brasileiro das regiões Norte, Centro-Oeste e do interior nordestino atrelado a programas desenvolvimentistas, é que se expandem os estudos de Geografia Médica no Brasil.

De acordo com Alievi e Pinese (2013):

É a partir da década de 1950 que as pesquisas se concentrariam nas doenças presentes nas áreas em que havia o movimento de interiorização e integração do território brasileiro e, em meio a este contexto é que a Geografia da Saúde no Brasil começará seus primeiros estudos, não antes sem empreender algumas mudanças fundamentais no que tange ao arcabouço teórico-metodológico em que se apoiava (ALIEVI; PINESE, 2013, p. 1).

Todavia, esses estudos tinham como objetivo servir de base para a expansão do capitalismo em regiões ainda despovoadas. Junqueira (2009) e Ferreira (2003) afirmam que esse período foi marcado por uma Geografia Médica que servia aos interesses do Estado e de uma classe dominante, não existindo ainda um viés crítico que correlacionasse os problemas de saúde a questões sociais, econômicas, culturais e políticas.

Segundo Junqueira (2009), foi no período dos governos militares, mais precisamente em 1972, que se publicou uma obra intitulada “Introdução a Geografia Médica do Brasil”, por Carlos S. Lacaz. O objetivo era integrar o conhecimento de Médicos e de Geógrafos sobre a região Nordeste e Centro-Oeste numa tentativa de resgatar as pesquisas que norteavam a relação entre Geografia e saúde deixados para

---

<sup>26</sup> José Francisco Xavier Sigaud. Nascido em Marselha (1796) e falecido no Rio de Janeiro (1856). Médico pela faculdade de Medicina de Estrasburgo veio para o Brasil em 1825. Foi um dos 5 fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

trás depois que afloraram os estudos sobre a etiologia das doenças e sobre epidemiologia.

Junqueira afirma que o objetivo da obra de Lacaz não conseguiu ter êxito devido ter sido publicada em um momento histórico onde se estabelecia a ditadura militar. Naquele momento, a Geografia Médica atrelou-se aos interesses do capitalismo em expansão pelo território brasileiro, o que a impedia uma análise crítica da questão da saúde.

Entretanto, depois da criação da Escola Nacional de Geografia Médica em 1970, e a ascensão da Geografia Crítica de abordagem marxista no final desta década, eclode paulatinamente o que se consolidou em chamar de Geografia da Saúde que agora passava a dar atenção a análise social do espaço tendo como referência o Geógrafo Milton Santos. Nas palavras de Rojas (2003) é desta integração entre a Geografia Médica e as contribuições teóricas da Geografia Crítica que nascerá o que veio a ser denominado de Geografia da Saúde.

Entendendo Santos que a dinâmica espacial corresponde ao resultado das relações sociais que se desenvolvem entre os homens em um determinado momento histórico, isto é, que a organização do espaço vai depender em última instância da forma como os homens produzem suas condições materiais e culturais necessárias a sua existência num processo contínuo de transformação homem-natureza-homem, por esse viés, a Geografia da Saúde levando em consideração a perspectiva crítica de Santos passa agora a entender que os problemas relacionados a proliferação de doenças não tem suas raízes apenas em questões biológicas e climáticas.

As condições socioeconômicas, de trabalho, de idade, de infraestrutura, de investimentos em saúde e educação, as questões culturais, todos esses fatores agora passam a ser levados em consideração no que tange a proliferação de doenças. Segundo Sabroza (1991 apud ROJAS 1998, p. 707), “el espacio socialmente organizado, integrado y profundamente desigual, no apenas posibilita, sino determina la ocurrencia de endemias y su distribución”. Para Rojas (1998):

Entre los procesos que más han afectado las condiciones de vida y la salud de la población en los últimos decenios, se destacan las desigualdades e inequidades sociales, el intenso proceso de urbanización, los cambios en la composición de la fuerza laboral, en la estructura de edad de la población, en el nivel educativo así como la organización de los servicios públicos y especialmente el papel del gobierno ante ellos (ROJAS, 1998, p. 707).

Rojas (1998) afirma que a intensa crise econômica que se abateu sobre os países latino-americanos nos anos 80 do século XX implicou em ajustes estruturais no desenvolvimento econômico o que resultou na perda da capacidade desses países investirem em setores como educação e saúde, acentuando ainda mais a problemática com o processo de privatizações a que foram submetidos.

Todavia, embora a Geografia da Saúde ainda seja uma área em expansão, se destaca hoje em países latinoamericanos centros docentes de investigação, que articulam e integram tanto a base conceitual do espaço geográfico, a sua construção e organização, como as técnicas mais atuais da investigação geográfica como o geoprocessamento, a cartografia digital com resultados destacados especialmente no campo das enfermidades infecciosas e parasitárias tais como a malária, chagas, lepra, leishmaniose, dentre outras (ROJAS, 1998).

Em síntese, a Geografia da Saúde leva em consideração os diversos fatores que influenciam na disseminação das doenças para que se possa traçar planos de combate as mesmas tendo como princípio agora, como assegura Junqueira (2009), uma Geografia da Saúde e não para a saúde, cujo objetivo é ir além de apenas combater o foco das doenças, mas antes de tudo, mostrar as suas reais causas levando em consideração além das questões climáticas/biológicas, as sociais/econômicas como já salientado.

Dessa forma não tem como dissociar uma Geografia da Saúde do processo de globalização e as conseqüentes fases de expansão e crise do capital e de seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora, que acarretam formas de trabalho precarizadas com conseqüências danosas a saúde do trabalhador. As questões sociais e econômicas são um dos fatores que mais favorecem a disseminação das doenças. E para melhor se compreender o processo saúde-doença se faz necessário entender o homem “no seu meio físico, biológico, social e econômico” (SANTOS, 2010, pg. 39).

Em suma, há uma necessidade de se explicar os problemas de saúde-doença intercalando com fenômenos como a urbanização acelerada, a falta de reforma agrária, o efeito estufa, as mudanças na legislação trabalhista vigente em nosso país, o sistema previdenciário, dentre outras questões, pois como assevera Santos (2010) é nas condições de vida e de trabalho do homem que as causas das doenças deverão ser buscadas. Portanto, deve-se entender como o meio ambiente (físico e social) interfere nas condições de vida, de trabalho e de saúde da população.

Como afirma Rojas (1998) é o desenvolvimento do subdesenvolvimento a principal causa da distribuição desigual dos problemas de saúde. Para ele, os elementos naturais são condicionantes enquanto que as profundas desigualdades sociais são determinantes. A gradativa transformação do meio natural em meio técnico-científico-informacional implica nas discrepâncias entre o homem e o meio e entre o homem e os próprios homens ocasionando o aumento das injustiças sociais (ROJAS, 1998).

### 3.3.2 A Geografia da Saúde do Trabalhador

No início dos anos de 1980, surge na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) mais precisamente no Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC), um grupo de estudos denominado de Grupo de Estudo em Saúde e Trabalho em meio rural (GESTAR), composto por médicos sanitaristas e de promoção à saúde, enfermeiros, engenheiros (da Engenharia da Produção), economistas, sociólogos, biólogos, psicólogos, entre outros (MOREIRA, E., 2019). Tal grupo emerge logo no bojo da

ressurgência no país da questão da saúde do trabalhador enquanto questão social (1978-79), a partir de denúncias realizadas pelos trabalhadores ceramistas, químicos, metalúrgicos, da construção civil, etc, sobre suas condições de trabalho insalubres, penosas e perigosas, que resultavam em mortes, invalidez, sofrimento por mutilação, ou doenças de caráter irreversível (MOREIRA, E. et al., 1994, p. 4).

Nesse momento histórico os trabalhadores articulados com profissionais de diversas áreas comprometidos com o processo de democratização incentivaram uma “análise crítica da atuação dos setores responsáveis pela finalização, pela segurança e saúde nos ambientes de trabalho, questionaram os dados oficiais sobre acidentes e doenças do trabalho, a legislação sobre acidentes e sobre segurança, etc” (MOREIRA, E. et al., 1994, p. 4). Em setembro de 1979, em São Paulo, realizaram “as Semanas de Saúde do Trabalhador (SEMSAT), onde técnicos, lideranças sindicais e os trabalhadores aprofundaram a questão do impacto das condições de trabalho sobre a saúde” (MOREIRA, E. et al., 1994, p. 4).

Em pouco mais de 10 anos, foram criados: o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST/CUT), inúmeras assessorias de saúde aos Sindicatos, à Força Sindical, etc. Estes fatos se somam e se articulam aos da luta por uma

reforma sanitária que exigia do Estado, uma Política Nacional de Saúde que atendesse às necessidades da população e que incorporasse as ações em Saúde do Trabalhador (MOREIRA, E. et al. 1994, p. 5).

Eis que tanto na Constituição Brasileira de 1988, quanto na Lei Orgânica de Saúde de 1990, novos espaços são abertos no plano do direito, onde o direito à saúde precisa expressar também direito ao trabalho, às condições dignas de trabalho etc.

No plano concreto da vida/trabalho, vai se descortinando o campo de guerra (interesses e contradições de base social) com mecanismos de controle com hegemonia do capital, na evolução e na expansão do processo produtivo, onde milhares de trabalhadores se expõem a riscos químicos, físicos, biológicos, as cargas dos trabalhos repetitivos e perigosos, entre outros (MOREIRA, E. et al., 1994, p. 6).

A criação de Serviços de Saúde dos Trabalhadores em inúmeros municípios brasileiros, bem como investigações realizadas por entidades sindicais ou universitárias foram revelando as doenças por contaminação com substâncias químicas (metais pesados, agrotóxicos, etc.); “as tenossinovites decorrentes das tarefas repetitivas (digitação, montadores de peças); as lombalgias; as mutilações por equipamentos cortantes, por quedas (de andaimes); os distúrbios mentais e o alcoolismo decorrentes de trabalhos extenuantes, etc.” (MOREIRA, E. et al., 1994, p. 4).

O GESTAR, criado em 1983, como primeiro grupo de pesquisa brasileiro em saúde do trabalhador se debruça sobre tema e realiza entre 1984 e 1985 sua primeira pesquisa que abordava as condições de trabalho, de vida e saúde dos trabalhadores da cana e do abacaxi na Zona da Mata da Paraíba. No final da pesquisa, a necessidade de realizar um mapa síntese da realidade estudada levou o grupo a fazer contato com a geógrafa Emilia Moreira. A partir de então uma geógrafa integrou o GESTAR e contribuiu com seus aportes teóricos na área da Geografia Crítica para a realização dos primeiros estudos de Geografia da Saúde do Trabalhador. Nesse momento, o espaço, o trabalho e a saúde do trabalhador passam a ser vistos de forma indissociável.

A pesquisa financiada pelo CNPq que teve por objetivo estudar o espaço agrário canavieiro e as condições de trabalho, saúde e vida das crianças e adolescentes trabalhadores da cana na Paraíba cujo título para publicação é “Os caras pintadas de suor e fuligem da cana” (MOREIRA, E. et al., 1994), foi realizada no âmbito do

Departamento de Geociências e do GESTAR – UFPB e pode ser considerado o precursor de uma Geografia da Saúde do Trabalhador no Brasil.

Do ponto de vista teórico metodológico a investigação teve como ponto de partida a compreensão do espaço enquanto produto social. Neste sentido procura demonstrar que o espaço produzido socialmente constitui “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1996, p. 71).

Visto por esse prisma, segundo Moreira, o espaço social “não é algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico” (MOREIRA, E. 2018, p. 16).

Desse modo, para Moreira (1994), estudar as condições de trabalho, vida e saúde dos trabalhadores rurais, “passa necessariamente pelo descortinamento do processo histórico de produção do seu espaço de vida e trabalho e conseqüentemente da sua forma de inserção no processo de trabalho à luz do processo de reprodução da força-de-trabalho sob o capital” (MOREIRA et al., 1994, p. 16).

Esses são os aspectos que buscamos abordar no decorrer dessa tese, ao analisarmos as características do trabalho assalariado no Nordeste e na Paraíba tendo por suporte a produção do espaço agrário regional e paraibano. Ao focarmos os trabalhadores do abacaxi, pretendemos entender a submissão do espaço agrário ao processo de acumulação do capital e as conseqüências desse processo sobre as condições de trabalho, vida e saúde dos daqueles que trabalham nessa atividade na Paraíba.

#### **4 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO NORDESTE BRASILEIRO: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RELAÇÕES TRABALHO**

A região Nordeste do Brasil, palco inicial da conquista e da colonização portuguesa é caracterizada, segundo Manoel Correia de Andrade (1998):

[...] como área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda *per capita* dos seus habitantes, ou, então, como a região das revoluções libertárias de

que fala o poeta Manoel Bandeira em seu poema. Evocação do Recife (ANDRADE, 1998, p. 23).

A atual configuração do território regional foi realizada em 1968 pelo IBGE, quando ele elaborou a divisão do país em grandes regiões geográficas, definindo nove estados como pertencentes a região Nordeste, quais sejam: Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. Perfazendo uma área de 1.554.257,0 km<sup>2</sup> que representam 18,2% do território nacional, o Nordeste do Brasil é uma região geográfica influenciada por fatores físicos (clima, relevo, vegetação, solos, hidrografia) bem como pela dinâmica das relações sociais de produção durante o processo de produção do espaço ao longo do tempo histórico.

À pluralidade de paisagens naturais e as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza através do trabalho ao longo do tempo ou, nas palavras de Santos (1980), a transformação da natureza natural em natureza humanizada torna o Nordeste uma região plural.

Malgrado a forte influência do quadro natural na individualização das paisagens, ele não é determinante, mas condicionante das formas assumidas pela produção do espaço agrário regional. Fenômenos como a seca, por exemplo, não podem ser desconsiderados no processo histórico de produção do espaço agrário do semiárido. Andrade (1998) inclusive, destaca o clima como o elemento natural com maior potencial condicionante da diferenciação de áreas “através do regime pluvial exteriorizado pela vegetação natural” (ANDRADE, 1998, p. 25). Foi com base nos condicionantes naturais e nas formas dominantes da organização da produção agropecuária que Andrade (1963) distinguiu quatro subunidades regionais no Nordeste: a Zona da Mata, o Agreste, o Sertão e o Meio Norte como pode-se observar nas considerações abaixo.

---

Daí distinguir-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”<sup>27</sup>, com seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca, do Sertão<sup>28</sup>, também quente, porém seco, e não só seco,

como sujeito (...) a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração. Entre uma área e outra se firma uma área de transição com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o Sertão, alternando-se constantemente e à pequena distância, que o povo chamou de Agreste<sup>29</sup>. Dessa diversidade climática surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e consagrada no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos, que se complementam economicamente, mas que política e socialmente se contrapõem: O Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura e, ao Oeste, o Meio Norte<sup>30</sup>, ainda extrativista e pecuarista (ANDRADE, 1998). (Mapa 2).

Mapa 2 – Regiões geográficas do Nordeste



Fonte: Andrade (1998).

Embora várias outras divisões regionais tenham sido realizadas para o Nordeste, esta, segundo Moreira (2013), se destaca pela definição de conjuntos espaciais que apresentam individualidade própria resultante da forma assumida pelo processo histórico de produção do espaço.

Na construção intelectual da região Nordeste, Gilberto Freyre interpreta a região a partir da zona da mata e cria a civilização do açúcar; Djacir Menezes parte do Outro Nordeste, o Sertão da “civilização do couro e do algodão”; Celso Furtado a explica pela formação do Complexo econômico nordestino; Manuel Correia de Andrade, em 1963, dá sequência a este processo de construção intelectual ao traduzir o Nordeste não apenas como espaço físico da zona da mata ou sertão, presentes nos nove estados da região, mas das diferenças intrarregionais de outros subespaços, como o agreste e o Meio-Norte. E, no interior desses subespaços, a partir do ponto de vista econômico e social, analisa as áreas menores com suas diversidades internas, especificidades e articulações dentro da região (CARVALHO, 2014, p. 8).

Este capítulo aborda a evolução da produção do espaço agrário e das relações de trabalho no Nordeste brasileiro tendo como foco o trabalho assalariado e como recorte territorial, as regiões geoeconômicas criadas por Manoel Correia e as Mesorregiões e Microrregiões definidas pelo IBGE em 1990. O objetivo é resgatar o processo histórico de ocupação do espaço agrário nordestino e a evolução das formas de organização da produção e do trabalho segundo as regiões geoeconômicas de Manoel Correia de Andrade, chamando a atenção para o trabalho assalariado.

#### **4.1 Produção do espaço agrário nordestino e trabalho assalariado**

A produção do espaço agrário nordestino acha-se intrinsecamente relacionada à expansão do capitalismo mercantil europeu. Neste, de acordo com Furtado (1983), a concepção de riqueza ainda mantinha estreita relação com o tamanho do tesouro do reino, isto é, quanto maior a quantidade de ouro que possuía uma nação, mais rica ela seria. Neste sentido, ele afirma que “o ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos

européus, em sua primeira etapa de existência histórica” (FURTADO, 1983, p. 6). Desse modo, só com a descoberta das minas de Potosi no Peru, quando os portugueses acreditaram que as terras brasileiras podiam ter uma riqueza como a que os espanhóis acabavam de encontrar é que resolveram manter o domínio sobre elas (MORAES, 2001).

É dentro desta perspectiva que o Nordeste surge e se desenvolve inicialmente, isto é,

como parte do movimento mais geral de expansão do capitalismo mercantil, na aurora mesmo do capitalismo e da economia-mundo centrada na Europa, com funções muito precisas de uma colônia e no quadro mais geral da divisão de trabalho que começava a se consolidar. Tratava-se, na expressão de Fernando Novais (1979:58), “de um sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização européia entre os Descobrimientos Marítimos e a Revolução Industrial”. Por esse sistema, através das relações comerciais cada vez mais intensas e desiguais entre um pólo metropolitano e outro colonial, consolidaram-se, na Europa, não só a forma capitalista de organização da produção, mas os Estados metropolitanos, peças fundamentais na consolidação e no aprofundamento das relações capitalistas (GUIMARÃES, 1979, p. 59).

Com base no exposto entende-se que a incorporação do território brasileiro, aí inserido o do Nordeste e o da Paraíba, ao espaço econômico europeu foi resultado da expansão capitalista européia em sua fase inicial e não da transposição de uma sociedade feudal. Até porque a escravidão e a produção essencialmente voltadas para o mercado externo não são características básicas de um sistema feudal<sup>31</sup>

Moraes (2001) chama a atenção para o fato de que a colonização brasileira foi terceirizada e privatizada não tendo existido um investimento de capitais por parte da coroa portuguesa. Desse modo na Zona da Mata nordestina foi o colono quem “teve que montar o engenho, plantar o canavial, conseguir mão-de-obra” (MORAES, 2001, p. 108). O sistema de plantation aí instalado modificou-se ao longo do tempo sem, porém perder suas características fundamentais: o latifúndio, a monocultura e a exploração do trabalho como será visto a seguir.

---

<sup>31</sup> Não é preocupação deste estudo a discussão da formação social do Brasil se capitalista ou feudal uma vez que concordamos que o Brasil colonial já nasce submetido à exploração do capitalismo mercantil. Sobre a polêmica pode-se consultar entre outros: Nelson Werneck Sodré (1962); Caio Prado Júnior (1981); Alberto Passos Guimarães (1979).

#### 4.1.1 Produção do espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata nordestina

A formação do espaço da Zona da Mata nordestina segundo Ruy Moreira (2014) acha-se inserida no que ele denomina de “segunda fase do processo de formação do espaço brasileiro” (MOREIRA, 2014, p.36) a qual seria marcada por “ciclos de assentamento” que estariam diretamente relacionados seja à sucessão, seja à coexistência de “ciclos econômicos”. Na Zona da Mata o ciclo econômico responsável pelo processo inicial da produção do espaço foi o do empreendimento açucareiro.

De modo geral pode-se identificar, do início da colonização aos dias atuais quatro grandes momentos da organização da produção na atividade canavieira desenvolvida na Zona da Mata: o do domínio dos Engenhos; o da efêmera experiência dos Engenhos Centrais; o de dominação da usina de açúcar e; o de domínio das destilarias de álcool (MOREIRA; TARGINO, 1997). Segundo Moreira (inédito) esses quatro momentos representam as diferentes fases e faces assumidas pelo capital no campo da Zona da Mata nordestina.

##### a) O domínio dos engenhos

O domínio dos engenhos não só marcou a fase inicial de subordinação da Zona da Mata nordestina à lógica da exploração colonial, ou seja, à lógica da dominação do capital mercantil sobre seu território como se estendeu até o final do século XIX apresentando ao longo desse tempo, mudanças nas relações técnicas e sociais de produção.

O Engenho de açúcar constituía a base econômica e social da Colônia. A unidade de produção do sistema açucareiro compreendia tanto a atividade agrícola quanto a atividade industrial. A atividade agrícola abrangia a produção da cana, como cultura principal, e de produtos de subsistência, como cultivos suplementares (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 50).

De acordo com o professor Manuel Correia de Andrade, os engenhos constituíam “[...] um tipo de empreendimento agroindustrial considerado por alguns historiadores como uma empresa manufatureira, com atividades, ao mesmo tempo, agrícola e industrial” (ANDRADE, 1988 p. 63). Ele mobilizava um número elevado de pessoas para tornar possível seu funcionamento como bem o demonstra Dantas (1971):

o engenho representava uma verdadeira povoação, utilizando um sem número de braços, terras necessárias aos canaviais, aos pastos, as lavouras de subsistência e as matas para abastecimento de lenha para a fornalha e para a construção; muitas benfeitorias, inclusive a casa grande, a senzala, moradias diversas, enfermarias, estábulos, depósitos, armazéns de açúcar, além da fabricação; um variado acervo de materiais diversos (vasilhame, ferro, cobre, etc.); carros de boi, animais de trabalho e de criação, etc. (DANTAS, 1971, p. 11).

Segundo afirma Caio Prado (1981), as características do clima da fachada oriental nordestina e a qualidade dos solos das várzeas dos rios que a cortam contribuíram para delimitar o território da cana no Nordeste colonial. A monocultura da cana-de-açúcar muito exigente em mão de obra, estabeleceu-se nas grandes propriedades, os Engenhos, utilizando inicialmente a força de trabalho indígena que não se submeteu facilmente ao trabalho escravo. Segundo Caio Prado (1981), “não eram passados ainda trinta anos da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizava e se instituía firmemente em toda parte” (PRADO, 1981, p. 33). Resultado desse processo foi a eclosão de conflitos que redundaram na migração para o interior e na dizimação, de grande número de nativos.

Enquanto isso multiplicava-se o número de engenhos, aumentava a população e a necessidade de mantimentos e, por consequência, de maior contingente de força de trabalho. Surge então o escravo negro oriundo da África para suprir essa demanda dos engenhos. Segundo Andrade (1998):

[...] desde os primeiros tempos, houve sempre importação de africanos para o Brasil; escravidão negra e indígena coexistiram desde o início da colonização (...) Na realidade, o negro, representante de uma civilização agrícola e já acostumado ao regime servil na África oferecia maior produtividade no trabalho que o indígena (...) Dois fatos, porém, tornavam pernicioso um grande emprego de capital em escravos africanos: a mortandade muito grande entre eles, devido à má acomodação das senzalas, à má alimentação, ao excesso de trabalho e à aclimatabilidade, como também a alta percentagem de fugas para o interior, onde se reuniam em quilombos (...) (ANDRADE, 1998, p. 65).

Dessa forma foi forjado o espaço agrário da Zona da Mata nordestina, pautado no tripé: latifúndio, monocultura e trabalho escravo<sup>32</sup>. “É a escravidão, em que o Brasil se formou, e que apenas duas gerações passadas ainda conheceram, é isso que se prolonga até hoje à margem da lei e imprimindo seu cunho anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro” (JÚNIOR., 1966, p. 29).

A crise da atividade açucareira na segunda metade do século XVII<sup>33</sup> tornou muito onerosa a compra de escravos pelos senhores de engenho que, endividados, passaram a facilitar o estabelecimento de moradores de condição nas suas propriedades. Estes podiam cultivar um pedaço de terra e, em troca, deviam prestar dias de trabalho gratuito ao dono do engenho. Até a abolição da escravatura conviveram estas duas relações de trabalho: a escravocrata e a de morada.

A abolição da escravatura ampliou o número de moradores de condição nos engenhos da Zona da Mata uma vez que parte dos escravos libertos permaneceram na terra agora como trabalhadores livres na condição de moradores. Desse modo, os agricultores moradores constituíram grande parcela dos trabalhadores do campo desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX (ANDRADE, 1998).

Além dos escravos e moradores outra categoria de trabalhador compôs a base da sociedade açucareira da Zona da Mata nordestina: os lavradores. Estes eram constituídos por pessoas que não tinham engenho, mas possuíam terras, cultivavam a cana e dependiam do senhor de engenho para moê-las (ANDRADE, 1998).

---

<sup>32</sup> “Segundo estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro. A vinda de numeroso contingente de escravos implicou peculiares relações de trabalho no campo, o que determinou os matizes do Brasil agrário, caracterizado pelas mais variadas nuances de um processo divergente dos demais países, principalmente da Europa, quando se realizam comparações.

<sup>33</sup> Decorrente da concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas e com a perda da hegemonia de Portugal no cenário Europeu. De fato, com “a expansão da exportação das colônias antilhanas, o açúcar brasileiro teve sua participação em tradicionais mercados europeus drasticamente reduzida. No mercado inglês da década de 1630, o açúcar brasileiro respondia por 80% desse, em 1670 essa parcela se reduziu para 40%, chegando a apenas 10% em 1690. Essa queda é justificada, em grande medida, pelas ações protecionistas tomadas, a partir de 1660, com a criação de novos impostos sobre o produto importado, possibilitando que os produtores ingleses conquistassem o monopólio de seu mercado interno” (CARMO, 2017, p. 19).

Ressalta-se ainda a presença de homens pobres livres que trabalhavam nas atividades técnicas dos engenhos em troca de um pequeno salário tais como o feitor-mor, o feitor das moendas e dos partidos de cana, o mestre purgador e o caixeiro (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997). Verifica-se que desde o período colonial já existiam formas de trabalho similar ao assalariado no espaço agrário da Zona da Mata nordestina mesmo que fosse ainda insignificante.

Desse modo se constituiu a sociedade aristocrática de classes na região tendo no topo da pirâmide os senhores de engenho, seguida dos lavradores e após estes, dos moradores e dos empregados. Na base da pirâmide estavam os escravos meras mercadorias, que recebiam um tratamento semelhante ao de animais. Na espinha dorsal da pirâmide estava o clero (ANDRADE, 1998).

As relações de trabalho não tipicamente capitalistas dominaram a organização da produção canavieira no espaço agrário da Zona da Mata nordestina até meados do século XX.

#### **a) a efêmera experiência dos Engenhos Centrais**

No final do século XIX, alguns países europeus, a começar pela Alemanha, passam a produzir açúcar de beterraba transformando-se de consumidores do açúcar de cana em produtores de açúcar de beterraba não só para o atendimento de suas necessidades, mas ainda produzindo um excedente exportável<sup>34</sup>.

A alternativa encontrada pelo Brasil para fazer frente à concorrência foi a criação, em torno dos anos de 1870 dos chamados Engenhos Centrais.

O Engenho Central correspondia a uma unidade produtora de açúcar cuja atividade limitava-se ao setor fabril (setor de transformação) não abrangendo, portanto, a atividade de produção agrícola. Sua criação fundamentou-se na ideia de que os problemas do setor se achavam concentrados na etapa de industrialização do produto. Desse modo, era para a mesma que deveriam convergir a maior parte dos investimentos. Ao separar as duas atividades, tentava-se preservar o regime de propriedade das terras e modernizar a fabricação do açúcar. Em outros termos, com os Engenhos Centrais, ao mesmo tempo em que se preservava a estrutura fundiária tradicional, introduzia-se

---

<sup>34</sup> Excelente dissertação de Roberta Barros Meira, defendida no PPGG de História da USP em 2007, aborda de forma detalhada as causas e consequências do surgimento dos Engenhos Centrais no Brasil.

modificações econômicas importantes, relativas ao aumento da produtividade e da rentabilidade, bem como propiciava-se a concentração da atividade fabril nas mãos de um número relativamente pequeno de grandes produtores. A atividade agrícola permaneceria nas mãos dos senhores de Engenho e dos lavradores de cana<sup>35</sup> (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 53).

O Engenho Central foi um empreendimento fracassado em virtude, notadamente da:

a) resistência dos senhores de Engenho em aderir ao projeto pelo risco que corriam de transformarem-se em meros fornecedores de cana, o que significaria a perda do prestígio e do poder político e econômico que detinham; b) má utilização do dinheiro público por parte dos concessionários dos subsídios; c) irregularidade do fornecimento da cana; d) falta de controle de preços do açúcar, entre outros.<sup>36</sup> (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 54).

Alguns aspectos pontuais são apontados como resultados positivos do empreendimento. Estes referem-se exclusivamente ao sistema fabril e aos processos de melhoramento da cana-de-açúcar que incorporou alguns progressos técnicos tais como as caldeiras verticais, os evaporadores e as turbinas (MEIRA, 2007). No que se refere às relações de trabalho, o Governo Imperial proibia:

o emprego de mão-de-obra escrava na construção de obras e serviços de fábrica devendo contratar pessoal competente para todas as atividades e submeter ao governo antes do funcionamento do estabelecimento, uma tabela do pessoal da administração, da qual deveriam constar os respectivos vencimentos (MEIRA, 2007, p. 79).

Do exposto, o que se apreende é que na atividade agrícola predominaram durante a existência dos Engenhos Centrais as tradicionais formas de trabalho, inclusive a escravidão até a abolição, enquanto na fábrica só eram admitidas as relações de trabalho assalariadas. Fracassados, os Engenhos Centrais foram substituídos pelas usinas de açúcar<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup>Entre as várias obras que tratam da evolução da atividade canavieira e abordam a questão dos Engenhos Centrais destacamos **O açúcar e o homem** de Mário Lacerda de Melo.

<sup>36</sup>A obra **Nordeste, açúcar e poder** de Martha Santana aborda com muita propriedade essa questão.

<sup>37</sup> Um estudo detalhado da indústria açucareira de Pernambuco entre 1840- 1910 foi realizado por Eisemberg (1977).

### a) As Usinas de açúcar

As usinas de açúcar surgem apoiadas pelo poder público<sup>38</sup> como um novo sistema que agregava “as novas tecnologias introduzidas pelos engenhos centrais com o velho tamanho dos engenhos tradicionais - lavoura e indústrias reunidas novamente nas mãos de um mesmo dono (...)” (MEIRA, 2007, p. 115). Do ponto de vista da produção o açúcar mascavo é substituído pelo centrifugado.

A instalação e a expansão das usinas foram responsáveis por profundas modificações na organização da produção e do trabalho as quais tiveram forte rebatimentos na organização do espaço agrário da Zona da Mata.

De um lado, elas representaram um progresso técnico para o setor açucareiro, permitindo mudanças qualitativas no produto final, com a transformação do açúcar mascavo em açúcar centrifugado. De outro, contribuíram para a intensificação da concentração da propriedade da terra e da produção. Algumas poucas Usinas substituíram centenas de Engenhos (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 59).

No que tange às relações de trabalho verifica-se que, num primeiro momento, ocorre a consolidação do sistema morador para atender a demanda das usinas. À medida em que elas se fortalecem e se expandem, começam a disputar o território ocupado pelo campesinato (sítios e locais de moradia) tendo por consequência a expulsão dos moradores, a eliminação da categoria de lavradores e a transformação de uma parte dessa força de trabalho em assalariados permanentes e temporários da cana (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997).

É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, várias décadas após a instalação das primeiras Usinas, o sistema de morada ainda vigorava com grande força na Zona da Mata, preservando sua característica secular de exploração: o cambão. Pode-se assim entender o porquê da eclosão das Ligas Camponesas nessa região, que

---

<sup>38</sup> O impulso inicial dado pelo poder público para a implantação das primeiras Usinas foi vigoroso. Algumas Usinas foram isentas dos impostos estaduais por períodos que variavam de 5 a 15 anos a partir do seu funcionamento (...), outras tiveram abatimento no imposto de transmissão por compra, o que facilitou o processo de concentração (...) Apesar do apoio governamental, o processo de substituição dos Engenhos pelas novas fábricas foi lento e desigual, só vindo a completar-se em meados do século XX (MOREIRA; TARGINO, 1997).

teve por bandeira inicial de luta a extinção do cambão e a defesa dos sítios, ampliando-se para a defesa da reforma agrária, em plena vigência da Usina (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 60).

A dominação das Usinas na Zona da Mata irá por fim a essas relações que se pautavam no compadrio paternalista, típico da sociedade patriarcal. As relações entre produtores e seus subordinados se enrijecem e passam a ser “apenas entre capital e trabalho. Desumanizam-se” (MELO, 1973, p. 50)

Todavia, o crescimento mais acelerado do assalariamento rural na região só veio se concretizar a partir da segunda metade do século XX, quando os governos militares promoveram a modernização técnica da agricultura brasileira.

#### **b) A subordinação da atividade sucroalcooleira ao capital industrial e financeiro**

Moreira (2011) chama a atenção para três fatores principais que concorreram para as mudanças que tiveram lugar na agricultura nacional, a partir de 1964: o fortalecimento do Complexo Agro-industrial (CAI), a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural e a aceleração do processo de urbanização, os quais se constituíram na base consolidadora do avanço do capital sobre a agropecuária.

Através de políticas públicas a exemplo do Proálcool os governos militares que se sucederam após o golpe de 1964 promoveram a subordinação da agricultura ao capital tornando-a como diz Silva (1981) “um ramo da indústria”.

As transformações que o capital provocou na atividade agropecuária concretizaram-se de um lado, pelo aumento no uso de tecnologias químicas (crescimento do uso de adubos químicos, inseticidas, herbicidas, fungicidas) e mecânicas (uso de tratores de maior capacidade, de colheitadeiras mecânicas etc.), bem como pela expansão da área plantada com cana, a modernização de processos e técnicas de produção e, de outro, pelo crescimento do trabalho assalariado.

Na Zona da Mata embora a modernização tenha atingido o pequeno (através das tecnologias químicas), o médio e o grande estabelecimento rural e diversos tipos de lavouras (abacaxi, cacau e coco-da-baía), além daquelas típicas da policultura alimentar, ela foi brutal na atividade canavieira. O uso intensivo e sem monitoramento de agrotóxicos e a mecanização da maior parte dos processos produtivos liberaram mão-de-obra e fomentaram o emprego sazonal e clandestino. O aumento do trabalho

assalariado no corte da cana entre 1970 e 1980 foi constatado em diversos estudos realizados na região. Um exemplo é o caso da Zona da Mata da Paraíba onde o número de trabalhadores assalariados cresceu celeremente no bojo do processo modernizante da atividade sucroalcooleira que ampliou o parque industrial com a criação de destilarias de álcool autônomas e anexas. Entre 1970 e 1980, na microrregião de João Pessoa o trabalho assalariado nos canaviais elevou-se na ordem de 62,7%. Na microrregião do Litoral Norte, em 35,2%. E na microrregião do Litoral Sul, de maior expansão do cultivo da cana, o crescimento foi equivalente a 223,2% (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Além desse aumento do trabalho assalariado na atividade agrícola canavieira observou-se uma intensificação do êxodo rural que deu origem ao surgimento das favelas nas grandes cidades e das “pontas de ruas”<sup>39</sup> nas pequenas.

É importante, porém destacar que esse crescimento da proletarização não significou o fim do campesinato na região. Isto porque na fase do capitalismo monopolista-financeiro-concorrencial, o capital age como assevera Oliveira (2005) de forma combinada, contraditória e desigual, ora expandindo/retraindo o assalariamento, ora expandindo/retraindo relações de trabalho não tipicamente capitalistas como a parceria, o sistema de morador, o arrendamento e a posse da terra contanto que todas estas formas de produção estejam subordinadas à sua reprodução.

A partir de 1986 e por toda década de 1990 a atividade canavieira vivenciou forte crise. Muitas usinas declararam falência e extensas áreas de cultivo da cana foram abandonadas gerando um enorme desemprego na região. Os fatores responsáveis por essa crise foram, entre outros: a) a crise econômica externa que levou o país a adotar o receituário do FMI, aí incluído o corte nos subsídios à agricultura e o saneamento fiscal; b) a redução do preço internacional do petróleo, que corroeu as vantagens até então apresentadas pela utilização do álcool; c) o desvio dos recursos destinados à atividade sucroalcooleira seja para o “consumo ostentatório” ou para investimento em outras áreas e atividades, a exemplo da pecuária na fronteira agrícola (MOREIRA; TARGINO, 1997).

---

<sup>39</sup> São denominados de “pontas de rua” os arruados que se formaram ao longo das estradas partindo da rua que ligava as pequenas cidades à zona rural.

Com muitas terras agora improdutivas e o aumento da fome e da miséria na região em virtude do intenso desemprego, os trabalhadores se aglutinaram em torno dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e passaram a lutar por terra e a conquistar frações do território capitalista improdutivo. Cabe salientar que a luta contra o monopólio da terra que gerou tanta miséria na região não é fato novo como bem assevera Moreira (2011),

Ela está presente nas diferentes fases de constituição e consolidação do sistema “*plantation*”, assumindo formas e contornos diferenciados em cada um desses momentos: a luta entre índios e colonizadores pelo controle do território; a formação e constituição dos quilombos; a organização dos movimentos de massa, cuja maior expressão foi sem dúvida as Ligas Camponesas e mais recentemente as mobilizações assistidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A luta pela terra, portanto, perpassa toda a história econômica e social dessa região, podendo ser entendida como a expressão mais evidente e mais permanente da luta de classes nesse espaço regional (MOREIRA, 2011, p. 4).

Nesse momento tem-se uma conquista da classe trabalhadora através da conquista da terra e da formação de assentamentos rurais que passam a produzir alimentos para as cidades da região, por um lado, e a garantir a reprodução do campesinato por outro. Passam a conviver no mesmo espaço agrário da Zona da Mata nordestina o território do capital (representado sobretudo pela monocultura da cana e das demais monoculturas tradicionais) e o território apropriado pelo campesinato (representado pelos assentamentos rurais e pela produção de alimentos).

A partir da primeira década do século XXI, novamente a atividade canavieira volta a se expandir na região em virtude da conjuntura do mercado de petróleo e da política energética brasileira de estímulo à produção do etanol, bem como do aumento do preço do açúcar no mercado internacional (MOREIRA, 2011). Esta nova conjuntura tem ocasionado novas mudanças na organização da atividade canavieira com repercussões significativas sobre o espaço agrário da Zona da Mata nordestina.

Dentre as mudanças decorrentes desse novo cenário distingue-se segundo Moreira (2011) e Torres (2009): a) a produção de cana em terras dos assentamentos; b) a incorporação do discurso de proteção florestal pelos usineiros e a criação de áreas de reflorestamento em terras das destilarias; c) algumas aparentes melhorias nas condições de trabalho dos canavieiros, materializadas através da distribuição de equipamentos de proteção (EPI), da extinção dos precários alojamentos no interior das propriedades, muito comuns nos anos de 1980 e 1990, da substituição do transporte utilizado para os

trabalhadores do tipo “gaiolões”<sup>40</sup> por ônibus; c) a erradicação do trabalho infantil nas usinas e destilarias; d) o aumento da exploração do trabalho através do aumento da jornada de trabalho e/ou do ritmo de trabalho determinado pela exigência do aumento da produção por trabalhador; d) a incorporação de assentados como mão-de-obra no corte da cana e; e) o arrefecimento da atuação sindical e o alinhamento do discurso sindical com o discurso patronal<sup>41</sup>. O trabalho assalariado, com o retorno da expansão da atividade canavieira permanece sendo a forma de trabalho dominante.

As melhorias constatadas nas condições de trabalho na atividade canavieira no século XXI é o resultado da luta dos trabalhadores, da atuação sindical sobretudo nos anos de 1970, 1980 e primeira metade dos anos de 1990 e da fiscalização do Ministério do Trabalho através de suas Delegacias Regionais.

Com o golpe legislativo-judiciário-midiático de 2016, a eleição e posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República e a reforma trabalhista que conseguiram aprovar, essas mínimas conquistas da classe trabalhadora agora estão ameaçadas. A figura do gato<sup>42</sup>, que já tinha desaparecido, segundo o Ministério do Trabalho, volta a aparecer com o processo de terceirização e desregulamentação das leis trabalhistas. Some-se a isso que, tardou mais chegou, “o bicho de sete cabeças” nas palavras de um canavieiro: as máquinas colheitadeiras, onde cada máquina substitui o trabalho de 100 trabalhadores. A sombra do desemprego e da intensificação da precarização do trabalho já se fazem mais uma vez presentes no espaço canavieiro da Zona da Mata Nordestina assumindo novas formas e novos contornos.

---

<sup>40</sup> Caminhões com carrocerias abertas que transportavam os canavieiros

<sup>41</sup> Pesquisas realizada pela professora Emilia Moreira juntamente com orientandos do GETEC dão conta que o discurso sindical numa das áreas onde o sindicalismo rural foi mais atuante nas décadas de 1980 e 1990, na Zona da Mata Paraibana dá conta de que as lideranças sindicais reforçam o discursos das usinas da importância do trabalho por produção uma vez que ele é de interesse tanto do trabalhador porque ganha mais quanto da empresa. (Reunião do Presidente do STR e 3 representantes de uma Usina na sede do sindicato do município de Santa Rita-PB com um grupo de trabalhadores que foram fazer a ficha para trabalhar na safra da cana gravada com autorização do presidente do Sindicato por professora Emilia Moreira em 2006).

<sup>42</sup> Gato. Pessoa terceirizada pela usina para arremeter trabalhadores e que fica responsável por fazer o pagamento dos mesmos, afastando assim, o contato da usina com o trabalhador.

Mais recentemente dois fatos novos têm sido observados na região: a estrangeirização das terras e das unidades produtivas e a mecanização do corte da cana acima mencionada, promovendo forte desemprego no período de safra<sup>43</sup>.

### **c) Outras culturas produzidas na Zona da Mata**

Convém destacar que além da atividade canavieira, outras atividades se desenvolvem na Zona da Mata nordestina de forma mais localizada, em alguns estados que a compõem. É o caso do coco-de-praia, do cacau, do fumo e do abacaxi.

#### **d<sub>1</sub>) o coco-de-praia**

O coco-de-praia tem uma produção considerável nos estados nordestinos. Atualmente, dentre os 10 maiores estados produtores do Brasil, sete pertencem a região Nordeste. A liderança da produção é do estado da Bahia, seguido de Sergipe e Ceará. Estes estados juntos produzem mais de 50% da produção nacional (GUIMARÃES; LEMOS, 2016). A cultura do coco é realizada tanto por grandes quanto por pequenos proprietários.

Embora o coqueiro seja uma cultura de grande valor econômico, esta não estruturou uma civilização típica como a ligada a atividade canavieira e nem absorve grande quantidade de mão-de-obra (ANDRADE, 1998). Isto porque além de se tratar de uma cultura permanente ela só exige trabalho para gradear, adubar e colher o coco o que é realizado por um número pequeno de trabalhadores assalariados nas grandes fazendas e nos sítios, pela unidade familiar. Estudo realizado sobre a produção de coco em Pernambuco dá conta de que:

A mão-de-obra utilizada na manutenção e na colheita do coqueiral varia com o tamanho da propriedade e, portanto, com a extensão da área cultivada (VASCONCELOS, 2000, p. 72), sendo constituída por trabalhadores assalariados, no caso das fazendas e pela força de trabalho da família, nos sítios menores. A colheita é realizada a cada dois meses, para o coco verde e a cada três ou quatro meses, para o

---

<sup>43</sup> Leia-se a respeito: MOREIRA; BONOLO; TARGINO. Estrangeirização das terras: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba. *In*: VINHA, J. F.S. C.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

coco seco. Na realização dessa tarefa são utilizados, via de regra, trabalhadores especializados – tiradores, ajuntadores e descascadores – residentes nas vilas e povoados próximos aos coqueirais (CPRH / MMA - PNMA11, 1991, p. 125)<sup>44</sup>

## e<sub>2</sub>) O cacau

Outra cultura que passou a ser cultivada no fim do século XVIII no Sul da Zona da Mata nordestina, mais precisamente ao Sul da costa Leste da Bahia foi o cacau oriundo da Amazônia. A exploração do cacau segundo Andrade (1998) provocou a migração de muitos trabalhadores de outras regiões da Bahia e de Sergipe para se assalariarem onde, segundo o autor, foi desenvolvido um sistema agrícola e uma sociedade com características diferenciadas de quaisquer outras. Assim como a atividade canavieira, a atividade cacauera também se desenvolveu na forma de monocultura produzida em latifúndios gerando a riqueza de uma minoria e precarizando as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da região. No que diz respeito ao latifúndio, o cacau teve a mesma tendência avassaladora da cana afirma Castro (2012). Segundo o geógrafo francês, Pierre Monbeig (1936, apud CASTRO 2012), tanto os coronéis, proprietários de cacau, como as sociedades estrangeiras, suíças e inglesas, que exploram as indústrias do cacau, são todos açambarcadores de terras, possuidores quase sempre de várias plantações disseminadas nas florestas. Para Josué de Castro:

Trata-se de um tipo de agricultura mercantil, com os seus donos preocupados exclusivamente com o máximo de lucro, sem o menor interesse em beneficiar a terra ou melhorar as condições de vida locais. Este regime agrícola monocultor e latifundiário arrasta as populações locais a um nível de vida terrivelmente baixo. Os salários do cacau sempre foram miseráveis, e sempre foram pagos, na maior parte, sob a forma de gêneros alimentícios de segunda classe. (...) é mais uma zona de fome, alimentada pela fictícia riqueza do cacau (CASTRO, 2012, p. 154).

Nas primeiras décadas do século XX, o fruto já era o principal produto de exportação baiano. Os cacauicultores fizeram fortunas e foram chamados de “coronéis” do cacau. Segundo Souza (2011) as décadas de 1970 e 1980 foram consideradas como

---

<sup>44</sup> Disponível em: [http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/324\\_CocoDaBaia.pdf](http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/324_CocoDaBaia.pdf)

sendo a “idade do ouro” do cacau na Bahia. A decadência veio a partir da década de 1990, quando as lavouras foram tomadas pela praga da vassoura-de-bruxa e o preço do cacau declinou significativamente no mercado internacional. A produção caiu tanto que passou a ser insuficiente até para atender a demanda nacional (AQUINO, 2017). Cruz (2001) afirma que

A doença Vassoura-de-bruxa, (*Crinipellis pernicioso*) "Stahel" Singer, aqui identificada em 1989, bem como a ocorrência da doença *podridão parda* nos anos agrícolas 91/92 e 92/93; mas um longo período de estiagem 93/97, provocaram uma devastação nas fazendas de cacau e que, associados a queda dos preços do produto no mercado internacional, resultaram no abandono de propriedades, mais de 200 mil trabalhadores desempregados e finalmente na falência total dos produtores, ocasionando assim o maior caos social da região Sul da Bahia (CRUZ, 2001, p. 5-6).

A consequência mais evidente da crise da produção cacauceira para os trabalhadores foi o desemprego, a precarização do trabalho, a perda dos poucos direitos trabalhistas que dispunham, a migração tanto interna à região como para outros locais do país e, por fim, a desagregação da vida e das famílias (SOUZA, 2011).

Com a renegociação da dívida dos produtores, somando-se ao desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas na produção aliadas a uma conjuntura climática favorável, na primeira década do século XXI, depois de mais de 20 anos de crise, o cacau volta a se expandir no espaço agrário da costa sul baiana. Porém, contraditoriamente, o uso do espaço agrário tem como estratégia global a inserção do país numa nova lógica de produtividade do cacau que não trará ganhos significativos para a classe trabalhadora do campo. Souza (2011) afirma que o

discurso de garantir renda ao produtor significa garantir uma maior extração de renda da terra, de lucro capitalista, concretizado, mais uma vez, numa apropriação desigual dos resultados da produção. Além disso, nas próprias falas dos representantes do capital, o que está sendo feito é tornar possível a garantia de retomada dos rendimentos dos produtores, inserir o país no mercado mundial e torná-lo referência na produção de cacau (SOUZA, 2011, p. 9).

Com o novo impulso dado para a reestruturação da atividade cacauceira destacam-se, no que tange às relações de trabalho, o assalariamento e a parceria com base na meação. Souza (2011) afirma que na visão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do maior município produtor da Zona da Mata Sul baiana, esta forma de trabalho denominada de parceria nas terras do cacau é de submissão total do

parceiro ao patrão. Isto porque além do parceiro não ter os direitos trabalhistas assegurados pelo dono da terra, ainda cria uma autoimagem através da qual se vê na condição de patrão e não de trabalhador.

A alienação do trabalhador nesta atividade agrícola é tamanha ao ponto deles não se interessarem pelos direitos trabalhistas nem ver no Sindicato a possibilidade de enfrentar os desafios. Soma-se a isso o fato de muitos parceiros se endividarem com empréstimos a bancos.

Os fazendeiros durante este novo momento de reestruturação da atividade preferem transferir todos os riscos da produção aos meeiros a ter que contratar assalariados. O capital permite assim que formas de trabalho não tipicamente capitalistas se reproduzam favorecendo o processo de reprodução do capital.

Oliveira (2008) afirma que atualmente o processo de desenvolvimento capitalista no campo, ao mesmo tempo em que possibilita uma acentuada apropriação da renda capitalista da terra, subordina e apropria-se da renda da terra produzida pelos camponeses. Segundo o autor

Esse processo está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista abriu aos proprietários de terras e aos capitalista-proprietário de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira (...). Porém este processo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital (OLIVEIRA, 2005, p. 468).

Entende-se, portanto o fato de, na atualidade, grande parte da produção do cacau ser produzido pelos camponeses parceiros/meeiros. É o capital transferindo os custos/riscos da produção para os trabalhadores além de precarizar as condições de trabalho deles. Assim, os proprietários garantem o monopólio da terra bem como a exploração da força-de-trabalho dos trabalhadores assalariados e dos camponeses. Quando a exploração do trabalho pelo capital se dá apenas através da parceria, sem utilizar como recurso o trabalho assalariado, temos como foi mencionado, a sujeição da renda da terra ao capital. Esse processo também é exposto de forma ainda mais clara por Martins (1981), quando afirma:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal ao capital. O que esta relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981, p. 175).

Segundo Aquino (2017), entre 80 a 90% da produção de cacau na atualidade é desenvolvida pela agricultura camponesa. Assentados, populações indígenas e quilombolas também o produzem. A Bahia espera recuperar o destaque que tinha no passado na produção do cacau. O estado ainda é o maior produtor brasileiro do fruto, porém, perdeu o destaque mundial para outros países da América Central e África. A média da produção de cacau na Bahia é de cerca de 100 mil toneladas (AQUINO, 2017).

### **e<sub>3</sub>) A fruticultura**

Soma-se às atividades canaveira e cacauzeira como representantes do agronegócio, a atividade fruticultora com destaque para a produção de abacaxi na Zona da Mata Nordestina/Paraibana. Esta última será por nós analisada de forma mais detalhada nos últimos capítulos.

O que podemos tecer como considerações finais no que tange ao espaço agrário da Zona da Mata nordestina, é que as transformações que se iniciaram desde o período colonial até os dias atuais atestam a ideia de que esse espaço tem sua organização mediada pelo conflito entre capital e trabalho e que a monocultura e o latifúndio/agronegócio embora tenham mudado de fisionomia permanecem sendo excludentes e exploradoras do trabalho.

## **4.2 Produção do espaço agrário e trabalho assalariado no Agreste nordestino**

O Agreste nordestino, como visto no mapa 1, corresponde a uma região situada entre o Litoral úmido e o Sertão seco. Na verdade, trata-se de uma faixa de transição composta por uma forte heterogeneidade de paisagens que lembra a imagem minimizada do Nordeste com áreas ora semiáridas, ora subúmidas, ora úmidas. A vegetação também varia conforme o clima desde a Mata Atlântica de Altitude nos

brejos, à Caatinga nas áreas de clima semiárido, e entre uma e outra uma vegetação de transição.

Esta heterogeneidade da natureza agrestina teve influência no processo histórico de ocupação humana como será visto. Sob esta perspectiva, da mesma forma como dentro de um mesmo Nordeste se configuram vários Nordeste; é coerente falar em vários Agrestes dentro de um mesmo Agreste.

No que diz respeito ao processo histórico de ocupação da região, este esteve atrelado ao desenvolvimento da atividade canavieira desenvolvida na Zona da Mata. Isto porque inicialmente no Litoral, ao lado da cana-de-açúcar desenvolveu-se a pecuária voltada para o abastecimento dos engenhos. Todavia com o passar dos tempos e o aumento da demanda por carne e leite devido ao aumento da população, houve a necessidade de ampliar o tamanho dos rebanhos. Isso levou a conflitos entre plantadores e criadores uma vez que o gado começava a danificar a plantação de cana com o seu pisoteio. Daí a necessidade de separar o curral do engenho, e a pecuária foi direcionada para as regiões a oeste do Litoral, ocupando assim o Agreste e o Sertão nordestino (ANDRADE, 1998).

Se a cana-de-açúcar estruturou através dos engenhos uma sociedade com características próprias, quem vai assumir esse papel tanto no Agreste quanto no Sertão é a pecuária através da instalação das fazendas de gado que foram se territorializando ao longo dos rios que cortam a região. Pode-se destacar dois “caminhos do gado”: um partindo de Olinda em Pernambuco na direção Leste-Oeste e outro partindo de Alagoas e Sergipe onde os criadores subiram o rio São Francisco o que ocasionou a ocupação do Agreste no sentido Sul-Norte (ANDRADE, 1998).

Além da criação de gado, a policultura alimentar também desempenhou importante papel na ocupação do Agreste na medida em que promoveu a disseminação da pequena unidade de produção que ainda caracteriza fortemente algumas áreas a exemplo do Agreste de Esperança no estado da Paraíba (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A parte alta do Agreste só foi conquistada e integrada economicamente a região Nordeste após a expulsão dos holandeses como bem afirma Andrade (1998):

A parte alta e as superfícies aplainadas sobre a Borborema não haviam sido exploradas, haviam sido contornadas ao sul por criadores de gado quando subiam o São Francisco, ao norte quando alcançavam e subiam os vales do Açú e do Apodi no RN e ao oeste quando os criadores baianos transpuseram o rio São Francisco e subiram os seus afluentes da margem esquerda-o moxotó e o pajeú em PE. O Ipanema

seria a via de penetração para o Agreste. (...) só após a guerra holandesa, porém, é que esta região seria conquistada e economicamente integrada ao Nordeste (ANDRADE, 1998, p. 138).

O povoamento efetivo do Agreste, por sua vez só ocorreu a partir do século XVIII quando a atividade algodoeira desenvolvida no Sertão alcança a região chegando a abarcar alguns trechos da Zona da Mata. Segundo Andrade (1998), os fatores que levaram ao *boom* algodoeiro foram: a) o aumento da população e o consequente aumento na demanda por tecidos; b) a ascensão da indústria têxtil na Inglaterra a partir da revolução industrial; c) a abertura dos portos as nações amigas; d) a guerra de secessão tirando por um tempo, os EUA do fornecimento de algodão para a Inglaterra. Ainda segundo o autor, de 1750 a 1940 o algodão foi um dos principais produtos do Nordeste e a única cultura que chegou a disputar terras com a cana-de-açúcar em plena Zona da Mata.

Diferentemente da cana-de-açúcar o algodão foi mais democrático, isto é, tanto os grandes quanto os pequenos e médios produtores cultivavam-no, a ponto desta cultura ficar conhecida como o “bezerro do pobre” (ANDRADE, 1998). Vale destacar que a expansão da cultura do algodão propiciou o crescimento de um campesinato com acesso precário à terra. Como o algodão podia ser cultivado em associação com o milho, a fava e o feijão e o proprietário fundiário extraía a renda da terra em produto (50% da produção do algodão do camponês através do sistema de parceria do tipo meação) ou em dinheiro (através do sistema de arrendamento de sítios) e ainda adquiria o restante da produção de algodão do camponês por um preço muito abaixo do seu verdadeiro valor, ele permitia que os camponeses acessassem suas terras (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997).

No Agreste merece ser destacada a presença de Brejos de Altitude como os da Paraíba e os de Pernambuco. Do ponto de vista conceitual esses brejos são entendidos como:

Espaços de exceção localizados nos topos e terços superiores de serras, com altitudes e/ou exposição aos ventos de Sudeste capazes de condicionar pluviometria em torno de 1.000 mm anuais, solos muito desenvolvidos e profundos, formações florestais e cursos d'água

permanentes, refletindo condições naturais especiais, assim intensas formas de uso diversificados (NETTO e COUTINHO, 1990, pg.5 )<sup>45</sup>,

Além da policultura diversificada os brejos de altitude são utilizados também para a criação de gado.

Vale a pena realçar o processo de produção do espaço agrário do Brejo Paraibano uma vez que este, diferentemente dos demais brejos do Agreste nordestino, vivenciou o que a historiografia denomina de ciclos econômicos: o do algodão, dois ciclos da cana-de-açúcar, o do café e o do sisal<sup>46</sup>. Enquanto as atividades algodoeira e cafeeira utilizaram, sobretudo o trabalho de camponeses parceiros e moradores e a cana no início do processo de ocupação do Brejo Paraibano pagava um salário pequeno a mão-de-obra especializada que trabalhava no interior da fábrica e usava no eito o trabalho de moradores e de alguns escravos, o sisal introduzido nos anos de 1940 dependia exclusivamente do trabalho assalariado. Há quem diga que foi o sisal quem promoveu a expansão do trabalho assalariado no campo do Brejo Paraibano (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O sisal também teve importância no conjunto do Agreste. Originária do México disseminou-se na região a partir de 1940 no bojo de uma conjuntura externa favorável decorrente da alta dos preços e do aumento da demanda associada a condições naturais propícias ao seu cultivo. A expansão sisaleira contribuiu para a revalorização das terras, a abertura de novas estradas, a renovação das habitações dos proprietários de terra e, em alguns casos, para a criação de agências bancárias nas áreas mais dinâmicas da região. Do mesmo modo que no Brejo, as relações de trabalho assalariadas, sobretudo o trabalho sazonal (concentrado na época da colheita) caracterizou o emprego rural nessa atividade em todo o Agreste. O auge da cultura se deu entre as décadas de 1940 e 1950. A partir de então verifica-se um declínio da atividade face a queda do preço no mercado externo e a concorrência com a fibra sintética e com o sisal africano (MOREIRA; TARGINO, 1997).

---

<sup>45</sup>Disponível em: [observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf). Acessado 11/11/2018

<sup>46</sup> Leia-se a respeito: Moreira e Targino (1997).

No Agreste pernambucano distingue-se o Brejo de Garanhuns, palco de abrigo dos negros fugidios da Zona da Mata. De fato, o processo de ocupação dessa área após a colonização deu-se em função da criação de quilombos cujo mais famoso, foi o de Palmares que resistiu às incursões portuguesas até 1694. A destruição do Quilombo de Palmares deu origem a um novo processo de ocupação comandado por sesmeiros portugueses pautada na produção de alimentos e na criação de gado. Mas foram o algodão e o café que dinamizaram o espaço agrário brejeiro de Garanhuns e impulsionaram o desenvolvimento urbano. A redução da demanda de algodão pela Inglaterra reduziu drasticamente a produção de algodão nessa região. Por sua vez, o café, introduzido no final do século XIX sofreu os efeitos da política nacional de erradicação do café estabelecida em 1965 pelo Instituto Brasileiro do Café-IBC em áreas consideradas de baixa produção. As indenizações pagas pelo IBC foram investidas pelos maiores produtores na pecuária leiteira que passou a se constituir na base da economia agrícola regional (ANDRADE, 1998; MELO; SOUSA, 2015).

Segundo Andrade (1998) o sisal no Agreste/Brejo e o café nos brejos de altitude enriqueceram apenas os grandes e médios proprietários deixando a maioria da população na miséria (ANDRADE, 1998).

Recentemente, no município de Garanhuns, está em fase de experimento a produção de vinho. A proposta é que a produção de uvas para a fabricação de vinho seja uma alternativa tanto para os camponeses quanto para os empresários segundo Patrícia Sousa pesquisadora da EMBRAPA em reportagem de março de 2017 no site da EMBRAPA.

A cultura fumageira teve maior importância no Agreste alagoano. Na verdade, o que o café foi para o Brasil, o fumo foi para o desenvolvimento da região de Arapiraca representando o “ouro verde” dessa região. A produção de fumo se iniciou nos fins do século XIX e era produzida tanto por camponeses quanto por latifundiários. Máximo (2017) explica que o auge da produção do fumo em Arapiraca se deu entre o final do século XIX e início do século XX, quando surgiram muitas fábricas de cigarro e ocorreu uma maior demanda pelo fumo. A produção começou a diminuir nos anos de 1980 e 1990 por diversos fatores, entre eles destaca o autor: as campanhas antitabagistas e o contrabando do fumo que reduziu a procura de compradores. Isto sem falar que a região de Arapiraca era especializada principalmente em fumo de corda cuja procura declinou com o crescimento da indústria de cigarro (MÁXIMO, 2017). A mão-de-obra utilizada

na produção do fumo é fundamentalmente familiar. O fumo tem perdido espaço no Agreste alagoano para a mandioca, a pecuária e a produção irrigada de hortaliças.

Uma outra atividade que se expandiu no Agreste no bojo da modernização técnica da agricultura foi a avicultura. Esta é desenvolvida por pequenos produtores e pelo agronegócio. Via de regra a produção se dá de forma integrada dela participando grande número de pequenos e médios produtores e uma empresa agropecuária a qual, geralmente dispõe de granjas para produção de matrizes e de galos e vende aves vivas para abate. O maior produtor de aves do Nordeste é o estado de Pernambuco (IBGE, 2006), porém a avicultura é praticada em toda a região. Estudo realizado entre 2007 e 2008 por Vital; Drouvot e Sampaio (2008) descrevem duas empresas avícolas localizadas no Agreste pernambucano. A primeira, que denominam de “Empresa C”, abatia, à época da pesquisa, cerca de 20.000 aves/dia e 100.000 aves/semana e alojava 480.000 aves no mês e 5,76 milhões no ano. Ela colocava seus produtos em cidades da Região Metropolitana do Recife, em Caruaru e Gravatá, Maceió no estado de Alagoas, João Pessoa e Campina Grande na Paraíba e Natal no Rio Grande do Norte. A “Empresa D” estudada pelos pesquisadores é a maior do estado, abatia cerca de 60.000 aves/dia. O abate semanal era de 300.000 aves, mensal de 1,2 milhões e anual, de 14,4 milhões. A criação adotava o sistema de integração dela participando 250 avicultores de pequeno porte com aproximadamente 1000 galpões, onde eram alojadas cerca de 70.000 aves. A empresa priorizava a pequena distribuição (mercadinhos e abatedouros espalhados nos bairros das grandes e pequenas cidades do Nordeste) (VITAL; DROUVOT; SAMPAIO, 2008).

Na Paraíba o agronegócio avicultor é controlado por uma única empresa, a Guaraves, situada no Agreste paraibano. A territorialização inicial da empresa no espaço agrário do Agreste se deu em 1980,

[...] com a instalação de alguns galpões destinados a criação de frangos de forma independente (...) com o receio de arcar sozinha com possíveis prejuízos econômicos, a Guaraves, resolveu no início da década de 1990, adotar o sistema de integração para começar a parceria com os camponeses agrestinos. A partir de então, temos no espaço agrário do Agreste paraibano o sistema de integração que o Brasil copiou da avicultura norte-americana (CORREIA, 2018, p. 70).

Assiste-se a um crescimento vertiginoso dessa empresa que em 2008 já abatia 36.000.000 cabeças de frangos por ano (CORREIA, 2018). Esse crescimento da

Guaraves inviabilizou a integração dos avicultores camponeses pois as condições impostas tais como o valor do capital inicial exigido ficaram muito alto e o número mínimo de cabeças estabelecido também ultrapassou a sua capacidade produtiva. Daí que a integração só está sendo realizada com médios e grandes avicultores. Esta empresa distribui a produção para todo o Nordeste e foi habilitada pelo Ministério da Agricultura para a exportação de sua produção para os Estados Unidos, a Europa e a Ásia (CORREIA, 1918). A mão-de-obra utilizada pela avicultura agrestina paraibana comandada pela Guaraves no sistema de integração com a avicultura camponesa era a familiar; na média e na grande propriedade domina o trabalho assalariado.

No Agreste de Sergipe destaca-se o setor citricultor. Sergipe é o segundo estado que mais produz laranja no Nordeste e a produção se desenvolve tanto nos estabelecimentos dos pequenos, como dos médios e grandes produtores. A história da laranja no Agreste sergipano inicia-se nos anos 60 do século XX no bojo do processo de modernização da agricultura brasileira, com pequenos produtores. A partir de 1980 com o programa COOPERTREZE (Cooperativa dos Agricultores da Colônia Treze)<sup>47</sup> e com a territorialização das indústrias processadoras de suco e as indústrias de fertilizantes na região surge o Complexo Agroindustrial fruticultor do Agreste passando o pequeno produtor a fornecedor de laranja para a indústria. O Estado passa a ser o segundo maior produtor de laranjas do país (MOURA; OLIVEIRA, 2017).

A partir dos anos de 1990, a redução do crédito e a disseminação de pragas nos pomares, o aumento da produção de laranja nos Estados Unidos (principal concorrente), entre outros problemas provocaram a retração da atividade na região. Muitos pequenos produtores endividados tiveram que vender suas terras e migrar enquanto outros se transformaram em assalariados temporários. A partir da primeira década do século XXI, assiste-se ao soerguimento do setor inserindo-se na reestruturação produtiva do capital através da criação, em 2003, do Programa de Revitalização da Citricultura para o Centro-Sul (Frutificar-SE) e da inserção de novas tecnologias e de novos financiamentos na produção (MOURA; OLIVEIRA, 2017).

---

<sup>47</sup> Cooperativa agrícola de referência situada em Lagarto, Sergipe, implementada na década de 1960 segundo o modelo de desenvolvimento rural integrado com base no cooperativismo, cujo êxito a tornou exemplo de cooperativa de sucesso no Brasil, alcançando destaque internacional. Cf. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30767903/embrapa-recebe-livro-com-historia-de-superacao-da-colonia-treze>

A maioria dos produtores de laranja da região são historicamente camponeses com poucas terras (cerca de 80% possuem propriedades menores de 10 hectares). Eles continuaram produzindo laranjas com pomares velhos e ficaram fragilizados diante das indústrias de insumos e processadoras que passaram a controlar os preços. Além do mais a produção passou a ser verticalizada, isto é, as indústrias que produzem o suco passaram a se apropriar de terras para plantar também a laranja; e há o caso em que médios proprietários produtores de laranja tornaram-se donos de indústrias esmagadoras (MOURA; OLIVEIRA, 2007).

Esta concentração e centralização do capital favoreceu grupos industriais e grandes proprietários por um lado e fragilizou os camponeses por outro. Exemplo disso é a indústria Maratá Sucos que produz uma parte das laranjas que esmaga (o dono de indústria se tornou proprietário de terra). Já no caso da empresa Tropfruit se deu o inverso: um médio proprietário de terra se tornou dono de indústria (MOURA; OLIVEIRA, 2017). Isso demonstra o perfil de mercado altamente concentrador e cartelizado de suco concentrado de laranja no Agreste sergipano.

No que tange as relações de trabalho, em municípios como Lagarto, ainda que predominem relações de produção como a parceria, o colonato, o rendeiro e o agregado, o capital age para que os mesmos passem a ficar dependentes da reestruturação produtiva do sistema, seja no sentido de tornar os camponeses mais dependentes do mercado, seja na aquisição de insumos para a produção, seja através da sujeição da terra ao capital através do sistema de produção para a venda à indústria. Com a crise que se abate novamente a partir de 2013 no setor citricultor do estado, muitos camponeses foram desterritorializados e migraram para as cidades para serem diaristas, informais, enfim, assumiram formas de trabalho flexíveis e precarizadas no espaço urbano (MOURA; OLIVEIRA, 2017). Muitos pequenos proprietários migraram e se reterritorializaram no Agreste Baiano (onde passaram a produzir a laranja) e em parte do Litoral Norte baiano.

A Bahia passou a ser o segundo maior produtor de laranjas do país em 2016, ficando atrás apenas do estado de São Paulo. Estima-se que cerca de 70% dos produtores são familiares, minifundiários com produtividade máxima de 16t/ha; 60 % da produção é comercializada no varejo e 40% segue para as indústrias de Sergipe (SOUZA, 2016). Os pequenos produtores são subordinados ao comércio local e

regional. Por não disporem de meios para escoar a produção, tornam-se reféns dos atravessadores e da indústria porque é esta quem determina o preço (SANTOS, 2005).

Já em relação aos grandes produtores, Santos (2005) afirma que existem duas realidades a saber: aqueles que conseguem produzir laranja com melhor qualidade, destinando-a para os mercados *in natura*, o que garante um maior retorno econômico; e outros produtores que afirmam que os custos para produzir laranja para o mercado *in natura* são altos, devido aos tratos culturais e todo o controle necessário, o que no final das contas não compensa economicamente. Desse modo eles preferem produzir para abastecer as indústrias processadoras de suco. O autor ainda adverte que neste caso, vários acordos estabelecidos são firmados entre indústrias processadoras e grandes produtores, onde alguns destes últimos acabam se tornando parceiros (ou sócios) das indústrias, espriando seus negócios e sua margem de lucro.

De fato, Santos (2005) afirma que no processo de comercialização, tanto os pequenos como os médios produtores estão subordinados aos atravessadores de forma generalizada onde estes últimos se apropriam assim, de parte do lucro que é criado a partir da exploração do trabalho dos produtores. Os atravessadores ainda se responsabilizam por levar os trabalhadores para fazer a colheita da laranja, isentando os produtores de quaisquer encargos trabalhistas o que Santos (2005) afirma ser um esquema dos mais perversos de exploração do trabalho. Segundo o autor:

Os empregados não dispõem de carteira assinada ou qualquer direito trabalhista. Geralmente vendem seu dia de trabalho por produção e recebem de 0,30 a 0,40 centavos por caixa de laranja colhida. Nos períodos de safra, conseguem colher uma maior quantidade de caixas, podendo obter uma remuneração em torno de R\$ 15, 20 ou até 30,00 a depender do número de horas que trabalham, que gera em torno de 11, 12 horas ou até mais. Para chegar às propriedades rurais, os trabalhadores são transportados pelo atravessador em caminhões, geralmente, sem nenhuma segurança. Os chamados “donos de turma” driblam, através de desvios nas estradas, a fiscalização (inoperante) do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Rodoviária Federal. Nas propriedades, os trabalhadores passam períodos de 10 a 15 dias, em média, dormem amontoados em galpões ou garagens de tratores, cozinham em lata o que levam e não possuem nenhum direito. Encerrado o período da colheita, eles são pagos pelo número de caixas que colheram e levados de volta pelo atravessador. Nos períodos de entressafra, quando a produção é pequena, os trabalhadores sequer conseguem tirar R\$ 5,00 ao dia. Nestes períodos, por causa da pequena quantidade de frutos, os atravessadores selecionam alguns dos trabalhadores (já que não é necessário levar a mesma quantidade dos períodos de safra), e estipula o tanto que eles podem colher. Com isso, parte destes empregados sazonais só consegue vender sua força-

de-trabalho apenas em um certo período do ano. Os períodos de entressafra são considerados momentos de grandes dificuldades, quando muitos trabalhadores afirmam passar fome junto com a sua família (SANTOS, 2005, p. 17).

Com base no exposto podemos afirmar que no Agreste nordestino o trabalho assalariado rural só se transformará em uma relação de trabalho dominante em algumas atividades monocultoras e na pecuária, isto é, naquelas em que o capital subordinou seu processo produtivo em parte ou totalmente como é o caso da cana, da laranja, do cacau e do fumo.

### **4.3 Produção do espaço agrário e trabalho assalariado no Sertão Nordestino**

Como pode ser visto no mapa 1, o Sertão nordestino ocupa a maior parte do território da região. Seu clima semiárido susceptível a secas constantes, com chuvas irregulares e mal distribuídas ao longo do ano, aliado a solos rasos e pedregosos e à predominância de rochas cristalinas ocasionou o desenvolvimento da vegetação de caatinga. Em alguns pontos isolados de serras e chapadas a barlavento, com prevalência de rochas sedimentares, desenvolveram-se os brejos de altitude do Sertão com um microclima local e uma vegetação de matas serranas de altitude, semelhante a Mata Atlântica. No oeste baiano e sul do Maranhão e do Piauí, o clima tropical semiúmido se faz presente favorecendo aí o desenvolvimento do bioma Cerrado (ANDRADE, 1998).

No que tange a hidrografia tem-se uma rede de bacias fluviais temporárias. Os dois únicos rios perenes da região são o São Francisco e o Parnaíba. Já a geomorfologia da região, transita entre planaltos (como o da Borborema), chapadas (como as do Araripe-CE, da Diamantina-BA e do Apodi-RN) sendo a maior parte da região situada sobre a Depressão Sertaneja. Esta conjugação de fatores naturais influenciou, pelo menos em parte, a forma como se deu o processo histórico de ocupação e de reprodução do espaço agrário sertanejo nordestino até o século XXI.

A ocupação inicial do espaço agrário do Sertão nordestino, assim como no caso do Agreste, também esteve intrinsecamente relacionada ao processo histórico de ocupação do espaço litorâneo. Como foi visto, o crescimento da atividade pecuária no litoral acabou por inviabilizar a sua convivência com a atividade canavieira e originou

uma nova divisão intrarregional do trabalho com o Sertão e o Agreste (este último de modo menos hegemônico)<sup>48</sup> voltando-se à atividade pecuária e a Zona da Mata para a cana-de-açúcar.

Como no Agreste Baixo, os rios constituíram-se em vias de penetração do gado, local onde se formaram os primeiros currais que originaram enormes fazendas. Assim como os engenhos da Zona da Mata, as fazendas representaram a unidade fundamental da organização social, política, econômica e cultural do Sertão nordestino. Elas constituíam segundo Guimarães, um “segundo domínio latifundiário” (GUIMARÃES, 1968, p. 62 apud MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 70).

Em relação à organização do trabalho nas fazendas sertanejas, o trabalho livre e o escravo se complementavam inicialmente. Diferentemente dos engenhos, as fazendas necessitavam de pouca mão-de-obra, uma vez que, como afirmam Andrade (1998) e Moreira e Targino (1997), poucos trabalhadores eram suficientes para fazer funcionar uma grande fazenda. Isto porque a atividade pecuária era desenvolvida de modo ultraextensivo.

Como na porção do Agreste semiárido, o vaqueiro constituía o típico trabalhador da fazenda. Este, embora residisse na propriedade, estabelecia com o patrão uma relação diferente daquela que o morador mantinha com o senhor de engenho da Zona da Mata. Enquanto este em troca de um lugar para morar e de um pedaço de chão para plantar dava ao senhor dias de trabalho gratuito, o vaqueiro sertanejo, bem como o agrestino, era pago com um quarto da produção da fazenda após quatro ou cinco anos de trabalho (ANDRADE, 1998).

Nos fins do século XVIII, o algodão se expande pelo Sertão dando origem ao complexo gado-algodão que caracterizou por longo tempo a forma de uso de recursos do semiárido nordestino<sup>49</sup>. O *boom* algodoeiro favoreceu de um lado, a expansão do trabalho escravo e de outro lado, relações de trabalho do tipo parceria e arrendamento. Embora o trabalho escravo tenha se expandido na região nessa época, ele não alcançou

---

<sup>48</sup> Vale lembrar que a pecuária inicialmente se constituiu numa atividade complementar no Agreste enquanto no Sertão o processo foi inverso com a preponderância da pecuária.

<sup>49</sup> O algodão sertanejo diferenciava-se pela qualidade uma vez que apresentava uma fibra mais longa (ANDRADE, 1998).

nem de longe a mesma importância que conseguiu na Zona da Mata (ANDRADE, 1998).

Contribuiu para a expansão dessas outras formas de trabalho livre, o fato de o algodão poder ser cultivado em consórcio com outras culturas alimentares e a forma de extração da renda da terra que era vantajosa para o fazendeiro (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997).

Se a atividade pecuária foi a responsável pelo processo inicial de ocupação do espaço sertanejo, a atividade algodoeira foi responsável por seu efetivo povoamento, ao estimular a expansão da agricultura camponesa e pelo fato da comercialização do algodão ser feita nos centros urbanos, o que atraía a população para a região (ANDRADE, 1998; MOREIRA; TARGINO, 1997).

Quanto à pequena produção de alimentos, esta era realizada pelos parceiros e foreiros inicialmente dentro das terras das fazendas. Os principais produtos cultivados eram o milho e o feijão, sobretudo nas áreas de baixio que eram mais úmidas. Assim estava montado o tripé da economia sertaneja: gado-algodão-policultura alimentar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Nos vales secos do Rio Grande do Norte e do Ceará, o interesse maior dos grandes fazendeiros era direcionado para a exploração da cera de carnaúba, indústria que ocupava muitos braços durante alguns meses do ano, geralmente durante a colheita que se realizava de setembro a dezembro (ANDRADE, 1998). Para Andrade (1998) se pode mesmo falar em uma civilização da carnaúba, devido ser um vegetal de múltiplas utilidades, atendendo as necessidades do homem daquela região de várias maneiras.

Após a abolição da escravatura, firma-se o sistema de morada no interior das fazendas com destaque para a parceria e o arrendamento. Estas formas de trabalho perdurarão no Sertão nordestino até a segunda metade do século XX.

A partir da segunda metade do século XX, o processo de modernização da agricultura promovido pelo Estado brasileiro terá repercussões na atividade pecuária desenvolvida na região, em decorrência da ampliação do crédito subsidiado com juros baixos e longos períodos de carência. Esses estímulos fornecidos pelo poder público propiciaram a expansão da pecuária semi-intensiva no Sertão nordestino (MOREIRA; TARGINO, 1997; TORRES, 2006).

Essa expansão da pecuária se deu tanto em termos de aumento do rebanho quanto da área plantada com pasto, bem como pela incorporação de novas tecnologias e

de processos produtivos mais modernos. A atividade pecuária ao se subordinar às políticas públicas e ao capital financeiro reorganiza-se em novos moldes ocasionando transformações nas relações de trabalho, expressas, sobretudo, pelo avanço do assalariamento na região sertaneja (MOREIRA; TARGINO, 1997; TORRES, 2006).

A partir da segunda metade dos anos de 1980 uma grande mudança iria atingir a organização do espaço agrário regional: a disseminação da praga do bicudo<sup>50</sup> que provocou a aniquilação da atividade algodoeira no Sertão do Nordeste<sup>51</sup>. A pecuária intensiva e melhorada passa a dominar o espaço agrário. A isto somam-se vários períodos secos prejudicando a economia agrícola sertaneja. Como consequência desses fatos observa-se, na virada do milênio, a retração do emprego rural no Sertão e a acentuação do êxodo rural incidindo fortemente na agricultura camponesa, sobretudo pela forte redução das relações de trabalho tradicionais como a parceria e o arrendamento (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Além do sistema tradicional de produção agrária do espaço sertanejo, isto é, gado-algodão-policultura alimentar, destaca-se na atualidade a agricultura comercial no chamado “Sertão moderno” totalmente inserida no mercado, com uma produção frutícola de alta qualidade e produtividade, devido a irrigação e ao uso de modernas técnicas, embora com graves questões socioambientais. Nesse contexto distinguem-se três regiões: o vale do São Francisco na Bahia e em Pernambuco, o vale do Açú no Rio Grande do Norte e o vale do Jaguaribe no Ceará.

A reestruturação produtiva do capital no espaço agrário sertanejo através do desenvolvimento da fruticultura tem início nos anos de 1960 impulsionada pelo Estado brasileiro através de políticas públicas coordenadas pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e implementadas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). Nesse sentido,

---

<sup>50</sup> O bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é um besouro da família dos curculionídeos, de coloração cinzenta ou castanha e mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros. A origem do inseto é a América Central e ele chegou ao Brasil em 1983, no Estado de São Paulo. No mesmo ano, também foi encontrado no Nordeste Cf. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/141686/1/Historia-do-bicudo-no-brasil.pdf>

<sup>51</sup> Aproximadamente dez anos depois, novos incentivos fiscais e creditícios permitiram que a cultura do algodão se consolidasse nos Cerrados do Centro-Oeste e do Oeste da Bahia nova fronteira agrícola do país também na produção de algodão. Cf. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/141686/1/Historia-do-bicudo-no-brasil.pdf>

Os estudos elaborados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” (1959), no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), e posteriormente os governos militares (1964-1985), desenvolveram diversos projetos de irrigação, viabilizando o aproveitamento dos vales úmidos existentes no semi-árido do Nordeste do Brasil, com o uso da agricultura irrigada (VIEIRA, 2015, p. 76).

Gomes (2010) destaca que nas décadas de 1980 e 1990 é o incentivo à irrigação privada que vai se sobressair, com vistas a incrementar a competitividade para o agronegócio globalizado regida pelo capital privado. As três regiões citadas anteriormente, são hoje no Brasil, uma das áreas que mais tem atraído os capitais hegemônicos do agronegócio de frutas tropicais gerando novos arranjos territoriais no semiárido.

A expansão da fruticultura no Sertão foi mais enfática a partir dos anos de 1980. Nesta década o país passava por uma crise de recessão econômica, e em relação ao Sertão nordestino, o algodão também entrou em crise como já mencionado. Buscava-se uma saída para a região sertaneja e a encontrada foi o investimento em irrigação nas várzeas fluviais.

Segundo Elias (2006) a agropecuária do Nordeste que até por volta de 1980 não tinha sofrido grandes transformações passa a ver a ocupação de frações do território sertanejo pelo agronegócio globalizado integrando essas áreas aos circuitos produtivos globalizados de empresas nacionais e multinacionais que deram ao sertão nordestino um novo papel na divisão internacional do trabalho agrícola.

O oeste Baiano foi a primeira região do espaço sertanejo a experimentar a reestruturação produtiva do capital com base no avanço da produção de soja assim como o submédio São Francisco que se especializou na produção de frutas tropicais para fins de exportação. Ainda em meados da década de 1980 o vale do Açu no Rio Grande do Norte e o vale do Jaguaribe, já na década de 1990, no Ceará, passaram também a experimentar a reestruturação produtiva do capital com base no desenvolvimento da fruticultura irrigada (GOMES, 2010).

Como exemplo da territorialização do capital estrangeiro nessas áreas pode-se citar a presença da multinacional Del Monte Fresh<sup>52</sup> instalada no vale do Açú, que é umas das três principais empresas do setor de frutas do mundo. Atraída pela abundância e o baixo custo da mão-de-obra presente na região, em um pequeno espaço de tempo promoveu grandes transformações na produção, disseminando a agricultura científica de frutas tropicais, baseada, sobretudo, na produção de banana, abacaxi e melão.

Cabe salientar que com a implantação dos projetos privados de irrigação nesses subespaços sertanejos nordestinos a partir da década de 1980, em vários municípios onde o agronegócio de frutas tropicais se territorializou, acirrou-se o mercado de terras e o aumento da concentração fundiária. No que tange ao comportamento da mão-de-obra na região após a territorialização do capital fruticultor, houve uma expansão do assalariamento temporário (Vale do Açú e Jaguaribe) devido à alta demanda de trabalho no setor, uma vez que ele não exige tanta mecanização durante as fases do processo de produção. Convém salientar que os trabalhadores assalariados temporários possuem carteira assinada o que contribui para o aumento do trabalho formal mesmo que através do contrato com tempo determinado.

Gomes (2010) destaca o que neste ponto luminoso<sup>53</sup> do Sertão nordestino a inserção do agronegócio fruticultor contribuiu para gerar um crescimento econômico se sobrepondo ao desenvolvimento socioespacial o que contribuiu para a intensificação das desigualdades sociais explícitas através do empobrecimento de grande parte da população ampliando cada vez mais a segregação social e acentuando também a

---

<sup>52</sup> A marca Del Monte nasceu no final do século XIX, anos de 1880, em Oakland no estado norteamericano da Califórnia. Tem sede nas Ilhas Cayman e o principal centro administrativo se encontra nos Estados Unidos, em Coral Glabes, na Flórida. É verticalizada, com empresas por toda a cadeia produtiva da banana, inclusive transporte marítimo, beneficiamento e distribuição, e horizontalizada, com negócios de investimento em mercado financeiro, imobiliário e no Setor Turístico (DEL MONTE FRESH PRODUCE, 2009). De acordo com o seu próprio site a multinacional Del Monte Fresh Produce “é uma das principais empresas verticalmente integradas - produtores, comerciantes e distribuidores de frutas de alta qualidade, produtos hortícolas frescos e frutas processadas do mundo, bem como um importante produtor e distribuidor de frutas preparadas, legumes, sucos, bebidas e lanches na Europa, África e Oriente Médio”. “A empresa comercializa seus “produtos em todo o mundo sob a marca Del Monte®, (...) desde 1892”.

No Brasil, iniciou suas atividades em 1998, no Vale do Açú (RN), implantando a primeira fazenda de produção de bananas. Logo em seguida implantou na região de Quixeré (CE) e Limoeiro do Norte (CE) as fazendas de melão, melancia, abacaxi, banana e coco verde. Todas estas culturas produzidas em 15 fazendas” ocupando quase 12.000 hectares”. Cf. <http://delmontebrasil.com.br/quem-somos/>

<sup>53</sup> Ela adota o conceito de “ponto luminoso” de Milton Santos para designar áreas de economia mais dinâmicas que se sobressaem no conjunto de uma região.

degradação ambiental a partir da contaminação dos solos e dos recursos hídricos da região.

A mesma situação é constatada por Bezerra (2012) no vale do São Francisco, onde também se desenvolveu a fruticultura irrigada, sobretudo de manga e uva para exportação, mais precisamente nos estados da Bahia e de Pernambuco.

Segundo Bezerra (2012) de 1985 a 2004 a região Nordeste foi a segunda, depois do Sudeste, que mais aumentou o número de emprego formal na agropecuária com cerca de 177.000 postos criados no referido intervalo de tempo. Destacam-se as culturas da soja e da fruticultura irrigada que no período de 1990 a 2010 contribuíram para que o Nordeste aumentasse o número de trabalhadores formais de 55.417 para 236.659 (RAIS.MTE) como mostra a tabela abaixo:

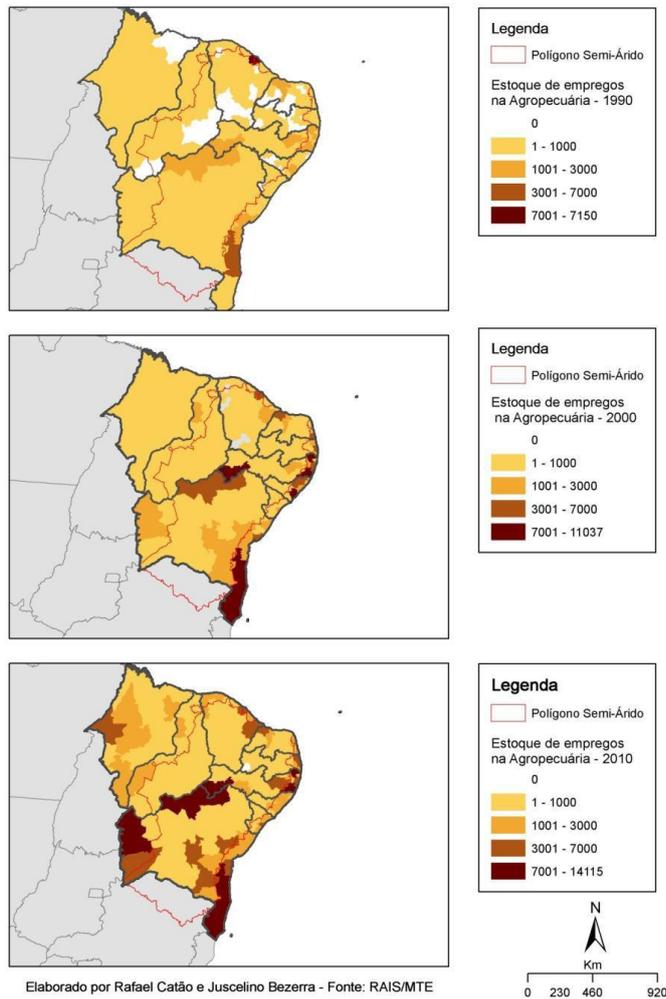
Tabela 1 – Estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Nordeste – UF – 1990/2010

UF	1990	2010	Varição Absoluta	Varição Relativa
Maranhão	1.873	17.894	16.021	855,36
Piauí	1.241	6.631	5.390	434,32
Ceara	12.091	22.280	10.189	84,26
Rio Grande do Norte	6.280	14.247	7.967	126,86
Paraíba	1.827	14.160	12.333	675,04
Pernambuco	10.608	51.284	40.676	383,44
Alagoas	4.072	9.829	5.757	141,38
Sergipe	1.731	13.730	11.999	693,18
Bahia	15.694	86.604	70.910	451,82
<b>Nordeste</b>	<b>55.417</b>	<b>236.259</b>	<b>180.842</b>	<b>326,32</b>

Fonte: RAIS/MTE. Org. Juscelino E. Bezerra (2012).

O crescimento de trabalhadores formais na agricultura sertaneja baiana se deve a expansão da fruticultura no vale do São Francisco, bem como a produção de soja no oeste do estado. Já Pernambuco se distingue também na produção da fruticultura irrigada em Petrolina. Os estados do Maranhão, na região de Balsas e o Sul do Piauí também experimentaram o *boom* da soja e contam da mesma forma com um crescimento do emprego formal. Esses dados referentes ao mercado de trabalho agropecuário formal, evidencia a vinculação entre a consolidação e o avanço do agronegócio e o crescimento do número de empregos formais. Os mapas abaixo são demonstrativos desta evolução.

Mapa 3 –  
Evolução dos  
empregos  
formais na  
agropecuária  
nordestina  
1990 e 2010



entre

Fonte: BEZERRA (2012).

É importante chamar a atenção para o paradoxo por trás desse avanço do emprego formal no agronegócio, que se evidencia através da precarização do trabalho. Por trás da carteira assinada se esconde o conflito social que marca a dinâmica de como se desenvolve e se expande o agronegócio.

Os empregos formais gerados pelo agronegócio representam sim uma conquista da classe trabalhadora pois garante-lhes uma maior cobertura social do Estado mediante a garantia de direitos trabalhistas historicamente constituídos, todavia, isso não isenta os trabalhadores da vivência da precarização. Segundo Bezerra (2012)

Entende-se por precarização do trabalho, a expressão nefasta para os trabalhadores da exploração desmedida do trabalho pelo capital. Ao seguir os sentidos que a palavra “precário” congrega, evidenciamos que o trabalho precário é aquele que: é pouco, escasso (no caso o panorama do desemprego); não é estável (a sazonalidade, o trabalho temporário, part time); é frágil (a vulnerabilidade do mercado de trabalho); se encontra em más condições (a face da degradação do trabalho); não tem sustentação/proteção (a desregulamentação e a falta de proteção social dos trabalhadores) (BEZERRA, 2012, p. 221).

Bezerra (2012) ainda chama a atenção para o fato de nas regiões de expansão do agronegócio da fruticultura, a precarização do trabalho estar presente em virtude do descumprimento contínuo das normas trabalhistas e da extrema vulnerabilidade a que estão submetidos os trabalhadores e trabalhadoras sazonais. A realidade do trabalho nos territórios da fruticultura demonstra justamente a persistência da precarização.

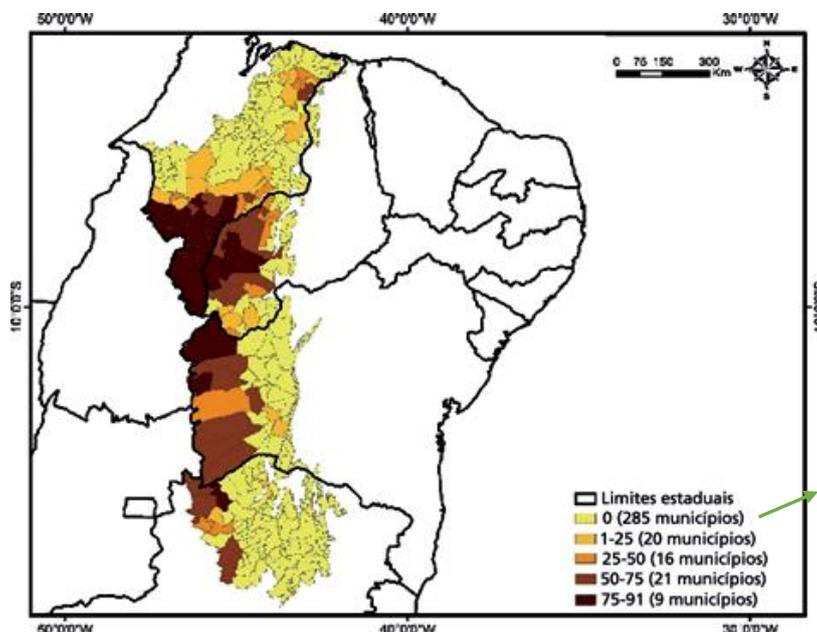
Observa-se sem dúvida que se por um lado o agronegócio representa a modernização do processo produtivo por meio das técnicas avançadas de plantio, do uso de sementes geneticamente modificadas, de insumos modernos (agrotóxicos), da irrigação etc., quando o viés analisado é o trabalho, todo o discurso da modernidade despenca para emergir práticas arcaicas de superexploração dos trabalhadores mediante: longas jornadas de trabalho; estabelecimento de metas de produção; persistência do boia-fria; inexistência de infraestrutura adequada para a alimentação dos trabalhadores; precariedade do transporte; ambiente de opressão e assédio moral e; riscos para a saúde pela exposição aos agrotóxicos no espaço de trabalho e de moradia (BEZERRA, 2012).

Bezerra (2012) chama ainda a atenção para o fato de que muitos trabalhadores empregados no agronegócio fruticultor nunca tiveram experiência de trabalho em grandes fazendas nem com vínculos de trabalho. Logo, a maioria desconhece o poder de acionar órgãos que lutam em favor da defesa social dos trabalhadores. Nesse contexto, a ação sindical é quase nula, já que o perfil dos trabalhadores se assemelha à demanda de pequenos produtores e não ao perfil de um trabalhador assalariado do agronegócio, salvo algumas exceções.

No que tange à produção de soja no Cerrado do Sertão nordestino, Buainain e Garcia (2016) afirmam que o avanço da fronteira agrícola nesta região começou nos anos de 1990, apoiada em modernas bases de produção que substituiu os produtos tradicionais outrora cultivados como a mandioca, o arroz e a própria cana-de-açúcar. Os autores, com base nos dados do IBGE, ainda ressaltam que os produtos agrícolas mais produzidos em 2013, nessa área foram: soja – 2 milhões de hectares (45,5% Do total da produção agrícola da área de cerrado nordestino); milho – 789,6 mil hectares (17,7%); arroz – 474,8 mil hectares (10,7%); algodão herbáceo – 446,4 mil hectares (10%); feijão – 288,9 mil hectares (6,5%); mandioca – 185,8 mil hectares (4,2%); e cana-de-açúcar – 114,4 mil hectares (2,6%). O mapa abaixo mostra a espacialização da soja no cerrado nordestino.



Mapa 4 – Espacialização da Soja no Cerrado Nordeste-2013



Fonte: IBGE (2013 apud BUAINAIN; GARCIA, 2015).

A legenda demonstra que 285 municípios não tinham plantação de soja na sua área agrícola; já 9 municípios tinham entre 75% e 91% da sua área agrícola ocupada com soja.

Ainda segundo os autores acima citados, havia em 2013, 2.347 empresas no Cerrado Nordeste, empregando 24.195 pessoas, das quais 18.868 tinham vínculo empregatício sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BUAINAIN; GARCIA, 2016, p. 17). Eles ainda afirmam que entre 2000 e 2010 houve um grande avanço no IDHM nos municípios onde o agronegócio se desenvolveu no cerrado nordestino, todavia, essa melhoria não foi suficiente para resolver os problemas sociais na região.

Em 2000, o índice estimado para essa região era de 0,422 (muito baixo desenvolvimento humano), enquanto o nacional era 0,612 (médio desenvolvimento humano). Todavia, em 2010, o valor local alcançou 0,594 (baixo desenvolvimento humano) e o nacional, 0,727 – alto desenvolvimento humano (JFP, Ipea e PNUD, [s.d.]). Embora o IDHM tenha avançado, a realidade nordestina ainda apresenta um cenário distante da verificada no país. (...) Em 2012, em torno de 55% do total de famílias residentes no CN estavam em situação de pobreza, representando aproximadamente 3,9 milhões de pessoas. Os dados de Brasil ([s.d.]b) permitiram estimar que, em 2012, 1,1 milhão de famílias, 59% do total de famílias residentes na região, eram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (BUAINAIN; GARCIA, 2016, p. 22-24).

O que se constata é que a expansão do agronegócio, ainda que concentrada, tem contribuído para elevar o dinamismo das regiões de fronteira agrícola, em particular daquelas que antes eram relativamente pouco povoadas como é o caso do Cerrado nordestino, pois atraem indústrias e principalmente serviços. Todavia, os indicadores sociais revelam que, embora a região tenha apresentado um relativo dinamismo em sua estrutura econômica, a condição de pobreza e os problemas sociais que afligem sua população permanecem graves. (BUAINAIN; GARCIA, 2016).

Nesse contexto assim como o verificado para o caso da expansão do agronegócio em outras regiões do Nordeste, a região onde o agronegócio sojicultor se expandiu é mais um dos exemplos de que o atual sistema econômico contraditoriamente se desenvolve tanto gerando grande riqueza para uma minoria quanto visível pobreza para grande parcela da população rural. É fato inconteste que nos municípios onde o agronegócio da produção de soja se territorializou agravaram-se e repetiram-se os mesmos problemas de outras regiões onde o agronegócio se desenvolveu como a especulação fundiária e a imobiliária, a favelização urbana e rural frutos da desterritorialização do campesinato, do acirramento da crise urbana e dos problemas ambientais, dentre outros problemas sócio-espaciais impactando de forma mais intensa na população mais pobre (BUAINAIN; GARCIA, 2016).

Castillo (2016) afirma que cidades como Luis Eduardo Magalhães (LEM) e Barreiras no oeste da Bahia inseridas no território da soja têm se mostrado como uma das regiões produtivas mais dinâmicas do território brasileiro, tanto em termos de competitividade como no que tange ao avanço das desigualdades sociais, econômicas e geográficas que encerram. Em Barreiras e LEM:

instalaram-se algumas das mais importantes empresas do agronegócio, tais como Bunge, Cargill, ADM, Amaggi, LDC, Noble, Multigrain e SLC, desenvolvendo um modelo produtivo "que combina economia de escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais, não deixando espaço para pequenos produtores", reforçando problemas históricos de concentração fundiária e de renda, desarticulação do campesinato e expansão da monocultura, e criando novos problemas, como a privatização da água, a precarização do trabalho e a urbanização desordenada (CASTILLO, 2016, p. 24).

Também no oeste Baiano, na cidade de Correntina, muitos conflitos tem eclodido devido a privatização de rios da região para irrigar o agronegócio da soja e o

resultado disso, é que em uma região rica em recursos hídricos, a população agora passa sede. Pitta e Vega (2017) atestam que na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) onde o agronegócio da soja se expandiu, as comunidades rurais que habitavam o cerrado ficaram cada vez mais confinadas a minúsculas parcelas de terra, já que tanto as áreas de chapadas quanto as de baixio se tornaram espaços da especulação imobiliária.

Essas comunidades ao serem expulsas, ou migram em direção as favelas das cidades tentando sobreviver através de bicos oferecidos pelo trabalho informal, ou se envolvem no tráfico de drogas, e outra pequena parcela é absorvida no campo como assalariada em trabalhos precários. Como o nível de industrialização e de automação do agronegócio sojicultor é muito alto, gera desemprego e quando emprega, devido à falta de oportunidade, os trabalhadores se submetem às piores condições de trabalho nas mesmas agroindústrias que os expulsaram de suas terras, em serviços como: na catação química, na catação de pedras e de tocos, na limpeza do terreno antes da plantação da soja (PITTA; VEJA, 2017).

No que tange a questão ambiental, os autores citados ressaltam que o desmatamento generalizado no Cerrado das chapadas ocasionou a mudança no regime pluviométrico e a seca passou a ser um fenômeno mais constante na região. Bacias hidrográficas secaram devido a destruição de suas nascentes o que acarretou também a diminuição do lençol freático nas áreas de baixios onde reside/residiam muitas comunidades que sobreviviam da água e da pesca.

Quanto aos agrotóxicos usados na monocultura, os autores chamam a atenção para problemas socioambientais graves como a contaminação dos recursos hídricos e também para a saúde da população com a disseminação cada vez maior de casos de câncer. A fauna que servia de alimentação para as Comunidades Camponesas agora começa a desaparecer. O assédio às terras indígenas, quilombolas e camponesas cada vez mais se torna intenso bem como o processo de grilagem da terra e a expulsão dos mesmos. Em síntese o agronegócio nessa porção do Sertão Nordeste ocasionou: a) concentração da terra e da renda; b) aumento das desigualdades sócio espaciais; c) aumento da migração campo cidade e do desemprego rural; d) geração de pouco emprego; e) expropriação de pequenos e médios produtores – diminuição do número de exploração/estabelecimentos agrícolas; f) mudança do perfil produtivo lregional – maior especialização e concentração da produção; g) substituição de policulturas, produção de

leite por cultivos homogêneos; h) aumento das importações de alimentos e de insumos modernos voltados ao agronegócio; i) expansão do trabalho análogo a escravidão.

#### **4.4 Produção do espaço agrário e trabalho assalariado no Meio Norte**

O Meio Norte corresponde a porção oeste da região Nordeste, mais precisamente o oeste do Piauí e o Maranhão. Geograficamente trata-se de uma região de transição entre o domínio morfoclimático da Caatinga e da região Amazônica. Sua ocupação se deu a partir de duas vias de penetração: uma partindo de Olinda e ocupando o Litoral e outra partindo da Bahia e ocupando o Sul do Piauí e do Maranhão. Até o século XVI eram os franceses que ocupavam o litoral do Meio Norte, quando a partir daí, foram expulsos pelos portugueses.

Por muito tempo esta região ficou isolada servindo apenas como fornecedora de braços para o litoral oriental canavieiro. Inicialmente dedicou-se apenas a produção de subsistência. Todavia foi a pecuária que ensejou a ocupação e se desenvolveu na região. Além desta, a produção canavieira se fez presente com o objetivo de produzir açúcar e aguardente, porém, nada comparada com a monocultura canavieira do Litoral Oriental. Destacou-se também a produção de algodão e de arroz ainda no período colonial. A pecuária bovina e caprina se espalhou pela região tornando-a inteiramente pastoril. Em síntese dividia-se a organização agrária do Meio Norte em duas partes: a porção meridional e central do Piauí e o Sul do Maranhão se especializaram na pecuária e o vale do Itapecuru se estruturou com base no arroz, no algodão e na cana (ANDRADE, 1998).

No que tange a mão-de-obra, assim como nas demais regiões utilizou-se inicialmente a indígena que logo depois foi substituída pela escrava. A mão-de-obra escrava foi ínfima devido a atividade pecuária não necessitar de tantos braços. O trabalho escravo era mais presente na região de Itaperucu na produção de cana. O vaqueiro era a figura que dominava e muitos chegavam a se tornar proprietários de terra devido a quarteação. A população pobre e livre pouco trabalhava nos latifúndios. Em uma área de clima predominantemente equatorial, esta população pobre era beneficiada pela natureza. Assim, combinavam a produção de alimentos (milho, feijão, mandioca) com o extrativismo vegetal (coleta do babaçu), a caça e a pesca. Tratava-se, segundo Andrade (1998), de uma economia fechada de subsistência.

Nos fins do século XVIII, o Maranhão chegou a ser o segundo maior produtor de algodão do Nordeste ficando atrás apenas de Pernambuco. Já na segunda metade do século XIX, São Luiz se destacava na exportação de algodão, arroz e couro. A mandioca e o milho eram produtos de subsistência (ANDRADE, 1998).

Na atualidade o Meio Norte se destaca no cultivo de soja, arroz, milho, sorgo além da coleta da cera de carnaúba e sobretudo do coco babaçu. Segundo Pires (2016), a produtividade média da soja na safra 2015/2016 foi de 45 sacas por hectare e a de milho 90 sacas/hectare. Ainda segundo o autor 60% desse milho é exportado para outros estados do Nordeste e 40% para fora do país. Já a soja 95% dela é exportada para fora, restando apenas 5% que fica no Brasil.

No que diz respeito a cultura do coco babaçu Serena e Amaral (2017) em pesquisa realizada enfatizam que a população que estava empregada nesta cultura ficou cansada de ser roubada pelos atravessadores que auferiam lucros exorbitantes revendendo a produção. Desse modo encontraram no sistema de cooperativa uma alternativa para acabar com o atravessador quando os mesmos passaram a comercializar o óleo de babaçu. Muitos camponeses frente ao desemprego rural e urbano têm se associado nas cooperativas do babaçu na tentativa de garantir a reprodução da família e da própria cultura. Todavia Serena e Amaral (2017) atestam que

Além dos avanços e da importância da atividade agroextrativista na sobrevivência dos trabalhadores (as) e na representação da cultura local, perduram-se os laços de precarização das circunstâncias de vida e de trabalho, as quais se encontram submersas na informalidade, isto é, boa parte dos trabalhadores (as) rurais não tem acesso aos direitos sociais, como férias, décimo terceiro e fundo de garantia, somente trabalham para realizar a reprodução social e biológica diária (SERENA; AMARAL, 2017, p. 9).

A grande maioria dos extrativistas do coco babaçu, de acordo Serena e Amaral (2017) não são associados às cooperativas em virtude das suas precárias condições socioeconômicas, mas não deixam de cooperar na comunidade com outros extrativistas e na família, pois isso faz parte da cultura local.

Se no período colonial foram o arroz e o algodão a vanguarda da produção agrária do Meio Norte, na contemporaneidade destaca-se a produção de soja, de cana-de-açúcar, de bambu e de eucalipto além da pecuária extensiva e da carcinocultura (AZAR; ARAÚJO, 2016).

Conforme estudos realizados por Azar e Araújo, as políticas de desenvolvimento regional apresentaram desde sempre a característica de exclusão, não cumprindo com a finalidade de desenvolver de fato o estado. Não trouxeram, portanto, melhorias para as condições de vida local, ao contrário, contribuíram para aumentar as desigualdades e comprometer o desenvolvimento de segmentos produtivos socialmente importantes, principalmente na agricultura (AZAR; ARAÚJO, 2016).

No que diz respeito as relações de trabalho os autores citados argumentam que em todos os setores de produção, seja no mineral seja na agropecuária o que lhes garante homogeneidade é a precarização do trabalho expressa através da informalidade, da terceirização e da subcontratação como estratégias para a redução dos custos de produção. Segundo Azar e Araújo (2016):

[...] em geral, estes empreendimentos abusam dos trabalhadores, submetendo-os a precárias condições de trabalho e a intensas e extensas jornadas de trabalho e ao não usufruto dos direitos trabalhistas garantidos por lei. Muitas vezes, com contratações temporárias, estes trabalhadores vivenciam a insegurança no trabalho, enfrentam precária e a insistente ameaça de demissão, cujo respaldo encontra-se na crescente superpopulação relativa (AZAR; ARAÚJO, 2016, p. 8).

Do exposto, como já foi amplamente debatido no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, a modernização da agricultura brasileira, compreendida pela disseminação de tecnologias químicas e mecânicas e pelas novas formas de gestão na agropecuária efetiva-se a partir da década de 1960 do século passado tendo como suporte o total apoio do Estado. Todavia como é sabido, a modernização da agropecuária não se deu de forma homogênea, nem em relação as regiões brasileiras, nem em relação a todas as culturas, inclusive só atingindo parte do processo produtivo de algumas. Também não se fez de forma homogênea nem em relação ao tipo de produtor e nem ao tipo de estabelecimento rural.

Em síntese, corroboramos com o conceito de “modernização conservadora” da agricultura brasileira de Graziano da Silva (1981), pois ela promoveu avanços tecnológicos importantes nos processos produtivos agrícolas, modificou as relações de trabalho sem, contudo, transformar a posse da terra que não só permaneceu concentrada como intensificou essa concentração.

Por outro lado, é somente na década de 1990, no contexto da neoliberalização econômica e da regulação híbrida do território, bem como do protagonismo das políticas

das grandes empresas que se pode falar definitivamente em agronegócio globalizado no Brasil (CASTILLO, 2016).

O agronegócio emerge enquanto um setor que passa a ser controlado pelas corporações industriais/comerciais tanto nacionais quanto transnacionais, porém, sempre com o apoio do Estado, sobretudo, quando este assume o papel de direcionar políticas setoriais e de financiamentos. Isso tem implicado em transformações significativas no processo de regionalização produtiva, na dinâmica campo-cidade, na estruturação urbana e no aumento das desigualdades sociais bem como na devastação ambiental como foi visto. Segundo Castillo (2016)

Tal modelo tem provocado drásticas transformações nos modos de vida e nas práticas sociais no campo, reforçando, reinventando e até intensificando heranças socioespaciais reprodutoras de desigualdades, que há muito deveriam ter sido superadas, como a estrutura fundiária altamente concentrada, a expropriação e a expulsão de pequenos agricultores, o controle oligopolizado de recursos básicos como a água, o desrespeito ao meio ambiente e aos modos de vida ancestrais, a segregação urbana e a precarização do trabalho (CASTILLO, 2016, p.17).

Ainda segundo o autor, cada produto do agronegócio (soja, café, algodão, pasta de celulose, frutas tropicais, borracha natural, cana-de-açúcar, laranja etc.) possui suas especificidades. É essencial compreender as características de cada uma dessas culturas para entender como se dar a sua territorialização e como procede o seu circuito espacial produtivo, uma vez que cada produto cria e impõe condições singulares aos lugares.

No que tange a questão do trabalho assalariado, o que se constatou em todas as regiões onde se territorializou o agronegócio no Nordeste foi a expansão do trabalho formal como foi verificado no mapa N°.5

Entretanto, o trabalho formal, tal qual vem se expandindo, definitivamente não pode ser encarado como solução para a eliminação do trabalho precário (BEZERRA, 2012).

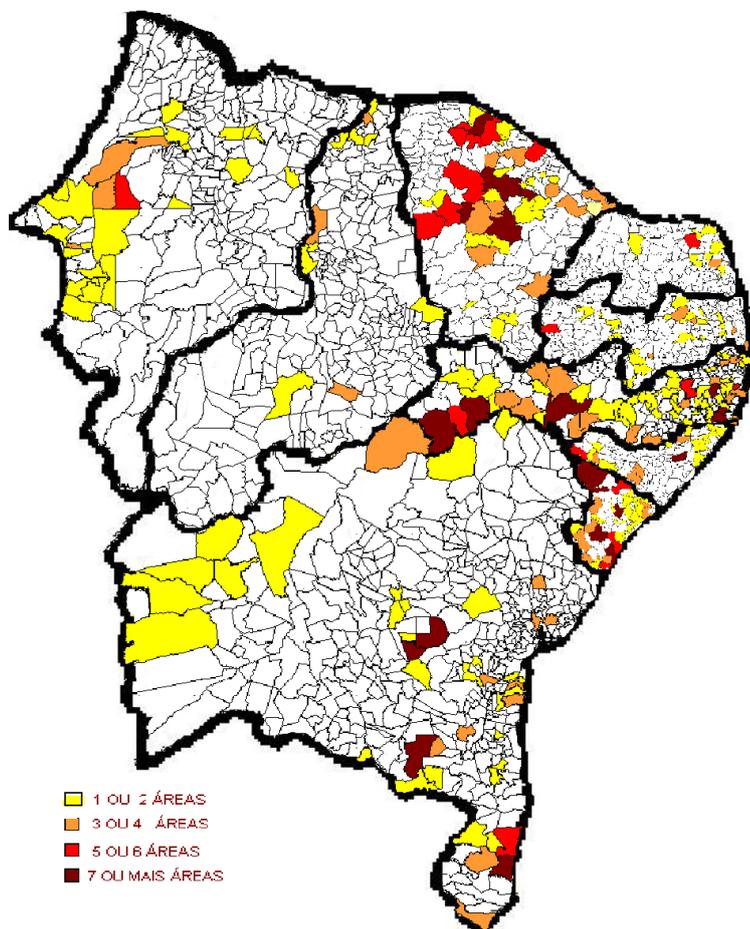
Juscelino Bezerra (2012) na sua tese de doutorado e Rogério Bezerra (2008) na sua dissertação de mestrado respectivamente mostram que nas regiões onde o agronegócio avançou no Nordeste também houve o avanço de empregos formais como visto no mapa anterior e simultaneamente nessas áreas avançou o número de acampamentos ligados ao MST demonstrando o embate do avanço capitalista no campo e a luta pela reforma agrária como demonstrado nos mapas 5 e 6 abaixo.

Mapa 5 – Áreas de concentração da agricultura capitalista no Nordeste



Fonte: Bezerra (2008).

Mapa 6 – Configuração espacial do MST no Nordeste



Fonte: Bezerra (2008), a partir de levantamento junto às direções e secretarias estaduais no MST-NE em 2007.

Como pode ser visto nos mapas acima, o emprego formal no campo Nordestino, no decorrer da década de 2000 até 2010 segundo Bezerra (2012), se concentrou nas áreas que concentram as atividades do agronegócio da fruticultura com destaque para o Vale do São Francisco e as microrregiões de Mossoró (RN), do Baixo Jaguaribe e Litoral de Aracati, no Ceará, onde se concentra nesses dois últimos estados a Multinacional Del Monte com destaque para a produção de melão.

Outra região que se sobressaiu na absorção de mão-de-obra formal foi o corredor da soja que se formou nas áreas de cerrado no Nordeste destacando-se com mais

impulso no ano de 2010 as microrregiões do Maranhão e Piauí e a consolidação definitiva de Barreiras na Bahia como uma das microrregiões com maior número de emprego formal no setor da agropecuária (BEZERRA, 2012).

Chama-se atenção também para a Zona da Mata Nordestina historicamente produtora de cana-de-açúcar, com destaque para o litoral sul da Paraíba até Alagoas. O Estado da Bahia exibiu um desempenho marcante na evolução do estoque de empregos, onde percebe-se que nas extremidades do estado houve forte incremento dos empregos, através da expansão da soja no oeste baiano e das produções de café e de cacau na Microrregião do Sul baiano bem como também na fruticultura produzida no vale do São Francisco.

Infelizmente, em pleno século XXI, ainda temos que ressaltar que entre o amálgama do Nordeste do litoral e do Nordeste do sertão e nas suas faixas de transição emergem outros Nordestes, ainda mais abissais: o do senhor e o do semiescravo, do rico e do pobre, do fazendeiro e do sem-terra. Porém, a reação da classe trabalhadora frente a exploração do trabalho é verificada através das greves dos trabalhadores assalariados, bem como a associação dos movimentos sociais e pastorais sociais com o objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho e de propor alternativas frente ao agronegócio (BEZERRA, 2012).

Tal mobilização dos sindicatos, dos movimentos sociais, das pastorais é de suma importância devido ao perigo que o agronegócio representa em várias questões como o comprometimento da saúde dos trabalhadores; do uso da violência para silenciar as vozes que são exploradas e combatentes, e isso requer uma luta muito complexa por parte dos que estão do lado dos trabalhadores para desmontar o discurso ideológico que assevera e garante a expansão do agronegócio como via única de desenvolvimento.

Ao tecermos a organização da produção e do trabalho segundo a regionalização do Nordeste identificamos que há uma grande complexidade na dinâmica geográfica do trabalho assalariado segundo cada região que se especializou em alguma cultura do agronegócio. As diferentes formas de produção agrícola ensejaram uma heterogeneidade de formas de trabalho assalariado que vai do formal ao informal; dos trabalhadores empregados no agronegócio com carteira assinada e ainda respaldados com garantia dos direitos trabalhistas, agora ameaçados, ao clandestino total; do assalariado que trabalha todo dia para um único patrão (uma empresa) e o assalariado que todo dia trabalha para um patrão diferente como no caso do café e da cultura do

abacaxi como será visto adiante. Do assalariado que trabalha em terras da agricultura camponesa a terras do grande e médio capitalista ao arrendatário capitalista; dos assalariados que residem no espaço urbano aos que residem no espaço rural; dos assalariados destituídos de qualquer meio de produção como a terra, aos assalariados que arrendam um hectare de terra e plantam algum cultivo de milho ou feijão para o consumo, mas tem na sua “boia” a principal fonte de renda. Dos assalariados que se organizam na luta por melhores condições de trabalho e salários, via sindicatos e associações, aos assalariados completamente alienados ao sistema que os explora. A heterogeneidade do assalariamento rural também se complexificou diante da reestruturação produtiva do capital.

Apesar do aumento do emprego formal no setor do agronegócio, Neder (2014) salienta que a atual estrutura produtiva baseada na especialização e na concentração da produção em regiões mais dinâmicas vem absorvendo cada vez menos emprego e tem se mostrado pouco inclusiva. Desse modo, a estrutura produtiva atual tende a excluir ou absorver marginalmente trabalhadores assalariados e pequenos produtores, não contribuindo significativamente para melhorar os indicadores sociais e para reduzir a pobreza rural (NEDER, 2014).

O autor ainda chama a atenção para o fato de que a reestruturação produtiva do capital no campo está contribuindo para a subutilização da mão-de-obra assalariada, a partir do aumento do tempo médio que os trabalhadores ficam desempregados e se viram com bicos agudizando a pobreza das famílias em determinadas épocas da produção como foi visto na nossa pesquisa de campo.

Do exposto se apreende que o espaço agrário nordestino em sua pluralidade tem assumido ao longo do tempo formas e contornos que reproduzem a lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Este desenvolvimento não é homogêneo uma vez que ele capta e subordina as especificidades da organização da produção e do trabalho que marcaram historicamente as diversas subunidades espaciais. Alguns aspectos, porém conferem homogeneidade a este processo nos diferentes Nordeste: o avanço do capital sobre a agricultura camponesa e a vegetação nativa nas áreas de fronteira agrícola através da produção de *commodities* e da pecuária intensiva e semi-intensiva; a redução da ocupação da mão de obra na agricultura; o crescimento do emprego formal acompanhado da intensificação da precarização cada vez maior do trabalho que irão se refletir na saúde e na vida da população.

No próximo capítulo buscamos apresentar um panorama do trabalho assalariado no campo nordestino em 2006, sua caracterização e também sua evolução entre 1996 e 2006, segundo os estados e as mesorregiões, procurando identificar a dinâmica espacial dessa forma de trabalho e buscando compará-la a dos territórios que no período experimentaram o avanço da agricultura monocultora capitalista voltada para a produção de *commodities* (melão, soja, uva, cana) e da pecuária intensiva.

## **5 CARACTERIZAÇÃO, ESPACIALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO RECENTE DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NO NORDESTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS**

Embora se identifiquem formas de trabalho remuneradas com um salário, mesmo que muito pequeno, ainda no período colonial, só no século XX, e com mais intensidade a partir dos anos de 1970, é que o trabalho assalariado irá se expandir na atividade agropecuária nordestina. Isto, como já foi demonstrado, em virtude do avanço do capital no campo, expresso através da modernização técnica da agricultura. Neste capítulo, apresentamos um panorama do trabalho assalariado na atividade agropecuária nordestina realizado com base nos dados dos censos agropecuários de 1996 e 2006, recorte temporal escolhido para observação e em alguns casos, tomando por parâmetro de comparação os dados dos censos agrícola e agropecuário de 1950, 1975 e 1980. Como o censo agropecuário de 2017 só foi publicado no segundo semestre de 2019 não pudemos integrar seus dados à tese. Todavia, para não deixar totalmente de lado as informações estatísticas mais recentes, incorporamos a que trata do pessoal ocupado, uma vez que é possível utilizá-la em nível comparativo. Vale a pena destacar que o esforço de análise aqui realizado, busca principalmente a indicação de tendências no movimento geral do trabalho assalariado no campo nordestino no período estudado sem deixar de lado comparações com períodos anteriores. Até porque, conforme chama a atenção o IBGE, os resultados dos censos objetos de observação “não são estritamente comparáveis” a exemplo do Censo Agropecuário de 2006, que tem o ano civil como período de referência e os Censos Agropecuários 1995-1996 e 2017, que têm como período de referência, o ano-safra<sup>54</sup>.

### **5.1 Nordeste: panorama recente do trabalho assalariado na agropecuária**

Ao levantar informações sobre o trabalho assalariado na agricultura nordestina em período recente acabamos por constatar que no Brasil, o emprego assalariado no

---

<sup>54</sup> Malgrado os problemas que todo pesquisador encontra para trabalhar comparativamente os dados estatísticos do IBGE, são eles os que, no caso da nossa pesquisa, nos permitiram obter uma maior aproximação do real.

campo se expandiu de forma mais expressiva a partir de 1975. De acordo com Brandão (1987):

Dados levantados através dos censos agropecuários para o período de 1950/75 demonstram que, para o Brasil, o assalariado agrícola permaneceu praticamente constante em termos absolutos (cerca de 3,5 milhões de empregados permanentes e temporários). Como a ocupação agrícola, como um todo, quase dobrou em termos absolutos no mesmo período (de cerca de 11 milhões, em 1950, para 20,3 milhões em 1975), parece que o desenvolvimento agrícola, ocorrido até então, não se apoiou prioritariamente na expansão do trabalho assalariado, mas sim transformando algumas formas de trabalho consideradas tradicionais, como a pequena propriedade, por exemplo. De 1975 a 1980, no entanto, a expansão dos assalariados é expressiva (52%) (...). (BRANDÃO, 1987, p. 82).

Em nível do Nordeste os censos agropecuários para o período de 1950/75 demonstram que, em termos absolutos, ocorreu um decréscimo do número de empregados assalariados agrícolas (de 1.115.360 assalariados em 1950 para 988.197 assalariados em 1975). Enquanto isso o pessoal ocupado na agricultura que contabilizou 2.634.582 pessoas em 1950 aumentou para 8.738.763 pessoas em 1975 o que representou um crescimento médio no período de 231,7%. Comprova-se que no Nordeste, assim como no Brasil, o desenvolvimento agrícola, ocorrido até então, não se apoiou essencialmente na expansão do trabalho assalariado. Em contrapartida, de 1975 a 1980, a expansão dos trabalhadores assalariados no campo nordestino superou a observada em nível nacional com um crescimento da ordem de 100,9% (os empregados assalariados passaram de 988.197 em 1975 para 1.984.990 em 1980). Nesse período já se constata os resultados do processo de dominação do capital na agricultura nordestina em grande parte apoiada na introdução e/ou expansão de processos e técnicas poupadores de mão-de-obra e na transformação das relações de trabalho não tipicamente capitalistas em relações tipicamente capitalistas.

Em 2006, o número de pessoas ocupadas na agropecuária<sup>55</sup> do Nordeste correspondia a 7.699.138 pessoas o que significa 11,9% a menos do que o número

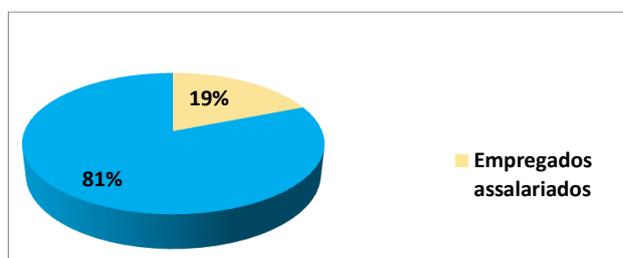
---

<sup>55</sup> No censo agropecuário de 2006, foram consideradas como pessoal ocupado no estabelecimento todas as pessoas que trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros, bem como os produtores ou administradores de explorações comunitárias, juntamente com as pessoas que tinham laços de parentesco com eles e que estiveram trabalhando no estabelecimento, no

registrado em 1975 (IBGE, 1975; 2006). No censo agropecuário de 2017 verificamos uma continuidade nesse processo de redução da ocupação na agropecuária nordestina da ordem de 17,2% em relação a 2006, passando o número de ocupados a ser de 6.376.764 pessoas (IBGE, 2006; 2017).

O número de empregados assalariados também decresceu de 1.984.990 em 1980, para 1.447.951 em 2006 (-27,15%), embora ainda representassem 46,5% a mais do que o número de empregados assalariados rurais existentes em 1975 (IBGE, 1975; 1980; 2006). Em 2006 os assalariados rurais constituíam apenas 19% do pessoal ocupado (IBGE, 2006), (Gráfico 1)<sup>56</sup>.

Gráfico 1 – Região Nordeste: Percentual do trabalho assalariado em relação ao pessoal ocupado na agropecuária 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: Éricson Torres.

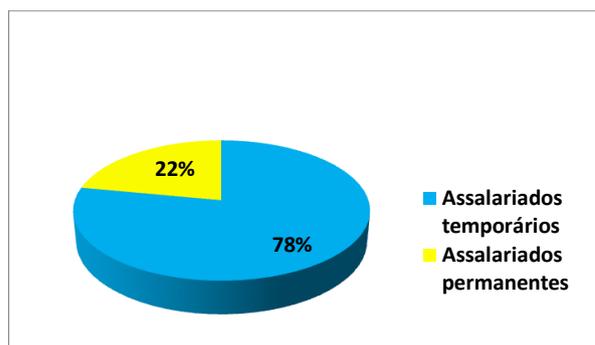
Os empregados assalariados permanentes totalizavam, em 2006, 322.375 pessoas o que correspondia a 22% do total de assalariados rurais. Os empregados temporários totalizavam 1.125.576 pessoas ou 78% do total dos assalariados rurais (Gráfico 2).

---

período de referência. O produtor ou o administrador e as pessoas ocupadas (homens, mulheres e crianças) com laços de parentesco com o mesmo, que executaram ou auxiliaram o produtor ou administrador nas atividades do estabelecimento, segundo os dias trabalhados (menos de 60 dias, de 60 a menos de 180 dias e 180 dias ou mais), também foram consideradas. (IBGE,2010).

<sup>56</sup> Não houve tempo hábil para realizar um levantamento mais minucioso no censo agropecuário de 2017 sobre os assalariados. Um olhar superficial nos deu a impressão de que teremos dificuldade em comparar os empregados temporários pois ao que nos parece inicialmente, eles foram incorporados aos parceiros. Creemos que será possível realizar comparações interessantes sobre os assalariados temporários levando em conta a quantidade de dias trabalhado.

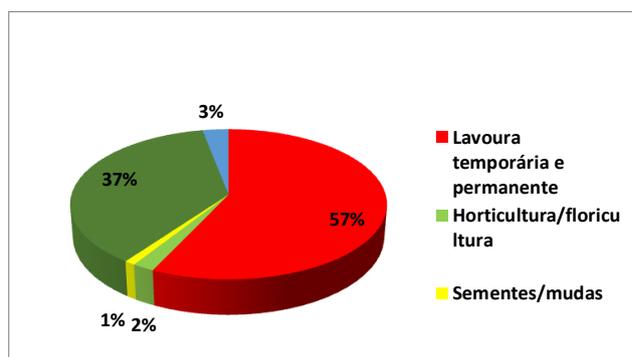
Gráfico 2 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados na agropecuária segundo a categoria – 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: Éricson Torres.

Do conjunto do setor primário, foi a agricultura a que mais se destacou pelo emprego do trabalho assalariado em 2006, absorvendo 57% do total dos empregados assalariados da região. Em seguida destaca-se a atividade pecuária, perfazendo 37%. As outras atividades como a produção florestal, a horticultura e a produção de sementes pouco empregaram, não passando dos 6%, como pode ser observado no gráfico 03.

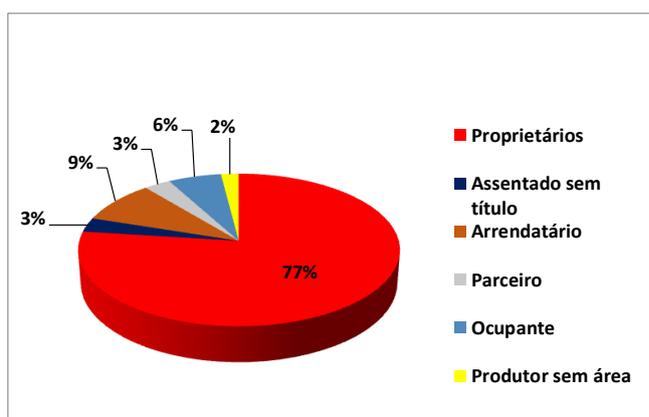
Gráfico 3 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados segundo as atividades agropecuárias e a produção florestal – 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: Éricson Torres.

No que diz respeito à distribuição dos trabalhadores assalariados por tipo de estabelecimento, segundo a condição do produtor, constata-se que sua maior concentração se dá nos estabelecimentos dos proprietários, que em 2006 absorveram 77% do total de empregados assalariados rurais da região (gráfico 4).

Gráfico 4 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados nos estabelecimentos agrícolas, segundo a condição do produtor – 2006



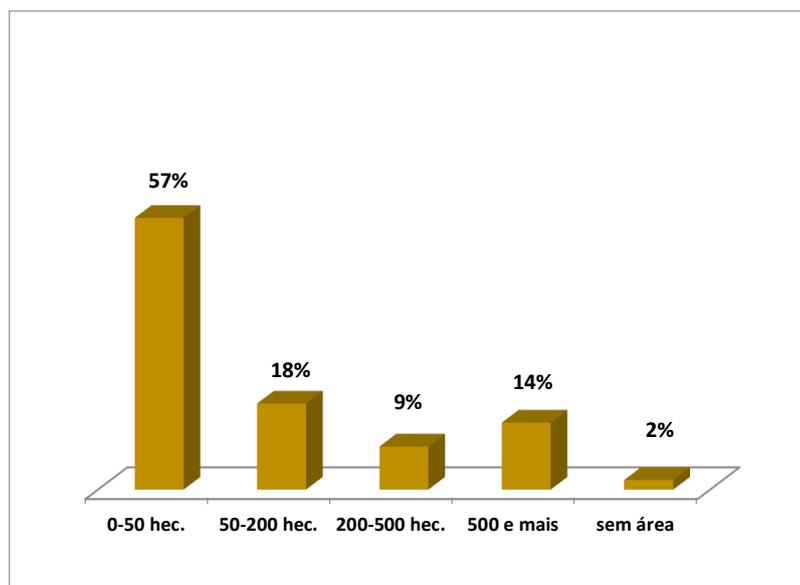
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: Éricson Torres.

Segue em importância os estabelecimentos dos arrendatários empregando 9% dos assalariados; os ocupantes empregando 6%; os dos parceiros e dos assentados sem título, ambos empregando 3%, e por último, os produtores sem área que empregaram apenas 2% do total da mão-de-obra assalariada. Os dados revelam-nos que é na propriedade privada onde se encontra a maior parte dos empregados assalariados rurais no campo nordestino (gráfico 04).

No que tange à distribuição dos empregados assalariados, segundo o tamanho dos estabelecimentos, verificou-se algo que contraria as teorias. Na década de 90 do século XX, o maior número de empregados assalariados no campo encontrava-se nos maiores estabelecimentos, diminuindo esta presença à medida que diminuía o tamanho dos estabelecimentos. Isso justificava-se pelo fato de nas pequenas propriedades predominar o trabalho familiar. Inclusive esse dado serviu de base para aqueles que se posicionam contra a reforma agrária afirmar a incapacidade de absorção de mão de obra por parte da agricultura de base familiar.

Os dados de 2006 são demonstrativos de uma inversão dessa tendência uma vez que a maior quantidade de empregados assalariados passou a se situar nos menores estabelecimentos (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Região Nordeste: Percentual dos empregados assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos rurais (ha) – 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Teria razão Marx (1985) quando ressalta que o desenvolvimento do capitalismo no campo quando atinge um determinado nível secundariza o trabalho assalariado substituindo-o pelas máquinas? Nesse sentido, Marx (1985) afirma que o processo de acumulação primitiva do capital consiste na separação do produtor direto dos meios de produção, transformando o camponês em um assalariado e à medida em que evoluem as forças produtivas para garantir a reprodução do capital, a própria força-de-trabalho humana, isto é, o operário, passa a ser substituído pelas máquinas. Talvez esteja aí parte da explicação para essa reversão de tendência.

Interessante destacar que o trabalho assalariado permanente predominava na agricultura não familiar, enquanto o assalariamento temporário predominava na agricultura familiar (Tabela 1). Chayanov (1981), faz referência a esse fato quando

afirma que em determinadas épocas do ano agrícola, a mão-de-obra familiar contrata temporariamente pessoas de fora ou parentes para poupar a penosidade do trabalho em momentos que a atividade camponesa mais demanda mão-de-obra.

Tabela 2 – Empregados assalariados na agricultura de base familiar e na agricultura não familiar - 2006

<b>NORDESTE</b>		
<b>Empregados</b>	<b>na AF</b>	<b>na ANF</b>
Empregados permanentes	65.102	257.273
Empregados temporários	782.753	342.823

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: Éricson Torres.

É importante destacar que não obstante os produtores familiares do Nordeste, sem terra ou com acesso precário a mesma, terem sofrido uma redução em torno de 25% entre 1975 e 2006 (de 1.026.574 em 1975 caiu para 771.266 em 2006), não se pode negar que a agricultura camponesa de base familiar e as relações de trabalho não tipicamente capitalistas resistem e sobrevivem ao processo de expansão do capital sobre a agricultura que se iniciou nos anos de 1950 e se intensificou a partir de 1970.

Esse dado reforça os argumentos defendidos por Kautsky (1985) e Lênin (1982) no século XIX, de que o capitalismo abre espaço para a reprodução de relações de trabalho não tipicamente capitalistas e que a generalização do trabalho assalariado não pode ser encarada como um processo avassalador no campo, embora em última hipótese, sob a predominância do capitalismo a tendência seria a transformação do camponês em assalariado. Por adotarem este pensamento é comum afirmar que Kautsky e Lênin transitam na interface entre o marxismo ortodoxo e o heterodoxo.

Os teóricos marxistas heterodoxos como Rosa de Luxemburgo e Alexander Chayanov defendem outras teorias. Na obra ‘‘A acumulação do Capital’’, Luxemburgo apresenta a teoria dos espaos vazios<sup>57</sup>, discordando das ideias de Marx sobre a mais valia e a permanência do campesinato no capitalismo. Segundo ela a acumulação de capital historicamente é um processo de troca que se realiza entre os modos de produção capitalista e os não capitalistas. Sem essa condição de troca a acumulação de capital não se realiza e tão pouco permitiria a existência de relações não capitalista por si são. Para ela o capital tanto mutila quanto assimila (permite) a criação de relações não capitalistas (LUXEMBURGO, 1985). Dessa forma entende que o capital são se reproduz através da mais valia e que para isso é necessária a extração da mais valia tanto de relações tipicamente capitalistas, quanto de relações não tipicamente capitalistas das quais o campesinato faz parte. Tal teoria preenche as lacunas do que Luxemburgo denomina de ‘‘espaos vazios’’ deixados pela ortodoxia marxiana quando enfatiza que sob a regência do capitalismo apenas duas classes se sobressam: os donos dos meios de produção e a proletária, dona apenas da sua fora-de-trabalho.

No capítulo XXVI de sua obra, Luxemburgo (1985) contrariamente a visão unilateral de Marx, afirma que nunca existiu uma sociedade única e exclusivamente capitalista. Para ela, o que há na verdade é uma coexistência entre as sociedades capitalistas e não capitalistas desde que esta última favorea o processo de acumulação de capital. Em suma, Luxemburgo destaca que o capitalismo, contraditoriamente não são contribui com a dissolução do campesinato como também permite a sua reprodução.

Outro clássico que também defendeu a reprodução do campesinato sob a vigência do modo de produção capitalista foi Chayanov, na obra ‘‘A organização da atividade econômica camponesa’’ publicada na segunda década do século XX. Esta obra caracteriza o campesinato russo a partir de elementos que são inerentes a estrutura

---

<sup>57</sup> Luxemburgo (1985 apud CORREIA, 2011, p.68) mostra claramente como acontece a reprodução do capital e a forma em função da qual as relações capitalistas de produção dialogam com as relações não capitalistas para completar o ciclo reprodutivo do capital. (...) Portanto, segundo a autora, não faz sentido o esquema de reprodução do capital de Marx, pois em uma sociedade limitada somente por duas classes, a dos proletários e dos capitalistas, não haveria a reprodução ampliada do capital, tendo em vista ‘‘a mais valia não pode ser realizada nem por um operário, nem por um capitalista, mas por camadas sociais ou sociedades que por si são, não produzem pelo modo capitalista’’ (p.241). Sem a classe não capitalista responsável pela realização da mais valia, não ocorre a reprodução ampliada do capital, e sem esta, não tem como a empresa capitalista desenvolver-se. Foi esse o espao vazio deixado por Marx, segundo Luxemburgo, quando apresentou o seu esquema da reprodução do capital.

familiar camponesa como a questão do equilíbrio trabalho-consumo. Em outras palavras, o aumento ou a diminuição da família camponesa e de sua unidade de produção está relacionada com as necessidades de sua base material a partir das necessidades de consumo e reprodução.

Diferentemente dos autores que transitam entre a ortodoxia/heterodoxia, que analisam o campesinato a partir da sua inserção no sistema capitalista de produção, Chayanov faz uma análise subjetiva e compreende o campesinato como um modo de produção próprio. Isso requer dizer que para ele não seria o antagonismo de classes e o processo de desigualdade típico do capitalismo que levaria a extinção do campesinato.

Esta diferenciação do campesinato não levaria, como argumentou Lênin, a proletarianização dos camponeses e a transformação de uma minoria em pequeno patrão. Mas tratava-se de um conjunto de estratégias direcionadas por uma lógica que partia da família para a terra. Cada unidade camponesa possuía uma dinâmica demográfica própria. O tamanho das famílias sempre se ajustava de acordo com as necessidades de seus membros, sobretudo dos braços disponíveis para garantir um sistema de trabalho-consumo que apenas proporcionasse atender as suas necessidades básicas nunca almejando o lucro.

Para o referido autor os elementos básicos que caracterizam uma unidade de produção capitalista como lucro, preço, capital, juros, renda, salários não se aplicam ao modo de vida campesino uma vez que ele não tem como objetivo o lucro criado pela extração de mais valia. Em suma, a lógica da dinâmica produtiva campesina seria para o autor baseada na quantidade e qualidade da terra e na relação entre força de trabalho e capital. Qualquer problema que distorça esta relação seria compensado pela ocupação dos camponeses em atividades não agrícolas ou pela intensidade do trabalho dos camponeses (CHAYANOV, 1981).

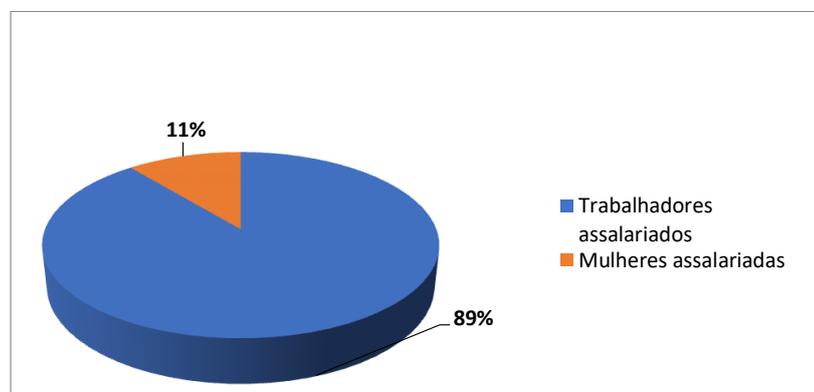
Corrobora com os clássicos do marxismo heterodoxo na atualidade, mas sem deixar de levar em consideração as diferenças temporais e espaciais para cada análise, geógrafos agrários brasileiros como Oliveira (2005), Fernandes (2000), Moreira (1988), Junior (2012) entre outros. Para estes, a lógica conservadora e contraditória do capital ao mesmo tempo que expande o assalariamento rural também permite a recriação do campesinato contanto que este último fique submetido ao processo de reprodução do capital.

No que tange às informações sobre trabalho infantil, constatou-se que no Nordeste existia em 2006, 471.121 crianças (pessoas com menos de 14 anos) ocupadas em atividades agropecuárias, o que representava 6,1% do total do pessoal ocupado na agropecuária regional. Desse total de crianças ocupadas, apenas 1.966, isto é, 0,4% eram trabalhadores assalariados. Já em relação ao total de assalariados no campo nordestino em 2006, o trabalho assalariado infantil representava 0,1%.

Dada a importância do trabalho infantil procuramos estabelecer um paralelo entre o total do trabalho assalariado infantil existente no campo nordestino em 1975 e 2006. Os dados censitários demonstram que entre 1975 e 2006 houve uma queda notável no número de crianças assalariadas na atividade agropecuária nordestina. De fato, em 1975, 125.600 crianças trabalhavam na agricultura como assalariadas e em 2006 este número declina para apenas 1.966, o que significa uma taxa negativa de crescimento da ordem de 98,4% no período. Pode-se atribuir essa diminuição dos assalariados rurais infantis: a) à política pública de Erradicação do Trabalho Infantil levada a efeito a partir do final dos anos de 1980; b) à intensificação da fiscalização do trabalho infantil nas propriedades das Usinas de açúcar e álcool, e em propriedades do agronegócio fruticultor, de soja entre outros, principalmente pelas Delegacias Regionais do Trabalho e também pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Federação dos Trabalhadores mais atuantes à época.

No que se refere ao trabalho assalariado feminino, verificou-se que no Nordeste existia em 2006, 154.730 mulheres ocupadas em atividades agropecuárias como assalariadas, o que representava 11% do total de assalariados (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Região Nordeste: Percentual do trabalho assalariado feminino no total de assalariados na agropecuária - 2006



Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2006. Elaboração: Éricson Torres.

Em 1950 esse número era de apenas 17.311 mulheres assalariadas tendo alcançado, em 1975, 170.758 o que representa um crescimento médio para o período de 1950-1975 de 886,4 %. Se compararmos 1975 com 2006 observamos o inverso, um declínio da mão de obra assalariada feminina reproduzindo o comportamento do total dos assalariados. Pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudo sobre Espaço, Trabalho e Campesinato (GETEC/ DGEOC/UFPB/CNPQ) coordenado por Emilia Moreira entre 1975 e 2005, constatou durante a fase de crise do Proalcool, na atividade canavieira desenvolvida no estado da Paraíba, que “as mulheres além de constituírem um número bem menor no conjunto da mão-de-obra contratada com carteira assinada, foram as que mais perderam o emprego no período” (MOREIRA et al. 2001, p.11). Os pesquisadores concluíram que quanto maiores são as dificuldades do setor canavieiro, mais seletivo ele se torna.

Referindo a este estudo Moreira (et. al., 2001) afirmam que na fase de crise da atividade canavieira, ou de outra atividade agrícola de exportação,

[...] a preferência por homens jovens e fortes com maior capacidade produtiva, tem contribuído para diminuir significativamente a contratação de mão-de-obra feminina, sobretudo para a tarefa de corte da cana. Alguns entrevistados chegam a afirmar inclusive que quase não se vê mais mulheres na atividade de colheita da cana; que os empreiteiros, quando contratam mulheres já têm uma tarefa “maneira” para elas como cozinhar (regra geral o almoço/prêmio para os trabalhadores que conseguem maior produtividade) e/ou distribuir água entre os trabalhadores, ou trabalho na adubação (MOREIRA et al., 2001, p. 11).

Mulheres em idade fértil e homens e mulheres de 50 anos e mais vêm sendo excluídos dos grupos de trabalho nas áreas de predomínio do agronegócio. Elas ainda são aceitas naquelas atividades que exigem delicadeza no processo produtivo como no caso da colheita da uva.

Em síntese, os dados nos revelam que o capital embora avance no campo expulsando os camponeses e os transformando em assalariados ele também permite a recriação do campesinato contanto que ele se coloque a serviço do processo de acumulação. O número de assalariados temporários continua grande o que demonstra que não há, para parcela importante dos trabalhadores, garantia de emprego para o ano

inteiro. Via de regra, os assalariados do campo conseguem trabalho nas culturas como a cana-de-açúcar, o abacaxi, a soja e a fruticultura irrigada apenas nos meses de safra. Nas pequenas unidades produtivas a utilização da mão-de-obra assalariada limita-se a períodos pontuais como os de plantio, colheita e, em alguns casos, de limpeza das lavouras.

No que tange a presença de assalariados rurais segundo o tamanho dos estabelecimentos observou-se em 2006 uma maior concentração nos pequenos estabelecimentos agropecuários aqui considerados como aqueles com menos de 200 hectares. Acreditamos que isso se deve ao processo de modernização tecnológica, como o verificado, por exemplo, no setor canavieiro com a chegada das máquinas colheitadeiras, onde cada máquina substitui o trabalho de 100 homens. Supomos que parte dessa mão de obra desempregada se assalaria nos menores estabelecimentos. Por outro lado, a fruticultura irrigada desenvolvida nos perímetros irrigados do Nordeste, em pequenos estabelecimentos agropecuários como no vale do Açu-RN e em Petrolina-PE e Juazeiro-BA absorvem importante volume de mão-de-obra assalariada sobretudo na época da colheita. Some-se a isso a contratação de assalariados temporários nas pequenas unidades produtoras voltadas para a produção de abacaxi na Paraíba e de café na Bahia bem como pela agricultura camponesa em determinadas fases do processo produtivo. No próximo item teceremos considerações sobre a espacialização do trabalho assalariado rural no Nordeste brasileiro.

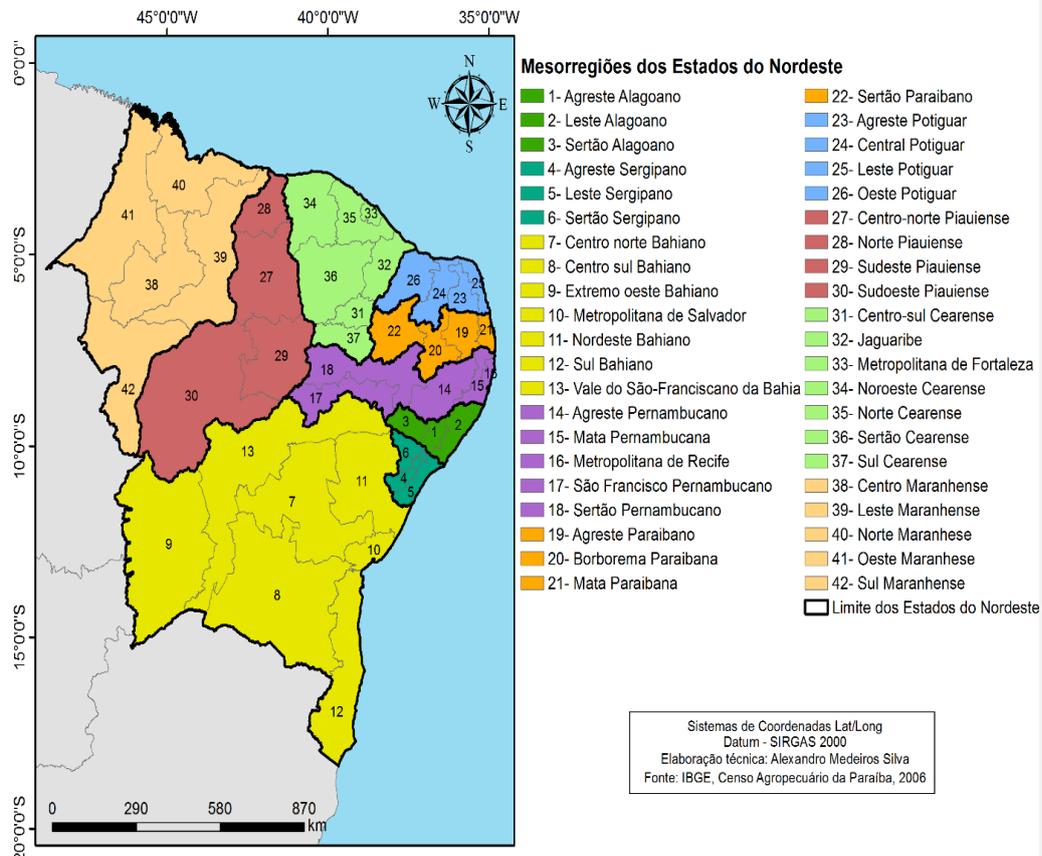
#### 5.1.1 Espacialização do trabalho assalariado no setor primário nordestino

A expressão espacialização será aqui enfatizada para designar a distribuição espacial, ou seja, o modo como o trabalho assalariado rural distribui-se no espaço nordestino. Levou-se em consideração a mesorregião geográfica definida pelo IBGE em 1989, como unidade básica de análise. Elas consistem em áreas individualizadas em uma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Trata-se de uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1988).

Para facilitar a leitura dos mapas da distribuição espacial do trabalho assalariado segundo as mesorregiões do Nordeste, disponibilizamos o mapa da divisão

mesorregional do Nordeste segundo os estados (Mapa 7). Ao todo são 42 mesorregiões existentes na região.

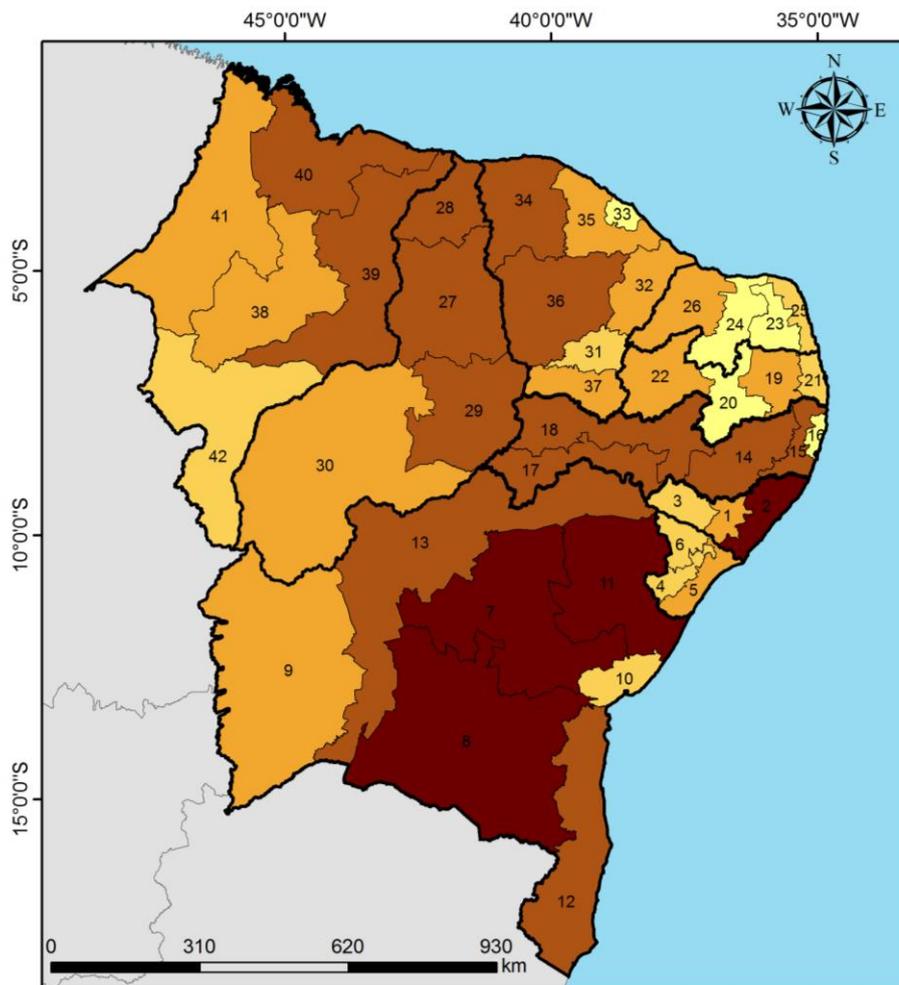
Mapa 7 – Mesorregiões do Nordeste



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

No que diz respeito às Mesorregiões, as que mais se destacaram por utilizar trabalhadores assalariados na agropecuária em 2006, foram a do Centro-Sul Baiano (n.8), a do Leste Alagoano (n.2), a do Nordeste Baiano (n.11), a do Leste Maranhense (n.39) e a do Centro-Norte Baiano (n.7) (Mapa 8).

Mapa 8 – Distribuição espacial do trabalho assalariado na agropecuária segundo as mesorregiões por estado no Nordeste - 2006



#### Legenda

	5843 - 10000
	10000 - 20000
	20000 - 35000
	35000 - 65000
	65000 - 117316
	Limite dos Estados do Nordeste

Sistemas de Coordenadas Lat/Long  
Datum - SIRGAS 2000  
Elaboração técnica: Alexandre Medeiros Silva  
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

a) A **Mesorregião do Centro-Sul Baiano** (n. 8) com 117.316 trabalhadores, correspondendo a 8% dos assalariados rurais da região. Localizada na Chapada Diamantina e com a maior extensão territorial dentre todas as mesorregiões, ultrapassando o tamanho de muitos estados, no Centro Sul Baiano, a mesorregião possui

polos produtivos com destaque para a fruticultura orgânica produzida no município de Lençóis, onde se instalou a empresa Brasileira de Bioenergia Orgânica que implantou um grande projeto industrial na região, inclusive contratando mão-de-obra de territórios quilombolas. Destaca-se nessa subunidade espacial o cultivo de manga, maracujá, abacaxi, acerola, goiaba e jaboticaba. Além da fruticultura produz também algodão e cacau. Ganha destaque também a sua produção orgânica de mel, cachaça (de cana-de-açúcar) e café entre os produtos orgânicos da Chapada Diamantina, premiados e reconhecidos internacionalmente pela sua qualidade. Com certificação orgânica e biodinâmica, a Cachaça Serra das Almas, produzida na Fazenda Vaccaro, em Rio de Contas, foi eleita a melhor cachaça prata do país pela revista VIP em 2011. O mel Flor Nativa, fabricado de forma coletiva por integrantes da Associação de Apicultura e Meliponicultura do Vale do Capão, em Palmeiras, tem certificação orgânica e já foi premiado como o melhor nos Congressos Baianos de Apicultura em 2005, 2012 e 2013, e, em 2009, no Congresso Nordestino de Apicultura. A Chapada Diamantina ainda tem história com o café, exportado até para o Vaticano<sup>58</sup>. Também, segundo Bispo (2012), a cultura do milho, do feijão e da mandioca, isto é, da lavoura branca também é muito forte nesta mesorregião. A grande dimensão e a dinâmica da economia agrícola explicam a maior presença do assalariamento rural nesta Mesorregião (BISPO, 2012). Grande parte da população empregada na atividade cafeeira no Sudoeste Baiano vive circulando nos municípios produtores em busca da sobrevivência e da melhoria da qualidade de vida sua e da família. Semelhante ao que acontece na costa Leste do Nordeste na atividade canavieira, também na atividade cafeeira a população flutuante vive transitando, tentando a vida ora no campo, ora nas periferias das cidades evidenciando como diz Soares (2011) a lógica das relações de trabalho no sistema de produção capitalista determinado pela mobilidade do capital. No que se refere às condições de trabalho na lavoura do café, Soares (2011) afirma que são altamente precárias e que o trabalhador é predominante um clandestino, incluindo aí a participação de mulheres e adolescentes. O índice de analfabetismo é de mais de 90% e isso resulta em uma falta de conhecimento por parte dos trabalhadores dos direitos que eles teriam

---

<sup>58</sup> Cf. Reportagem no site <http://www.guiachapadadiamantina.com.br/chapada-diamantina-se-especializa-na-producao-de-alimentos-organicos/>. Acesso no dia 6-10-2016.

se tivessem carteira assinada. O processo de alienação é tão forte, que os trabalhadores argumentam que está tudo bom do jeito que estar, mesmo com uma jornada intensa de trabalho que varia entre 10 a 12 horas diárias recebendo a maioria um salário na faixa de 540 reais bem abaixo do salário mínimo (SOARES, 2011). Os transportes que os trabalhadores utilizam não tem segurança alguma. São caminhões ou tratores, que chegam a transportar cerca de 140 trabalhadores de uma só vez para as grandes propriedades. Ainda segundo Soares (2011), os fazendeiros argumentam que não têm como assinar a carteira dos trabalhadores uma vez que os mesmos não passam muito tempo em uma única propriedade e sempre vivem migrando de uma para outra.

É de praxe em todas as atividades ligadas ao agronegócio no Nordeste se ter a presença da mão-de-obra camponesa se assalariando para complementar sua renda familiar durante a safra dos produtos ligados ao agronegócio, como foi constatado na atividade canavieira por Moreira e Torres (2009), na fruticultura irrigada por Bezerra (2012) e por Soares (2011), na atividade cafeeira. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo real e formal de subordinação da agricultura ao capital, pois, como afirma Soares (2011), “o camponês é conhecedor do processo de produção”. Os autores citados também ressaltam em suas pesquisas que todas essas atividades agrícolas, inclusive a soja, se territorializam também no oeste Baiano e sul do Maranhão e do Piauí, contribuindo para o aumento da concentração fundiária dos municípios produtores gerando dentre outras consequências: a desapropriação dos camponeses; o assalariamento de parcela desse campesinato expulso do campo e agora empregados em trabalhos precários e intensivos nas culturas do agronegócio; o inchaço urbano e a luta por terra numa tentativa de reterritorializar os territórios perdidos para o capital. Soares (2011) chama a atenção ainda para o caso do café produzido na Bahia que diferentemente do Sudeste, se concentra em todas as unidades de produção, isto é, nas pequenas, nas médias e nas grandes propriedades<sup>59</sup>. Mesmo sendo produzido por parcela significativa do campesinato a atividade cafeeira também contribuiu para acentuar a concentração fundiária nos municípios produtores;

---

<sup>59</sup> Minifúndio-dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; pequena propriedade é aquela com dimensão entre 1 e 4 módulos rurais; médias propriedades é aquela situada entre 5 e 15 módulos rurais; já as grandes propriedades superam os 15 módulos rurais. O tamanho do módulo rural varia de acordo com cada região ou área do território brasileiro, entre 5 a 110 hectares (MORISSAWA, 2008, p. 110).

**b) A Mesorregião do Leste Alagoano** (n.2) (Mapa 8) foi a 2 mesorregião que mais empregou trabalhadores assalariados em 2006: 90.355 trabalhadores ou 6% do total dos assalariados rurais da região. A atividade dominante nesta subunidade espacial é a monocultura da cana-de-açúcar;

**c) A Mesorregião Centro-Norte Baiano** (n.7) segue em importância com 70.270 trabalhadores ou (4,8% do total de assalariados). Nesta mesorregião predominam cinco culturas principais: o feijão, a mandioca, o milho, o sisal e a soja (BISPO, 2012). Com certeza a soja e o sisal contribuem para a presença do assalariamento na região;

**d) A Mesorregião do Nordeste Baiano** (n.11) com 68.690 trabalhadores ou (4,7% do total de assalariados). Aqui além da lavoura branca destaca-se a laranja e o coco da baía;

**e) A Mesorregião do Leste Maranhense** (n.39) com 62.909 trabalhadores ou (4,3% dos assalariados da região) é uma região onde tem se dado o avanço da soja e da cultura do eucalipto para a indústria da celulose (COSTA, 2012). No quadro atual do desenvolvimento territorial empregado no leste do Estado do Maranhão, mais precisamente no Baixo Parnaíba, desenvolvem-se projetos de modernização, com a implantação de grandes estruturas. Segundo Costa (2012), nos anos 1990, a MARGUSA–Maranhão-Gusa S/A, MARFLORA–Maranhão Reflorestadora Ltda e a Suzano Papel e Celulose S/A instalaram-se com o objetivo de fornecer insumos da cadeia produtiva carvão-aço e celulose no Estado. Isto atraiu outras formas de investimento, como o Complexo Agro-Industrial (CAI) da soja, que nesta fase já se encontrava bem consolidado na região sul do Estado (COSTA, 2012). Para este autor:

O incremento do eucalipto atendeu a demanda direta basicamente de dois setores: um que diz respeito a produção de celulose a partir de modelos “sustentáveis” e outro, articulado com o capital financeiro mundial da mineração, o da produção de fontes renováveis para abastecimento de refinarias e carvoarias no Norte e Nordeste brasileiro (COSTA, 2012, p. 3).

Essas duas culturas representam o agronegócio nesta mesorregião e contribuem para a presença do assalariamento rural. Além delas há também aqui a concentração das usinas de açúcar e a produção agrícola canavieira do Estado. Também nessa mesorregião predomina o bioma das Matas dos Cocais onde destaca-se a produção do coco babaçu praticada principalmente pela agricultura familiar, mas também desenvolvida em terras privadas, onde é comum contratar-se mulheres para o processo de coleta e extração do coco: são as chamadas quebradeiras de coco<sup>60</sup>. O salário pago as quebradeiras de coco é muito baixo (MESQUITA, 2008). No Leste Maranhense são encontradas ainda áreas com peculiaridades importantes quanto à sua dinâmica agropecuária. Segundo o relatório da SEADE (Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados), no município de Barra do Corda há uma fazenda de 30 mil hectares de exploração extrativista em moldes empresariais desenvolvida pela Merck (multinacional farmacêutica alemã) para a produção de jaborandi<sup>61</sup>, visando a extração da pilocarpina<sup>62</sup> e 2 mil hectares de fava danta<sup>63</sup>. Destaca-se ainda nessa região a área do vale do rio Munim, uma mancha de Cerrado que tem sido ocupada por novas territorializações de empresários gaúchos, constituindo uma área de avanço do agronegócio da soja, associada à retomada da cotonicultura. Desse modo, a soja, a cana, o eucalipto e as demais produções agropecuárias citadas contribuem para a presença do assalariamento rural nesta mesorregião (mapa 8). Segundo Costa (2012) o avanço do agronegócio representado pela soja e pelo eucalipto no leste maranhense tem ocasionado o avanço da concentração fundiária, dos conflitos territoriais por terra além da contaminação dos ecossistemas locais pela disseminação dos agrotóxicos.

---

<sup>60</sup> Entre a Caatinga e o Cerrado, nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, vivem as mulheres quebradeiras de coco babaçu. Elas somam mais de 300 mil mulheres trabalhadoras rurais que vivem em função do extrativismo do babaçu, uma das mais importantes palmeiras brasileiras. <http://www.cerratinga.org.br/populacoes/quebradeiras/>

<sup>61</sup> O jaborandi é uma pequena árvore ou arbusto que tem parte importante na medicina popular brasileira. É usado interna ou externamente e é constituído de alcaloides, essências, matérias resinosas e pécicas, etc.

<sup>62</sup> A pilocarpina é extraída do jaborandi sendo muito utilizada pela indústria farmacêutica na fabricação de colírios para o **tratamento de glaucoma**, mas pode aparecer em receitas populares para baixar a febre, diminuir problemas capilares e até mesmo laringites.

<sup>63</sup> A fava-danta (*Dimorphandra mollis* Benth) é um vegetal característico da região do Cerrado que apresenta um comprovado potencial medicinal. Do fruto da faveira é extraída a rutina, substância utilizada na fabricação de medicamentos que fortalecem os vasos sanguíneos e capilares, sendo indicada também no tratamento de varizes. Cf. [www.portalsaofrancisco.com.br/alimentos/fava-danta](http://www.portalsaofrancisco.com.br/alimentos/fava-danta).

Por fim, constata-se que onde o agronegócio avançou no Nordeste, avançou também o assalariamento rural com destaque para o formal. Porém, o assalariamento de uma maneira geral seja formal ou informal também se destacou em outras Mesorregiões nordestinas para além daquelas onde predominou apenas o assalariamento formal com destaque para o Centro Sul baiano, Centro Norte baiano, Nordeste baiano e a Zona da Mata Alagoana como pode ser visualizado no mapa 3.

As Mesorregiões do Nordeste que menos contrataram trabalhadores assalariados para a agropecuária coincidiram com: a do Centro-Potiguar (n.24) com 5.843 trabalhadores contratados (0,4% do total de assalariados); a do Agreste-Potiguar (n.23) com 7.800 (0,5% do total de assalariados); a da Borborema-PB (n.20) com 8.051 (0,52% do total de assalariados); Metropolitana do Recife (n.16) com 9.251 (0,61% do total de assalariados) e a Metropolitana de Fortaleza (n.33) com 9.333 (0,64% do total de assalariados). As três primeiras são as mesorregiões mais secas (Borborema – PB e Centro Potiguar e Agreste Potiguar- RN), onde as constantes estiagens a que estão submetidas contribuem para o baixo desenvolvimento da atividade agropecuária e consequentemente isso incide na baixa contratação de trabalhadores. Isto sem falar que na Borborema a atividade principal é a pecuária que ocupa pouca mão-de-obra. Já as duas últimas, são mesorregiões predominantemente urbanas, onde as atividades agropecuárias também são insignificantes, o que também resulta no baixo nível de empregabilidade rural (mapa 8).

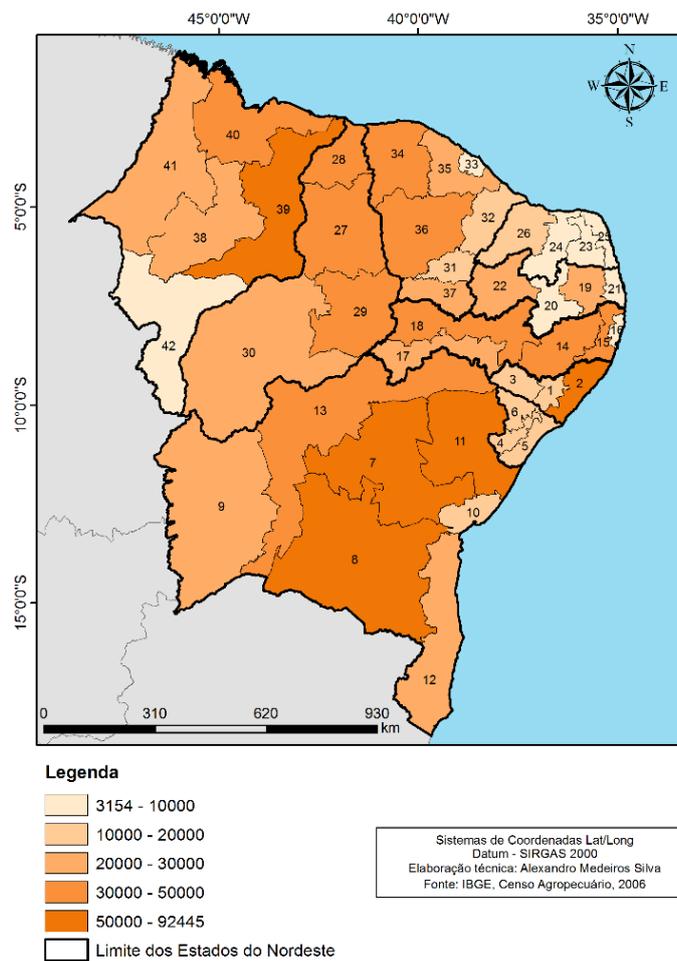
No que tange à distribuição dos empregados assalariados temporários segundo as Mesorregiões, constata-se que as 5 mesorregiões em que mais predominavam esta mão-de-obra coincidiam com as do: Centro-Sul Baiano (n.8) com 92.445 ou 8,2% do total de temporários, seguida do Nordeste Baiano (n.11) com 58.084 ou 5,1% do total de assalariados temporários, depois o Centro Norte Baiano (n.7) empregando 58.018 ou 5% do total de trabalhadores temporários; a Mesorregião do Leste Alagoano (n.2) com 56.966 ou 5% e o Leste Maranhense (n.39) com 55.859 ou 4,9% do total de trabalhadores assalariados temporários na agropecuária regional (mapa 9). Cabe ressaltar que para esta categoria de assalariados rurais se repetiram as mesmas mesorregiões.

As Mesorregiões do Nordeste que menos contrataram trabalhadores assalariados temporários coincidiam novamente com as de: Central-Potiguar (n.24) com 3.154 (0,2% do total de assalariados); Metropolitana de Fortaleza (n.33) com 4.385

(0,3% do total de assalariados); Metropolitana do Recife (n.16) com 5.211 (0,4% do total de assalariados); Agreste Potiguar (n.23) com 5.532 (0,5% do total de assalariados) e a Borborema paraibana (n.20) com 5.675 (0,5% do total de assalariados)(mapa 9).

Em relação à distribuição dos empregados assalariados permanentes segundo as Mesorregiões, constata-se que as 5 mesorregiões em que mais predominavam esta mão-de-obra coincidiam com a do Sul Baiano (n.12) com 36.499 assalariados rurais ou 11,3% do total de assalariados permanentes da região. Aqui destaca-se como principais culturas que utilizam o trabalho assalariado a cacauicultura, a cafeicultura, a fruticultura irrigada (com destaque para a banana, o mamão e o maracujá) além da pecuária bovina. Segue em importância o Leste Alagoano (n.2) com 33.389 ou 10,3% do total de assalariados permanentes; depois o Centro Sul Baiano (n.8) empregando 24.871 ou 7,7% do total de trabalhadores permanentes; a Mesorregião do Agreste Pernambucano (n.14) com 14.474 ou 4,4% e a Mata Pernambucana (n.15) onde domina a atividade canavieira, com 13.733 ou 4,2% do total de trabalhadores assalariados permanentes na agropecuária regional (Mapa 10).

Mapa 9 – Distribuição espacial do trabalho assalariado temporário na agropecuária segundo as mesorregiões por estado do Nordeste - 2006

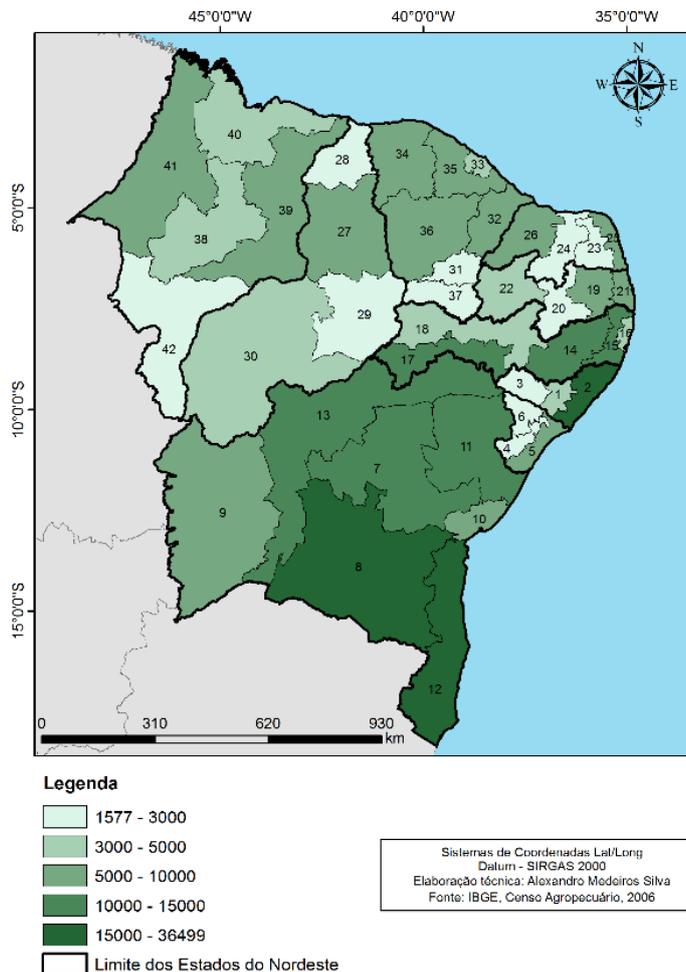


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

As Mesorregiões do Nordeste que menos contrataram trabalhadores assalariados permanentes coincidiram novamente com as do: Centro-sul Cearense (n.31)

com 1.577 (0,4% do total de assalariados); Sertão Sergipano (n.3) com 1.761 (0,5% do total de assalariados); Agreste Potiguar (n.23) com 2.268 (0,7% do total de assalariados); Borborema Paraibana (n.20) com 2.376 (0,7% do total de assalariados) e o Agreste Sergipano (n.4) com 2.589 (0,8% do total de assalariados) ( mapa 10).

Mapa 10 – Distribuição espacial do trabalho assalariado permanente na agropecuária segundo as mesorregiões por estado do Nordeste - 2006

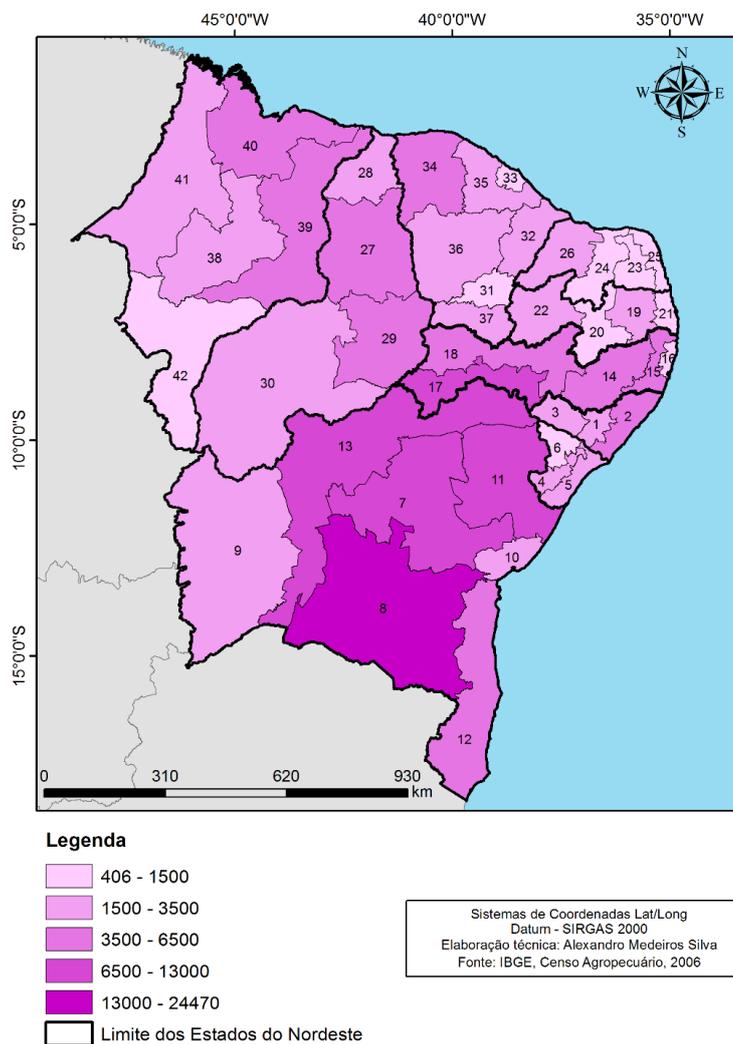


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Já o trabalho assalariado rural feminino destacava-se na Mesorregião do Sul Baiano (n.12) com 24.470 ou 15,8% do total do assalariamento feminino. Em seguida vinha a Mesorregião do São Francisco Pernambucano (n.17) com 12.235 ou 7,9% do

total de trabalhadoras agrícolas. Destaca-se aqui o emprego da mulher na fruticultura irrigada. Segue em importância o Centro Norte Baiano (n.7) com 11.093 ou 7,1% do total; a Mesorregião do Vale São Francisco Baiano (n.13) empregando 9.296 ou 6% do total de mulheres assalariadas com destaque na fruticultura irrigada (Mapa 11).

Mapa 11 – Distribuição espacial do trabalho assalariado feminino na agropecuária segundo as mesorregiões por estado no Nordeste - 2006

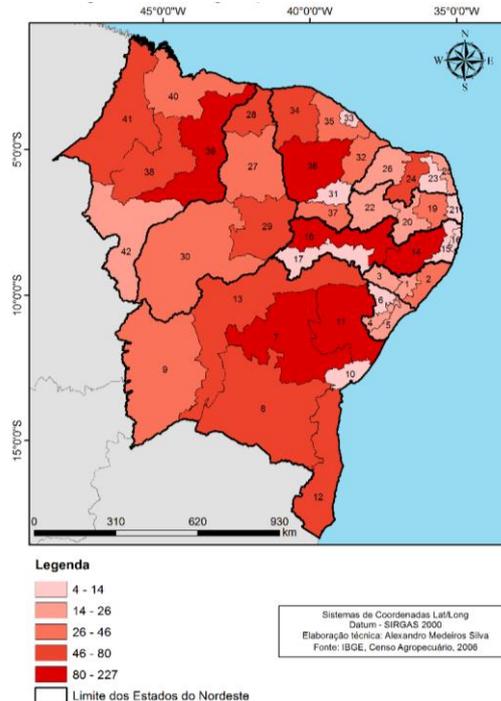


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

As Mesorregiões que menos empregaram o trabalho assalariado feminino coincidiam com a Metropolitana do Recife (n.16) com apenas 406 trabalhadoras ou 0,2%; Central Potiguar (n.24) com 460 ou 0,3%, Agreste Potiguar (n.23) com 529 ou 0,3%, Borborema Paraibana (n.20) com 677 ou 0,4% e a Metropolitana de Fortaleza (n.33) com 766 mulheres empregadas ou 0,5% do total. (Mapa 11).

No que se refere ao número de crianças assalariadas empregadas em atividades agropecuárias destacaram-se as Mesorregiões do Leste Maranhense (n.39) empregando 227 crianças, o Nordeste Baiano (n.11) com 117, o Sertão Cearense (n.36) com 111, o Agreste Pernambucano (n.14) com 110 e o Sertão Pernambucano (n.18) empregando 109 trabalhadores assalariados infantis. As Mesorregiões que menos empregaram este tipo de mão-de-obra foram a Metropolitana de Fortaleza (n.33) com apenas 4 trabalhadores assalariados infantis; Metropolitana do Recife (n.16) com 7, Agreste Potiguar (n.23) e Centro Sul Cearense (n.31) ambas com 9, São Francisco-PE (n.17) com 11 e a Mata Pernambucana (n.15) com 12 crianças assalariadas (Mapa 12).

Mapa 12 – Distribuição espacial do trabalho assalariado infantil na agropecuária segundo as mesorregiões por estado do Nordeste - 2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

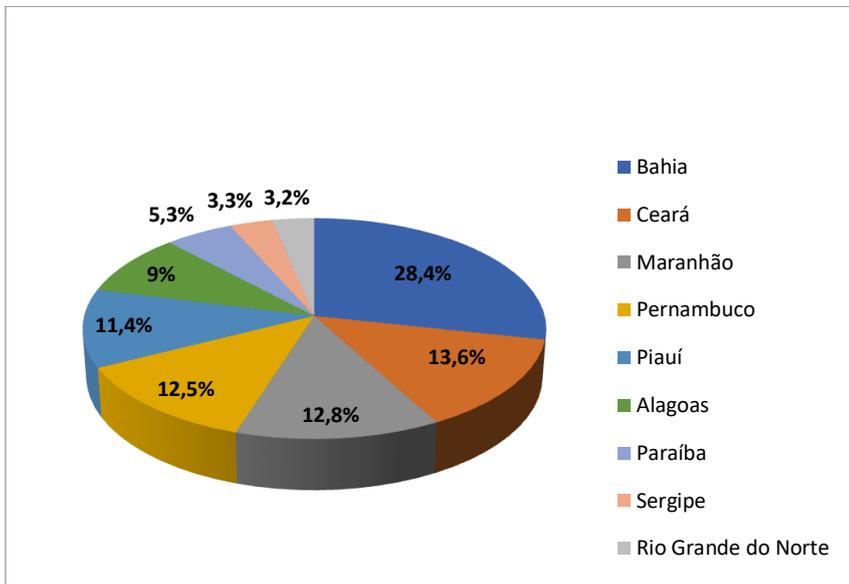
No que diz respeito a distribuição do assalariamento rural segundo os estados do Nordeste, o quadro 1 e o gráfico 7 apresentam os dados em termos absoluto e relativo para 2006.

Quadro 1 – Trabalho assalariado rural segundo os Estados do Nordeste em 2006.

<b>Estados do Nordeste</b>	<b>Trabalho assalariado rural</b>
Bahia	411.485
Ceará	197.486
Maranhão	186.175
Pernambuco	182.318
Piauí	165.701
Alagoas	131.437
Paraíba	77.309
Sergipe	48.941
Rio Grande do Norte	47.099
Total	1.447.951

Fonte: IBGE. Censo agropecuário, 2006.

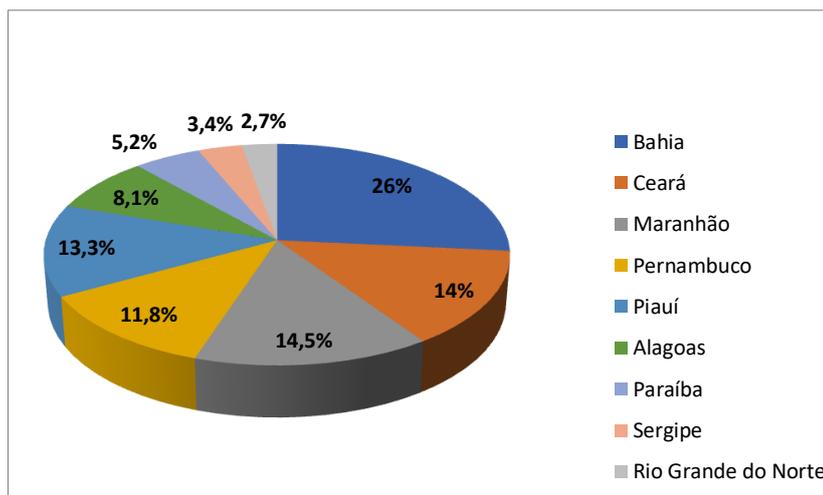
Gráfico 7 – Percentual do trabalho assalariado rural segundo os estados nordestinos - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

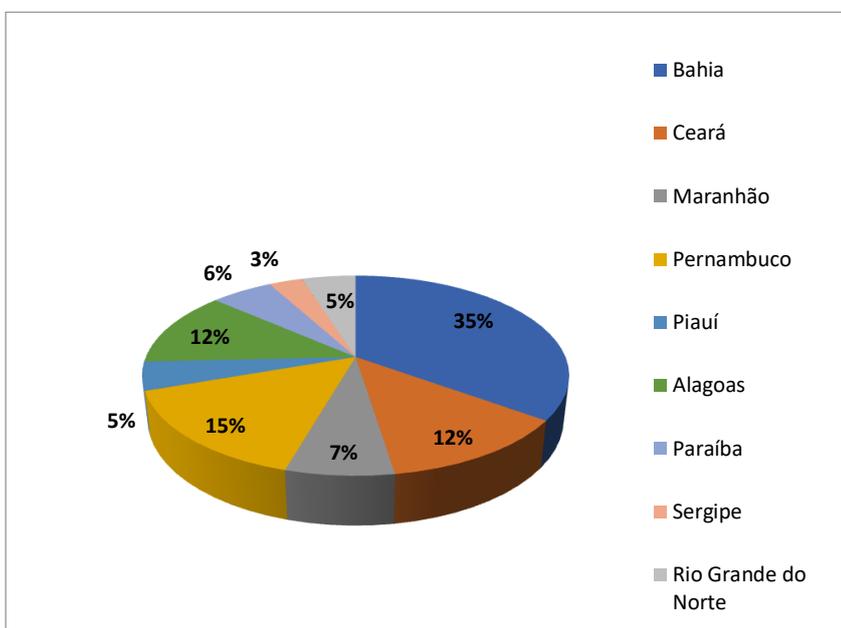
Os gráficos a seguir são demonstrativos da distribuição dos assalariados temporários e permanentes, do assalariamento infantil e feminino segundo os estados nordestinos.

Gráfico 8 – Percentual do trabalho assalariado temporário rural segundo os estados nordestinos - 2006



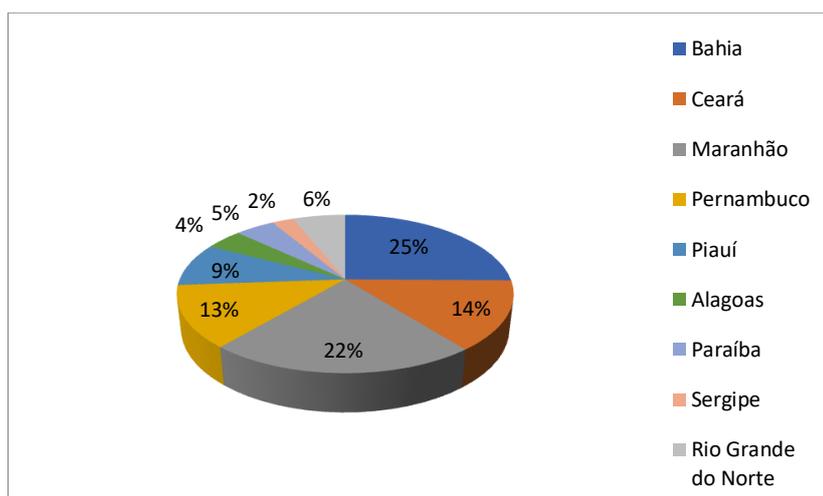
Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Gráfico 9 – Percentual do trabalho assalariado permanente rural segundo os estados nordestinos – 2006



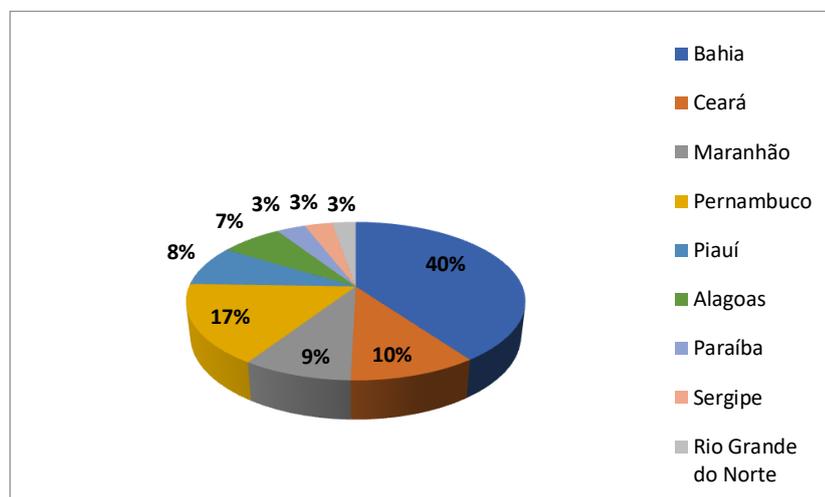
Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Gráfico 10 – Percentual do trabalho assalariado infantil rural segundo os estados nordestinos – 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Gráfico 11 – Percentual do trabalho assalariado feminino rural segundo os estados nordestinos - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Como pode ser observado nos gráficos acima, os estados da Bahia, do Ceará, do Maranhão e de Pernambuco foram os que mais se destacaram em 2006 pelo número de empregados assalariados nas diferentes modalidades analisadas nesta pesquisa. Em primeiro lugar podemos explicar isso chamando a atenção para o fato desses estados serem bem maiores se comparados aos demais estados nordestinos. Segundo que, na Bahia e em Pernambuco temos duas das atividades agrícolas que mais demandam mão-de-obra assalariada, quais sejam: a atividade canvieira predominante na Zona da Mata e a fruticultura irrigada com destaque para a produção de manga e uva no vale do São Francisco, mais precisamente nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Na Bahia também ainda podemos destacar na sua porção oeste o avanço da soja que também emprega, porém numa proporção menor devido ao grande avanço da mecanização nesse setor.

O estado do Ceará também se destaca bastante na produção de fruticultura irrigada com destaque para a produção de melão; enquanto que no Maranhão temos também o avanço da soja no sul do estado bem como a demanda por trabalho no bioma Matas dos Cocais (das palmeiras da carnaúba, do babaçu, da oiticica e do buriti) que apresentam grande valor econômico para a população local. Em termos absolutos esses números podem ser observados na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição das categorias de assalariados rurais segundo os estados nordestinos-2006

<b>Estados</b>	<b>Total de trabalhadores rurais assalariados</b>	<b>Trabalhadores Assalariados Temporários</b>	<b>Trabalhadores Assalariados Permanentes</b>	<b>Trabalhadores Assalariados Infantis</b>	<b>Trabalhadoras Assalariadas</b>
Bahia	411.485	298.622	112.863	497	62.087
Ceará	197.486	157.063	40.423	279	15.891
Maranhão	186.175	163.903	22.272	431	13.621
Pernambuco	182.318	133.416	48.902	249	25.311
Piauí	165.701	150.819	14.882	175	12.784
Alagoas	131.437	92.007	39.430	84	10.890
Paraíba	77.309	59.309	18.000	89	5.110
Sergipe	48.941	39.048	9.893	49	4.929
Rio Grande do Norte	47.099	31.389	15.710	119	4.137
<b>Total</b>	<b>1.447.951</b>	<b>1.125.576</b>	<b>322.375</b>	<b>1972</b>	<b>154.760</b>

Fonte: IBGE (2006).

Outro indicador que consideramos importante pesquisar foi a ilegalidade ou informalidade do trabalho assalariado rural. Para isso nos valem os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2013 que no momento em que elaborávamos este capítulo se encontrava disponível. Vale salientar que os dados da PNAD se referem a assalariados com 15 anos ou mais de idade. Nos surpreendemos com o elevado número de pessoas que trabalham na ilegalidade no campo nordestino. Isso equivale a dizer que grande parte dos assalariados rurais do Nordeste não tem direitos trabalhistas como: salário fixo, férias remuneradas, 13º salário, licença maternidade e paternidade, seguro desemprego, exames médicos de admissão e demissão, repouso semanal remunerado entre outros. A taxa de informalidade média na atividade agropecuária do Nordeste em 2013 ficava em torno de 76,5%. Recentemente, ao acessarmos a PNAD 2015, constatamos que de 1.348.211 empregados de 15 anos e mais que tinham a atividade agrícola como principal ocupação, 1.057.764 (78,5% do total) continuavam a trabalhar na informalidade sem carteira assinada. Os estados

nordestinos também apresentam elevadas taxas de informalidade do trabalho agrícola (Tabela 4). Chama a atenção os estados do Ceará e de Sergipe onde a informalidade do trabalho rural situava-se no entorno de 90% (Tabela 4).

Tabela 4 – Percentual da informalidade dos assalariados rurais segundo os estados nordestinos - 2013

<b>ESTADOS</b>	<b>ASSALARIAD OS RURAIS</b>	<b>TAXA MÉDIA DE INFORMALIDADE</b>
Bahia	490.720	81,70%
Ceará	171.971	91,80%
Maranhão	149.675	81,40%
Pernambuco	184.227	69,10%
Piauí	70.094	81,40%
Alagoas	134.994	41,70%
Paraíba	72.835	77,40%
Sergipe	77.364	90,70%
Rio Grande do Norte	61.401	73,90%

Fonte: IBGE, PNAD (2013).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014) entre 2004 e 2013 a taxa de informalidade do trabalho rural declinou, ainda que lentamente, porém, esta diminuição parecia estar mais atrelada a extinção de postos de trabalho ou a migração para outros setores da economia do que propriamente ao aumento da formalização nos postos de trabalho já existentes. Esta premissa se confirma com os dados de 2015 onde se verifica justamente um ligeiro aumento da informalidade

Para Pochmann (2009), no ano de 2009 ficou marcado pelo crescimento da informalidade no mercado de trabalho no Brasil de maneira geral, fruto da crise econômica de 2008. Segundo o autor,

a inflexão no ritmo de expansão da economia brasileira implica desemprego maior, acompanhado da degradação de parte dos postos de trabalho existentes, sobretudo no setor privado. A informalidade no interior das ocupações tende a aumentar em razão da ausência de um

sistema universal de garantia de renda a todos desempregados (POCHMANN, 2009, p. 45).

Uma pesquisa relativa ao ano de 2015, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), ressalta que, considerando todos os segmentos do agronegócio, somente 36% dos empregados têm carteira assinada. Um terço do total (33%) “atua por conta própria”, outros 15% trabalham sem carteira assinada e somente 4% são empregadores. A pesquisa foi divulgada em janeiro de 2017 e não inclui aqueles que produzem para o próprio consumo, isto é, os camponeses. A renda mensal média dos trabalhadores da atividade agrícola era de R\$ 891,00 e daqueles que trabalhavam na atividade pecuária era de R\$ 998,00.

#### 5.1.1 Evolução do pessoal ocupado e do trabalho assalariado (1996-2006) no campo nordestino

Neste item buscamos ressaltar as mudanças na dinâmica do trabalho assalariado rural do Nordeste dando ênfase aos períodos censitários de 1995-96 e de 2006. Partimos de uma descrição mais geral da evolução da ocupação na agropecuária tomando como base os censos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96 e 2006 (Tabela 5).

Tabela 5 – Evolução do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários

Região /País	<b>Série histórica do pessoal ocupado na agropecuária</b>					
	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995/96</b>	<b>2006</b>
<b>Nordeste</b>	7.568.847	8.738.763	9.333.172	10.441.667	8.210.809	7.699.138
<b>Brasil</b>	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.568.205

Fonte: IBGE. Censos agropecuários 1996-2006.

Observando a tabela 5 acima, constatamos que no intervalo de 36 anos, o número de pessoas ocupadas na agropecuária nordestina aumentou em apenas 1,7%. E se observarmos em relação aos censos de 1996-2006, verificamos uma redução de 6,2%. O aumento ou a redução do pessoal ocupado na agropecuária nordestina seguiu a mesma tendência da dinâmica nacional.

Cabe salientar que 87,2% da mão-de-obra ocupada na agropecuária do Nordeste em 2006 estava alocada na agricultura familiar, fato que se reproduz até com maior peso em nível dos estados (Tabela 6) refutando o argumento da incapacidade da agricultura de base familiar gerar emprego.

Tabela 6 – Percentual do pessoal ocupado na agricultura familiar por estados do Nordeste em 2006

Es tados	A Total do Pessoal ocupado	B Pessoal ocupado na agricultura familiar	B /A*100
M			9
A	991600	902637	1,0
PI	831827	762651	1,7
CE	1145990	1026846	8
R			9,6
N	247515	204731	8
PB	490317	434636	2,7
PE	944909	817772	8
A			6,5
L	451743	341041	7
SE	268800	237171	5,5
B			8
A	2326437	1989221	8,2
<b>Nordeste</b>	<b>7699138</b>	<b>6716706</b>	<b>87,2</b>

Fonte: Censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

De acordo com o IBGE entre 1995-96 e 2006 ampliou-se o número de assalariados e de assalariados temporários rurais na região enquanto reduziu-se os assalariados permanentes, os assalariados infantis e o trabalho assalariado feminino confirmando a tendência que se inicia em 1975, como já foi mencionado (tabela 7).

Tabela 7 – Evolução do pessoal ocupado e dos assalariados rurais por categoria entre 1996 - 2006

NORDESTE	A 1996	B 2006	Taxa média de crescimento no período %
Assalariados	1.378.879	1.447	5,0

		.951	
Assalariados Permanentes	446.438	322.375	-27,8
Assalariados Temporários	932.441	1.125.576	20,7
Crianças ocupadas	1.198.839	471.121	-60,7
Crianças assalariadas	-	1.966.154,7	-
Mulheres assalariadas	176.713	30	-12,4
Mulheres ocupadas	2.800.118	2.324.580	-17,0

Fonte: Censos agropecuários realizados pelo IBGE (1996 – 2006).

O comportamento do trabalho assalariado na região na comparação dos censos de 1995-96 e 2006 é marcado por um discreto crescimento da ordem de 5% (Tabela 8). Já em relação aos estados, a Bahia, Alagoas, o Piauí e a Paraíba seguiram a tendência do conjunto da região (Tabela 8). Os demais, apresentaram redução do assalariamento rural. Chama-se atenção para o grande aumento do assalariamento rural no estado do Piauí, no período, com um crescimento médio da ordem de 255%. É possível que o avanço do agronegócio da soja tenha contribuído em parte para isso. Destaca-se também o estado da Paraíba com um avanço de 46,8%. Situação contrária se deu no Rio Grande do Norte com uma redução dos assalariados equivalente a 40,2% (Tabela 8).

Tabela 8 – Evolução do Trabalho Assalariado rural segundo os estados nordestinos entre 1996-2006

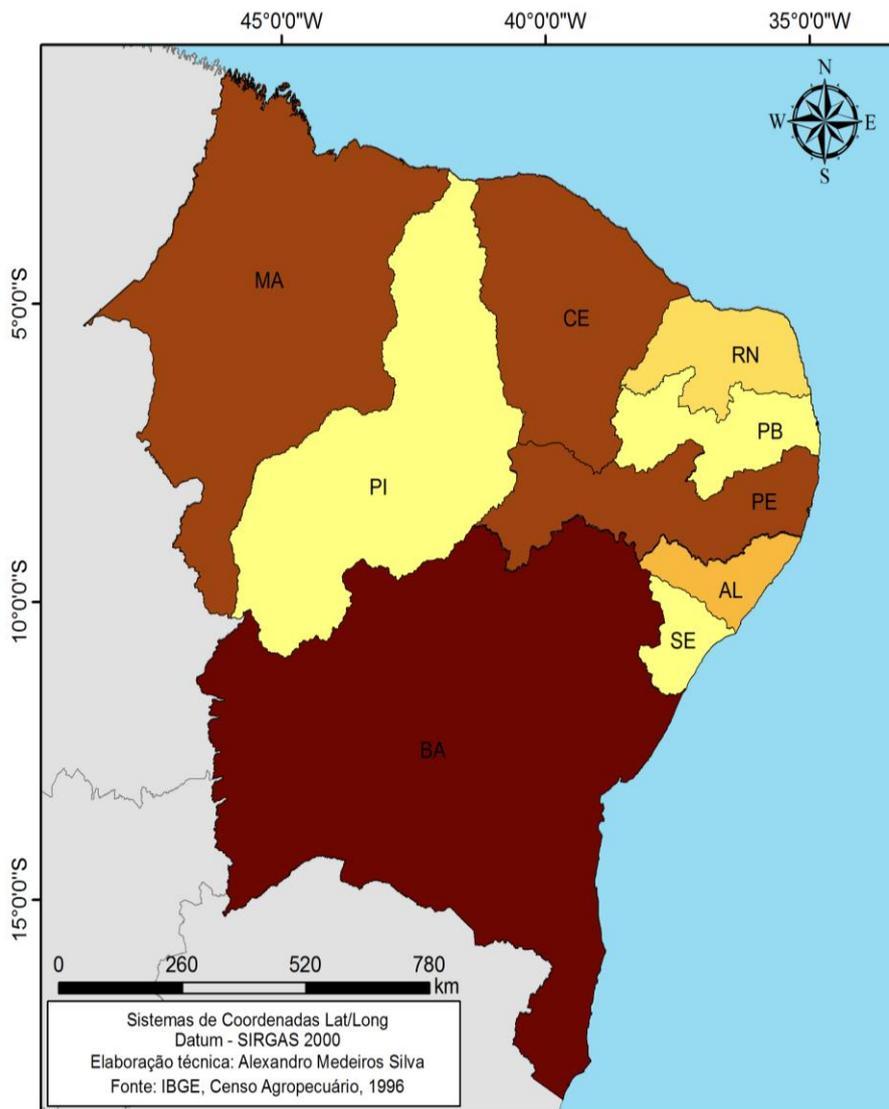
<b>Estados</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>	<b>Taxa de crescimento médio no período %</b>
Bahia	371.697	411.485	10,7
Maranhão	253.470	186.175	-26,5
Pernambuco	214.622	182.318	-15,1
Ceará	204.889	197.486	-3,6
Alagoas	103.101	131.437	27,5

Rio Grande do Norte	78.747	47.099	-40,2
Sergipe	53.135	48.941	-7,9
Paraíba	52.662	77.309	46,8
Piauí	46.556	165.701	255,9
<b>Nordeste</b>	<b>1.378.879</b>	<b>1.447.951</b>	<b>5,0</b>

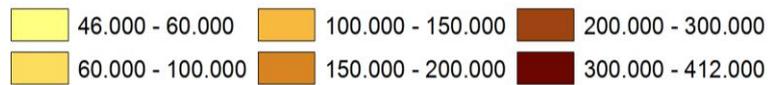
Fonte: Censos agropecuários do IBGE, 1995 e 2006.

Nos mapas 13, 14 e 15 estão representados a distribuição e a evolução do assalariamento rural no Nordeste no período em foco, segundo os estados da região. Eles retratam de modo bastante claro a dinâmica do assalariamento rural no Nordeste durante a década estudada (1996-2006).

Mapa 13 – Distribuição espacial do trabalho assalariado rural segundo os estados do Nordeste brasileiro em 1995-1996

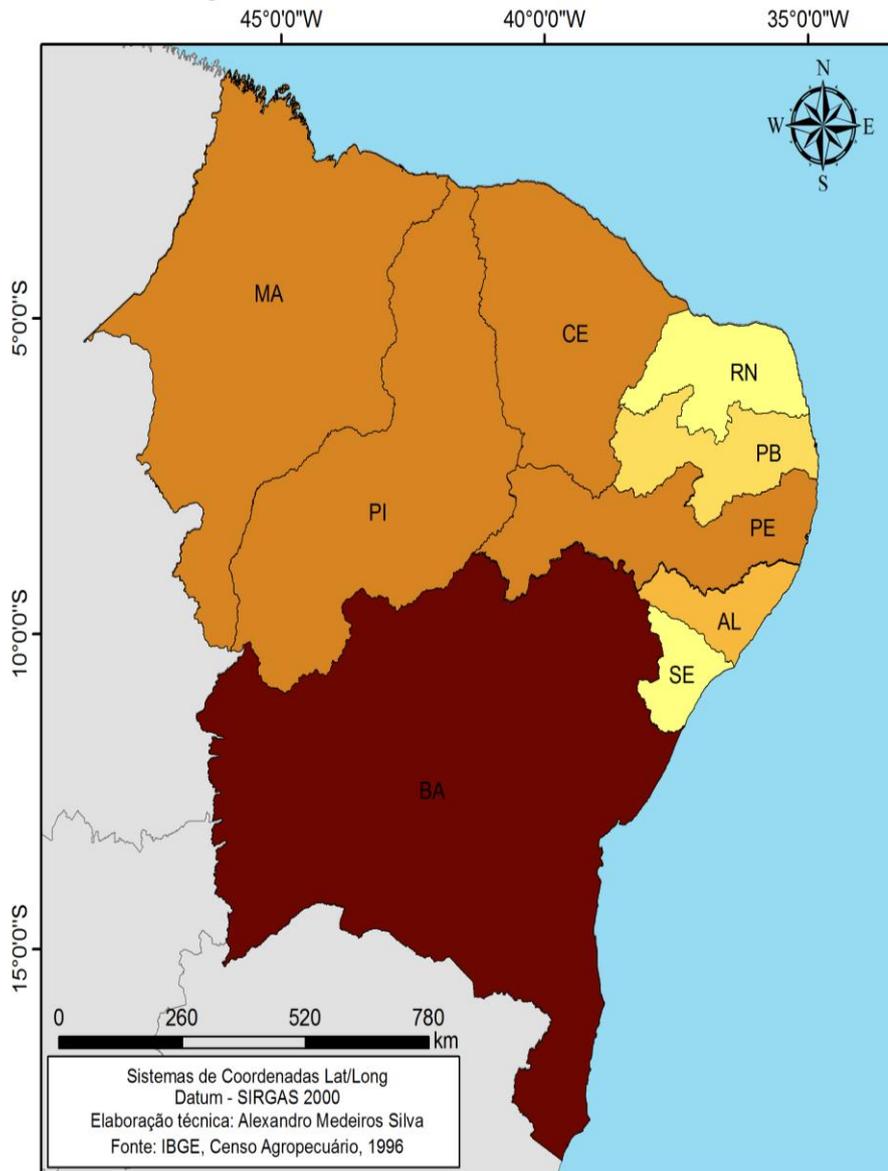


### Assalariados rurais

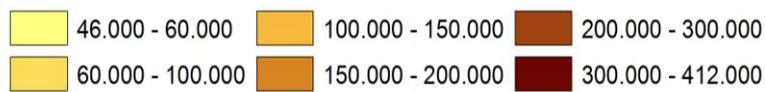


Fonte: Censo agropecuário realizado pelo IBGE (1995 – 1996)

Mapa 14 – Distribuição espacial do trabalho assalariado rural segundo os Estados do Nordeste brasileiro em 2006

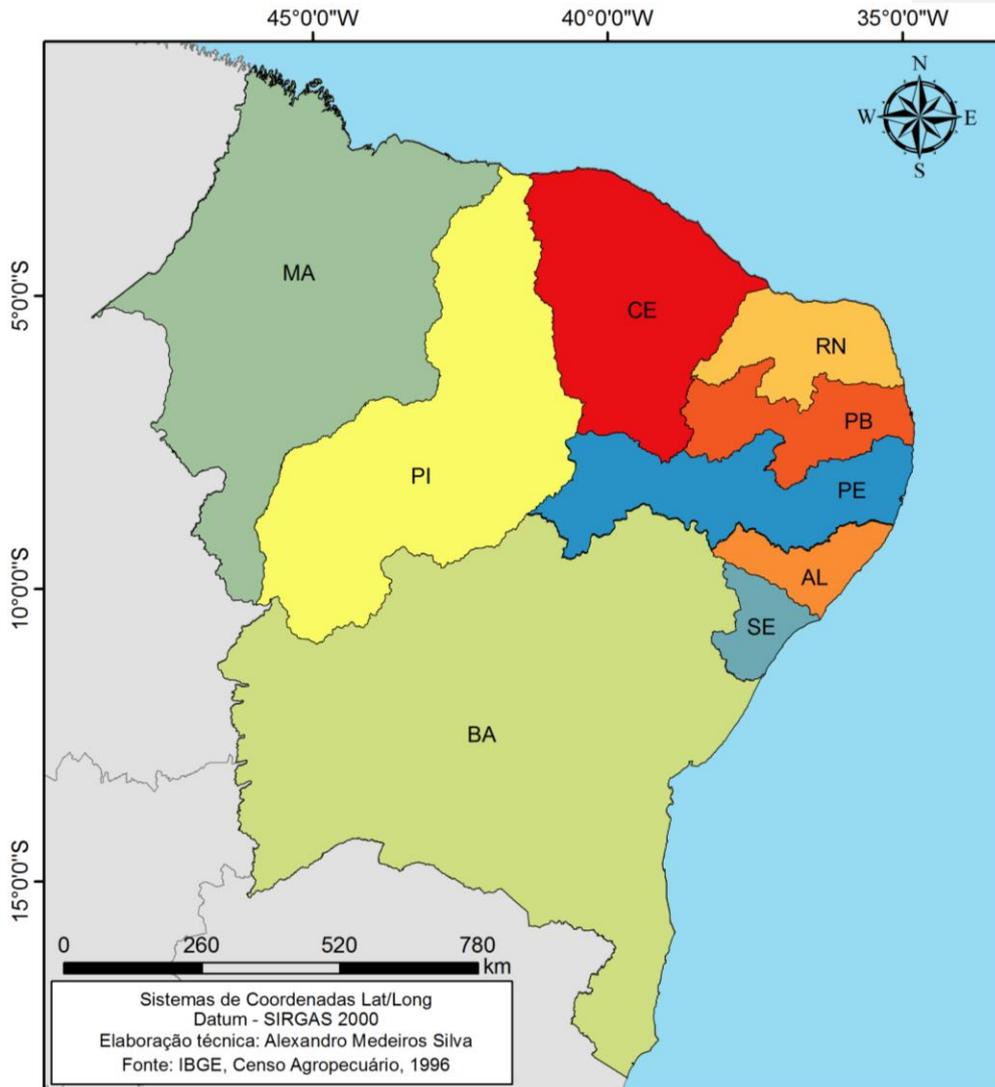


#### Assalariados rurais



Fonte: IBGE, Censo agropecuário de 2006.

Mapa 15 – Evolução do trabalho assalariado rural segundo os Estados do Nordeste brasileiros no período de 1996 a 2006



**Varição dos assalariados rurais (%)**

-40.2	-7.9	27.5
-27.5	-3.6	46.8
-15.1	10.7	255.9

Fonte: Censos agropecuários realizados pelo IBGE, nos anos de 1995 e 2006.

Os dados analisados neste capítulo nos permitiram perceber que o trabalho assalariado rural no campo do Nordeste sofreu profundas mudanças a partir de 1975 em

função dos rumos tomados pelo desenvolvimento da agropecuária. Tais mudanças tem a ver com crescimento dessa mão-de-obra a partir da implementação da modernização agrícola e seu recuo nos grandes estabelecimentos nos momentos de crise da acumulação do capital na agropecuária, quando parcela dos desempregados buscam trabalho nas pequenas unidades de produção. A adoção cada vez maior de tecnologias poupadoras de mão de obra nos grandes estabelecimentos também tem sido responsável pela redução do trabalho assalariado. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi o quase desaparecimento do trabalho infantil e feminino motivado seja pela fiscalização mais intensa, seja pela maior seletividade do trabalho nas grandes unidades de produção.

No próximo capítulo procuramos caracterizar, espacializar e analisar a evolução do trabalho assalariado rural no espaço agrário da Paraíba dando ênfase ao caso da Zona da Mata onde se desenvolve a cultura do abacaxi.

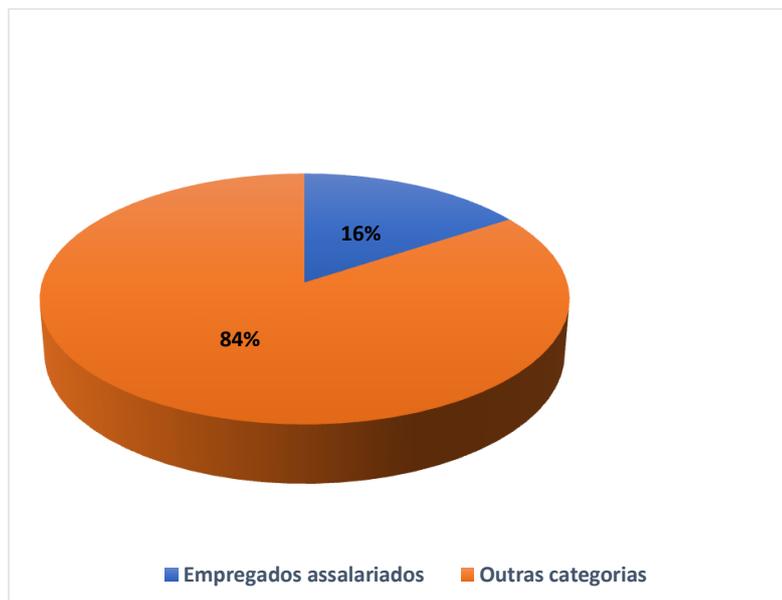
## 6 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E TRABALHO ASSALARIADO NA ZONA DA MATA PARAIBANA

Após tecermos considerações sobre o trabalho assalariado no espaço agrário nordestino segundo suas grandes regiões e seus estados, nos detemos neste capítulo na análise dessa realidade na nossa área de pesquisa, isto é, na Zona da Mata Paraibana. Para tanto achamos por bem apresentar inicialmente o panorama do trabalho assalariado rural para o conjunto do estado.

### 6.1 Caracterização geral do trabalho assalariado no setor primário paraibano

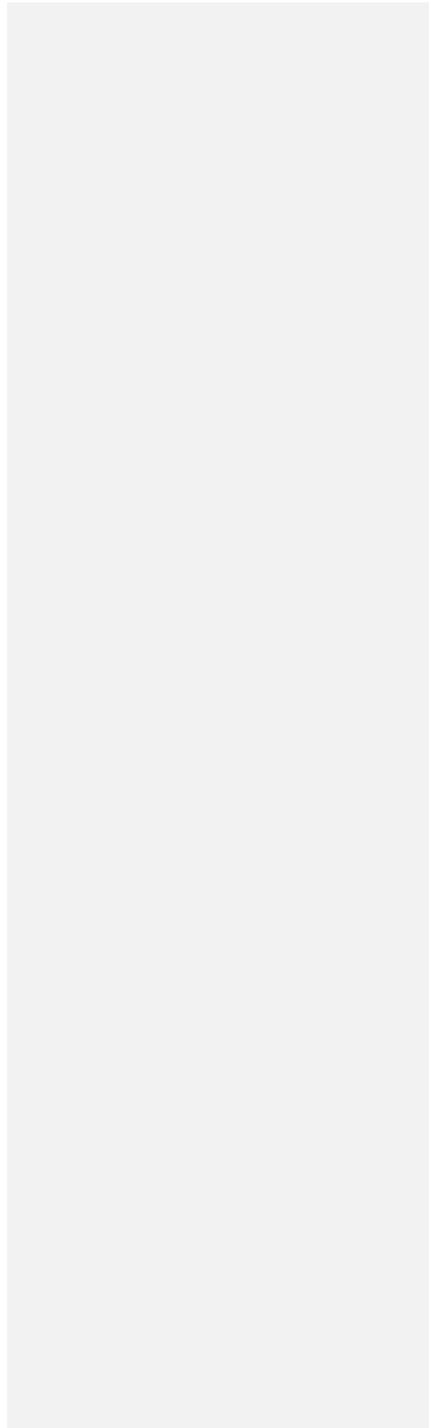
No Estado paraibano havia, em 2006, 490.317 pessoas ocupadas na atividade agropecuária. Desse conjunto, 77.309 (ou 16%) eram empregados assalariados (Gráfico 12).

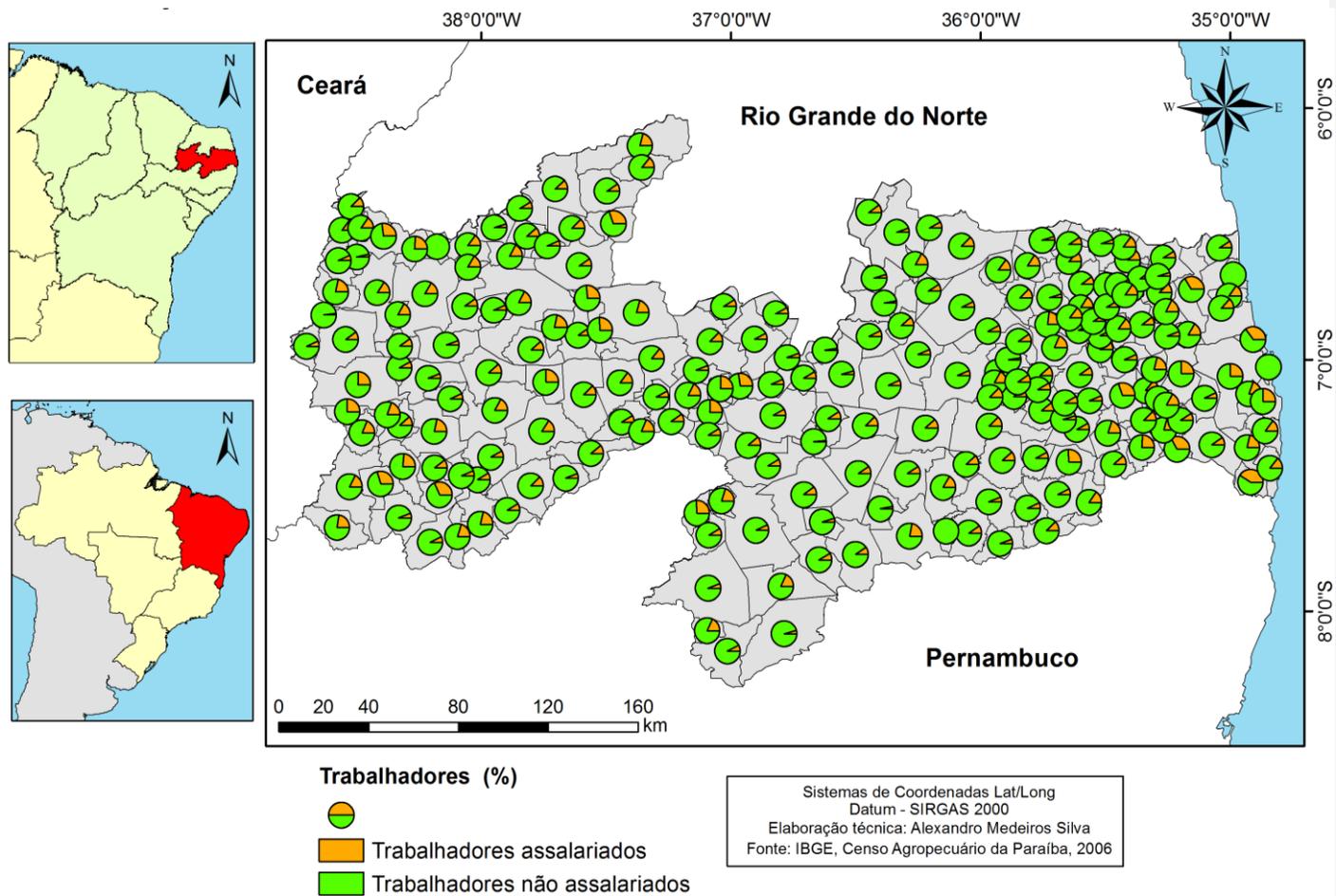
Gráfico 12 – Estado da Paraíba: Porcentagem do trabalho assalariado rural em relação ao pessoal ocupado na agricultura - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Esta pequena participação dos assalariados no total da mão-de-obra ocupada na agropecuária paraibana reproduz o quadro observado para o conjunto do Nordeste. Ela também se reproduz em nível municipal (Mapa 16).



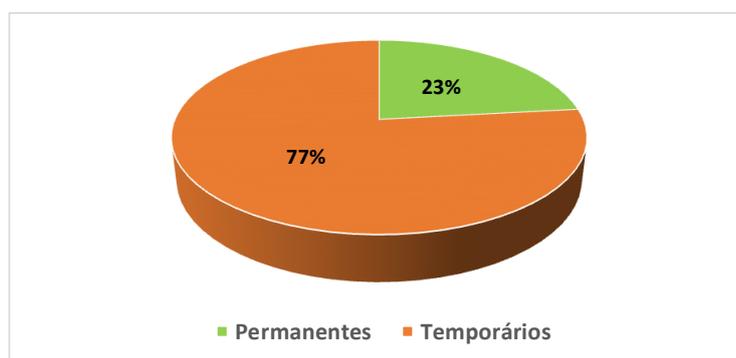


Mapa 16 – Estado da Paraíba: Distribuição dos assalariados rurais no total do pessoal ocupado na agropecuária em 2006

Fonte: Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Em 2006 os empregados assalariados permanentes da agropecuária paraibana perfaziam 18.000 pessoas o que correspondia a 23% do total de assalariados rurais. Os empregados temporários encerravam 59.309 pessoas ou 77% do total dos assalariados rurais (gráfico 13).

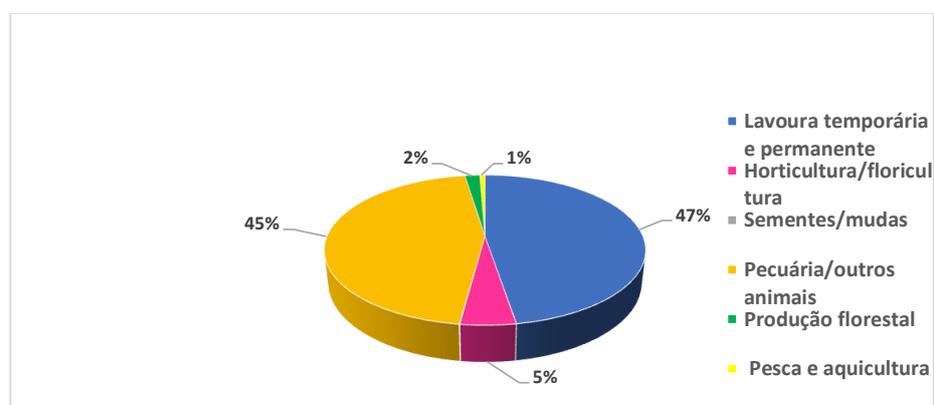
Gráfico 13 – Estado da Paraíba: Percentual dos trabalhadores assalariados rurais segundo a categoria



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Das atividades do setor primário, foi a agricultura quem mais se destacou no emprego do trabalho assalariado em 2006, absorvendo 47% do total dos empregados assalariados do estado. Em seguida tem-se a atividade pecuária, englobando 45%. As outras atividades como produção florestal, horticultura e produção de sementes pouco empregaram (Gráfico 14).

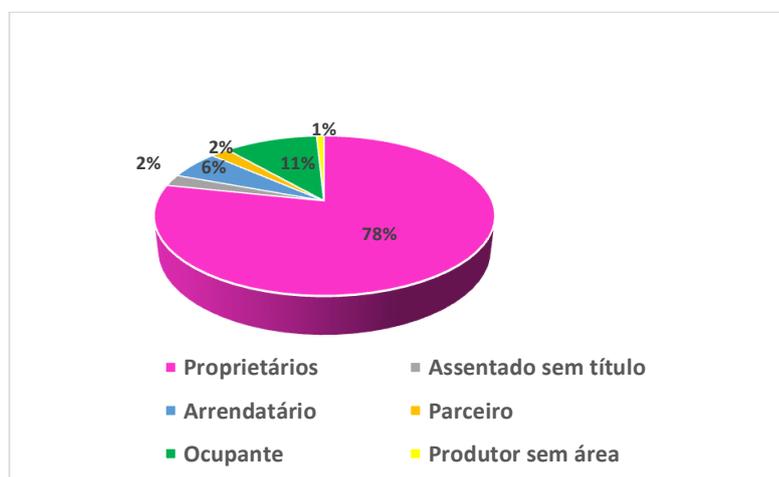
Gráfico 14 – Estado da Paraíba: Percentual da utilização do trabalho assalariado segundo o tipo de atividade - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

No caso da distribuição dos trabalhadores assalariados por tipo de estabelecimento, segundo o produtor, verificou-se que a maior concentração dos empregados assalariados ocorria nos estabelecimentos dos proprietários que absorveram em 2006, 78% do total de empregados assalariados rurais do estado. Em seguida destaca-se os estabelecimentos dos ocupantes empregando 11% dos assalariados; o dos arrendatários empregando 6%; o dos parceiros e dos assentados sem título, ambos empregando 2%, e por último, os produtores sem área que empregaram apenas 1% do total da mão-de-obra assalariada (Gráfico 15)

Gráfico 15 – Estado da Paraíba: Percentual da distribuição dos empregados assalariados por tipo de estabelecimento segundo o produtor - 2006



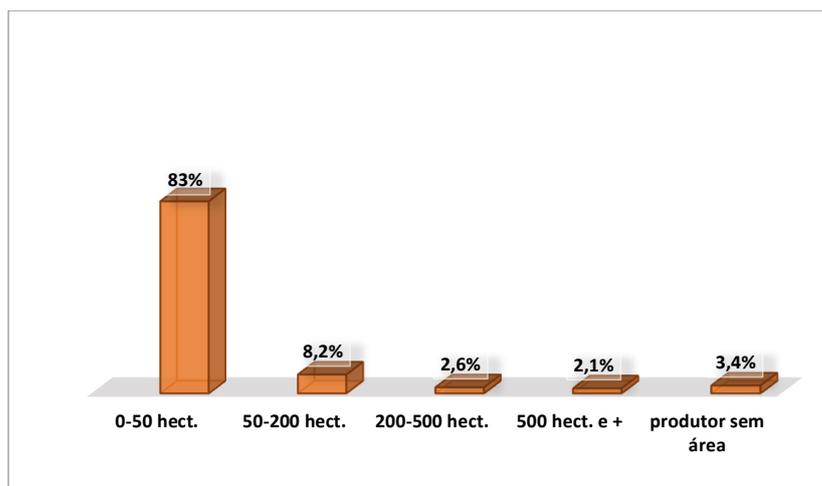
Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Os dados referentes à distribuição do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas na Paraíba, em 2006, reproduzem a lógica encontrada para o Nordeste. Os menores estabelecimentos, com menos de 50 ha ocupavam 409.617 pessoas ou 83% do total do pessoal ocupado nas diversas atividades do setor primário do estado<sup>64</sup>. Enquanto isso, os estabelecimentos com 500 ha e mais, ocupavam apenas 10.821 pessoas ou 2,1% do total do pessoal ocupado no setor primário do estado. Confirma-se, mais uma vez, a

<sup>64</sup> No estado da Paraíba os estabelecimentos com menos de 50 hectares são dominantes em todos os municípios e são considerados por Moreira (1997) os que melhor representam a realidade dos pequenos estabelecimentos do estado.

importância dos pequenos estabelecimentos como absorvedores de mão-de-obra também na Paraíba (Gráfico 16).

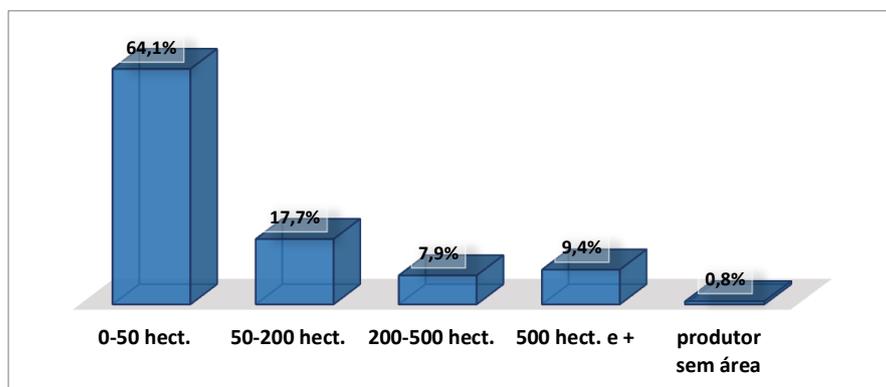
Gráfico 16 – Estado da Paraíba: Pessoal ocupado na agricultura segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

No que tange à distribuição dos empregados assalariados, em relação ao tamanho dos estabelecimentos, constatou-se em 2006 algo diferente do que ocorria em 1995. De acordo com o censo de 1995-96, o maior número de empregados assalariados no campo paraibano encontrava-se nos maiores estabelecimentos, diminuindo essa participação à medida em que diminuía o tamanho dos estabelecimentos. Isso justificava-se pelo fato de, nas pequenas unidades produtivas predominar o trabalho familiar. Em 2006 verifica-se o mesmo que foi observado para o conjunto do Nordeste, isto é, uma inversão de tendência com a presença de um número maior de empregados assalariados nos menores estabelecimentos (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Estado da Paraíba: Empregados assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

O trabalho assalariado permanente era dominante na agricultura não familiar, enquanto que o assalariamento temporário predominava na agricultura familiar (Quadro 02).

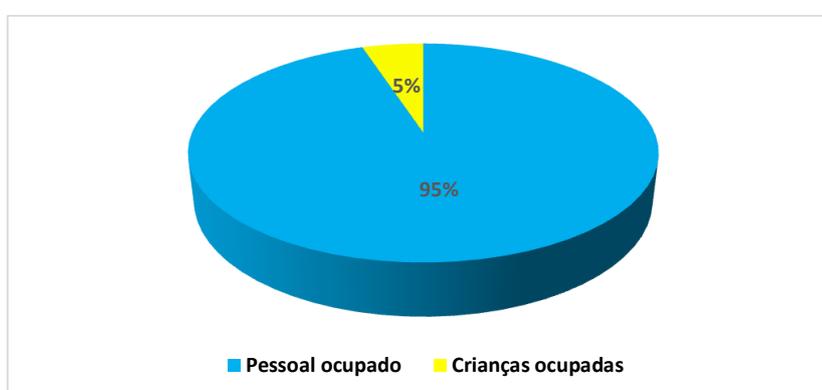
Quadro 2 – Estado da Paraíba: Distribuição dos empregados assalariados ocupados na Agricultura Familiar e Não Familiar – 2006

<b>Tipo de Empregados</b>	<b>Pessoal ocupado na AF</b>	<b>Pessoal ocupado na ANF</b>
Empregados permanentes	4.416	13.584
Empregados temporários	43.379	15.930

Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Em relação às informações sobre trabalho infantil, constatou-se que na Paraíba existia em 2006, 25.946 crianças com menos de 14 anos ocupadas em atividades agropecuárias, o que perfazia 5,3% do total do pessoal ocupado na agropecuária paraibana (Gráfico 18). Desse total de crianças ocupadas, apenas 89, isto é, 0,3% eram trabalhadores assalariados. As demais trabalhavam acompanhando os pais nas pequenas unidades de produção. Já em relação ao total de assalariados no campo paraibano em 2006, o trabalho assalariado infantil representava somente 0,1%.

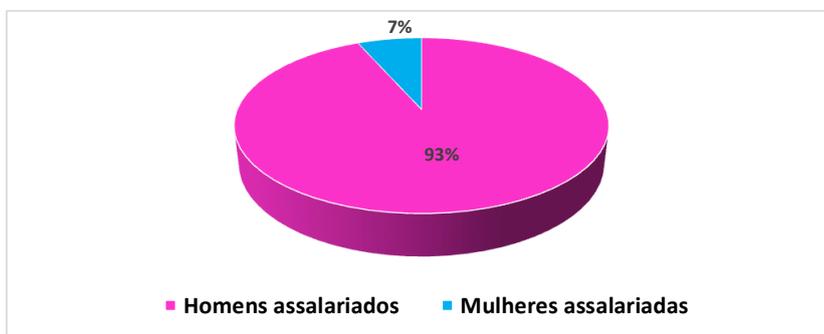
Gráfico 18 – Estado da Paraíba: Percentual das crianças ocupadas na agropecuária em relação ao total do pessoal ocupado - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Os dados relativos ao trabalho assalariado feminino, dão conta de que na Paraíba existia em 2006, 5.109 mulheres ocupadas em atividades agropecuárias como assalariadas, o que representava apenas 7% do total de assalariados. Na atividade canavieira, por exemplo, na atualidade, não existem mais mulheres no corte da cana (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado na agropecuária, segundo o gênero - 2006



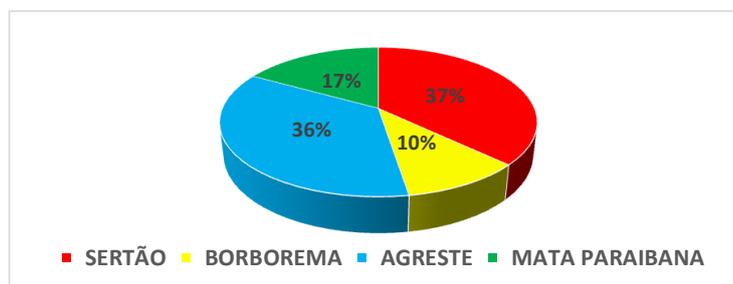
Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

## 6.2 Espacialização do trabalho assalariado no setor primário paraibano

Da mesma forma que fizemos para o Nordeste, a expressão espacialização também aqui é utilizada para enfatizar a distribuição espacial, ou seja, o modo como o trabalho assalariado rural distribui-se nas subunidades regionais, no caso específico do estado da Paraíba. Para tanto tomamos como parâmetro as mesorregiões, as microrregiões e os municípios do estado.

Nos surpreendeu verificar que em 2006 a Mesorregião do Sertão Paraibano era a que mais se destacava por utilizar trabalhadores assalariados na agropecuária com 28.639 trabalhadores, correspondendo a 37% dos assalariados rurais do estado, superando a Mesorregião do Agreste com 27.510 assalariados ou 36% do total. Seguiu em importância a Mesorregião da Mata Paraibana com 13.109 (17% do total de assalariados) e por último, a Mesorregião da Borborema com 8.051 trabalhadores (10% dos trabalhadores assalariados) (gráfico 20).

Gráfico 20 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado segundo as Mesorregiões - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Quanto às microrregiões, era na Microrregião de Itabaiana que se encontrava o maior número de empregados assalariados na agropecuária em 2006 (6.969 trabalhadores assalariados, correspondendo a 9% do total de assalariados agrícolas do estado). Em seguida destacavam-se as microrregiões de Cajazeiras e Itaporanga ambas situadas no Sertão, empregando 6.491 (8,4% do total de assalariados) e 5.995 (7,7% do total de assalariados) respectivamente.

As microrregiões que tiveram o menor número de trabalhadores assalariados rurais coincidem com as do: Seridó Ocidental com 637 ou 0,8% do total de assalariados. Esta Microrregião localiza-se em uma das áreas mais secas do Brasil o que repercute no baixo desempenho da agropecuária, bem como, é nela que se encontra grande parte da exploração mineral garimpeira do estado, atividade que absorve parcela da mão-de-obra familiar principalmente durante os longos períodos de estiagem.

Em seguida temos a Microrregião de Esperança empregando 884 assalariados ou 1,1% do total de trabalhadores assalariados. Convém destacar que essa Microrregião é a que apresenta a melhor distribuição fundiária do estado da Paraíba com o predomínio da agricultura de base familiar voltada para a produção de alimentos (MOREIRA; TARGINO, 1997); e por último, a Microrregião de Umbuzeiro com 1.340 ou 1,7% do total de assalariados no campo paraibano. Essas duas últimas distinguem-se no conjunto do estado pela forte presença da agricultura camponesa de base familiar.

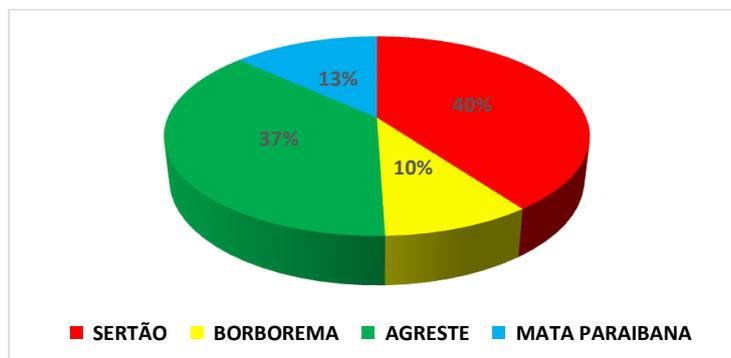
No que tange os municípios, os que mais se destacaram por utilizar trabalhadores assalariados foram os de Gurinhém, no Agreste Baixo (2.597), São José de Piranhas, no Sertão (2.023), Sapé, tradicional produtor de cana e abacaxi da Zona da Mata (1.792), Caaporã, grande produtor de cana de açúcar da Zona da Mata Sul (1.604) e Areia, no Brejo Paraibano (1.588) onde houve uma importante disseminação de assentamentos rurais de reforma agrária em terras de uma antiga Usina de açúcar e álcool bem como onde tem se expandido a fruticultura irrigada e a atividade canavieira voltada para a produção de aguardente<sup>65</sup>. Dois municípios não têm registro de assalariados rurais: Riacho de Santo Antônio e Cabedelo, este último essencialmente urbano. Outros municípios têm registro de pouquíssimos assalariados rurais como é o caso de Baía da Traição com 3 trabalhadores; Lastro com 4 e Parari com 6 trabalhadores (mapa 17).

---

<sup>65</sup> Não é pretensão aqui afirmar que estas especificidades dos municípios estejam na base dessa maior presença de assalariados no mesmo. Só um trabalho de campo mais detalhado poderia encontrar tal explicação.

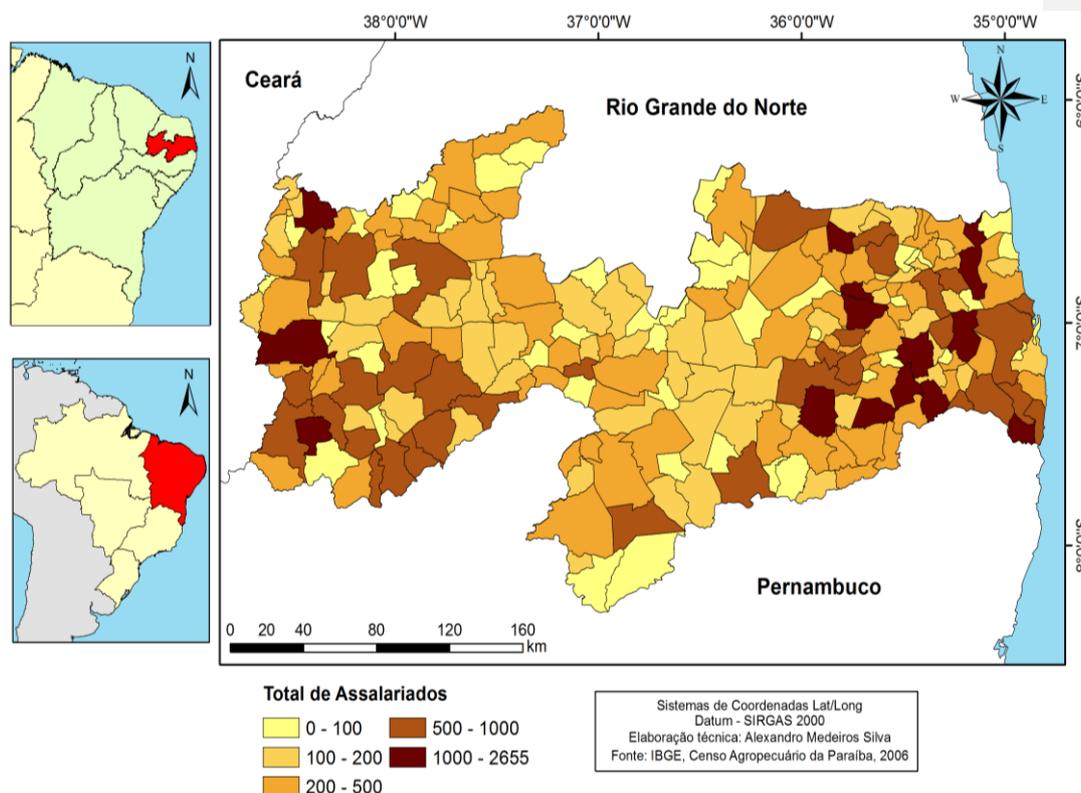
Em relação à distribuição dos empregados assalariados temporários segundo as mesorregiões, averigou-se que eles predominavam no Sertão com 23.677 ou 40% do total de temporários, seguidos do Agreste com 22.084 ou 37% do total de assalariados temporários, depois a Mata Paraibana empregando 7.873 ou 13% do total de trabalhadores temporários e por último a Mesorregião da Borborema com 5.675 ou 10% do total de trabalhadores assalariados temporários na agropecuária estadual (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado temporário segundo as Mesorregiões - 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Mapa 17 – Estado da Paraíba: Total de empregados assalariados na atividade agropecuária em 2006



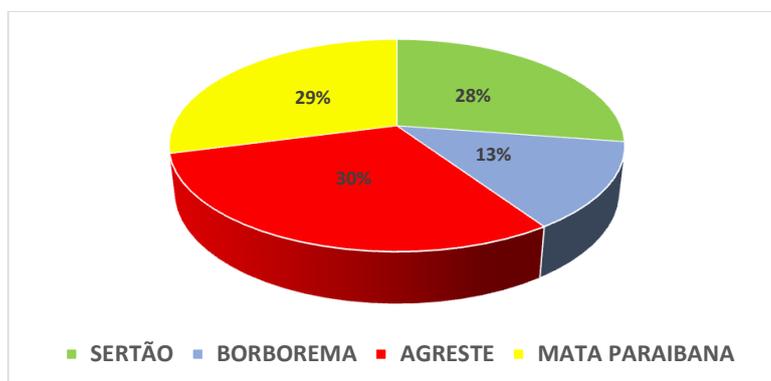
Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Em nível das microrregiões as que mais se destacaram foi a de Itabaiana com 6.388 ou 10,7% dos trabalhadores assalariados temporários rurais do estado. Logo em seguida temos em importância as microrregiões de Cajazeiras com 5.880 ou 9,9% e a de Teixeira com 5.468 trabalhadores assalariados temporários, equivalendo a 9,2% do total. As microrregiões que perfaziam o menor número de trabalhadores assalariados temporários coincidiam com as de Seridó Ocidental com 417 trabalhadores temporários ou 0,7% do total; a de João Pessoa com 442 trabalhadores ou 0,7% do total; e a de Patos com 1.020 trabalhadores ou 1,7% do total.

Os municípios que mais empregaram trabalhadores assalariados temporários foram os de: Gurinhém com 2.476 ou 4,2% do total; São José de Piranhas com 1963 ou 3,3% do total; Itatuba com 1.214 ou 2,0% do total; Caaporã com 1.157 ou 1,9% do total e Mogeiro com 1.094 ou 1,8% do total. Os municípios que menos empregaram trabalhadores temporários no campo coincidem com os de Cabedelo e Coxixola, ambos com nenhum trabalhador; Baía da Traição e Mataraca que empregaram apenas 1 trabalhador; e Parari empregando apenas 2 trabalhadores temporários (mapa 18).

Em relação aos trabalhadores assalariados permanentes, a Mesorregião que mais empregou esse tipo de assalariado foi a do Agreste (5.426 assalariados permanentes ou 30% do total dessa categoria de trabalhadores) superando assim a supremacia da Zona da Mata em outros momentos. Seguem em importância as Mesorregiões do Sertão (4.962 empregados permanentes ou 28% do total) e a da Borborema (2.376 trabalhadores permanentes ou 13% do total). (Gráfico 22).

Gráfico 22 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado permanente na agropecuária segundo as mesorregiões - 2006

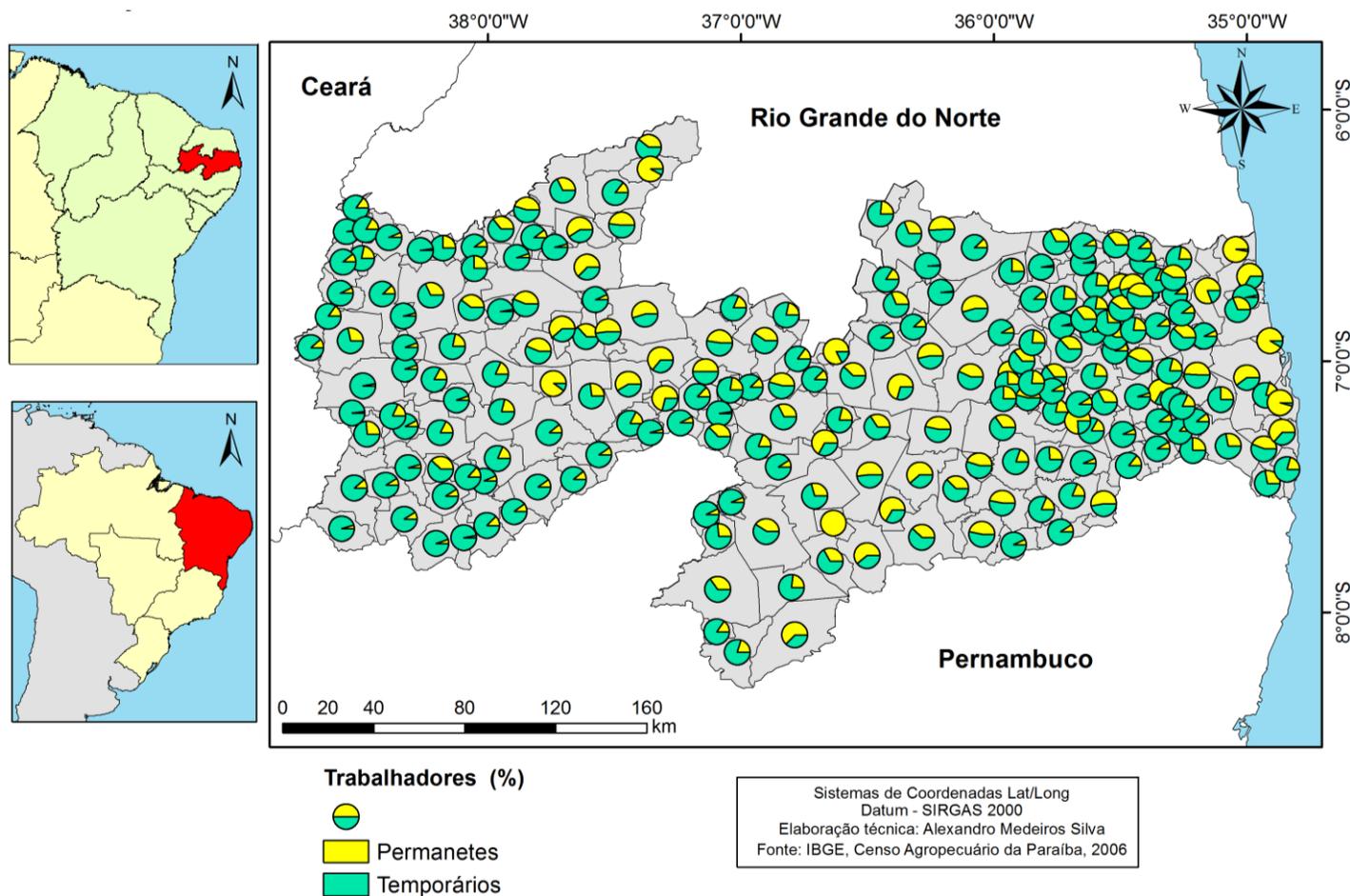


Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Em nível das microrregiões destacou-se em primeiro lugar como a que mais empregava trabalhadores assalariados permanentes na agropecuária, a Microrregião do Litoral Norte com 1.657 ou 9,2% dos trabalhadores. Em seguida tem-se a importância da Microrregião de Sapé com 1.369 ou 7,6% e a Microrregião do Brejo Paraibano com 1.313 ou 7,3 % dos trabalhadores assalariados permanentes. As Microrregiões que menos empregavam trabalhadores permanentes na agropecuária coincidiam com as do Seridó Ocidental, empregando 220 ou 1,2%, Esperança com 245 ou 1,4% e Curimataú Oriental com 260 ou 1,5%.

No que tange os municípios que mais se destacavam por empregar trabalhadores permanentes eram: Mamanguape com 1.238 ou 6,9% do total, Sapé com 878 ou 4,5% do total, Areia com 586 ou 3,3% do total, Lucena com 521 ou 2,9% do total e Caaporã com 447 ou 2,5% do total de trabalhadores assalariados permanentes. Os municípios que menos empregaram trabalhadores assalariados permanentes coincidiam com os de: Cabedelo e Riacho de Santo Antônio, ambos com nenhum assalariamento rural verificado; Lastro com apenas 1 trabalhador identificado; Sossego, Baía da Traição, São Domingos, Carrapateira, Bom Jesus e Mato Grosso ambos com 2 trabalhadores e Baraúna com 3 empregados permanentes ( Mapa 18).

Mapa 18– Estado da Paraíba: Distribuição dos empregos assalariados segundo a categoria na atividade agropecuária em 2006

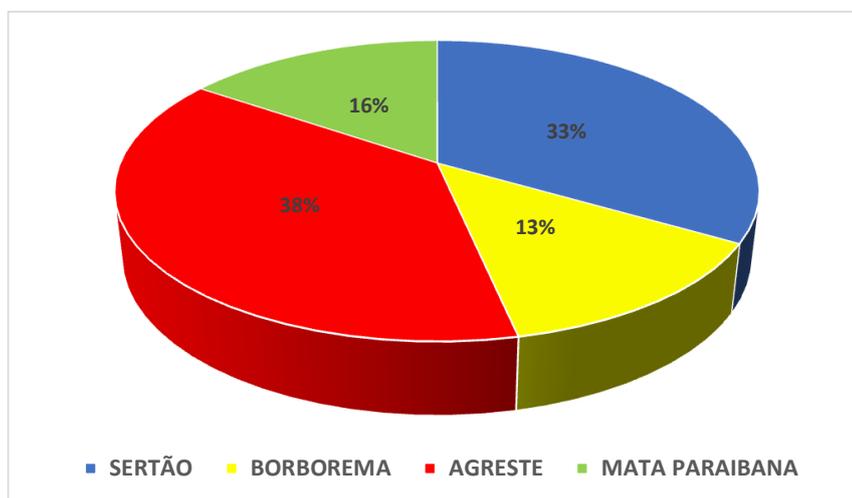


Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

No que diz respeito ao trabalho assalariado feminino, destaca-se a Mesorregião do Agreste com 1.937 ou 38% do total do assalariamento feminino. Logo depois, tem-se a Mesorregião do Sertão com 1.707 ou 33% do total de trabalhadoras agrícolas

Comprovamos então que, assim como nos anos 90 do século passado, na primeira década do século XXI o Agreste e o Sertão se destacam com a presença do trabalho assalariado feminino. Segue em importância a Mesorregião da Mata Paraibana com 789 ou 16% do total, e por último, a Mesorregião da Borborema empregando 677 ou 13% do total de mulheres assalariadas (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado feminino segundo as mesorregiões - 2006

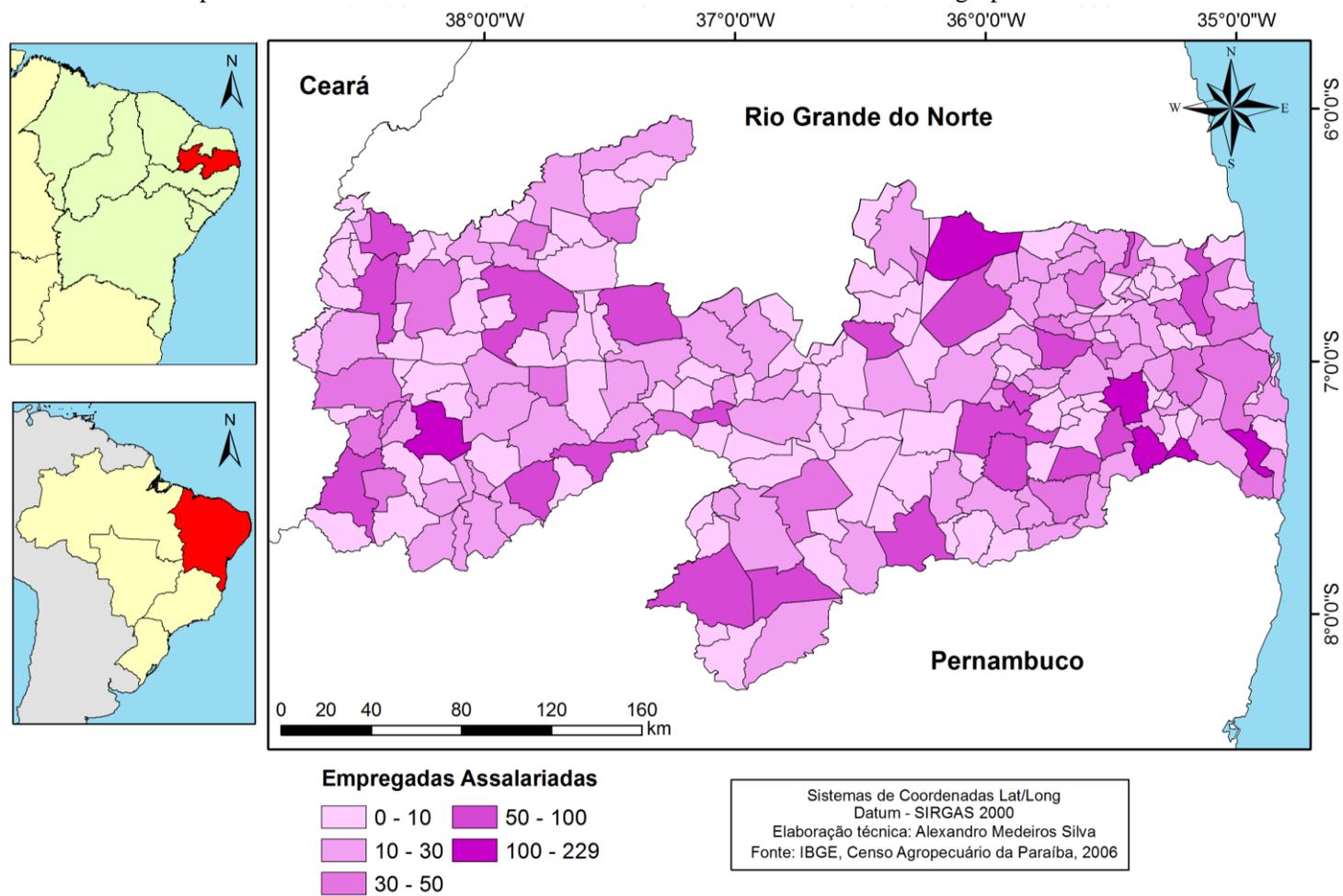


Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

No que concerne às Microrregiões, a que mais se destacava por empregar o trabalho assalariado feminino era a de Itabaiana (coincidentemente a que menos empregou em 1996), com 528 mulheres assalariadas no campo ou 10,3% do total de mulheres assalariadas na agropecuária paraibana. Em seguida vem em importância as microrregiões de Teixeira com 382 ou 7,5% do total e a de Sapé, empregando 373 ou 7,3% do total de mulheres assalariadas na agropecuária. As microrregiões que menos empregaram o trabalho assalariado feminino em 2006 coincidiram com as do Seridó Ocidental com 65 ou 1,3% das mulheres; a de João Pessoa com 68 ou 1,3% mulheres; e a de Esperança empregando 87 ou 1,7% do total de mulheres assalariadas no campo.

Na escala municipal, os municípios que mais se destacaram por empregar o trabalho assalariado feminino coincidiram com os de Gurinhém e Juripiranga ambos empregando 229 ou 4,5%; Cuité com 150 ou 2,9%; Itabaiana com 135 ou 2,6%; Alhandra com 110 ou 2,1% e Itaporanga com 106 ou 2%. Os municípios de Baía da Traição, Bayeux, Cabedelo e Riachão de Bacamarte em 2006 não registraram a presença de assalariamento rural feminino; São Miguel de Taipu, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Caldas Brandão, São Domingos do Cariri, Catingueira, Carrapateira todos empregaram apenas 1 trabalhadora assalariada (Mapa 19).

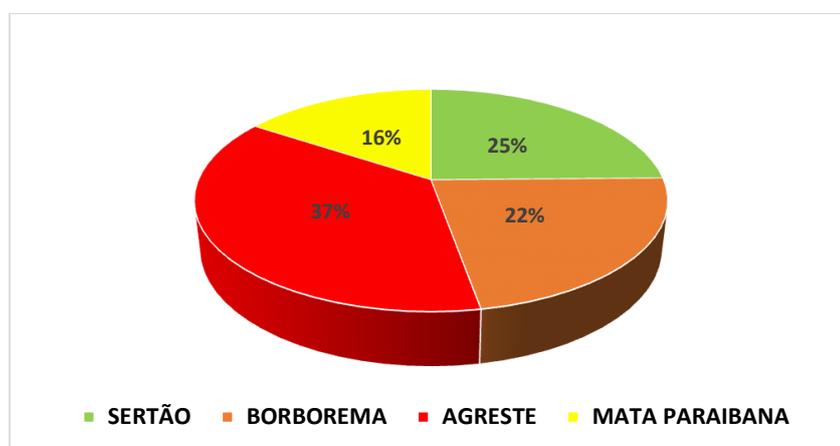
Mapa 19 – Estado da Paraíba: Trabalho assalariado feminino na atividade agropecuária em 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Já em relação ao trabalho rural assalariado infantil, a Mesorregião que mais utilizou essa forma de trabalho em 2006 foi a do Agreste com apenas 33 ou 37% do total de crianças assalariadas. Em seguida vem a Mesorregião do Sertão com 22 crianças, (25% do total de crianças assalariadas), a Borborema com 20 ou 22% do total de trabalhadores assalariados infantis, e por último a Mesorregião da Mata Paraibana com 14 ou 16% do total de trabalhadores assalariados infantis (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Estado da Paraíba: Percentual do trabalho assalariado infantil segundo as Mesorregiões - 2006



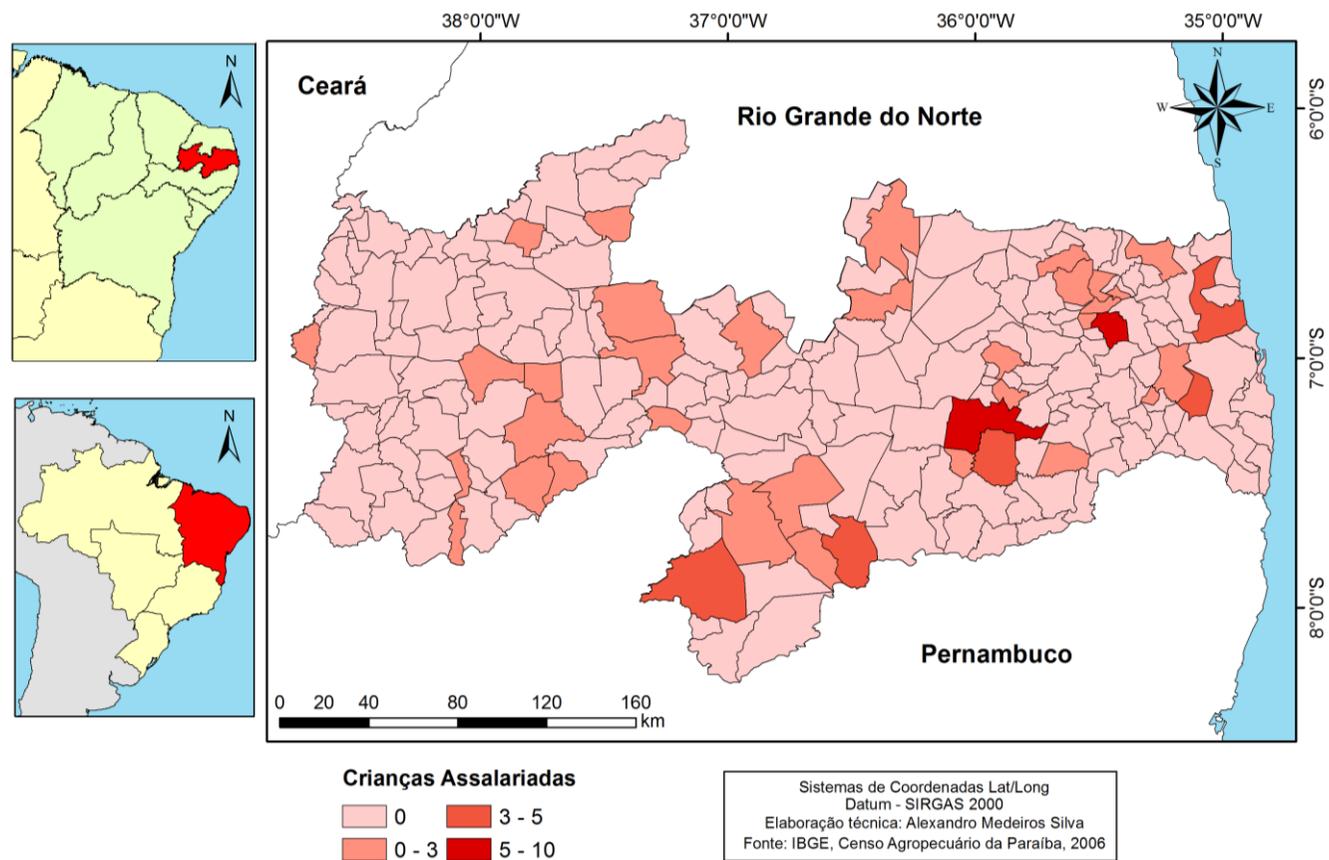
Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

No caso das microrregiões, a que mais empregava o trabalho assalariado infantil em 2006 era a de Guarabira com 14 crianças ou 16% do total de assalariados infantis. Seguem em importância as microrregiões de Campina Grande, com 13 crianças (15% do total de assalariados infantis), e a Microrregião do Cariri Ocidental com 10 crianças (11% do total de assalariados infantis). As microrregiões onde não houve registro de crianças trabalhando como assalariadas coincidiram com as de João Pessoa, Litoral Sul, Sousa, Umbuzeiro e Curimataú Ocidental.

Os municípios de Guarabira com 10 crianças (11% do total de assalariados infantis), Campina Grande com 6 crianças (7% do total de assalariados infantis), e Cruz do Espírito Santo empregando 5 crianças ou 6% do total de assalariados infantis foram os que mais se destacaram. A maioria dos municípios paraibanos não registraram o emprego do trabalho assalariado infantil.

Pelos dados do Censo de 2006 pode-se abstrair que o trabalho assalariado infantil na Paraíba em 2006 já estava praticamente eliminado na atividade agropecuária. (mapa 20).

Mapa 20 – Estado da Paraíba: Trabalho infantil assalariado na atividade agropecuária em 2006



Fonte: Elaboração própria, com base no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

### **6.3 Evolução do trabalho assalariado no setor primário paraibano entre 1995 e 2006**

Analisando os dados do censo, verificou-se que o número de pessoas ocupadas na agropecuária paraibana passou de 479.987 em 1996 para 490.317 em 2006, o que representou no período um aumento pouco significativo, de apenas 2%.

No que diz respeito ao número de trabalhadores assalariados empregados em atividades agropecuárias, constatamos um aumento mais significativo, passando de 52.662 em 1996 para 77.309 em 2006, o que representa um acréscimo da ordem de 47%. Esse avanço do número de assalariados se reproduz em escala municipal de forma mais nítida como pode ser constatado no mapa 16. De acordo com o demonstrado no mapa citado, houve um arrefecimento do trabalho assalariado em muitos municípios, porém, o grande avanço do assalariamento na Mesorregião do Sertão se sobressaiu e contribuiu para o avanço do assalariamento de uma maneira geral na década de 1996-2006 (mapa 21).

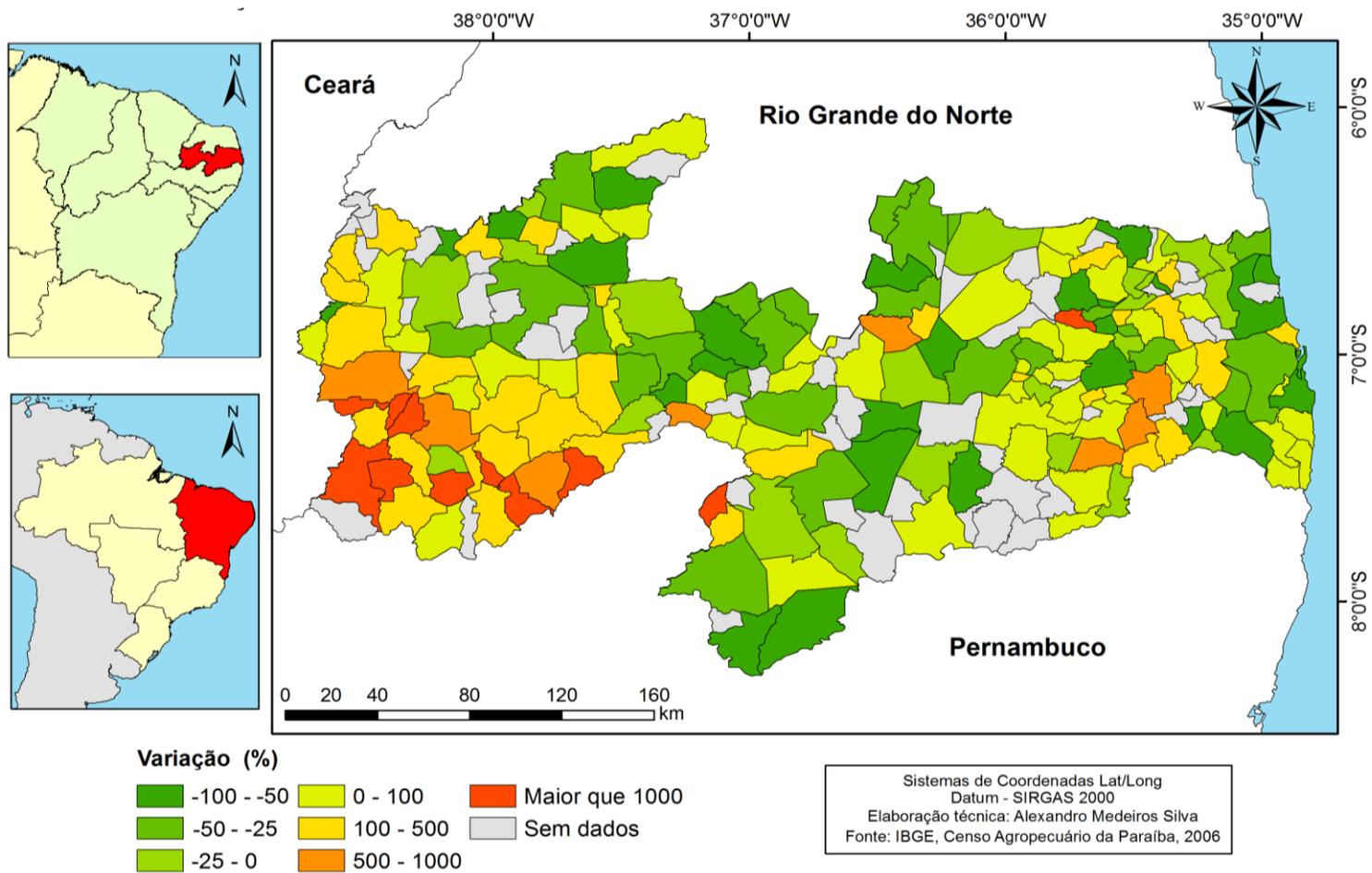
No que tange o trabalho assalariado permanente, o número de trabalhadores inseridos nessa categoria caiu de 28.102 para 18.000 na década estudada, o que significa uma diminuição relativa de -36% (mapa 23). Já o trabalho assalariado temporário teve um aumento bem significativo, passando de 24.560 em 1995 para 59.309 em 2006, o que representou um acréscimo da ordem de 141%.

Na escala municipal a análise dos mapas 21, 22, 23 e 24 permite identificar quatro áreas onde se deu maior o crescimento dos assalariados no campo paraibano: a região que abrange os municípios das microrregiões de Itaporanga e de Cajazeiras; a porção mais ocidental da Serra do Teixeira; e em alguns municípios que compõem o Brejo Paraibano e o Litoral Sul na Zona da Mata. Já o trabalho assalariado temporário, como pode ser visualizado no mapa 22, teve um crescimento na maior parte dos municípios do estado.

Em relação ao trabalho infantil, isto é, crianças ocupadas em atividades agropecuárias com menos de 14 anos, entre 1995 e 2006 observou-se uma importante redução. De 61.411 crianças cai para 25.946 correspondendo a uma redução de -58%.

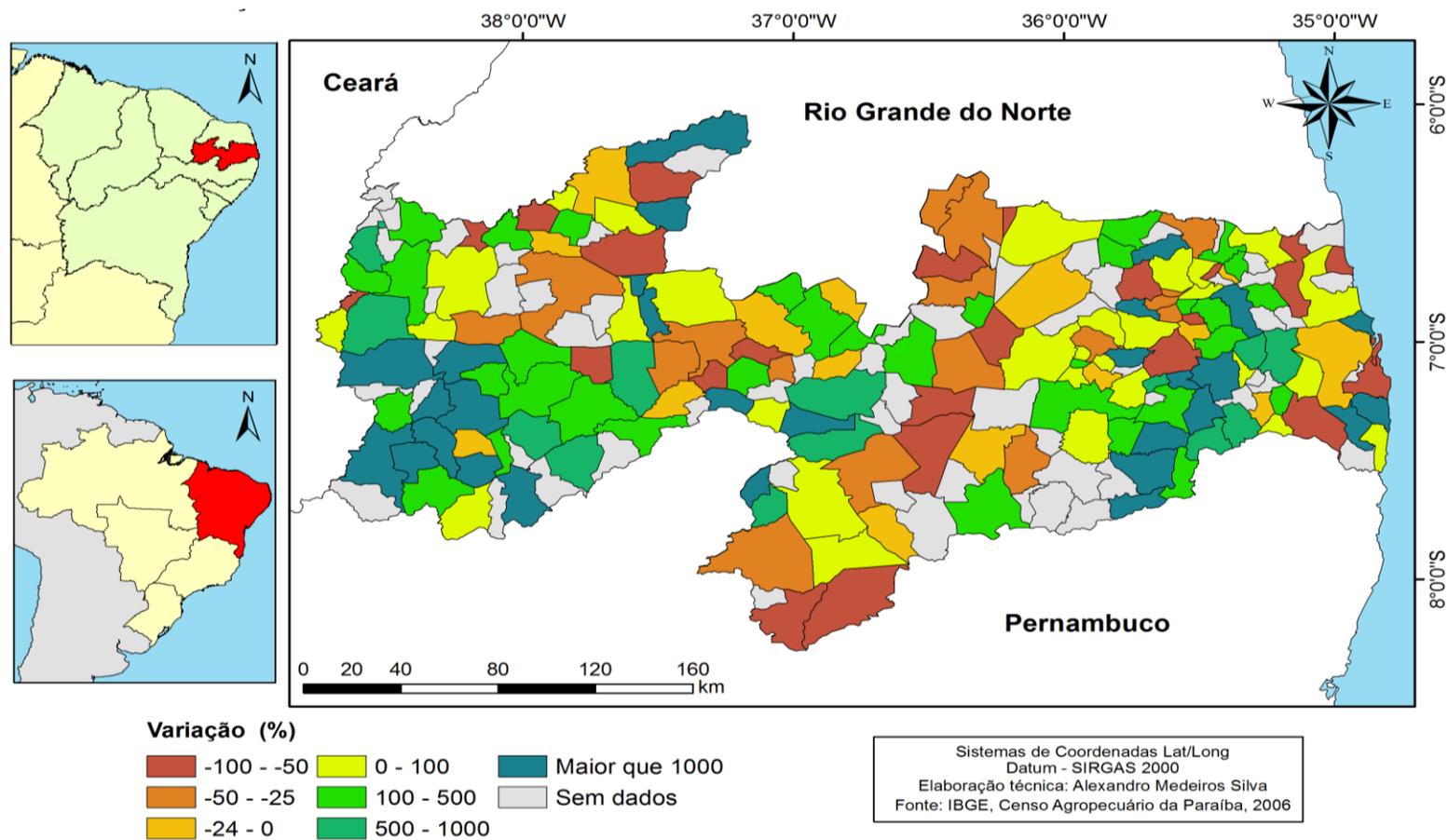
Em relação ao trabalho assalariado infantil, o número de crianças assalariadas praticamente deixou de existir no espaço agrário da Paraíba passando de 1.942 para apenas 89 crianças no decorrer desses 10 anos, isto é, reduziu-se em 1.853 trabalhadores infantis o que corresponde a -95%. Mapa (21).

Mapa 21 – Estado da Paraíba: Evolução do trabalho assalariado na atividade agropecuária entre 1995-2006



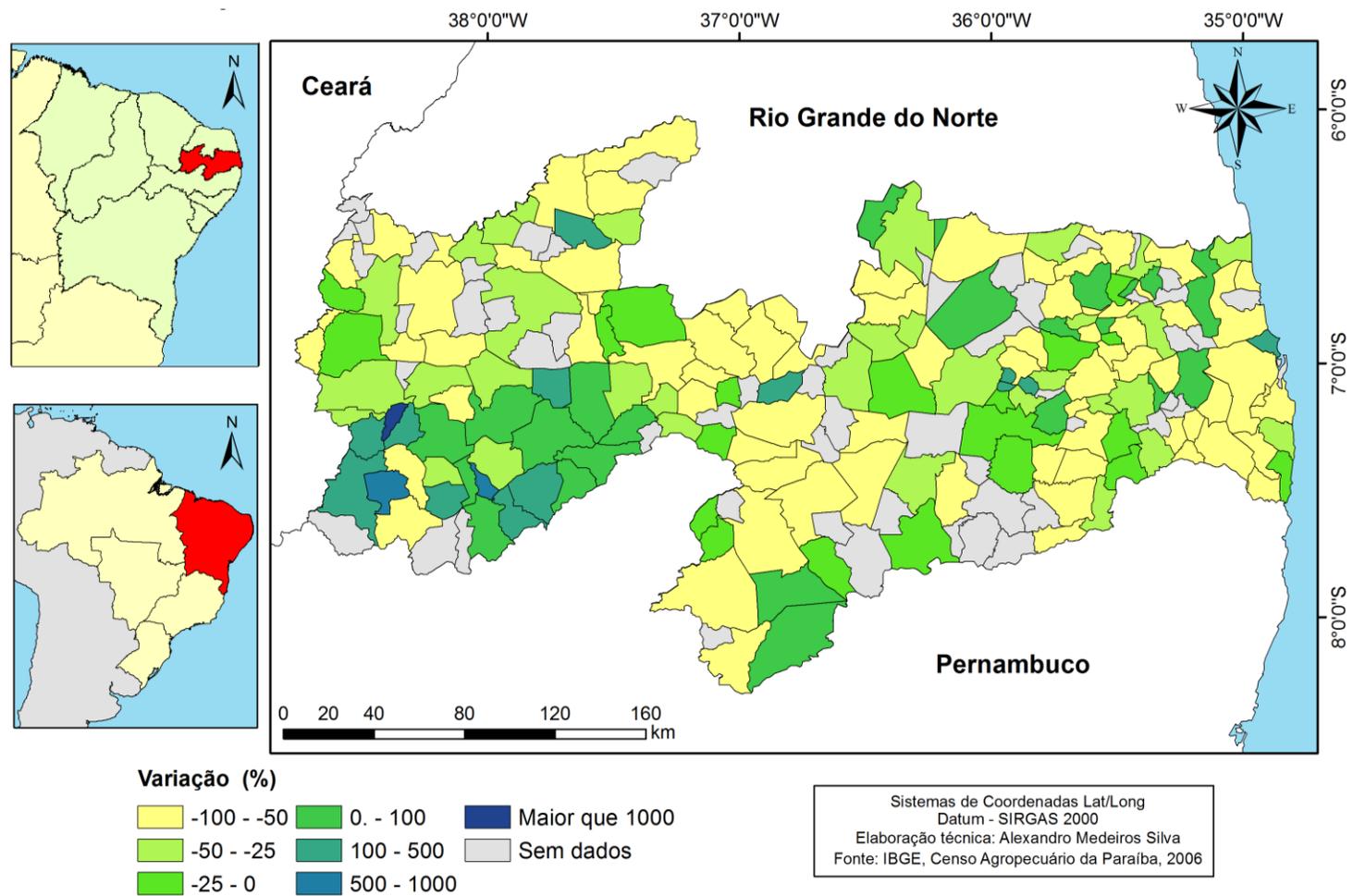
Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Mapa 22 – Estado da Paraíba: Evolução do assalariado temporário na atividade agropecuária entre 1995-2006



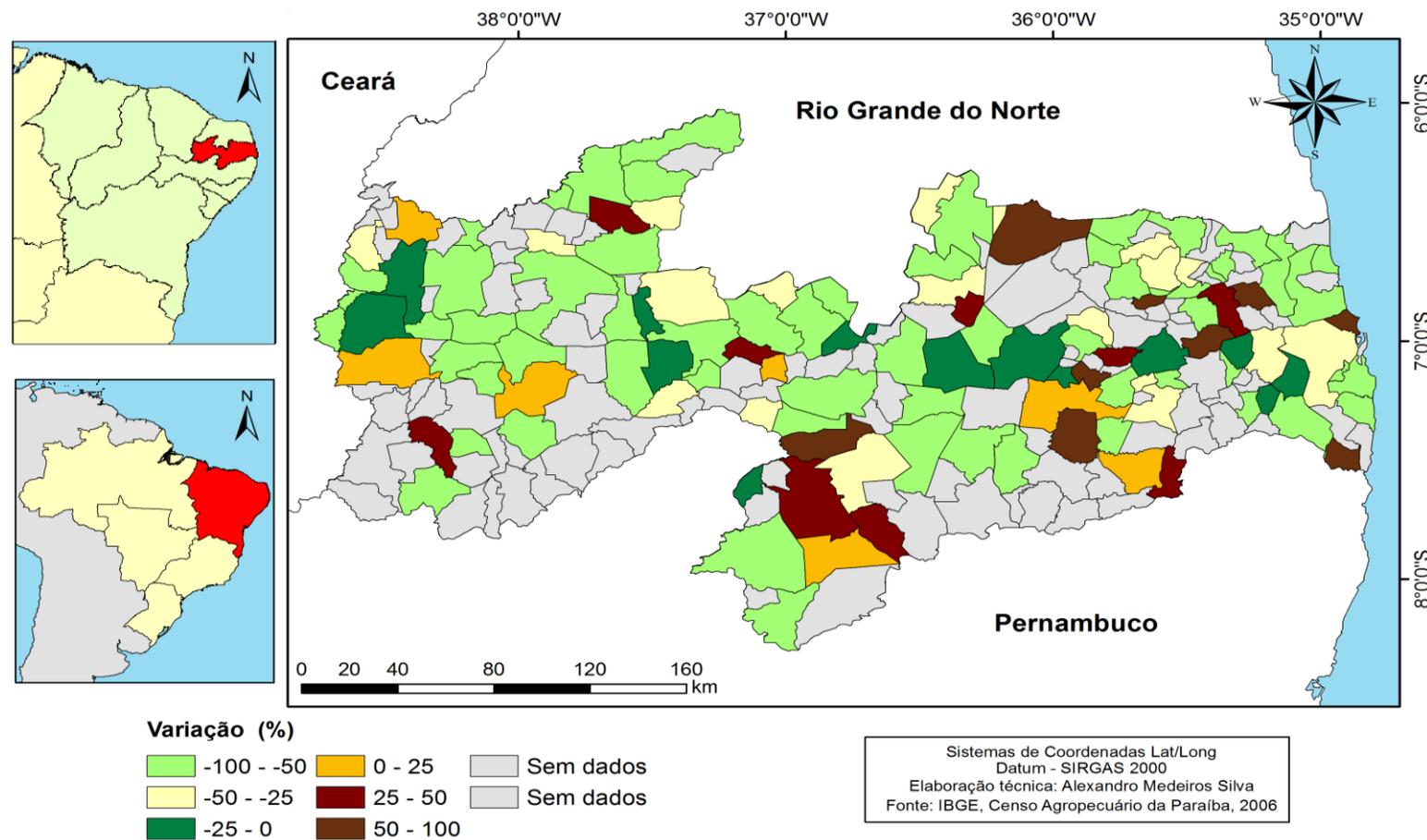
Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Mapa 23– Estado da Paraíba: Evolução do assalariado permanente na atividade agropecuária entre 1995-2006



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Mapa 24 – Estado da Paraíba: Evolução do trabalho infantil na atividade agropecuária entre 1995-2006



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

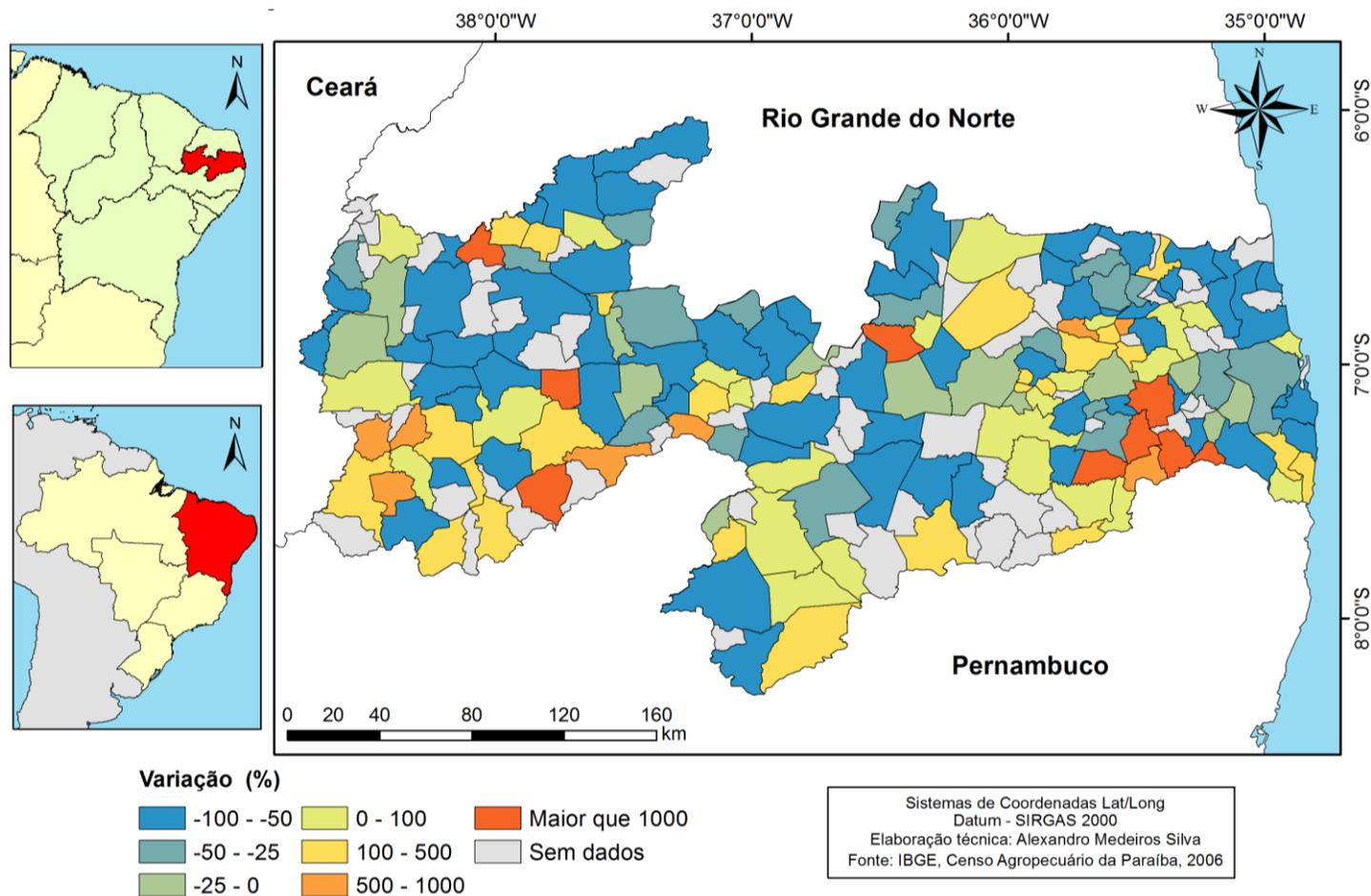
No que tange ao trabalho feminino, ou seja, ao número de mulheres ocupadas na agropecuária, esse passou de 153.144 em 1995 para 143.076 em 2006 o que perfaz uma redução de 7%. Já o trabalho assalariado feminino passou de 4.800 para 5.109, entre 1995 e 2006 o que significou um aumento da ordem de 6%. Em alguns conjuntos de municípios, pode-se constatar o crescimento do número de mulheres assalariadas na atividade agropecuária no período em estudo. Destacamos os municípios de Gurinhém, Juripiranga, Itabaiana, Alhandra e Itaporanga (Mapa 25). Sobre a evolução das categorias de todos os trabalhadores assalariados podemos visualizar a Quadro 03.

Quadro 3 – Dinâmica do trabalho assalariado no estado da Paraíba segundo os períodos censitários de 1985, 1995 e 2006

Anos	1985	1995	Taxa de crescimento média no período 1985/1995%	2006	%
Pessoal Ocupado	746.467	479.987	-36%	490.317	2%
Trabalhadores Assalariados	108.431	52.662	-51%	77.269	47
Assalariados Permanentes	29.299	28.102	-4%	18.000	36
Assalariados Temporários	79.132	24.560	-69%	59.309	141
Crianças Ocupadas	137.118	61.411	-55%	25.946	-58
Crianças Assalariadas	2.832	1.942	-31%	89	-95
Crianças Assalariadas Temporárias	968	283	-71%	-	-
Crianças Assalariadas Permanentes	1.864	1.659	-11%	-	-
Mulheres Ocupadas	251.316	153.144	-39%	143.076	-7%
Mulheres Assalariadas	10.078	4.800	-52%	5.109	6%
Mulheres Assalariadas Permanentes	4.064	3.465	-15%	-	-
Mulheres Assalariadas Temporárias	6.014	1.335	-78%	-	-

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE, 1985, 1995, 2006).

Mapa 25 – Estado da Paraíba: Evolução do trabalho feminino na atividade agropecuária entre 1995-2006



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Em relação as mesorregiões, constatou-se que na década de 1995 a 2006 duas apresentaram crescimento no emprego assalariado e duas tiveram uma pequena redução no período em análise como pode ser visto na Quadro 04.

Quadro 4 – Estado da Paraíba: Dinâmica do trabalho assalariado no período de 1995-2006 segundo as Mesorregiões

MESORREGIÕES	1995-6	2006	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO 1996/2006 %
Mesorregião do Sertão	13.33	28.59	114%
Mesorregião da Borborema	8.811	8.051	-8,60%
Mesorregião do Agreste	17.24	27.51	59,50%
Mesorregião da Mata Paraibana	13.26	13.10	-1,20%

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1985, 1995, 2006).

Chama-se atenção, segundo a tabela acima, para o grande avanço do assalariamento rural no Sertão Paraibano com um crescimento de mais de 100% e também no Agreste crescendo quase 60%.

Em suma, a análise dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995-96 e 2006 nos permite fazer algumas ponderações:

a) houve crescimento do assalariamento rural na Paraíba. Algumas hipóteses podem ser apontadas como elementos de reflexão que só poderão ser comprovadas em posteriores trabalhos de campo. Uma delas é a retomada da atividade canavieira a partir de 2000, incentivada pela política governamental de incentivo à produção de etanol. Outras culturas como o abacaxi, a fruticultura irrigada, a produção do inhame e da mandioca também vem requerendo mão de obra assalariada nos períodos de plantio e colheita. Não se pode desdenhar a diferença do período de aplicação dos censos que também podem de alguma forma deformar os dados sobretudo em nível das menores unidades espaciais de observação;

b) há uma grande redução no número de assalariados permanentes e por outro lado um crescimento dos temporários no período em estudo. Alguns fatores podem estar

contribuindo para a reversão dessa tendência: a ampliação significativa de assentamentos rurais e de uma população nela presente que busca complementar sua renda se assalariando nos lotes vizinhos ou nas empresas e usinas circunvizinhas; o fato de no período de 1995-2006 ainda não se contar com colheitadeiras mecânicas nas áreas de cana-de-açúcar;

c) o trabalho assalariado infantil praticamente desapareceu do campo paraibano. Talvez as políticas de inclusão social tenham contribuído para isso, como o Bolsa Família, que obriga a criança a frequentar a escola, bem como as denúncias e a fiscalização por parte do Ministério Público, do Ministério do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho da Paraíba, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos pesquisadores acadêmicos.

d) outra grande mudança e talvez a mais importante, diz respeito a distribuição dos assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos. Nesse ponto tem-se que a concentração dessa mão-de-obra agora se dá nos menores estabelecimentos, entre 0-50 hectares, algo que contraria as teorias até então. O que levou o assalariado rural a migrar dos grandes estabelecimentos e agora concentrarem-se nos pequenos? Seria a mecanização? Porém, a introdução de colheitadeiras na atividade canavieira da Paraíba, por exemplo, só tem início em 2015, fato que é muito recente. Para Moreira (2019) essa migração se deve à diminuição da demanda de trabalho por parte dos médios e grandes estabelecimentos cada vez mais autossuficientes em tecnologia e principalmente a expansão da agricultura familiar que tem requerido grande mão de obra sobretudo nos períodos de preparação do solo e colheita;

e) Quanto ao assalariamento feminino, ele teve um leve avanço em relação aos anos 1990. No final da pesquisa por nós efetuada em 2009, já tínhamos indícios que havia um crescimento do número de mulheres trabalhando na cultura do abacaxi, expulsas da atividade canavieira na Zona da Mata Paraibana, o que pode ser uma primeira pista para investigarmos esse avanço das mulheres no campo como assalariadas;

f) outra mudança foi a Mesorregião do Sertão Paraibano ocupar o posto até então assumido pelo Agreste nos anos de 1990, de região que mais empregava assalariados. Neste caso pode-se creditar este aumento do trabalho assalariado à desarticulação da cultura algodoeira a partir de 1985 e a perda da condição de arrendamento e parceria da maioria dos trabalhadores que sobreviviam em terras de

terceiros plantando algodão e alimentos. O maciço desemprego gerado pela quebra das relações tradicionais de parceria e arrendamento ligadas à cotonicultura tanto é fator de migração temporária em busca de trabalho em outros estados através da migração temporária, como gera uma mão-de-obra excedente que busca trabalho temporário nas fazendas do Sertão, nas áreas produtoras de fruticultura irrigada e nas pequenas unidades de produção a fim de garantir sua sobrevivência e de sua família (MOREIRA, inédito).

A seguir buscamos estabelecer a relação entre espaço agrário, capital e trabalho na Mesorregião objeto de investigação empírica, a Mata Paraibana.

#### **6.4 Espaço, capital e trabalho na Zona da Mata Paraibana**

Como foi visto na abordagem realizada sobre a Zona da Mata nordestina, a Zona da Mata Paraibana também teve sua organização pautada no sistema de *plantation* baseado no tripé: latifúndio, monocultura canavieira e trabalho escravo. “O controle sobre a terra, a produção e o trabalho eram concentrados nas mãos dos senhores de engenho, conferindo a esta categoria social a mais longa experiência de controle social-político-econômico da história do Brasil” (MOREIRA, 2011, p. 149).

A dominação da cultura canavieira ainda é uma constante na Zona da Mata, porém, ao longo da história, a dinâmica da atividade sofreu influência ora de condicionantes externos (como o preço e a concorrência com o açúcar produzido em outras nações), ora por condicionantes internos (como as mudanças na base técnica e social da produção). É Moreira quem enumera 5 momentos relevantes que influenciaram no processo de produção desse espaço agrário a saber: a) o do domínio dos Engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); b) o da efêmera experiência dos Engenhos Centrais (final do século XIX e início do século XX); c) o de dominação da Usina de Açúcar (início do século XX à década de setenta daquele século); d) o de expansão e crise do Proalcool (de 1975 a 1999) e; e) o de recuperação da atividade sucroalcooleira, no bojo do aumento do preço do açúcar no mercado internacional e do programa nacional de produção de bioenergia (de 2000 aos dias atuais) (MOREIRA, 2011).

Ao logo do processo histórico de produção do espaço agrário da ZMP as mudanças na base técnica da produção ensejaram transformações nas relações de trabalho e na natureza. No que tange ao trabalho a mão-de-obra que deu sustentáculo a

monocultura inicialmente foi a indígena que logo foi substituída pela escrava e esta pelo sistema de morada que foi cedendo lugar ao trabalho assalariado sobretudo a partir da década de 1970 através do PROALCOOL. Apesar das mudanças ocorridas nas relações de trabalho e na base técnica da produção, dois fatores permaneceram até os dias atuais praticamente inalterados, quais sejam: a exploração da classe trabalhadora e a concentração fundiária, deixando na pobreza parcela significativa da população.

O sistema de morada como foi visto teve seu auge até praticamente os anos de 1960, quando se intensifica o processo de industrialização da agricultura brasileira. Embora bem mais modesta na Paraíba do que a verificada no centro-sul do país, a modernização conservadora se concentrou-se aqui em praticamente duas atividades: a canaveira e a pecuária, o que ocasionou a expansão dessas atividades sobre as terras dos antigos moradores e a conversão de parte desses antigos camponeses em mão-de-obra assalariada para as referidas atividades, sobretudo, para o emprego temporário na cana-de-açúcar. Ao abandonarem os engenhos, os camponeses se territorializaram nas periferias das grandes cidades sujeitos a inundações e desabamentos (SIGAUD, 1979).

Convém destacar, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura paraibana, da mesma forma que contribuiu para expandir o avanço do assalariamento, contraditoriamente, o capital também permitiu a reprodução de formas camponesas de produção, como o sistema de morada, a parceria e o arrendamento. No entanto foi notório o avanço do assalariamento na Zona da Mata Paraibana no auge da expansão do Proalcool que incentivou o avanço da atividade canaveira. Segundo Moreira

Na Zona da Mata da Paraíba, entre 1970 e 1985 ocorreu o mais elevado grau de mecanização da agricultura estadual. O número de unidades de produção industrial do setor canaveiro da região passou de 5 para 16, a área de cana colhida e a quantidade produzida expandiu-se vertiginosamente. Paralelamente, os produtores familiares e os membros não remunerados de família decresceram 9,9% e os parceiros 16,9%. Enquanto isso, os empregados assalariados experimentaram uma elevação da ordem de 64%, sendo esta diferenciada: 30% de aumento dos assalariados permanentes e 89% de aumento dos assalariados temporários. Entre 1975 e 1985, período de apogeu do Proalcool, os assalariados cresceram na região 67,4%, destacando-se os assalariados temporários, com um crescimento da ordem de 93,6% (MOREIRA, 2011, p. 5).

Todavia as classes exploradas ao longo da história sempre reagiram contra as amarguras do trabalho degradante seja através da fuga do indígena e do africano no

período colonial, seja através da luta por melhores condições de trabalho dos assalariados e através da luta pela terra através da articulação dos trabalhadores em torno dos movimentos sociais como o MST e a CPT em prol da reforma agrária. A luta por terra perpassa toda a história social e econômica do espaço agrário da Zona da Mata Paraibana demonstrando que esse espaço se organiza e se estrutura a partir da luta de classes alicerçada no confronto entre capital e trabalho.

Quando voltamos a atenção para as condições de trabalho dos assalariados empregados na principal atividade agrícola da região, isto é, na atividade canavieira, entre os anos de 1980 e 1990, constatamos uma intensa exploração do trabalho com condições desumanas para o trabalhador que se assemelhavam às vivenciadas na escravidão. Moreira (2011) em pesquisa realizada pelo Grupo de Estudo em Saúde e Trabalho no Meio Rural da UFPB (GESTAR) descreve as condições de trabalho na cana àquela época. Segundo a autora tinha-se: a) o emprego de mão-de-obra infantil em condições insalubres e perigosas; b) a utilização dos sistemas de alojamento dentro das propriedades altamente precários para manter o controle da mão-de-obra trazida de outras regiões e impedir assim a ação do movimento sindical local; c) a clandestinidade da mão-de-obra contratada por “gatos” sem nenhum direito trabalhista; d) salários baseados na produção/tarefa que era medida por um feitor de campo utilizando instrumentos não oficiais sendo comuns roubos nessa medição; e) a falta de equipamentos de proteção (luvas, máscaras, botas, macacões), bem como o não fornecimento de leite para atenuar os efeitos danosos dos produtos tóxicos; f) a precariedade do transporte para o local de trabalho, sendo utilizados tratores ou caminhões apropriados para o transporte de cana (os “gaiolões”); g) o não fornecimento de água potável nos canaviais, donde a reutilização generalizada pelos assalariados da cana, de recipientes vazios de agrotóxicos como depósito para a água que levavam ao campo; h) o aumento do desgaste da força-de-trabalho provocado pelo tipo de trabalho penoso a que eram submetidos os canavieiros resultando numa série de agravos à sua saúde física e mental (GESTAR, 1984-1985; MOREIRA et al., 1994; MOREIRA; TARGINO, 1997); i) o descumprimento da lei de sítio, não sendo concedida uma área de dois hectares para plantio de subsistência no interior da propriedade, pois toda a terra devia ser utilizada para o cultivo da cana; j) a presença de cabos e administradores munidos de revólver e espingarda, intimidando os trabalhadores e os delegados sindicais (MOREIRA, 2011).

Nesse momento a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de salário era apoiada pelos sindicatos, naquela época bastante atuantes. Ainda que conquistas tenham advindo dessa luta, o trabalhador assalariado sempre será explorado dentro do sistema capitalista, pois é ele quem assegura a manutenção do sistema capitalista, permitindo que a reprodução do capital se faça em nível ampliado. Por outro lado, ele o nega, na medida em que, garantindo condições de desenvolvimento para o capital, acentua a contradição entre os detentores dos meios de produção e aqueles que, por não os possuírem, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviverem (D'INCAO, 1983).

A partir de 1986 a atividade canavieira entra em crise em virtude: a) da redução e posteriormente do fim do subsídio estatal à atividade; b) da crise de acumulação do capital em nível internacional e nacional; c) da queda do preço do petróleo no mercado internacional; d) do desvio de recursos obtidos através do Proalcool pela aristocracia açucareira, para outros setores bem como para gastos ostentatórios. A crise do setor sucroalcooleiro da Zona da Mata Paraibana levou a falência três das cinco usinas tradicionais com destilarias anexas da região e comprometeu a economia das destilarias autônomas resultando no desemprego maciço dos trabalhadores assalariados da cana na Zona da Mata e na transformação dos campos de cana em latifúndios improdutivos (MOREIRA, 2011).

Com a crise que colocou grande parte dos trabalhadores no desemprego e na miséria e deixou muitos latifúndios canavieiros improdutivos, os trabalhadores aglutinaram-se em torno dos movimentos sociais que levantam a bandeira da luta pela reforma agrária. Isso resultou na criação de 53 Projetos de Assentamento na Zona da Mata entre 1986 e 1999 onde foram assentadas 4.171 famílias (MOREIRA, 2011). Embora fração do território capitalista regional tenha sido conquistada pela classe trabalhadora, isso não quer dizer que a luta dos trabalhadores terminou e que a questão agrária na região se deu por encerrada. Muito pelo contrário, no início do século XXI, as ocupações de terra se expandiram ainda mais demonstrando que a questão da pobreza e do acesso à terra na região ainda não foram resolvidos.

Interessante observar que o território da cana na Zona da Mata Paraibana sempre foi partilhado com uma outra monocultura comercial: o abacaxi. Esta lavoura consequentemente se retrai nos momentos de apogeu da atividade canavieira e se expande nos seus momentos de crise. É este último caso que tem lugar na região a partir

de 1990 quando o abacaxi passou a se expandir nos territórios de tradição canavieira da Zona da Mata chegando a disputar terras com a cana-de-açúcar (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Cana e abacaxi partilhando o espaço agrário na Zona da Mata Paraibana



Fonte: Arquivo próprio. Município de Itapororoca, 14/09/2016.

No decorrer do século XXI, mudanças na conjuntura do mercado de petróleo e o incentivo da política energética brasileira para a produção do etanol, bem como o aumento do preço do açúcar no mercado internacional, contribuíram para novas reorganizações na dinâmica da atividade canavieira com repercussões sobre o espaço agrário bem como para as relações de trabalho. Dentre as mudanças decorrentes desse novo cenário TORRES (2009) e MOREIRA, (2011) destacam:

a) a retomada da produção de cana de açúcar nessa região com um aumento da área plantada e da quantidade produzida. Entre 2000 e 2009 constata-se um aumento da ordem de 32,0% da área plantada e de 56,9% da quantidade produzida de cana-de-açúcar na região. Tal expansão tem sido alimentada, também, pela penetração dessa cultura em áreas de assentamento. De fato, das 64 Áreas de Assentamentos existentes na região em 2009, em 34 (53,1%) plantava-se cana. Das 5.145 famílias assentadas em 2009, 576 (11,2%) plantavam cana em seus lotes (MOREIRA et al., 2010);

b) a incorporação do discurso de proteção ambiental pelos usineiros. As usinas estão criando áreas de reflorestamento e utilizando o vinhoto como fertilizante para diminuir os impactos ambientais do processo produtivo. Contudo, a utilização de fertilizantes químicos e de agrotóxicos permanece inalterada;

c) a melhoria das condições de trabalho, materializada: na distribuição de equipamentos de proteção aos trabalhadores, na extinção dos precários alojamentos no

interior das propriedades, na substituição dos gaiolões por ônibus para o transporte dos trabalhadores e na erradicação do trabalho infantil nas usinas. É importante chamar a atenção para o fato de que as melhorias detectadas nas condições de trabalho dos canavieiros resultantes da sua luta e da fiscalização do Estado, são sufocadas pela busca incessante da lucratividade, não importando o desgaste da força de trabalho e a degradação ambiental pelo uso indiscriminado de produtos químicos.;

d) alteração no sistema de contratação de trabalhadores com a erradicação do antigo sistema de agenciadores, responsáveis pelo recrutamento e pagamento dos trabalhadores que favoreciam a clandestinidade e a redução dos salários apropriando-se de parte dos mesmos, e sua substituição pelo sistema do “arregimentador” que recruta os trabalhadores que são contratados com carteira assinada pelas usinas por todo o período da safra, recebendo o “arregimentador” uma comissão sobre o salário de cada um dos arregimentados (MOREIRA; TARGINO, 2011);

e) intensificação da exploração do trabalho: não obstante as melhorias enumeradas no item anterior, observa-se uma intensificação da jornada de trabalho expressa: no aumento da quantidade exigida de cana cortada que, embora oficialmente seja de 2,5 toneladas de cana diárias, as usinas da região colocam como meta a ser alcançada o corte de 6 a 8 toneladas por dia de trabalho. Tal intensificação levou, inclusive, à erradicação do trabalho das mulheres. Outra mudança observada foi a substituição do regime de trabalho tradicional de 42 horas entre segunda e sábado pela manhã pelo regime de 5 dias trabalhados por 1 de folga, não havendo, portanto, mais um dia e meio de folga para o trabalhador no final de semana;

f) incorporação dos assentados como mão de obra assalariada da cana. Se no período áureo do Proalcool os usineiros e fornecedores de cana davam preferência a trabalhadores de fora da região para blindar a ação do movimento sindical, atualmente dá-se exatamente o contrário. A mão de obra é arregimentada, sobretudo, nos assentamentos situados no entorno das usinas. Trata-se de uma força de trabalho que já tem terra e que busca trabalho na cana justamente após a colheita da produção de alimentos que coincide com a safra da cana. Assim há uma combinação entre a busca de complementação da renda pelo campesinato reformado e a garantia de uma mão de obra dócil, por parte da classe patronal. Aqui lembremos de Kautsky (1985) quando ele ressaltava que a grande e a pequena propriedade sempre procuram situar-se lado a lado para se complementar: a primeira fornecendo emprego à segunda, e esta, fornecendo

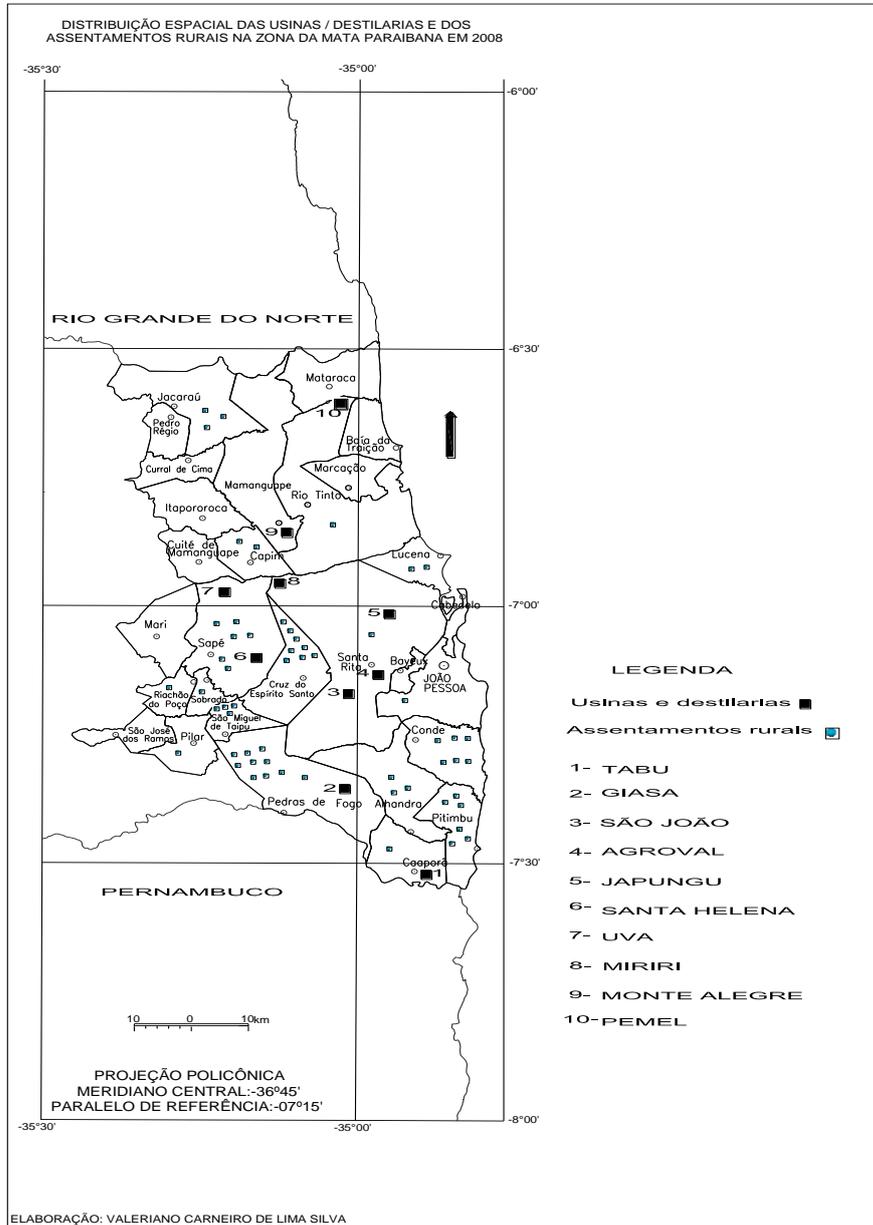
mão-de-obra para a primeira. Isso pode ser constatado no mapa 21 do espaço agrário da Zona da Mata Paraibana demonstrando a presença do território capitalista e do território camponês, este último surgido muitas vezes a partir de um processo que Haesbaert (1997) denomina de territorialização - desterritorialização-reterritorialização.

g) alinhamento do discurso do movimento sindical com o da classe patronal. Em pesquisa de campo realizada em 2009, assistiu-se a uma assembleia de canavieiros num Sindicato de Trabalhadores Rurais da região, sendo constatado que os discursos dos representantes dos usineiros (presentes na reunião) e do presidente do Sindicato convergiam para estimular a produção como garantia de melhores ganhos salariais por parte dos trabalhadores e de maiores lucros por parte dos patrões. A postura do sindicato era a de demonstrar que estes dois caminhos se encontravam, pois havia convergência de interesses das partes;

h) utilização do bagaço da cana para produção de energia e para produção de ração animal: tais práticas têm implicado em utilização integral da cana, não havendo mais dejetos da produção canavieira.

i) a expansão da área cultivada com abacaxi e o conseqüente aumento da absorção de mão de obra temporária nas diferentes etapas do processo produtivo desta lavoura.

Mapa 26 – Distribuição das usinas e destilarias e dos assentamentos rurais na



Zona da Mata Paraibana em 2008

Fonte: TORRES, Éricson. Dissertação de Mestrado, UFPB, 2009.

As modificações acima identificadas, reforçam a perspectiva de que o processo de (re)criação do espaço agrário canavieiro/abacaxizeiro da Zona da Mata da Paraíba continua subordinado aos interesses do capital tendo, no entanto, a organização dos

trabalhadores com a assistência dos movimentos sociais, conquistado territórios e modificado até certo ponto a lógica dominante.

Cabe ainda acrescentar que em conversas informais com membros do Ministério do Trabalho, em setembro de 2018, depois da reforma trabalhista aprovada no Congresso Nacional, tomamos conhecimento de que a figura do “gato” e a clandestinidade voltaram a aparecer no corte de cana na Zona da Mata Paraibana depois de quase 20 anos desaparecidos. Os auditores do MT nos informaram que flagraram cerca de 40 trabalhadores em condições precárias e todos clandestinos trabalhando no corte de cana de um grande produtor.

Outro fato que convém destacar e que na verdade é um dos focos da nossa pesquisa são as condições de trabalho e de vida dos assalariados empregados na segunda cultura agrícola mais importante da Zona da Mata: o abacaxi como veremos nos próximos capítulos.

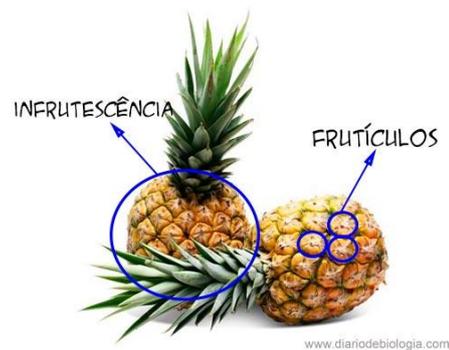
## 7 PRODUÇÃO DO ABACAXI, TIPOLOGIA DOS PRODUTORES PARAIBANOS E AÇÃO SINDICAL

Os estudos realizados nos capítulos anteriores sobre o trabalho assalariado no campo do Nordeste e da Paraíba limitam-se a contribuir com um panorama dessa forma de trabalho dando ênfase à sua espacialização e evolução, de forma a abrir a possibilidade de, concretamente, entender a realidade do trabalho assalariado numa cultura específica, a do abacaxi. Neste capítulo iniciamos com uma abordagem sobre a origem, a produção e a espacialização do abacaxi, no mundo, no Brasil e na Paraíba, destacamos as suas características principais e as etapas de seu processo produtivo. Em seguida buscamos apresentar os principais tipos de produtores de abacaxi da Paraíba identificados na pesquisa de campo e, por último, expomos as informações obtidas em entrevistas realizadas com representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR) dos principais municípios produtores de abacaxi da Paraíba e uma experiência de campo realizada com o Ministério do Trabalho.

### 7.1 Origem e espacialização da cultura do abacaxi no mundo e no Brasil

Para a botânica, o abacaxi não é um fruto, mas um pseudofruto uma vez que nele ocorre a reunião de várias flores (inflorescência) e com a fecundação formam-se vários frutos que são chamados de infrutescência, ou seja, o abacaxi é desenvolvido a partir do ovário de várias flores, como se fosse um fruto múltiplo (Figura 1).

Figura 1 – Inflorescência e infrutescência do abacaxi



Fonte: Giacomelli e Py (1981).

[...] o termo “abacaxi” é provavelmente oriundo do palavra “ibacaxi”, que significa fruto cheiroso, pois “iba” representa

fruto e “caxicati” representa cheiroso, da língua guaraní, falada ainda hoje no Paraguai; já a designação “ananás” tem origem da palavra nana, substantivo no grau aumentativo, significando o aroma grande, o que cheira, da língua tupí, falada pelos índios tupis, nativos que habitavam o litoral do Brasil; enquanto a terminologia “comosus” significa empenachado e se refere às hastes das frutas (GIACOMELLI; PY, 1981, p. 1475).

As atuais variedades de abacaxi provêm dos abacaxis silvestres que existiam na América do Sul. Segundo Barbieri e Crestani (2010):

[...] os índios sul-americanos reconheceram a fruta como comestível e começaram a domesticá-la por volta de 4000 a.C. A literatura relata que o primeiro encontro entre os europeus e o abacaxi ocorreu em 4 de novembro de 1493, quando Cristóvão Colombo, em sua segunda viagem para a região do Caribe, ancorou em Guadalupe, nas Pequenas Antilhas, e foi inspecionar a vila caribenha em terra e, entre a rica flora, conheceu os frutos de abacaxi. Esse fruto foi oferecido aos invasores europeus pelos índios num gesto de hospitalidade e boas-vindas. Os navegadores espanhóis experimentaram o fruto, apreciaram muito o novo alimento e associaram a morfologia do curioso fruto de exterior abrasivo e segmentado com uma pinha, batizando-lhe com o codinome piña, em espanhol, e *pineapple*, em inglês (BARBIERI; CRESTANI, 2010, p. 1475).

A disseminação do abacaxi nas Antilhas não se deu de uma forma natural, mas em consequência das trocas comerciais entre as diversas tribos que existiam naquela época (BARBIERI, 2010).

Segundo Ribeiro (2005), o abacaxizeiro é uma planta de origem tropical, originalmente cultivada em terras recém-desmatadas. Pertence à família das bromeliáceas com nome científico de *Ananascomosus*. Trata-se de uma planta rústica não requerendo tantos tratos culturais para seu crescimento e produção. O abacaxizeiro apresenta um caule curto e grosso, circundado por folhas em forma de caneleta e bem rígidas, como também são protegidas por uma camada de pelos. Suas raízes são encontradas nos primeiros 15 cm do solo (CUNHA, 1999).

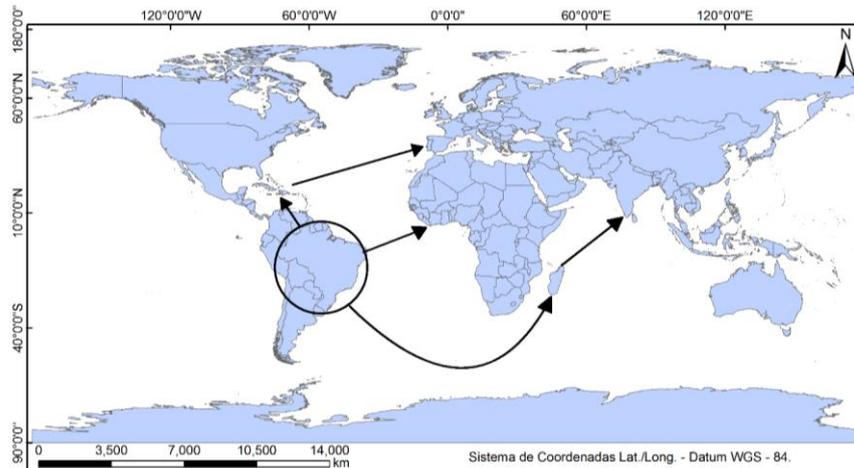
De uma maneira geral, a propagação do abacaxi é vegetativa, por meio do uso de estruturas diversas da planta adulta, quais sejam: a coroa (brotação do ápice do fruto); o filhote (brotação do pedúnculo); filhote-rebentão (brotação da região de inserção do pedúnculo no caule ou talo) e o rebentão (brotação do caule) (CRESTANI; BARBIERI, 2010).

No que tange à sua origem não se tem um consenso. Alguns defendem ser a planta originária da América Central, outros do México, outros da América do Sul, com destaque para o Brasil e a partir daí, teria sido levada para toda América pelos índios guaranis até alcançar a região da América Central e Caribe muito antes da chegada dos europeus (RIBEIRO, 2005). Porém, foi com as grandes navegações, sobretudo através dos portugueses, que o fruto se disseminou pela costa da África alcançando a Índia e a China, na medida em que os colonizadores consumiam o fruto e jogavam a coroa nas margens dos portos por onde passavam. Por possuir uma coroa, foi chamado de rei dos frutos coloniais na época das grandes descobertas.

A disseminação do abacaxi pelos países americanos iniciou com o intercâmbio entre tribos; todavia, foi só com o descobrimento da América, que ele se tornou conhecido mundialmente, quando foi levado para a Europa, Ásia e África (Mapa 27).

Para Cunha et al. (1999) as principais espécies de abacaxi plantados na zona intertropical do planeta com destaque para a América Latina e parte da Ásia são: SmoothCayenne, mais conhecido como abacaxi havaiano, a mais plantada no mundo; Singapore Spanish, segunda espécie mais plantada para a industrialização, difundida amplamente na Malásia pela boa adaptação aos solos desse país; Queen, produzida na Ásia, na África do Sul e na Austrália; Pérola, cultivada unicamente no Brasil, e o Jupí, que é bem semelhante à Pérola, da qual difere apenas pelo forma cilíndrica do fruto. Esta última espécie é bem cultivada nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (CUNHA, 1999).

Mapa 27 – Origem e dispersão do abacaxi pelo mundo



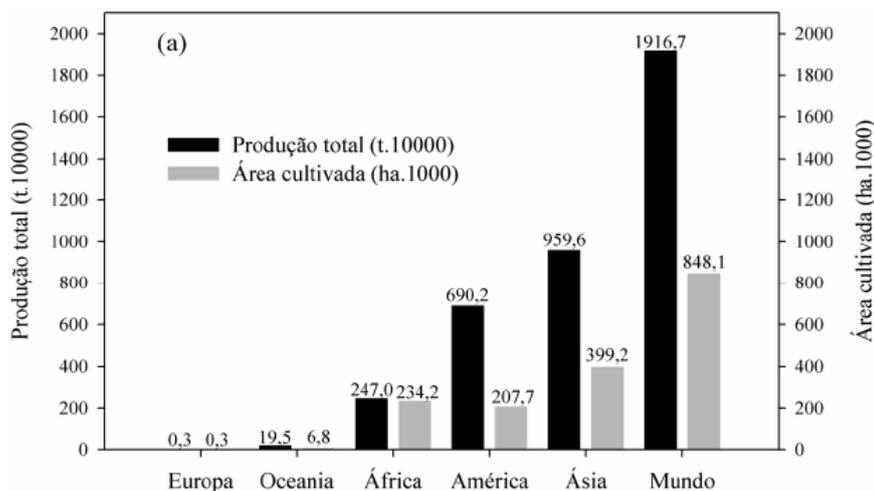
Fonte: Crestani e Barbieri (2010).

No gráfico (25) observa-se a distribuição da produção do abacaxi pelos continentes (FAO, 2008). A Ásia é o continente que mais produz abacaxi seguido do continente americano e em terceiro lugar, do continente africano como pode ser visto. A Oceania e a Europa apresentam uma muito baixa a baixíssima produção.

No gráfico 26 pode-se observar a evolução da produção e da área cultivada com abacaxi no território brasileiro. Nota-se que a quantidade produzida cresceu significativamente entre 1960 e 1988 e que, em seguida, ocorre uma retração da produção que se estende até 1998. Em sequência há uma retomada do crescimento até 2007. Responsável por essa oscilação da produção tem sido a demanda do mercado externo e contingências internas relacionadas ao clima e a doenças afetando a produção.

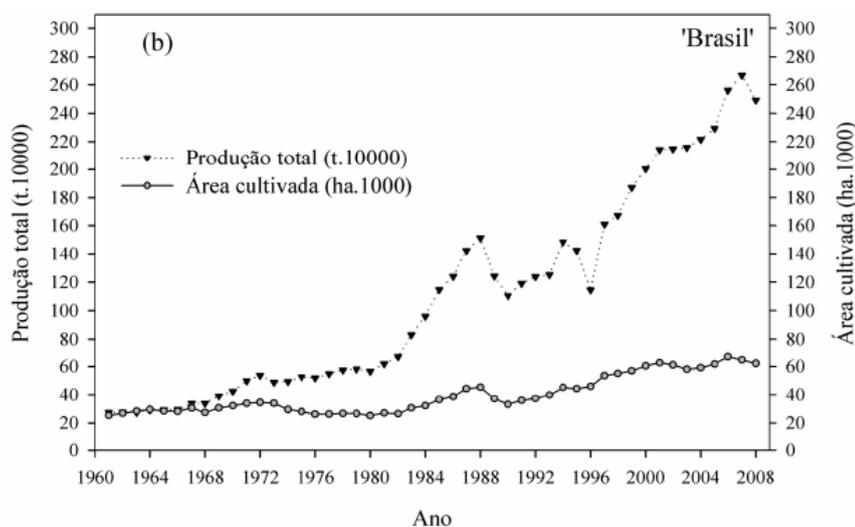
Segundo o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC-2014) a produção mundial de abacaxi está estimada em 12,8 milhões de toneladas (apenas 3% da produção mundial de todas as frutas).

Gráfico 25 – Produção e área cultivada com abacaxi em nível mundial – 2008



Fonte: Crestani e Barbieri (2010 apud FAO, 2008).

Gráfico 26 – Produção e área cultivada com abacaxi no Brasil – 1960 - 2008



Fonte: Crestani e Barbieri (2010 apud FAO, 2008).

Ainda segundo o IAC, o Brasil é o 2º produtor mundial de abacaxi (1,62 milhão de toneladas, em 45.000 hectares plantados), superado somente pela Tailândia, com 1,98 milhão de toneladas. Dados de 2015 do IBGE dão conta de que o Brasil produziu 1.801.415 toneladas de abacaxi em 69.565 hectares. Os principais países

compradores de suco concentrado e de fruto *in natura* são Argentina, Uruguai, Países Baixos e Estados Unidos. Podemos observar, nas tabelas abaixo, a distribuição espacial da produção de abacaxi no mundo e segundo os estados brasileiros, bem como a evolução da produção dos anos 60 do século passado até a primeira década do século atual.

Tabela 9 – Países que mais produzem abacaxi em relação à área cultivada, a produção total e a produtividade - 2010

Países	Área cultivada		Produção		Produtividade
	(em 1000 ha)		(em 10.000 ton.)		(t/ha)
Brasil	62,1	,3	249,2	3	40,1
Índia	93,1	1,0	227,9	1,9	24,5
Filipinas	58,3	,9	220,9	1,5	37,9
Costa Rica	33,5	,9	162,5	,5	48,5
China	70,6	,3	140,2	,3	19,9
Índia	81,9	,7	130,6	,8	15,9
Índia	20,8	,5	127,3	,6	61,2
Nigéria	117,5	3,9	90,0	,7	7,7
México	16,4	,9	68,6	,6	41,9
Vietnã	36,2	,3	47,0	,5	13
Outros	257,8	0,4	452,6	3,6	17,6
Total	848,1	00,0	1916,7	00,0	22,6

Fonte: FAO 2010 apud CRESTANI; BARBIERI, 2010.

Em 2016 os estados brasileiros que mais produziram abacaxi foram: Pará, Paraíba, Minas Gerais, Bahia e São Paulo como mostra a tabela 10. Embora o Brasil seja um país de dimensões continentais beneficiando-se de uma rica diversidade de condições naturais para a produção de abacaxi, o que permite o seu cultivo em praticamente todos os estados, esta fruta não se destaca no cenário agrícola nacional, apresentando pouca relevância no valor do total das culturas produzidas, embora sua territorialização contribua para a geração de empregos (mesmo que temporários).

Outro aspecto que chama a atenção é a baixa produtividade do abacaxi produzido no país (Tabela 10).

Tabela 10 – Produção de abacaxi segundo os estados brasileiros - 2016

Estados	Hectares	Total toneladas	Rendimento (t/ha)
1-Pará	3.429	12.102	30.687
2-Paraíba	.435	83.362	30.033
3-Minas Gerais	.915	51.429	31.766
4-Bahia	.657	42.630	25.213
5-São Paulo	.356	3.647	27.904
6-Rio de Janeiro	.615	2.696	25.642
7-Rio Grande do Norte	.429	3.097	25.977
8-Amazonas	.235	02.668	24.243
9-Alagoas	.518	7.298	24.570
10-Goiás	.815	1.914	21.994
11-Tocantins	.295	4.424	19.552
12-Espírito Santo	.429	6.326	19.072
13-Maranhão	.726	0.704	11.995
14-Mato Grosso	.428	1.277	21.903
15-Sergipe	.95	7.349	24.963
16-Rondônia	.08	6.281	20.150
17-Pernambuco	.67	4.104	16.268
18-Paraná	.99	0.682	26.772
19-Amapá	.220	118	7.474
20-Acre	.97	441	14.139
21-Mato Grosso do Sul	.35	203	22.140
22-Rio Grande do Sul	.00	980	16.600
23-Roraima	.98	968	20.040
24-Ceará	.7	361	27.138
25-Santa Catarina	.9	2	27.667

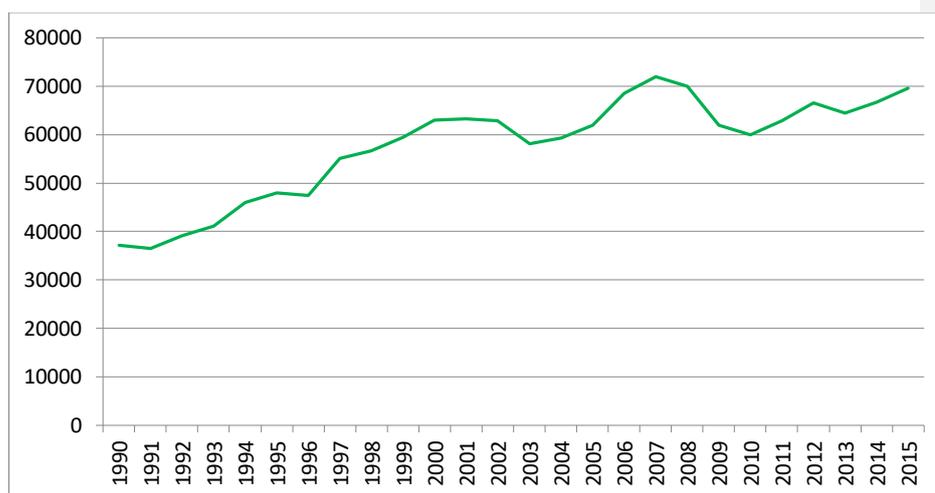
Catarina		49	
26-Piauí	-	-	-

Fonte: IBGE/PAM (2016).

Ribeiro (2005) considera alguns fatores como responsáveis por essa baixa produtividade: a) a ocorrência de pragas e doenças; b) a deficiência no uso de tratamentos culturais; c) a escassez de mudas de boa qualidade e sadias; d) a inexistência de programas de produção de mudas fiscalizadas; e) ao manejo inadequado do fruto na colheita e na pós-colheita; f) a inexistência de legislação eficaz sobre a padronização e classificação de frutos; g) o pequeno aproveitamento industrial; h) a instabilidade e falta de informação de mercado; h) às imperfeições no entrosamento/funcionamento dos sistemas de pesquisa; i) a assistência técnico-creditícia, dificultando a transferência e a adoção de tecnologias; j) a pequena ou nenhuma participação dos abacaxicultores em cooperativas; k) o mal funcionamento das associações de classe.

A evolução da área plantada e da quantidade produzida de abacaxi entre 1990 e 2015 nos permite realizar comparações com o período anterior. De fato, de acordo com o gráfico 32, no Brasil, a área plantada com abacaxi cresceu de 1990 até 2002 passando de aproximadamente 40.000 hectares para cerca de 60.000 hectares o que equivale a um aumento médio de 50%.

Gráfico 27– Brasil: Área plantada com abacaxi no período de 1990 a 2015 (hectares)

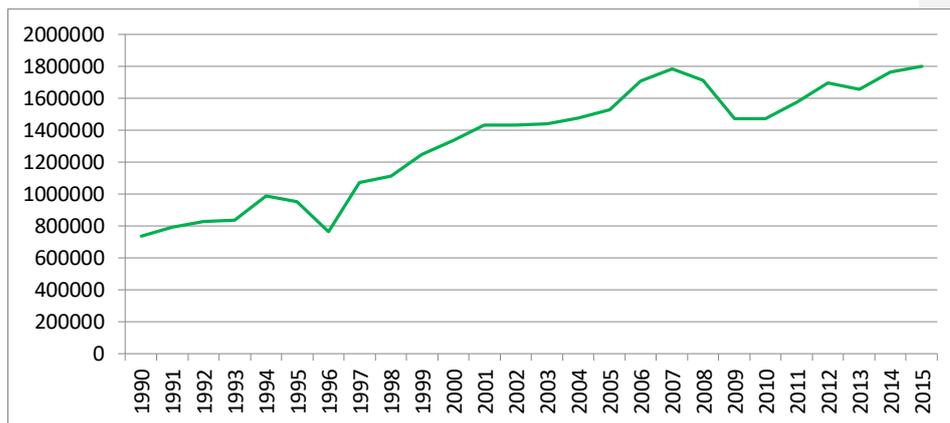


Fonte: IBGE/PAM-1990-2015. Elaboração do autor.

Entre 2002 e 2004 verifica-se uma ligeira retração da área plantada com uma rápida recuperação atingindo os 70.000 hectares em 2007. Entre 2008 e 2013 assiste-se a mais uma retração da área plantada. A seca de 2008 bem como a eclosão da crise mundial do capital no mesmo ano afetaram a economia do país e atingiram a lavoura de abacaxi. Todavia, a partir de 2009 a cultura volta a tomar fôlego com uma nova abertura das exportações tendo ampliado seu território atingindo quase 80.000 hectares de área plantada (gráfico 27).

No que se refere à quantidade produzida, conforme pode ser observado no Gráfico (28), excetuando-se o período de 1994 a 1996 e 2008 a 2010 a produção brasileira de abacaxi apresentou um ótimo crescimento.

Gráfico 28 – Brasil: Quantidade produzida de abacaxi no período de 1990 a 2015 (em toneladas)



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE-PAM 1990-2015.

## 7.2 A atividade abacaxizeira na Paraíba

Segundo Moreira e Targino (1997), o abacaxi foi introduzido na Paraíba em meados da década de 30 do século passado. Inicialmente o cultivo se desenvolveu nos municípios de Mari e Sapé entre a Zona da Mata e o Agreste Baixo. A primeira fazenda produtora de abacaxi foi a Buracão, localizada no município de Sapé, pertencente a empresa de sucos Maguary (FERREIRA; MOREIRA, 2005).

A Zona da Mata e a porção do Agreste Baixo situada logo à sua retaguarda têm excelentes condições climáticas para o cultivo do abacaxi em virtude de as temperaturas médias situarem-se entre 23°C e 30°C como exige a cultura, apresentar boa incidência

solar, elevada umidade relativa do ar (média anual em torno de 85%) e precipitação média anual entre 1.500 e 1800 mm o que representa condições muito boas para o cultivo do abacaxi praticamente por todo o ano.

O abacaxi paraibano é considerado um dos mais saborosos devido ao alto teor de açúcar contido nos frutos. As variedades mais produzidas no estado são do tipo “Pérola” e a “SmoothCayenne”. A safra paraibana começa gradativamente em agosto e termina em janeiro, totalizando 78,6% da produção. A entressafra vai de fevereiro a julho, quando a produção equivale a apenas 21,3% do total (FERREIRA; MOREIRA, 2005).

A cultura do abacaxi confere um destaque especial à economia do estado da Paraíba, tornando-o alvo dos incentivos creditícios e da assistência técnica. Para França (2003), a produção de abacaxi requer uma intensidade de mão-de-obra, o que garante a oferta de empregos às populações rurais das regiões produtoras. O autor ainda defende que se deve investir mais na produção, pois isso beneficiaria as populações mais carentes e os pequenos aumentos de renda representam melhorias na qualidade de vida.

Por trás do processo de trabalho na cultura do abacaxi, assunto por nós mais detalhado nos itens posteriores, tem-se um quadro gravíssimo de precarização do trabalho refletido em vários aspectos. Esta cultura assim como a cana-de-açúcar contribuiu para o declínio do sistema de moradia e de outras formas de relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Na Paraíba, sua expansão se efetivou sobre áreas onde antes era cultivado fumo, algodão e mandioca além de outras lavouras alimentares e a cana-de-açúcar. Por fim, a territorialização do abacaxi também incidiu na expansão do trabalho assalariado temporário tanto na Zona da Mata quanto no Agreste (MOREIRA, 1997).

#### 6.2.1 Produção e espacialização do abacaxi na Paraíba

Como pode ser observado na tabela 13, desde os anos 50 do século XX que a Paraíba se destaca na produção de abacaxi no cenário nacional e sua posição se manteve em primeiro lugar até a década de 1980. A partir dos anos de 1990 até a primeira metade dos anos 2000 Minas Gerais supera a Paraíba ocupando o primeiro lugar entre os estados produtores. A Paraíba volta a ser primeiro no ranking nacional em 2010 e cai para segundo lugar a partir de então (2015 e 2016, últimos dados publicados pelo IBGE).

Tabela 11– Quantidade produzida de abacaxi pelos três estados brasileiros maiores produtores (ton)

F	Ano										
	950	970	980	985	996	000	001	005	010	015	016
ará	37	.782	.448	.203	6.750	33.758	08.974	68.124	54.347	72.686	12.102
<b>araíba</b>	<b>3.381</b>	<b>1.160</b>	<b>2.355</b>	<b>29.451</b>	<b>9.693</b>	<b>68.080</b>	<b>99.404</b>	<b>25.612</b>	<b>73.910</b>	<b>90.772</b>	<b>83.362</b>
inas Gerais	.635	5.820	3.371	2.470	7.233	22.964	69.622	22.951	22.199	63.133	51.429

Fonte: IBGE/SIDRA /PAM.

De acordo com Moreira e Targino (1997) a produção do abacaxi apresentou resultados positivos, mesmo com o prolongamento da seca de 1979 (que se estendeu até 1982), até por volta de 1988, com um crescimento da ordem de 13% da área colhida em relação à década anterior. Entre 1988 e 1993 constatou-se uma redução na área cultivada, sobretudo em 1990, quando houve uma redução da ordem de 41% em relação a 1988. Segundo Ferreira (2005 apud Santos, 1992), os fatores que mais se destacaram para a redução da produção paraibana de abacaxi ao final da década de 1980 e na década de 1990 foram:

a) grandes variações nos preços pagos aos produtores no período, culminando com quedas nos preços de 1987 e 1988. Isto acarretou uma diminuição da produção na década de 90, não só na Paraíba, como em muitos estados produtores;

b) a grande seca de 1993 que atingiu a Zona da Mata. Nesse ano a produção caiu pela metade em comparação ao ano de 1988;

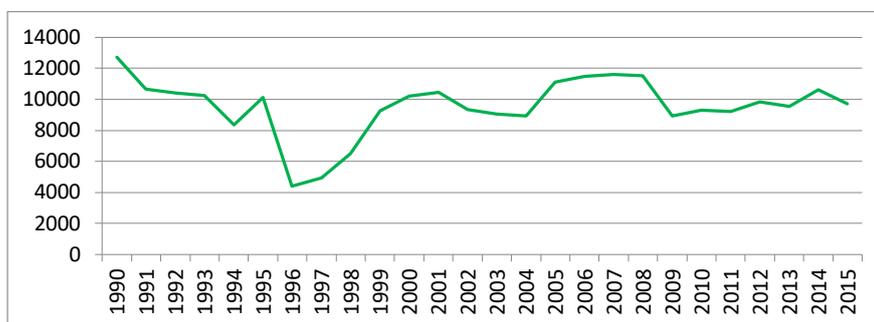
c) a redução das exportações de abacaxi devido principalmente à desorganização do setor exportador e à concorrência desleal entre os exportadores paraibanos que, visando obter maiores fatias do mercado argentino, passaram a utilizar práticas como a redução artificial de preços (a Argentina era o principal destino do fruto exportado pela Paraíba).

Moreira (1997), enumera ainda mais um fator, qual seja, a implementação do Proalcool (Programa Nacional do Alcool), que pelo viés de incentivos creditícios e fiscais aos produtores, propiciou uma grande expansão da área cultivada com cana-de-açúcar, principal matéria prima na produção do álcool o que contribuiu para desestimular a produção do abacaxi na sua tradicional região produtora, a Zona da Mata Paraibana.

Os primeiros anos do século XXI foram também de retração da economia abacaxizeira na Paraíba, seguida de uma importante recuperação entre 2004 e 2010 e de algumas oscilações até 2015 (Gráficos 29 e 30).

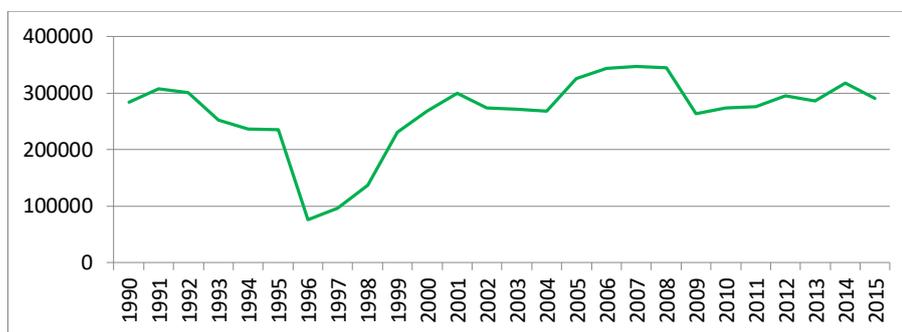
A partir dos anos 2000, cana e abacaxi passaram a disputar território no espaço agrário da Zona da Mata Paraibana, inclusive avançando para além da sua região de origem, adentrando o Agreste Baixo. No caso da expansão do abacaxi na Paraíba, segundo Moreira (1997) ela se efetivou sobre áreas antes cultivadas com fumo, algodão, cana-de-açúcar, mandioca, e outras lavouras alimentares. Contribuíram para tal expansão o incentivo da demanda do mercado externo, sobretudo o argentino.

Gráfico 29 – Paraíba: Área plantada com abacaxi no período de 1990 a 2015 (hectares)



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE/PAM-1990-2015. Elaboração do autor.

Gráfico 30 – Paraíba: Quantidade produzida de abacaxi no período de 1990 a 2015 (ton)



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE/PAM-1990-2015.

No que tange a distribuição espacial da produção de abacaxi na PB, são 36 os municípios que produzem variedades desta cultura. Os municípios que mais produziram abacaxi nos anos de 2015/2016 na Paraíba foram: Itapororoca com 75.600t/75.000t, Araçagi com 66.000t/52.200t, Santa Rita com 51.000t/54.000t, Cuité de Mamanguape com 18.600t/15.900t, Pedras de Fogo com 16.500t/22.500t e Sapé com apenas 5.400t/4.500t. Entre 2015 e 2016 a produção aumentou apenas nos municípios de Pedras de Fogo e Santa Rita. Nos demais houve uma redução da produção. Lembrando que na PB existem 223 municípios, os 6 municípios citados foram responsáveis por concentrar 85% da produção de abacaxi do estado (IBGE/PAM).

Analisando os dados segundo as mesorregiões geográficas evidencia-se a importância da mesorregião da Mata Paraibana tanto no que se refere ao total da área colhida quanto à quantidade produzida do abacaxi. De fato, a área colhida nessa mesorregião no ano de 2015, foi de 6.766,0 hectares, e a produção de 202.912 toneladas de abacaxi o que representou 70% do total da produção do estado. Enquanto isso o Agreste participou com 2.931 hectares e 87.860 toneladas (30% do total). Já as mesorregiões do Sertão e da Borborema não possuem tradição no cultivo do abacaxi por restrições climáticas e edáficas.

No que diz respeito à distribuição da produção segundo o tamanho dos estabelecimentos, as unidades produtivas com menos de 50 hectares foram responsáveis por 72% do total do abacaxi produzido na Paraíba em 2006; os estabelecimentos entre 50 hectares e 500 hectares contribuíram com apenas 28% (IBGE, 2006). Em um dos municípios pesquisados, o de Itapororoca, 100% do abacaxi é produzido em estabelecimentos de até 20 hectares com destaque para os estabelecimentos de até 5 hectares. A tabela 14 destaca para o conjunto do estado e para os principais municípios produtores de abacaxi, a sua produção segundo o tamanho dos estabelecimentos. Como

pode ser nela observado, em 2006, os municípios de Itapororoca e Pedras de Fogo concentraram a produção nos estabelecimentos de até 20 hectares. Já em Santa Rita e Araçagi, além da produção se destacar nos pequenos estabelecimentos, também está presente naqueles de 100 e 200 hectares (Tabela 12).

Tabela 12 – Paraíba - Produção de abacaxi por tamanho dos estabelecimentos, segundo os municípios maiores produtores - 2006

<b>Classes de área (ha)</b>	<b>(em mil frutos)</b>	<b>%</b>
<b>Paraíba</b>		
0-50	48917	72,0
50-100	9005	13,3
100-200	0	0,0
200-500	10001	14,7
<b>Total</b>	<b>67923</b>	<b>100,0</b>
<b>Itapororoca</b>		
0-5	4891	74
5 a 10	458	7,0
10 a 20	1275	19,0
20 e +	0	0
	<b>6624</b>	<b>100</b>
<b>Pedras de Fogo</b>		
0-5	3.721	48,7
5 a 10	2.566	33,6
10 a 20	1347	17,6
20 e +	0	0,0
<b>Total</b>	<b>7634</b>	<b>100,0</b>
<b>Santa Rita</b>		
0 a 5	426	2,2
5 a 10	660	3,3
10 a 50	9830	49,8
50 a 100	8825	44,7
100 a 200	0	0,0
s/área	-	-
<b>Total</b>	<b>19741</b>	<b>100,0</b>
<b>Araçagi</b>		
0 a 5	1974	28,4
5 a 10	1394	20,0
10 a 50	2158	31,0
50 a 100	169	2,4
100 a 200	1158	16,6
s/área	103	1,5
<b>Total</b>	<b>6956</b>	<b>100,0</b>
<b>Cuité de Mamanguape</b>		
0 a 5	25	100,0
5 a 10	0	-
10 a 50	0	-
50 a 100	0	-
100 a 200	0	-
s/área	0	-

Total	25	100,0
<b>Sapé</b>		
0 a 5	0	-
5 a 10	10	100,0
10 a 50	0	-
50 a 100	0	-
100 a 200	0	-
s/área	0	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, 2006.

Por fim, chamamos a atenção para a distribuição da produção de abacaxi segundo a condição do produtor na Paraíba, em 2006. De acordo com o IBGE, 999 estabelecimentos que produziam abacaxi pertenciam a proprietários. Contudo, 762 produtores não eram proprietários: 326 eram assentados sem titulação definida; 256 eram ocupantes; 173 eram arrendatários e 7 eram parceiros. Este aspecto confere singularidade a atividade abacaxizeira na Paraíba em relação a atividade canavieira por exemplo, uma vez que a cana é produzida no mesmo espaço regional, mas predominantemente por proprietários de grandes e médios estabelecimentos.

#### 6.2.2 O processo produtivo da atividade abacaxizeira

Este item sobre o processo produtivo na atividade abacaxizeira toma como referência tanto pesquisas anteriores realizadas por órgãos públicos e pesquisadores independentes como também dados secundários e as informações obtidas através da pesquisa de campo.

##### **a) etapas do processo de produção do abacaxi**

No processo de produção de uma cultura agrícola, tomando aqui especificamente o caso do abacaxi, quatro etapas são necessárias: a preparação do terreno, o plantio, os tratamentos culturais e a colheita. No caso do abacaxi, essas etapas dividem-se em diversas fases do processo agrícola que marcam o ciclo produtivo da cultura que dura de 18 a 22 meses e demanda um tempo de trabalho efetivo na base de 250 dias homem/ha (ADISSI, 2002). A seguir descrevemos as etapas do processo de produção tomando como suporte o levantamento realizado por Adissi (2002) e informações obtidas no trabalho de campo.

##### **a<sub>1</sub>) Preparo do terreno**

O preparo do terreno, dependendo do relevo local bem como da presença de vegetação densa, exige algumas operações como o desmatamento e no caso de relevo ondulado, o planeamento na fase de preparação do terreno para o plantio. Essas operações podem ser efetuadas utilizando-se máquinas ou ferramentas manuais a depender da morfologia de cada lugar. Segundo Adissi (2002),

A atividade que mais caracteriza esta fase é a descompactação do solo que é promovida através de operações tratorizadas sucessivas de gradagem combinadas, em alguns casos, com aração. Em áreas de renovação costuma-se realizar 4 ou 5 gradagens, demandando por volta de 60 horas de máquina. Essa fase, em alguns casos, se completa com a abertura dos sulcos com arado (ADISSI, 2002, p. 03).

Regra geral, esses tipos de operações são executadas por trabalhadores terceirizados pagos com base nas horas trabalhadas.

#### **a<sub>2</sub>) Plantio**

Após a colheita, as mudas para o plantio, denominadas de fiação, são extraídas para serem replantadas. As mudas são selecionadas para não ocorrer o deslize de se plantar mudas doentes. O plantio, propriamente dito, é realizado com operações combinadas, ora em covas ora em sulcos abertos por tratores. Geralmente nas covas que são abertas com enxadas pode-se acrescentar esterco de vaca ou de galinha (ADISSI, 2002).

O processo de trabalho costuma ser realizado simultaneamente: o cavador vai à frente, o(a) adubador(a) com um saco de esterco vai jogando o produto nas covas, o semeador vai posicionando a muda e, por último, um trabalhador vai contendo a muda com as mãos e, com o apoio dos pés, encobre a cova com areia (ADISSI, 2002).

#### **a<sub>3</sub>) Tratos culturais**

Segundo Adissi (2002), a prática da irrigação é restrita às grandes propriedades produtoras e é de praxe ser feita por aspersão. Os tratos mais desenvolvidos são as adubações, as limpas, as aplicações de agrotóxicos e a indução floral. É também utilizada a adubação do tipo foliar e por cobertura. A primeira realiza-se através da pulverização de fertilizantes líquidos geralmente aplicados em três momentos com o objetivo de complementar a carência de micronutrientes como o ferro, cobre, zinco e

manganês. Em muitos casos, junto à primeira adubação realiza-se também o controle da cochonilha<sup>66</sup>, incrementando agrotóxicos organofosforados<sup>67</sup>, composto orgânico degradável contendo ligações carbono-fósforo (ADISSI, 2002). Quanto à adubação por cobertura, esta resulta em um processo manual sobre a terra com adubos sintéticos a base de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK). É a etapa que mais emprega trabalhadores na atividade, podendo demandar 104 homens/dia dependendo das condições climáticas.

Outra etapa da fase dos tratos culturais diz respeito à aplicação de carbureto de cálcio<sup>68</sup> com o objetivo de tornar homogênea a floração do fruto como também induzir o amadurecimento mais rápido.

#### **a4) Colheita**

Na fase da colheita, os trabalhadores se dividem em catadores, balaieiros e arrumadores. Os balaieiros geralmente são acompanhados de um a três catadores. Estes se responsabilizam por tirar o fruto da planta, seja com faca, seja quebrando com as próprias mãos. Cabe ao catador ficar muito atento para não colher frutos podres ou de má qualidade. Quando o produto vai percorrer uma grande distância, também é cortado junto com o fruto, as fiações (mudas pequenas), para proteger o mesmo na arrumação da carga. As figuras 2 e 3 são demonstrativas das etapas do processo de produção do abacaxi.

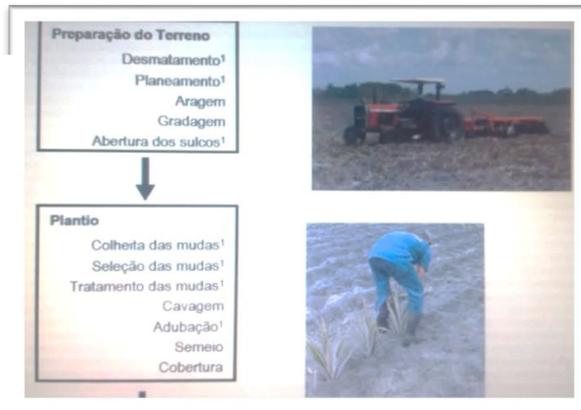
---

<sup>66</sup>Cochonilha são pequenos insetos parasitas originários do México. Estes insetos pertencem à ordem *Hemipte* e são conhecidos por atacarem plantações causando muitas perdas agrícolas. São encontrados em aglomerações nas folhas, frutos, ramos e raízes das mais diversas plantas.

<sup>67</sup> Os organofosforados são agrotóxicos do tipo inseticidas. Além de serem os mais utilizados, são também os que mais causam problemas à saúde humana. De acordo com o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), eles são os maiores causadores de intoxicações, sendo responsáveis por um grande número de mortes no Brasil devido à toxicidade aguda. Cf. <https://www.ecycle.com.br/6021-organofosforados.html>.

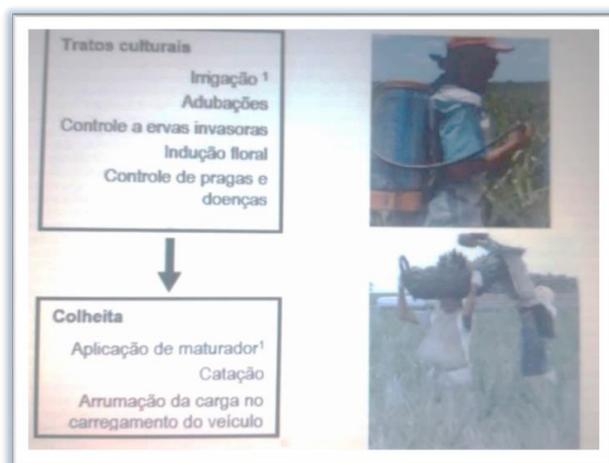
<sup>68</sup> O Carbeto de cálcio, popularmente chamado de carbureto de cálcio e muitas vezes apenas como "carbureto", é um composto químico cristalino, formado por um átomo de cálcio e dois átomos de carbono cuja fórmula é  $\text{CaC}_2$ . As pedras de carbureto de cálcio quando em contato com a umidade do ar, libera um gás – o acetileno – que atua da mesma forma que o etileno produzido pelas próprias frutas no processo de amadurecimento. Por isso o carbureto de cálcio é muito utilizado para acelerar o processo de amadurecimento de algumas frutas. Em alguns municípios brasileiros, porém seu uso foi interdito pelo fato desse produto liberar fósforo e arsênico substâncias comprovadamente cancerígenas (Atual Amazonas, 2014).

Figura 2 – Abacaxi - Etapas do processo produtivo: preparação do terreno, plantio, tratos culturais e colheita



Fonte: Adissi (2002).

Figura 3 – Abacaxi - Etapas do processo produtivo: preparação do terreno, plantio, tratos culturais e colheita



Fonte: Adissi (2002).

### 7.3 Tipologia dos produtores de abacaxi da Paraíba

Neste item buscamos desvendar o perfil do produtor de abacaxi da Paraíba procurando entender a forma de produção e de comercialização por eles adotadas e as relações de trabalho estabelecidas. Identificamos uma tipologia diversificada de produtores de abacaxi. Predominam os pequenos produtores bastantes plurais como será visto e apenas uma empresa representante do agronegócio fruticultor produz abacaxi.

### 7.3.1 O agronegócio

O único representante do agronegócio abacaxizeiro na Paraíba é uma empresa denominada Frutas Doce Mel que produz não apenas o abacaxi, mas uma variedade de frutas. A história da sua marca começa no início dos anos de 1980, quando Roberto Cavalcanti Morais Júnior<sup>69</sup> empresário pertencente ao Grupo pernambucano Cavalcanti de Morais passou a produzir cana-de-açúcar na Paraíba, no município de Mamanguape, a cerca de 60 km de João Pessoa, capital do estado<sup>70</sup>. A partir da década de 1990 em meio à crise do Proalcool, a empresa diversificou sua produção dando início a atividade fruticultora, que deu origem a empresa “Frutas Doce Mel” com o plantio de mamão e abacaxi irrigados. No início dos anos 2000, além da produção de frutas, a empresa passou a dedicar-se à distribuição de legumes, frutas e verduras para atacadistas e varejistas. Em 2019 a empresa já atuava em quatro segmentos da cadeia produtiva: produção, distribuição, logística e importação/exportação.

A Frutas Doce Mel atua segundo as normas de BPA – Boas Práticas Agrícolas e BPF – Boas Práticas de Fabricação, e se situa dentro dos padrões internacionais de proteção ambiental e de responsabilidade social.

Segundo informações obtidas na empresa, o plantio é programado de forma sistêmica, utilizando uma área de 600 hectares irrigados<sup>71</sup>, de maneira que em todos os meses do ano os frutos sejam plantados e colhidos de acordo com o planejamento da produção, para que se tenha produto o ano todo em escala uniforme.

---

<sup>69</sup> Em 2019 era Diretor executivo do grupo na Frutas Doce Mel.

<sup>70</sup> A empresa Frutas Doce Mel tem sua matriz no município de Mamanguape – PB.

<sup>71</sup> Embora os dados do IBGE não permitam identificar a área de propriedade da Frutas Doce Mel, é possível efetuar essa identificação no Cadastro Rural do Incra.

Todas as etapas da produção são certificadas pela Global GAP e HACCP. O processo de *packing house*<sup>72</sup> (Fotografia 2), realizado em Mamanguape -PB (para o mamão papaya, o abacaxi e a macaxeira) e em Mossoró - RN (para o mamão formosa, melões e melancias) – tem capacidade de processamento de 20 toneladas de frutas/hora.

Fotografia 2 – Sistema de packing house adotado pela Frutas Doce Mel



Fonte: <https://frutasdocecel.com.br/producao/>

Para fortalecer a sua cadeia de abastecimento, a Frutas Doce Mel possui cinco centrais de distribuição em cidades localizadas estrategicamente: Fortaleza (CE), Baraúnas (RN), Mamanguape (PB), Recife (PE) e Salvador (BA) além de uma frota própria de caminhões refrigerados que transportam as frutas a vários pontos do país (Foto 6).

Fotografia 3 – Frota de caminhões para o transporte do abacaxi



Fonte: <http://frutasdocecel.com.br/distribuicao/>

Dos centros de distribuição partem carregamentos para todo o Nordeste bem como para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Manaus, Mato Grosso e Rio Grande do Sul e para os principais portos e aeroportos do Brasil. Cerca de

---

<sup>72</sup> Técnica de embalagem que ajuda na manutenção da qualidade das frutas ensejando menos riscos a produção e garantindo maior vida útil. Seria uma casa de embalagem dentro da própria unidade de produção.

80% da exportação dos produtos é feita através de avião. Com uma movimentação em torno de 45 mil toneladas por ano, a Frutas Doce Mel é uma das maiores distribuidoras de frutas do Brasil. Ela é especializada em atender supermercadistas de diferentes tamanhos com um *mix* completo de produtos e opções. Além da comercialização interna a empresa exporta mamões, abacaxis, mangas e coco verde para vários países da América, Europa e Ásia e importa e representa hortifrutis de marcas oriundas de vários continentes (Mapa 28).

Buscamos informações sobre o processo produtivo das frutas com foco maior para o abacaxi. Segundo dados da empresa, o sabor e a qualidade dos produtos começam na escolha das melhores plantas. Depois do plantio, as mudas são monitoradas por um sistema de irrigação onde recebem água e nutrientes de maneira racional e eficiente.

A colheita é totalmente manual, respeitando o amadurecimento natural das frutas para garantir a qualidade. Em uma área de 800 hectares, trabalha-se em um sistema de rotação de culturas, de maneira que todos os meses sejam plantados e colhidos frutos em escala uniforme.

O cuidado com as frutas, segundo a empresa, está presente em todos os processos: limpeza, seleção por peso e cor, resfriamento com controle rigoroso da temperatura, embalagem adequada e rastreabilidade.

Mapa 28 – Empresa Frutas Doce Mel - Países para onde exporta e de onde importa frutas



Fonte: <https://frutasdoemel.com.br/exportacao/>

No que se refere ao abacaxi, a empresa produz dois tipos: abacaxi Pérola e o abacaxi Gold cada um deles com subtipos definidos pela seleção e classificação (v. fotos 4 e 5).

Fotografia 4 – Abacaxi Tipo Gold  
Fotografia 5 – Abacaxi Tipo Pérola



Fonte: <https://frutasdoemel.com.br/catalogo/abacaxi/>

Em dezembro de 2017, a Delegacia Regional do Trabalho-DRT, vinculada ao Ministério do Trabalho nos convidou para conhecermos a empresa no âmbito de um evento que ela estava organizando. Tratava-se de conhecer formas de produção agroecológica em algumas regiões da Paraíba. A primeira parada do roteiro seria a

empresa Frutas Doce Mel. Embora a empresa não trabalhe com produção orgânica, o objetivo da DRT, era mostrar aos convidados a organização da produção e do trabalho na empresa e a responsabilidade que ela tem com os seus funcionários.

Na empresa Frutas Doce Mel fomos recepcionados pelo proprietário que ressaltou a importância da produção orgânica, embora a empresa não produza orgânicos.

Mas nos preocupamos com a qualidade da produção usando produtos químicos apenas permitidos e registrados. Nossa empresa tem uma filial no Recife, o CEASA-Recife e exportamos para 8 países, incluindo países da Europa, a Argentina e o Chile. Aqui na Paraíba temos entre 50 e 60 produtores que fornecem frutas para a empresa <sup>1</sup> (Depoimento do proprietário da Frutas Doce Mel, em dezembro de 2017).

Em conversas com pequenos produtores de abacaxi tivemos conhecimento de que a quantidade de frutas fornecidas para a empresa Frutas Doce Mel varia de acordo com cada fornecedor. Existem fornecedores fixos, aos quais a empresa estabelece uma quantidade de produtos para sua aquisição, havendo flexibilidade para mais ou menos a depender da produção e da necessidade da empresa. Esses produtores fixos assumem o compromisso de vender sua produção unicamente à empresa e de adotar as práticas de manejo determinadas pela mesma. Isto cria uma relação de subordinação da unidade de produção fornecedora ao agronegócio que inclusive é quem determina o preço de compra da fruta. Além disso os riscos do mercado ficam com os fornecedores pois se não houver demanda a empresa pode reduzir a quantidade da compra e não se responsabilizar pelo que sobra, cabendo ao fornecedor procurar outro mercado para escoar a produção ou arcar com o prejuízo.

Já quando a demanda ultrapassa a produção da empresa e dos fornecedores fixos ela adquire a produção de camponeses com menos de 10 hectares. No caso destes, a flexibilidade é maior não havendo a estipulação de uma quantidade mínima e geralmente os fornecedores são atravessadores selecionados que adquirem o produto dos pequenos produtores.

Referindo-se à produção, ressaltou o incremento de tecnologias, isto é, o investimento em máquinas de colher, plantar/adubar e pulverizar a produção.

Questionado sobre a substituição da mão-de-obra pelas máquinas, o empresário afirmou que com as máquinas irá diminuir os empregos, porém, irão se criar outros. Todavia, o que podemos constatar, é que cada máquina comprada recentemente pela

empresa irá substituir cerca de 15 trabalhadores nas etapas do plantio, pulverização e colheita. Um ou dois trabalhadores serão absorvidos apenas para dirigi-las. Vê-se aqui claramente o capital na busca de lucro, utilizando a técnica para reduzir os custos da mão-de-obra e causando desemprego, da mesma forma que tem feito com as colheitadeiras na atividade canavieira (ver fotos 6, 7 e 8).

Fotografia 6 – Máquina de pulverizar da empresa Frutas Doce Mel



Foto: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em dezembro de 2017.

Fotografia 7 – Máquina de adubar e plantar abacaxi



Foto: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em dezembro de 2017.

Fotografia 8 – Máquina de irrigação



Foto: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em dezembro de 2017.

No que tange as condições de trabalho e sabendo-se dos riscos de acidentes que comporta uma atividade como a que descrevemos, algumas medidas de proteção ao trabalhador necessariamente precisam ser tomadas. No caso específico da Frutas Doce Mel verificamos a existência e o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI), a ocorrência por todo o campo de produção, de locais de acesso aos primeiros socorros no caso de acidentes de trabalho como as estações de chuveiros de emergência (Fotografia 9). Há também chamadas para o trabalhador não esquecer de usar protetor solar que também é distribuído (Foto 10) e área reservada ao descanso e a alimentação dos trabalhadores (Foto 11).

Fotografia 9 – Chuveiro de emergência



Foto: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em dezembro de 2017.

Fotografia 10 – Protetor solar para uso do trabalhador



Foto: Acervo do autor. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

Fotografia 11 – Local de alimentação e descanso dos trabalhadores



Foto: Acervo do autor. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

No que tange a clandestinidade do trabalho que predomina na cultura de abacaxi na Paraíba, bem como sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, o empresário ressaltou que tem um nome a zelar, que o produtor só tem a perder com isso.

Nós trabalhamos com a questão de conscientização dos agrotóxicos junto aos produtores, pois nós estamos perdendo mercado devido a isso. Não é uma fiscalização da DRT que vai resolver esse problema. Ou o produtor de abacaxi muda, ou ele vai quebrar, pois são as imposições do mercado competitivo e com suas exigências de controle de agrotóxicos que vai implicar na hora da nossa comercialização competindo com outras regiões produtoras. O mercado é soberano, então todos os produtores têm que se adequar à lógica do mercado, desde a melhor forma para garantir uma produção de boa qualidade, e isso implica o controle de agrotóxicos bem como também acabar com a clandestinidade, pois ela só atrapalha a nossa competitividade. (Empresário da empresa Frutas Doce Mel, em dezembro de 2017).

O senhor Roberto Cavalcanti Morais ressaltou que visitou outros estados produtores como Minas Gerais e Goiás e que neles não existe carteira assinada no abacaxi. Relatou ainda que sua empresa desenvolveu uma máquina colheitadeira de abacaxi, que estava ainda para ser inaugurada e com isso ele quer acabar com a profissão de balaieiro.

Para a colheita do abacaxi eu quero chegar no mercado com um abacaxi que só é pego por 3 mãos; apenas uma mão que pega o abacaxi no pé e coloca na esteira, outra mão que leva da esteira para a caixa, e outra que leve da caixa de plástico para a de papelão (Empresário da empresa Frutas Doce Mel, em dezembro de 2017).

Deixou claro que quer mecanizar o que puder, e passar essas tecnologias aos pequenos produtores, pois esta é, para ele, a única forma da Paraíba sobreviver. Segundo ele, a empresa e os produtores irão precisar do SENAC, da DRT, da EMATER, dos Bancos, do próprio governo para salvar o abacaxi da Paraíba, pois, ou salva, ou os trabalhadores irão continuar na clandestinidade e nessa briga com a DRT.

Fica claro na fala do representante da classe patronal, o quanto é perverso o sistema capitalista. Ao entrar no jogo da competitividade intercapitalista, e consequentemente para não diminuir os lucros, a saída dos empresários se resume a precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora, cortando os direitos trabalhistas, reduzindo salários, ou mecanizando todas as etapas do processo produtivo, desempregando em massa.

Uma vez constatado que os assalariados do abacaxi trabalham em diferentes tipos de propriedades, encontrando-se tanto em empresas como a Frutas Doce Mel que representa o agronegócio como nas terras dos pequenos, médios e grandes produtores, de arrendatários capitalistas e em terras de assentados, buscamos colher informações sobre esses tipos de produtores através da pesquisa de campo.

### 7.3.2 O produtor assentado ou pequeno agricultor capitalista?

Em pesquisa realizada em março de 2018, pudemos entrevistar um assentado que se transformou em um médio produtor de abacaxi e comerciante, residente no Assentamento Santa Lúcia pertencente ao município de Araçagi-PB. O caso do senhor J. M., nascido na antiga fazenda Santa Lúcia, filho de moradores da fazenda que pertencia ao fazendeiro Valter Maroja, de 1.040 hectares é bem particular. Nesta fazenda existia cerca de 50 moradores que eram pagos pelo dono da terra para cuidar do gado. O pai de J.M. era vaqueiro. Em 1991 o patrão chamou todos os moradores para uma reunião para avisar que a partir daquele momento iria assinar a carteira deles, porém como se eles fossem recém-chegados na propriedade. Daí o próprio patrão convidou uma profissional do INSS para explicar aos moradores quais direitos eles teriam caso tivessem a carteira assinada e ao mesmo tempo o que iam perder em termos de direito. Naquele momento eles descobriram que se fossem registrados não teriam mais nenhum direito à terra nem a receber alguma indenização pelo tempo passado de trabalho para o fazendeiro.

Receosos que o objetivo do patrão em fichá-los fosse impedir que reivindicassem alguma terra, e orientados pelo próprio patrão para procurarem seus direitos, os moradores procuraram a ajuda do padre da paróquia e de um advogado da CPT. Um representante da justiça os orientou a plantar na propriedade para se assegurarem de não perder o direito a um pedaço de chão. Daí os moradores se reuniram e escolheram uma parte da propriedade para plantar. Nesse momento começou o conflito, pois todas as vezes que plantavam, os capangas contratados pelo fazendeiro iam destruir as plantações.

Em 1996, assistindo ao jornal nacional, os moradores viram a reportagem que a fazenda Santa Lúcia tinha sido desapropriada e todos envolvidos na luta vibraram muito, inclusive a mãe do assentado entrevistado, que na época, foi a única mulher que se envolveu na luta.

Cerca de 100 famílias foram assentadas e além dessas hoje o assentamento conta com mais 50 famílias de agregados<sup>73</sup>. Cada família tem um lote de terra que varia entre 7 e 9 hectares. No caso do entrevistado sua parcela de terra é de 7 hectares tendo o mesmo hoje mais três hectares arrendados na zona rural do mesmo município. Inicialmente ele plantava só lavoura branca, isto é, milho, feijão, inhame, mandioca. Posteriormente resolveu produzir abacaxi em praticamente todo o lote e mais nos três arrendados. Segundo ele, sua produção chega a ser de 30 mil frutos por hectare.

Investindo na produção do abacaxi, inclusive conseguindo dois pontos de venda no CEASA de Recife-PE nos balcões da agricultura familiar, o assentado já comprou 2 caminhões, uma caminhonete Hillux e construiu um prédio na cidade de Araçagi onde vende todo tipo de produto para a atividade agrícola, desde uma enxada até agrotóxicos e fertilizantes.

Em 2016, os empresários do abacaxi de Recife entraram com uma ação para proibir o “assentado” de vender sua produção nos balcões da agricultura familiar exigindo que ele passasse a vender nos balcões pertencentes a classe empresarial, onde se paga um aluguel de 2000 mil reais, alegando que o assentado tinha virado um empresário. O processo segue na justiça.

---

<sup>73</sup> Filhos de assentados ou parentes que casaram e permaneceram no lote da família.

Atualmente, tanto ele quanto outros 15 assentados não estão mais sendo aceitos como assentados pelo INCRA, embora permaneçam no assentamento, devido terem aumentado muito sua produção, deixado de produzir alimentos diversificados e se transformado em pequenos produtores capitalistas. Nesse sentido seu J.M. exprimiu o seguinte:

Essa política do INCRA tem que ser mudada. A gente tem que viver na pobreza é? Ninguém pode aumentar sua produção não? Ver seus filhos se formarem? Tem gente aqui que tá com problema no INCRA porque virou funcionário público, professor da rede municipal.

No que tange a produção do assentado, ele cultivava o abacaxi pérola. Os frutos de melhor qualidade são vendidos diretamente ao consumidor final na CEASA - PE, onde conseguiu a vaga através do Banco do Nordeste, em 2006, durante o governo Lula, quando este criou galpões para a agricultura familiar. Os de mais baixa qualidade vão para fábricas de suco em João Pessoa. A aplicação de produtos químicos é orientada por um técnico da EMATER, como também pelo próprio agrônomo do assentamento. Segundo ele, a produção do abacaxi é praticamente o ano todo. O plantio vai de janeiro a maio; a colheita de outubro a dezembro e a irrigação de setembro a fevereiro. No que diz respeito a contratação de mão-de-obra, o assentado nos informou que contrata do assentamento mesmo para gerar renda para os assentados. Segundo ele a fase que mais contrata é no tempo do plantio. Chega a contratar cerca de 7 a 8 trabalhadores.

Forneço os equipamentos de proteção a eles, mas os mesmos não gostam de usar por que faz calor, e diante disso em dezembro de 2016 fui multado pelo Ministério do Trabalho (MT) quando o mesmo esteve aqui fazendo fiscalizações. Além do mais na minha loja comercial a minha empregada não tem carteira assinada o que acarretou a multa. Já falei para o MT que os meus trabalhadores não querem ser fichados, pois se forem vão ganhar apenas um salário mínimo, enquanto comigo, eu pago entre 500 a 700 reais por semana. (J.M. produtor de abacaxi assentado).

Quanto à possibilidade de fichar os trabalhadores para acabar com a clandestinidade, o “assentado” disse que não sabe como resolver esse problema uma vez que os próprios trabalhadores não querem.

#### **7.4 O produtor grande arrendatário**

No dia 14 de março de 2018 tivemos a oportunidade de entrevistar o maior produtor de abacaxi do único município do Agreste que cultiva o produto. Não foi fácil conquistar a confiança do fazendeiro uma vez que o mesmo por ser, como diziam na cidade, “daquele povo antigo, bem ignorante, que fala gritando, mas é gente boa”. A entrevista foi facilitada a partir do momento em que fizemos amizade com um rapaz amigo da filha do fazendeiro, por coincidência, estudante do curso de Geografia. O produtor tinha aquele jeitão de se expressar com um tom de voz muito alto que assustava qualquer um. Achava que a entrevista era coisa do governo e disse que não ia falar nada, pois não ganhava nada do governo. Depois de muito conversar, sobretudo com o estudante dando a maior força, e na presença da esposa que era bem mais acessível, conseguimos sua confiança e a entrevista se realizou.

O produtor que denominaremos aqui de P1 começou a trabalhar desde cedo, ainda criança, no roçado dos pais. Quando adolescente, passou a trabalhar no cultivo de abacaxi em terras de terceiros e logo em seguida foi chamado por um fazendeiro para ser administrador da fazenda. A partir daí foi conseguindo comprar terra e passou a produzir abacaxi se transformando na atualidade no maior produtor do segundo município que mais produz abacaxi na Paraíba. Segundo P1, faz 40 anos que ele está na produção de abacaxi. “É um negócio que dá muito trabalho; a safra passada perdi a produção todinha, perdi os 100 hectares plantados devido o agrônomo ter orientado a colocar os herbicidas em pouca quantidade. O abacaxi apodreceu todo. Para compensar meu prejuízo tive que vender parte do meu gado”.

O produtor P1 embora analfabeto tem uma visão ampla de como plantar e de fazer os tratos necessários na produção de abacaxi. Em um hectare ele disse que consegue produzir 50 mil frutos. “Não quero mais saber de agrônomo, não troco o meu conhecimento de 40 anos por o dele” resmungava. Ele possui 100 hectares próprios, onde está criando gado e a mulher plantando macaxeira e inhame só para o consumo. Porém, ele arrenda cerca de 500 hectares no mesmo município para produzir abacaxi. Cada hectare é alugado a R\$ 2.200,00 pagos após dois anos de contrato.

Segundo o senhor P1 ele já gastou cerca de 2 milhões em motor para irrigação. O tipo de abacaxi que produz é o Pérola e o herbicida que usa é o Ethefon. Tem momentos que chega a carregar 20 caminhões pequenos por dia com abacaxi e o lucro de cada caminhão vendido é de R\$10.000,00. O abacaxi produzido por P1 é

comercializado sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.

No que diz respeito a mão-de-obra contratada, o senhor P1 afirmou que contrata cerca de 100 trabalhadores e que garante emprego para eles praticamente o ano todo. Também nos ressaltou que foi multado pelo Ministério do Trabalho após uma fiscalização na sua propriedade quando encontraram um depósito de veneno e uma espingarda.

Sobre o registro em carteira dos trabalhadores P1 afirmou que “não tem como assinar, quem vive da agricultura, a agricultura é hoje e não é amanhã. Eu pago a eles um décimo terceiro no fim do ano. Mas assinar carteira tem como não”. Ele também nos informou que os grandes produtores da cidade mentiram para o recenseador do IBGE durante a entrevista do censo agropecuário de 2016, sobre o tamanho de suas terras próprias ou arrendadas. “Nosso vizinho ali tem 100 hectares de terras mais disse ao IBGE que só tinha 10. Eles mentem com medo de ter que pagar esses impostos do governo” finalizou.

#### 7.4.1 O grande proprietário de terra

No dia 11 de junho de 2018 tivemos a oportunidade de entrevistar um dos maiores produtores do município de Itapororoca: o fazendeiro P2. O fazendeiro P2 na verdade é um grande produtor de cana-de-açúcar, mas um pequeno produtor de abacaxi se considerarmos que ele destina apenas 30 hectares de suas terras para o cultivo dessa cultura no município de Curral de Cima. Não podemos, porém confundir-lo com o proprietário comum de apenas 30 hectares de terra por exemplo, uma vez que ele é um grande produtor capitalista de cana. No dia da entrevista tomamos conhecimento de que o entrevistado era o presidente da Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar da Paraíba (ASPLAN).

O produtor P2 nos afirmou que a cultura do abacaxi é muito importante para gerar renda e emprego na Paraíba, perdendo em importância só para a atividade canavieira. Segundo ele, a Paraíba perdeu muita competitividade quando técnicos da EMATER na década de 1990 do século passado foram para o Pará e levaram para lá nossas mudas e nossas técnicas. Daí o Pará avançou e hoje supera a Paraíba. No que tange a questão ambiental, a cultura do abacaxi tem uma vantagem, pois ela recupera o solo (Entrevista realizada com o produtor P2 em junho de 2018).

O produtor P2 também se referiu a reforma agrária como algo que em muitos aspectos não dá certo. Segundo ele em Itapororoca houve um projeto do governo que assentou famílias que não tem tradição com a agricultura.

Se você não tem vocação para o trabalho no campo dificilmente você terá êxito na produção desses assentamentos. Veja por exemplo o município de Sapé. Ali antigamente era só cana, depois que o setor passou por crises e muitas terras foram desapropriadas para a construção de assentamentos, o que temos hoje lá, são assentamentos improdutivos, onde as famílias não conseguem sobreviver só da terra. Tem que se virar em bicos ou qualquer outra coisa para se manterem. Isso não significa que eu seja contra a reforma agrária. O assentamento Santa Lúcia em Araçagi é uma experiência exitosa. Mas esses assentamentos de controle do INCRA onde os assentados não precisam pagar a terra, acho que isso deixa as pessoas acomodadas e por não terem obrigação de trabalhar para pagar a terra, produzem pouco na terra, pois muitas vezes o objetivo era ser um assentado para depois vender a terra e não permanecer nela. Também sou contra esse discurso de defender agricultura de subsistência, isso é coisa de esquerda radical, o único grupo social que fazia isso eram os índios. Não tem como um pequeno produtor viver nessa lógica. Ele tem que se integrar no mercado, tem que ter acesso a tecnologias ou então vai falir. Essa coisa que o pequeno produtor deve ser pobrezinho é conversa para boi dormir. Ou ele arruma espaço para se integrar ao mercado ou a produção dele ficará susceptível de ser um fracasso. O pessoal que pensa assim que o agronegócio é inimigo da população não devia tomar café, nem suco de laranja, nem usar açúcar pois tudo isso vem desse setor (Entrevista realizada com o produtor P2, em junho de 2018).

O que explica isso é que o produtor produz muito mais cana do que abacaxi. Como as fiscalizações sempre são mais fortes no corte de cana isso deve influenciar no cumprimento da legislação trabalhista. Fato bem diferente para o maior produtor de Araçagi, que só produz abacaxi, onde todos seus trabalhadores são clandestinos. Quanto a clandestinidade reinante no setor, o produtor P2 reafirmou que ela domina na região e que são muito precárias as condições de trabalho dos abacaxizeiros. Afirmou que uma saída para resolver esse problema seria a associação dos produtores em condomínio.

No que tange a mecanização o produtor disse que era uma coisa complicada, “pois se hoje um cortador de cana chega a tirar 2000 mil reais e ainda falam os acadêmicos que isso é um trabalho penoso e tal, como vai ficar esse trabalhador sem qualificação se a máquina o substituir?” Acrescentou ainda: “Acho que tem que educar essa população com cursos técnicos, algo do tipo, pois as máquinas já estão chegando e vão gerar desemprego” (Entrevista realizada com o produtor P2 em junho de 2018).

#### 7.4.2 Os pequenos produtores de abacaxi

Ao todo entrevistamos seis pequenos produtores de abacaxi, sendo quatro do município de Araçagi, 1 do município de Mamanguape e 1 do município de Itapororoca. A escolha dos entrevistados foi aleatória pois dependia do aceite dos produtores. No texto os nomes dos produtores foram substituídos por letras.

Denominamos de pequenos produtores de abacaxi os agricultores que cultivam o produto em, no máximo 5 hectares de terra e destinam o restante da propriedade à produção de alimentos ou à produção de alimentos e de gado ou aves. Queremos deixar claro que não foi o tamanho da propriedade o determinante da classificação dos pequenos produtores e sim, o tamanho da área plantada com abacaxi. Via de regra usam a mão de obra familiar na produção de alimentos ou auxiliando na produção do abacaxi. Com essas características identificamos seis agricultores como pode ser visto abaixo.

a<sub>1</sub>) O produtor **A** é do Distrito de Canafístula, município de Araçagi e possui 4 hectares de terras próprias. Caracteriza-se como um camponês que produz alimentos diversificados (batata, inhame, macaxeira, feijão) usando a mão de obra familiar. Esta produção em parte destina-se ao consumo da família e em parte à comercialização. Reserva 2,5 hectares para plantar abacaxi, que é a principal fonte de renda monetária da família. Contrata 2 trabalhadores na fase do plantio. Paga R\$100,00 reais por conta (uma conta equivale a 0,25 ha) plantada a cada trabalhador. Esse produtor afirmou ter vendido 14 contas de abacaxi (aproximadamente 3,5 hectares, um hectare a mais do que costuma plantar) por 22 mil reais em 2017 ao atravessador. Este revendeu a outro. O atravessador só pagou 14 mil reais e desapareceu. Na colheita quem paga os trabalhadores são os atravessadores. O filho trabalha com o pai e é responsável pela aplicação dos agrotóxico, dois herbicidas (Ethefon e Fonstac) com a orientação de um técnico agrícola. Coloca adubo quatro vezes, e entre 11 meses e um ano aplica o carbureto. Os atravessadores escoam a produção para SP, RJ e João Pessoa. O produtor não sabe o que fazer para resolver o problema da clandestinidade e que ele não tem condições de fichar os trabalhadores e que não tem turmas fixas.

a<sub>2</sub>) O produtor **B** é do município de Mamanguape. Ele possui 32 hectares de terra própria onde cultiva feijão, macaxeira e inhame. Reserva 5 hectares para o plantio do abacaxi misturado com cana. Contrata cerca de 10 trabalhadores nas fases da limpa, adubação, plantação, mas na colheita, é de praxe o comprador ser o responsável por contratar os trabalhadores. É o atravessador quem revende a produção cujo destino é

Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e João Pessoa. A forma de pagamento aos trabalhadores é a seguinte: a) no plantio paga 100 reais a conta; b) na limpa paga 50 reais a diária; c) na adubação paga 15 reais a conta; e para colocar veneno paga por tambor de 200 litros, 60 reais. Os produtos químicos ele adquire numa loja de produtos agropecuários, a Agronil, pertencente ao proprietário da empresa Frutas Doce Mel. Nos anos de seca, tem que irrigar à noite afirmou. Sobre a clandestinidade do trabalhador, afirmou que o sindicato pede para fichar, porém, ele não tem serviço direto, nem trabalhador fixo, uma vez que contrata para uma atividade que dura no máximo uma semana.

a<sub>3</sub>) O produtor **C** possui 60 hectares de terra própria no município de Araçagi. Planta milho, feijão, macaxeira, cria gado e carneiro. Deixa 3 hectares para plantar abacaxi. Costuma alugar um trator para arar a terra. No plantio contrata entre 10 e 15 trabalhadores; na limpa na base da enxada, apenas 2; na adubação, 4. Compra químicos em Araçagi (zinco, ureia). Utiliza o inseticida Fonstac, compra-o em Araçagi. Seus trabalhadores são fichados, mas não são fixos e nem são empregados o ano todo. Varia entre 3 a 6 meses. Vende o abacaxi ao atravessador do município vizinho, Itapororoca. Atravessador prometeu pagar 18 mil e só pagou 10 mil. Nem todo produtor tem condições de fichar e o trabalhador do abacaxi não é, regra geral, fixo. Trabalha para uma pessoa hoje e amanhã já para outro. É a cultura que mais emprega trabalhador por aqui. Uma das saídas para acabar com a clandestinidade seria a associação dos produtores em condomínio.

a<sub>4</sub>) O produtor **D** possui 9 hectares de terra própria em Araçagi. Planta capim, cana e em 5 hectares planta abacaxi. Contrata 15 pessoas e paga no plantio, por produção (1 conta ou 0,25 ha ao preço de R\$100,00). Na colheita paga R\$50,00 a cada trabalhador para encher um caminhão pequeno e R\$100,00 a cada trabalhador para encher um caminhão grande. A adubação é paga com a diária de R\$50,00. Utiliza uréia, potássio e ferro. Os agrotóxicos que utiliza são: o inseticida Decis a base de deltametrina que é permitido. Compra em Araçagi no comércio. Vende a produção ao atravessador que revende para SP, RJ. Alguns atravessadores são de fora. O maior produtor de Araçagi compra a produção dos pequenos produtores afirmou esse produtor. Segundo ele, o pequeno produtor contrata pouco, não é todo dia. O grande produtor contrata o ano todo “por isso que não me preocupo com fiscalizações”. A mão

de obra na minha terra é da família e em algumas etapas contrato temporariamente. Não sei qual a saída para a clandestinidade.

a5) O produtor **E** possui 20 hectares de terra própria, no povoado rural de Canafístula, no município de Araçagi. Planta milho, feijão, mandioca e destina 4 hectares para plantar abacaxi. A lavoura branca é para o consumo e o abacaxi vende para um atravessador que revende para outros que enviam a produção para SP, RJ, João Pessoa e Recife. No plantio contrata 9 trabalhadores; na adubação, 5; para aplicar agrotóxicos, 2; para a aplicação do carbureto, 10. Ressaltou que a Emater orienta a produção. Afirmou que os pequenos produtores como ele não têm condições de fichar o trabalhador. “Até porque o trabalhador trabalha hoje e não trabalha amanhã”. Os agrotóxicos são comprados no comércio em Araçagi ou em Itapororoca e usa o herbicida Ethefon. Considera que o setor de produção do abacaxi é importante “pois gera emprego no nosso município ainda que não seja o ano todo ao menos nas terras dos pequenos produtores”.

Não localizamos nenhum produtor que forneça abacaxi para a empresa Doce Mel e não conseguimos, lamentavelmente, localizar nenhum fornecedor para entrevistar.

#### 7.4.3 O Condomínio: uma forma de acabar com a clandestinidade dos trabalhadores do abacaxi?

Em 29 de novembro de 2016 participamos de uma reunião organizada pela Comissão Permanente Regional Rural da Paraíba (CPRR-PB) vinculada ao Ministério do Trabalho com produtores de abacaxi do estado da Paraíba, na Destilaria Miriri. Nessa reunião, além dos produtores estavam presentes os presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Itapororoca, Sapé e Curral de Cima, além de funcionários do CREA e do Ministério do Trabalho (Foto 12).

Fotografia 12 – Reunião na Usina Miriri com os produtores de abacaxi



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 29/11/2016.

O objetivo central da reunião foi apresentar um tipo de empreendimento denominado de Condomínio para os produtores de abacaxi visando a adesão destes a esse tipo de associação, a partir do exemplo do Condomínio dos Produtores de Cana-de-Açúcar vinculado a usina Miriri. Segundo o palestrante, para se criar um Condomínio é necessário delimitar o número mínimo de produtores membros. É preciso também definir o tamanho das propriedades que poderão fazer parte dele. É exigido do produtor a diversificação de culturas nas propriedades. Dos associados de um Condomínio que devem ser pessoas físicas, exige-se confiança mútua. Os membros do Condomínio devem escolher entre eles, um para gestor. Em seguida devem assinar um contrato chamado de pacto de solidariedade numa relação com o nome de todos os produtores associados, com seus dados e responsabilidades. É o condomínio quem distribui a quantidade de empregados necessários a cada produtor devendo este solicitar com antecedência ao gerente do condomínio. Tudo fica a cargo do administrador geral do condomínio. Se algum produtor precisar de 10 empregados para trabalhar 20 dias em sua terra e outro precisar de 10 empregados para trabalhar dez dias, cada um repassará ao condomínio os gastos por dia e os trabalhadores contratados estarão empregados por 30 dias.

Para o responsável do condomínio da usina esse modelo tem vantagens tanto para os produtores quanto para os trabalhadores, pois a preocupação inicial é com o fato de que, enquanto os trabalhadores da cana são todos fichados, os do abacaxi quase todos são clandestinos. O condomínio seria uma tentativa menos onerosa para os produtores de abacaxi de não ter mais trabalhador clandestino e para o trabalhador porque ele teria trabalho permanente uma vez que terminando um trabalho ele continua noutra propriedade. O empregador pagaria ao trabalhador apenas os dias de trabalho prestados

e não pelo mês todo; o Condomínio também contaria com todo suporte de profissionais necessários ao desenvolvimento do mesmo desde a administração até a produção.

Cabe ainda ao Condomínio a compra dos EPIs o que desoneraria o produtor individual. Segundo o gestor do Condomínio Miriri, tanto os produtores quanto os trabalhadores teriam segurança jurídica no consórcio. Por sua vez, como as contratações são únicas, a administração única, o contrato também único, tem-se a redução dos custos por parte do produtor individual.

Logo em seguida foi apresentada uma tabela exemplificando como seria esta contabilidade. Exemplo: se todos os custos do Condomínio somarem R\$30 mil, se o produtor A consumiu 6%, ele vai pagar 6% de 30 mil ao condomínio; se o B consumiu 8%, vai pagar 8% de 30 mil e assim sucessivamente.

Essa foi a proposta apresentada para resolver o problema da clandestinidade dos trabalhadores do abacaxi e diminuir os custos trabalhistas dos produtores.

Buscamos referências sobre esse tipo de Condomínio e encontramos a Dissertação de Mestrado defendida por Gilsa Rojas Barreto no Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP em 2009, que tem como tema “Condomínios de empregadores rurais: mercado de trabalho, contratação e gestão coletiva” que nos forneceu esclarecimentos e indicações de literatura, mesmo que produzida na primeira década do século XXI sobre o assunto. Ela cita um texto, uma espécie de manual do Ministério do Trabalho e Emprego que não conseguimos localizar, datado de novembro de 2000, que aborda o tema “Condomínio de Empregadores: um novo modelo de contratação no meio rural”<sup>74</sup>, onde é exposta a definição, os procedimentos para a formação de Condomínios de produtores rurais, as regras de funcionamento e a legislação relativa a este modelo. Cita uma Circular do INSS de nº 56, de 25 de outubro de 1999, que utilizou o termo “Consórcio Simplificado de Produtores Rurais” para se referir ao modelo de Condomínio de Empregadores Rurais, definido como “a união de produtores rurais, pessoas físicas, com a única finalidade de contratar, diretamente, empregados rurais, sendo outorgado a um dos produtores poderes para contratar e gerir

---

<sup>74</sup> Cf. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Condomínio de Empregadores: um novo modelo de contratação no meio rural. Brasília, nov. 2000. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/empregador/fiscatrab/publicacao/default.asp> Acesso em: 10 jan. 2016.

a mão-de-obra a ser utilizada em suas propriedades” (BRASIL, 2000a, p. 11 apud BARRETO, 2009, p.64).

Ainda explicita Barreto (2009) que o Ministério do Trabalho e Emprego regulamentou a implantação do Condomínio de Empregadores Rurais em dezembro de 1999 através da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 1.964, de 1º de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União (DOU), Seção I, página 26, de 02 de dezembro de 1999.

Barreto (2009) afirma que o modelo de Condomínio de Empregadores Rurais, visava:

incentivar o emprego formal e, desse modo, assegurar direitos previdenciários e trabalhistas para os trabalhadores rurais assalariados, principalmente para os trabalhadores temporários, bóias-frias ou safristas. Ao divulgar o modelo, o Ministério do Trabalho e Emprego pretendia promover a inserção dos trabalhadores rurais no mercado de trabalho formal e esperava que a disseminação do modelo impedisse a ação ilegal de intermediários, mais conhecidos como “gatos” (BARRETO, 2009, p. 87).

O Condomínio dos Empregadores Rurais a propriedade é particular “respondendo cada um, com seus bens particulares, pelas despesas com os empregados contratados, na proporção dos serviços utilizados” (BRASIL, 2000 apud BARRETO, 2009, p. 69). Tampouco ele é uma associação na medida em que “os empregadores integrantes deste modelo de contratação coletiva têm como finalidade viabilizar uma atividade produtiva, portanto lucrativa” (BRASIL, 2000 apud BARRETO, 2009, p. 69). Também não se trata de uma sociedade mercantil, “porque os membros do grupo que o institui não pretendem criar uma pessoa jurídica para realização de uma obra comum, dessa maneira, não existe sociedade, quer de direito, quer de fato” (BRASIL, 2000 apud BARRETO, 2009, p. 69).

Com base na leitura realizada da dissertação mencionada o “Condomínio de Empregadores Rurais” constituiria quando foi criado, uma nova forma de contratação de mão-de-obra baseada em um único contrato de trabalho e que tinha por base a solidariedade bipolar ou dual. Sugerimos a leitura da dissertação citada para maiores detalhes. Nela, Barreto (2009) ainda chama a atenção, no caso da atividade canavieira, para os fracassos desse empreendimento.

Com base em fiscalizações de campo realizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás por pesquisadores, representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (Auditores Fiscais do Trabalho, Procuradores do Trabalho), polícia federal e Sindicatos

foram detectadas inúmeras irregularidades e fraudes em Condomínios criados por produtores de cana-de-açúcar, entre 2006 e 2009, que servem de alerta a viabilidade do empreendimento. Dentre os problemas encontrados que fogem à regra dos Condomínios de Empregadores Rurais citamos alguns: a) adoção do trabalho clandestino; b) contrato de trabalhadores por tempo determinado e venda da mão-de-obra para não integrantes do condomínio; c) condições de trabalho degradantes e alojamento precário; d) coação dos trabalhadores para assinarem documentos em branco; e) gatos atuando na contratação dos trabalhadores; f) condomínios ilegais; g) dívidas gigantescas com a Previdência e com os trabalhadores, entre muitas outras.

De fato, desde que escutamos o gestor do Condomínio Miriri nos colocamos duas principais questões: a) como não será o produtor quem emprega, a quem recorrerá o trabalhador quando surgir uma questão trabalhista ou de segurança do trabalho? A transferência no controle da contratação do trabalhador ficando com o condomínio de fato reduz o ônus das despesas trabalhistas que o contrato de trabalho exige para o produtor, mas por outro lado não cria uma isenção de responsabilidade em relação ao trabalhador?

Creio que as irregularidades detectadas pelo Ministério do Trabalho nos estados do Sul e Centro-Oeste permitem visualizar os riscos para os trabalhadores ao se inserirem nesse sistema. Por outro lado, a questão da clandestinidade do trabalho também é geradora de riscos de toda natureza.

A grande maioria dos produtores de abacaxi que estavam presentes na reunião não concordaram com a proposta. Segundo um produtor, que até já tinha sido presidente da ASPLAN, essa associação em condomínio funcionaria apenas para os produtores de cana, uma vez que os mesmos já tem a produção certa e a quem vender, no caso para a usina, que fornece os equipamentos, que contrata os profissionais que vão dar suporte a produção e que desconta as despesas diretamente. Mas a situação dos produtores de abacaxi é bem mais complicada.

Cada um de nós vamos ter que procurar alternativas de como venceremos todas as dificuldades dos produtores de abacaxi, pois o próprio Ribamar (representante do Ministério do Trabalho) já disse que a fiscalização vai ser grande. São produtores diferenciados que se aceitarem a se juntar em condomínio não dará certo. Só se fosse associações familiares e olhe lá. Pois a confiança tem que ser grande entre todos e isso muitas vezes não dá certo nem com parentes como primos ou irmãos. Além do mais tem pequenos produtores, médios, grande com necessidades bem diferentes. Teremos que encontrar

soluções cada um com suas próprias necessidades e conversando também com os trabalhadores. Nesse bloco quem não pode não entra. (Produtor rural, ex presidente da ASPLAN).

Corroborou com a fala do produtor, o representante do CREA, ao colocar que o produtor tem que ter acompanhamento técnico e que o condomínio só funciona com a cana.

Ao final da reunião o que pudemos observar é que nenhum produtor sentiu que seria uma boa opção esta ideia de condomínio proposta pela Usina.

A reunião encerrou com o representante do MT enfatizando que o Ministério age em parceria com o Sindicato, que já correu atrás de crianças na cana, que já viu um jovem de 17 anos sendo esmagado na colheita das mudas de abacaxi por uma máquina e que esse jovem já tinha sido tirado deste trabalho e ganhado uma bolsa do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ligado a OIT). Quando a bolsa acabou o jovem voltou a se assalariar no abacaxi e acabou se acidentando tragicamente. Ainda destacou que não é proibido utilizar agrotóxico, o que não pode, é utilizar sem orientação, isso é crime. Que na força tarefa executada pelo MT foram detectados 11 pontos de venda de agrotóxicos dos quais cinco estavam irregulares no município de Itapororoca.

#### 7.4.4 A atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

Para levantar informações sobre a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios produtores de abacaxi, bem como sobre o número de trabalhadores sindicalizados e clandestinos e as condições de trabalho dos abacaxizeiros realizamos visitas a sete sindicatos dos principais municípios produtores (Itapororoca, Santa Rita, Araçagi, Cuité de Mamanguape, Sapé, Mamanguape e Pedras de Fogo) e entrevistamos os presidentes desses sindicatos. As entrevistas foram efetuadas em novembro de 2016, em maio de 2017 e em março de 2018.

##### **a) STR de Itapororoca**

O primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais por nós visitado em 25 de novembro de 2016 foi o do município de Itapororoca. O Sindicato de Itapororoca é bem cuidado e os trabalhadores têm acesso a dentista (Fotos 13, 14, 15 e 16). Ele atua na fiscalização dos assalariados do abacaxi que são fichados na empresa Frutas Doce Mel.



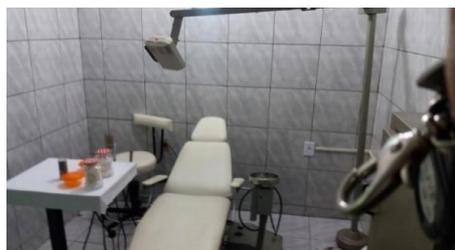
Fotografia 13 – Vista parcial externa e interna do STR de Itapororoca

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 25/11/2016.



Fotografia 14 – Vista parcial externa e interna do STR de Itapororoca

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 25/11/2016.



Fotografia 15 – Consultório odontológico do STR de Itapororoca

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 25/11/2016.



Fotografia 16 – Consultório odontológico do STR de Itapororoca

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 25/11/2016.

Durante a visita tivemos acesso ao documento onde consta a listagem dos assalariados do abacaxi. Verificamos que apenas 8 trabalhadores eram sindicalizados e possuíam carteira de trabalho assinada. Tratava-se de trabalhadores da empresa Frutas Doce Mel do município vizinho, de Mamanguape. O tesoureiro do Sindicato afirmou que não existia ali nenhum outro documento que demonstrasse a evolução do número de assalariados do abacaxi no intervalo de 5 a 10 anos. Segundo a presidente do Sindicato, o número máximo de trabalhadores sindicalizados que se dedicam a atividade do abacaxi era 11, todos da empresa Frutas Doce Mel e que entre 2015 e 2016 aumentou apenas um. Tampouco tem outros trabalhadores sindicalizados pois a sua maioria é clandestina.

No dia da nossa visita a presidente do Sindicato nos informou de um fato que nos chamou muita atenção. Segundo ela, em um local de comercialização em João Pessoa, do abacaxi produzido no município de Itapororoca foi detectado dentro de um abacaxi algo que parecia ser um pó preto. Logo foi diagnosticado que era agrotóxico. Por isso uma força tarefa do Ministério Público Estadual e Federal bem como funcionários da Delegacia Regional do Trabalho vieram fiscalizar os produtores do município de Itapororoca e interditaram 7 estabelecimentos comerciais e prenderam os comerciantes. Os acusados estão respondendo a processo. De acordo com a presidente do STR estão utilizando dois tipos de veneno proibidos: um chamado de **frutão** e outro popularmente conhecido como **mijo de cobra**. Diante do fato ocorrido, a sindicalista fez um requerimento ao Ministério do Trabalho solicitando uma visita das autoridades para que venham orientar as pessoas que utilizam agrotóxicos nas plantações desde o agricultor de base familiar aos empregadores. Assim foi marcada uma reunião com

todos os produtores com o Ministério Público que aconteceria no dia 29 de novembro de 2006 na usina Miriri.

Também tomamos conhecimento que esta mesma força tarefa no dia da nossa visita ao STR de Itapororoca, estava atuando no município vizinho, em Araçagi, e lá, segundo a presidente, dois empregadores foram detidos em flagrante por posse de arma de fogo na propriedade.

Constatamos não haver qualquer preocupação com a questão do trabalho assalariado clandestino no município. A impressão passada é que a preocupação do sindicato é com seus sindicalizados.

#### **b) STR de Pedras de Fogo**

Visitamos o STR do município de Pedras de Fogo em 22 de maio de 2017 (Fotografias 17 e 18). O presidente do sindicato nos garantiu que sempre faz a fiscalização de campo alugando um carro. Ele ainda nos afirmou que o trabalhador sindicalizado tem assistência médica e odontológica. Em relação aos trabalhadores do abacaxi que são sindicalizados, o presidente disse que não tinha como saber, uma vez que na ficha deles não discrimina, a cultura em que eles trabalham apenas cita como trabalhador rural que, segundo o presidente, trabalham em várias culturas como no milho, no feijão, na mandioca, na batata, e no abacaxi. Ele nos advertiu que apenas os cortadores de cana são identificados em uma lista específica.



Fotografia 17 – Vista externa e interna do STR de Pedras de Fogo

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/05/2017.



Fotografia 18 – Vista externa e interna do STR de Pedras de Fogo

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/05/2017.

Neste sindicato tampouco identificamos uma preocupação dirigida para as condições de trabalho dos trabalhadores do abacaxi e muito menos para sua condição de clandestinos.

#### **c) STR do município de Santa Rita**

A visita ao STR de Santa Rita foi realizada em 24/05/2017. A presidente do sindicato é uma mulher que nos informou que existem em torno de uns 20 trabalhadores sindicalizados do abacaxi pertencentes a uma cooperativa do abacaxi. Segundo a presidente cerca de 200 pequenos produtores se associaram em uma cooperativa. Cada um cultiva 1,3 hectares de abacaxi com recursos obtidos através de financiamento bancário. A produção é familiar, porém existem 5 irmãos que são grandes proprietários e que são responsáveis cada, por um grupo de pequenos produtores. Assim cada grupo é composto por um líder proprietário e pequenos produtores. Esses grandes proprietários utilizam mão-de-obra assalariada na produção, pagam aos trabalhadores, mas os encargos trabalhistas quem paga é a cooperativa. “Eles produzem em cerca de 200 hectares os grandes” (depoimento da presidente do STR de Santa Rita). No que tange à produção, cada 1,3 hectares produzem cerca de 45 mil frutos. Geralmente os empréstimos aos bancos giram em torno dos R\$20.000,00 para os pequenos que conseguem garantir no final uns R\$35 mil. Pagam os R\$20 mil ao banco e ficam com uns 15 mil reais de lucro. A área de 1,3 hectares é arrendada geralmente ao custo de R\$2 mil por 2 anos. Ela não se referiu aos custos da produção.

A sindicalista nos advertiu que existem muitos clandestinos e que a cooperativa é uma forma de acabar com a clandestinidade no abacaxi, uma vez que os produtores não têm como pagar os encargos trabalhistas. Ainda nos ressaltou que o sindicato fiscaliza as propriedades que produzem abacaxi e que constata muitas irregularidades como a não utilização de EPIs, trabalhadores usando tratores como transporte e casos de intoxicação. Quanto à estrutura física do STR ela se encontra meio degradada (Fotografia 19).



Fotografia 19 – Vista interna do STR de Santa Rita

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 24/05/2017.

O Sindicato não oferece qualquer serviço de saúde aos sindicalizados. “Se as coisas melhorarem possa ser que tenhamos” afirmou a presidente.

#### **d) STR de Cuité de Mamanguape**

A visita ao STR de Cuité de Mamanguape (Fotografia 20) foi realizada em 7 de junho de 2017.

Fotografia 20 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité de Mamanguape-PB



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 07/06/2017.

Segundo o presidente do Sindicato, Cuité é o quarto maior produtor de abacaxi na Paraíba. Em 2015, três a quatro grandes produtores monopolizavam a produção de abacaxi no município. Porém, apenas um produtor é de Cuité e os outros são dos municípios vizinhos como Sapé e Itapororoca. Por exemplo, V.S.M. reside em Sapé e produz em Cuité abacaxi e cana; seu Z. tem uma propriedade de 200 hectares e a outra em torno de 100 hectares, sendo este natural de Cuité. Ele produz abacaxi e cria gado; o senhor J.I. grande produtor de Itapororoca, produz em Cuité cana, banana e abacaxi.

No que tange aos trabalhadores, a maioria são de Cuité de Mamanguape mesmo. A mão-de-obra que vem de fora, “é mais a que vem aguar” (aplicar agrotóxico) o abacaxi, pois são treinados para isso. A maioria dos trabalhadores são fichados, pois trabalham para os grandes produtores que fazem contrato.

Além dos quatro grandes produtores, o município conta com muitos pequenos produtores familiares que também produzem o abacaxi intercalado com a “lavoura branca”<sup>75</sup> em pequenos lotes de 6 hectares, de 4 hectares, de 8, de 10 e de 12 hectares. O secretário de agricultura produz abacaxi em 30 hectares, por exemplo. Planta nas terras de herança do pai dele e em terras arrendadas. Um dos produtores produz cana e abacaxi na mesma terra e os trabalhadores trabalham nas duas culturas.

Os pequenos produtores de base familiar produzem com a própria família intercalando abacaxi com feijão, milho, mandioca. Segundo o sindicalista, nunca presenciou crianças trabalhando nas suas fiscalizações, apenas uma vez presenciou um adolescente de 17 anos trabalhando com os pais na terra da família. O presidente está há 20 anos na diretoria do sindicato.

---

<sup>75</sup> Mandioca, milho, feijão.

No que diz respeito ao período do contrato dos trabalhadores, o presidente nos informou que os grandes produtores produzem de inverno a verão garantindo emprego o ano todo. Quanto ao uso dos EPIs “os trabalhadores muitas vezes largam eles no campo e ficam sem a proteção adequada” (presidente do STR de Mamanguape). Os EPIs são adquiridos pelos produtores. Os trabalhadores executam sua jornada de trabalho na hora certa de acordo com a convenção coletiva.

Fato a se chamar atenção é que o presidente do STR nos informou que existe um grave problema no cadastro das terras de Cuité. Ressaltou que já foi na SUDEMA, no INCRA tentar mapear as terras do município, mas o satélite só localiza como se pertencesse ainda a Mamanguape, quando Cuité ainda era distrito do mesmo. Muitas propriedades ainda estão pertencendo a outros municípios mesmo depois do desmembramento de Cuité. “Produzimos muita batata, tem cana, abacaxi, pecuária, criação de camarão. Os maiores produtores tá lá no IBGE, como sendo de Itapororoca e Aracagi e assim a produção agrícola de Cuité é contabilizada nesses outros municípios devido ao problema no cadastro das propriedades” (presidente do STR de Cuité de Mamanguape). Os produtores quando precisam resolver algo no INSS, se dirigem para os outros municípios e os impostos também vão para os municípios vizinhos, deixando de vir para Cuité, mas a prefeitura daqui não se mobiliza para isso alegou o presidente. Este foi o único sindicato que nos garantiu ter cerca de 120 trabalhadores rurais fichados que faz fiscalização de campo sobre as condições de trabalho mas, como os demais não possui uma política de combate ao trabalho assalariado clandestino.

No que tange a comercialização do abacaxi de Cuité de acordo com o presidente do STR do município, boa parte vai para o porto de Cabedelo, para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para a CEASA em Joao Pessoa. Nos informou também algo preocupante: o crescimento do número de pessoas com câncer na cidade e que ele suspeita que seja em decorrência da pulverização com agrotóxico nas aéreas de plantação de cana.

#### **e) STR de Araçagi**

Foi ainda em junho de 2017 que visitamos o STR do único município localizado fora da Zona da Mata, o de Araçagi (Fotografia 21).

Fotografia 21 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi – PB



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 07/06/2017.

Em 2015 este era o município maior produtor de abacaxi do estado. De acordo com o depoimento do presidente do Sindicato, Araçagi produz mais do que Itapororoca e possui 4.400 hectares plantados de abacaxi. Também enfatizou que produtores do município de Sapé produziam em Araçagi e a comercialização fluía para Sapé o que levou esse último município a ganhar a fama de maior produtor do estado. Esse sindicalista está na presidência do STR há 22 anos e diz que sempre faz fiscalização no campo para averiguar as condições de trabalho dos trabalhadores.

Ressaltou que recentemente participou de uma campanha com o Ministério do Trabalho e com a FETAG para conscientizar os trabalhadores dos perigos da aplicação de agrotóxicos. Chamou atenção para o aumento do número de casos de câncer no município e alegou que acreditava que isso se devia aos agrotóxicos. Segundo ele, há cerca de 7 anos atrás morreu um trabalhador intoxicado com agrotóxico e acrescentou não ter coragem de comer abacaxi devido a grande quantidade de agrotóxico que é aplicado, sobretudo, um veneno popularmente chamado de “**mijo de cobra**” que é proibido. “Eu particularmente só compro abacaxi temporão-que é o abacaxi que é retirado antes de aplicar veneno; eu faço a encomenda a uns produtores conhecidos” (Presidente do STR de Araçagi).

O presidente do STR fez menção ao fato de que no município existia uma antiga propriedade de cana que foi desapropriada entre 1994-95 e dividida em duas ficando uma com o antigo proprietário e a outra foi transformada no Assentamento Santa Lúcia onde hoje residem cerca de 125 famílias que produzem abacaxi e lavouras alimentares. Nesse Assentamento foi criada uma cooperativa denominada Coopefrutas dos Hortifrutigranjeiros dos municípios de Araçagi, Itapororoca, Lagoa de Dentro e

Adjacências Ltda. A cooperativa foi criada a partir de uma articulação entre assentados dos municípios de Araçagi, Itapororoca e Lagoa de Dentro.

Fato a se destacar, segundo o presidente, é que muitos pequenos produtores faliram depois de terem sido roubados pelos atravessadores. “Estes depois de conquistarem a confiança dos produtores levaram cerca de 5, 6 carradas de caminhão de abacaxi e nunca apareceram. Isso vem de antigamente e ainda continua.” (depoimento do presidente do STR de Araçagi). Esse sindicalista nos confirmou que a mão-de-obra se encontra toda residindo no campo, porém, conversando com moradores do município fomos informados que nem todos habitavam na zona rural pois existia um bairro em Araçagi, o de Santo Amaro onde habitavam muitos trabalhadores do abacaxi.

#### **e) STR de Sapé**

Visitamos esse sindicato no mesmo dia 7 de junho de 2017. Fomos recebidos pelo presidente que ocupava também a secretaria dos assalariados da FETAG (Fotografia 22).

Fotografia 22 – Entrevista com o Presidente do STR de Sapé e Secretário dos Assalariados da FETAG



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 07/06/2017.

Segundo o presidente do STR de Sapé o município perdeu muitos produtores de abacaxi que migraram para outros municípios depois que ele assumiu a presidência do sindicato em 1990 e intensificou a fiscalização na zona rural do município. Ressaltou que já foi trabalhador do abacaxi nas terras da empresa Maguary e que foi expulso da mesma quando fazia campanha salarial. Depois que foi aprovada a constituição de 1988

a qual garantia os direitos trabalhistas como carteira assinada, a empresa fechou por não aceitar fichar seus trabalhadores na época.

Iniciei na luta defendendo a minha classe a convite de um padre italiano ligado a Pastoral da Terra. Já sofri dez atentados de morte ao longo desses 26 anos que estou na presidência. Minha casa já foi perfurada por bala, a porta e a parede dos quartos (Presidente do STR de Sapé e Secretário da FETAG).

Nos informou que desconhece trabalhadores fichados no abacaxi.

Eu conheço o maior produtor que planta em Cuité de Mamanguape e tem 3 farmácias aqui em Sapé e reside em João Pessoa. Ele produz em suas terras cana e abacaxi. Como ele produz cana, contrata por algum período esses trabalhadores, estourando, 6 meses. Durante esses 6 meses ele pega uma parte dos trabalhadores e leva durante um mês para trabalhar no plantio e na limpa do abacaxi. Então esses trabalhadores são fichados, mas a razão principal é a cana e não o abacaxi. Já na colheita, o cara que compra a produção que se encarrega de levar trabalhadores para colher o abacaxi, e aí todos são clandestinos (Presidente do STR de Sapé e Secretário da FETAG).

Quanto a fiscalização de outros órgãos o secretário destacou que a DRT está muito fraca, que quase não faz fiscalização; que tanto ela quanto os outros sindicatos, a exceção do de Pedras de Fogo e o de Cuité de Mamanguape, raramente vão a campo e quando vão, o fazem a pedido dele. Segundo ele, o enfraquecimento da atuação sindical é por comodismo e muitos começam a se aliar a classe patronal. “Muitas vezes vou ao campo e o sindicato das cidades as vezes até dificulta minha ida” (Presidente do STR de Sapé e Secretário dos assalariados da FETAG).

Destacou que o cooperativismo para produtores resolverem o fim da clandestinidade no abacaxi, só dará certo para o caso da cana que tem a compra garantida pela usina. Mas para o caso do abacaxi, a cooperativa corre o risco de levar calote dos compradores o que a levaria a falência.

Essa não seria a melhor forma para acabar com a clandestinidade no abacaxi. Só se tivesse uma empresa, como a Doce Mel, que assegurasse a compra dos produtores da cooperativa. O dono da empresa Doce Mel disse que só vai comprar abacaxi de produtores que ficharem seus trabalhadores” (Presidente do STR de Sapé e Secretário da FETAG).

Aqui podemos observar, que assim como no caso da cana onde encontramos pequenos produtores fornecedores para as usinas muitas vezes até de assentamentos

rurais, essa realidade se reproduz também no caso do abacaxi, isto é, a monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2005).

Ainda nos foi relatado que esse ano a FETAG em conjunto com a DRT e a empresa Doce Mel elaboraram um acordo coletivo para a fruticultura, pois até então, só existia esse tipo de acordo para o caso da atividade canvieira.

O Presidente do Sindicato ressaltou que existe um assentamento rural no município de Araçagi onde os assentados estão produzindo muito abacaxi. E que não era pouco. Segundo ele, o assentamento criou uma cooperativa com os municípios vizinhos, fato ainda desconhecido pelo secretário da FETAG. Acreditamos que ele se referia ao PA Santa Lúcia. Ainda segundo o entrevistado, a precarização do trabalho na produção de abacaxi é semelhante a do canvieiro dos anos 80 e 90 do século passado:

São clandestinos, falta EPI, não tem orientação para aplicar agrotóxico, transportes sem segurança, mas, nada é resolvido; a DRT pouco está atuando (depois que Fernando Messeis- ex auditor do trabalho- se aposentou) e os sindicatos também. O Ministério do Trabalho através da DRT, só atua se o sindicato cobrar (Presidente do STR de Sapé e Secretário da FETAG).

Como te falei o maior produtor de Sapé se chama João Birato, ele tem cerca de 50 hectares de terra arrendadas em Sapé e em outros municípios. Todos os trabalhadores dele são clandestinos, não usam EPI (equipamento de proteção individual), aplicam veneno sem orientação e eu já o denunciei ao Ministério do Trabalho, porém, esse órgão e sua pouca atuação, faz com que a clandestinidade continue em toda zona abacaxizeira (Presidente do STR de Sapé e Secretário da FETAG).

Sobre o salário pago aos trabalhadores, o entrevistado destacou que o pequeno produtor paga melhor do que o grande produtor. A média que os pequenos pagam gira em torno de R\$50,00 a R\$60,00 a diária enquanto os grandes pagam em geral uma média de R\$35,00 a diária. “E para se aposentar, o assalariado clandestino do abacaxi, diz que tem um roçado na terra de terceiros e se aposenta como segurado especial”. Ao finalizar a entrevista o presidente do sindicato afirmou que os trabalhadores ali sindicalizados têm acesso a médico e dentista.

#### **e) STR de Mamanguape**

A entrevista com o presidente do STR de Mamanguape, foi realizada em março de 2018 (Fotografias 23 e 24),



Fotografia 23 – Entrevista com Presidente do STR de Mamanguape

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 05/03/2018.



Fotografia 24 – Entrevista com Presidente do STR de Mamanguape

Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 05/03/2018.

O entrevistado nos deu a impressão de que o Sindicato mantém uma certa articulação com os patrões, ao defender os pontos de vista e as decisões dos mesmos. Exemplo disso foi o fato dele concordar com as decisões tomadas pela classe patronal em convenção por ela realizada, sobre o tempo de contrato dos trabalhadores tanto do setor sucroalcooleiro quanto do setor fruticultor. Este deixaria de ser por safra, passando a ser por tempo indeterminado. Segundo o sindicalista isto será melhor para o trabalhador e “vai dar mais custos a classe patronal”.

Se antes o trabalhador era contratado pelo tempo de safra que dura cerca de 6 meses, agora o contrato é indeterminado, o trabalhador pode ficar trabalhando durante a safra, a limpa, durante a plantação e ultrapassar os 6 meses de contrato. Além do mais, o trabalhador

também vai ter direito a mais direitos, como por exemplo a 40% da rescisão trabalhista quando acabar o contrato (Presidente do STR de Mamanguape).

Analisando esse tipo de contrato é possível entender que da mesma forma que ele pode permitir ao trabalhador permanecer trabalhando após o tempo da safra também pode ser dispensado a qualquer momento que o empregador desejar, mesmo durante a safra. É possível que essas mudanças já estejam relacionadas à reforma trabalhista.

O setor fruticultor que não tinha sua própria convenção, antes utilizava a mesma do setor sulcroativo, em 2018 passou a ter e nela ficou acertado que o trabalhador terá uma jornada de trabalho de 8 horas para receber um salário de R\$997,00, um pouco acima do salário mínimo, que em março de 2018 era de R\$954 reais.

Nesta mesma convenção foi acertado que as 4 horas que o trabalhador tinha que dar no sábado, agora têm que ser pagas na jornada de trabalho durante a semana. No nosso entender essas quatro horas seria distribuída durante a semana acrescentando 1 hora por dia em quatro dias.

Questionado sobre a clandestinidade no setor de produção de abacaxi, o sindicalista afirmou que o grande problema está na agricultura familiar, isto é, na pequena produção.

Na grande produção, a fiscalização é mais forte. Na pequena é onde está o perigo. Eles não se protegem para aplicar veneno, não usam EPIS, o Ministério do Trabalho tem mais dificuldades de chegar a estas unidades de produção. Temos que educar e formar o pessoal do campo para que possam produzir de forma mais segura, e a universidade já nos ajudou muito, e precisamos muito ainda da sua ajuda (Presidente do STR de Mamanguape).

Ainda segundo o sindicalista, para acabar com a clandestinidade, os pequenos produtores deveriam se associar em condomínios ou cooperativas para contratar trabalhadores e fichá-los. A relação do STR com a classe patronal é uma relação profissional, segundo o mesmo, e com o Ministério do Trabalho “é a melhor possível”. Ele ainda afirmou que faz fiscalização uma vez por semana.

#### 7.4.5 Experiência de acompanhamento de uma fiscalização de campo dos STR de Mamanguape e Sapé

Em 06 de março de 2018 tivemos a oportunidade de acompanhar os representantes do STR de Mamanguape e do STR de Sapé, também secretário de assalariados da PB pela FETAG, em uma fiscalização na zona rural do município de Itapororoca. Saímos às 8 horas da manhã do município de Mamanguape e fomos até a zona rural do município vizinho.

A primeira parada foi em uma pequena unidade de produção de 1 hectare. Nela estavam trabalhando 3 trabalhadores aplicando agrotóxico na plantação. A terra era de um deles que afirmou para o Sindicato que produzia para ele mesmo. Os trabalhadores não utilizavam máscaras protetoras e os EPIS estavam todos desgastados e velhos. Segundo os sindicalistas, as roupas que os trabalhadores utilizavam não serviam para protegê-los da contaminação do veneno. Além do mais, não é para chegar em casa vestindo a roupa que utilizaram. Porém a realidade encontrada é comum a todos os clandestinos.

Em seguida fomos a uma nova propriedade. Nesta ao chegarmos lá, tinham 3 trabalhadores aplicando agrotóxicos nas mesmas condições e ao notarem que era uma fiscalização foram embora. O nível de alienação e de necessidade é tão grande que os trabalhadores veem o sindicato como inimigo deles pois podem lhes retirar sua única fonte de renda que é o emprego clandestino no abacaxi. Por isso mentem, dizendo que trabalham para si mesmo, como se a terra fossem deles. Certamente orientados pelo patrão. Nessa mesma propriedade, presenciamos um adolescente de 16 anos chegando puxando um jumento com vasilhames de agrotóxicos cheios de água (Fotografia 25) que seria para misturar com o veneno e prepará-lo em um tonel de 200 litros.

Fotografia 25 – Jumento com recipientes de agrotóxicos cheios de água



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 06/03/2018.

O jovem nos disse que a propriedade pertencia a um proprietário de Mamanguape e que as pessoas que estavam lá eram trabalhadores contratados e não o dono como afirmaram aos sindicalistas na hora de sua chegada. Outra irregularidade observada são os vasilhames que são reutilizados. Segundo o STR de Sapé, os vasilhames de agrotóxicos só podem ser utilizados uma única vez. Depois têm que ser furados na parte inferior para não deixar resíduos e entregues a um posto de coleta que fica no município de Mamanguape (Fotografia 26).

Fotografia 26 – Recipientes de agrotóxicos sendo reutilizados



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 06/03/2018.

Na terceira propriedade visitada, encontramos uma turma de trabalhadores no plantio do abacaxi nas mesmas condições, isto é, sem usar EPIs adequados e outra turma aplicando veneno sem proteção adequada (Fotografia 27).

Fotografia 27 – Trabalhadores no plantio do abacaxi sem EPI completos



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 06/03/2018.

Inclusive um trabalhador estava com a bomba nas costas sem a tampa, o que poderia a qualquer descuido, provocar um acidente com o veneno escorrendo pelo seu corpo (Fotografia 28).

Fotografia 28 – Trabalhador aplicando agrotóxico com a bomba costal destampada



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 06/03/2018.

Esses trabalhadores inicialmente também mentiram para o sindicato dizendo que tinham um contrato com o produtor. Depois me confessaram em particular que ganhavam por produção e recebiam no fim de semana R\$50,00 por tambor de veneno aplicado. Segundo eles, a média de tambor aplicado é entre 3 e 4 por dia. Essa confissão só foi feita depois que conversei pessoalmente com eles lhes esclarecendo que o sindicato não é um inimigo, que estão ali para melhorar as condições de trabalho deles.

Questionados pelos sindicalistas (Fotografia 29) se eles não tinham medo de contrair doenças como o câncer, de ficar impotentes devido não se protegerem no trabalho de aplicação de veneno nos abacaxis, os trabalhadores afirmaram: “vamos fazer o quê se o que ganhamos não dá para nada muito menos para comprar EPIs”. Daí o sindicato rebateu dizendo: “Não são vocês que têm que comprar, mas quem contrata vocês, o seu patrão.

Fotografia 29 – Sindicalistas esclarecendo os perigos a que estão submetidos os trabalhadores na aplicação de agrotóxicos



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em. 06/03/2018.

Nessa experiência de acompanhamento dos Sindicatos a uma fiscalização de campo nos deparamos com tonéis vazios de veneno na borda de um pequeno lago e que são utilizados para colocar a água que é misturada nos agrotóxicos.

Fotografia 30 – Flagrante: tonéis de veneno vazios à beira de lago



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 06/03/2018.

As questões aqui apresentadas nos remetem ao sétimo capítulo onde expomos as condições de trabalho, vida e saúde dos abacaxizeiros assalariados da Paraíba.

## **8 PROCESSO DE TRABALHO E RISCOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES DO ABACAXI DA PARAIBA**

O estudo do processo de trabalho e saúde dos trabalhadores do abacaxi utilizou como parâmetro a metodologia adotada pelo Grupo de Saúde e Trabalho do Estado da Paraíba (GESTAR-PB) na pesquisa que aborda as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da cana e do abacaxi no município de Sapé-PB entre 1984 e 1985 e a aplicação da mesma metodologia adaptada ao estudo das condições de trabalho, vida e saúde de crianças e adolescentes trabalhadores da cana da Zona Canavieira da Paraíba em 1994 (MOREIRA et al., 1994). A metodologia utiliza as seguintes variáveis do processo de trabalho: a) o momento da produção da força-de-trabalho que compreende: a expropriação da família e a mobilidade do trabalho; b) o processo de produção da força de trabalho que considera: a composição e a especificidade da força de trabalho e os direitos trabalhistas; c) a manutenção da força-de-trabalho que leva em conta a reposição da força de trabalho, através de indicadores de renda/despesa, alimentação/nutrição, habitação, educação, saúde, movimentos sociais e; d) o momento do consumo da força de trabalho pautado no, processo de trabalho e na morbidade (GESTAR, 1985; MOREIRA, 1994).

A escolha desse percurso metodológico se deu em grande parte por influência de nossa orientadora que já trabalha com a mesma desde os anos de 1980 bem como por concordarmos com a apreensão do GESTAR de que tal sistematização permite “ordenar os parâmetros que recuperam dentro de uma visão de totalidade, o movimento de acumulação e reprodução do capital no que se refere à produção e à reprodução da população sob o capital” (GESTAR, 1985) e ainda por ela se adequar perfeitamente ao método de interpretação que norteia esta tese.

Durante a pesquisa de campo conseguimos entrevistar 90 trabalhadores do abacaxi, como já foi mencionado na metodologia de pesquisa. É sobre estes que a metodologia do GESTAR incidirá como veremos a seguir.

### **8.1 O momento da produção da força-de-trabalho: a expropriação e a mobilidade do trabalho**

### 8.1.1 A mobilidade espacial da força de trabalho

Não conseguimos resgatar os processos de expropriação das famílias dos trabalhadores. Contudo, foi possível levantar informações sobre a mobilidade do trabalho. Verificamos que dos 35 entrevistados em Araçagi, 11 já havia migrado para o Rio de Janeiro e São Paulo onde foram trabalhar na construção civil como pedreiros e em supermercados. Dentre esses 11, um é índio nascido no município de Baía da Traição; ele migrou para Cabedelo-PB para trabalhar como pescador e de lá veio para Araçagi trabalhar no abacaxi. Já dos 42 trabalhadores de Itapororoca entrevistados, 39 nasceram e se criaram no mesmo município. Apenas dois passaram por processos migratórios: um migrou para o Rio de Janeiro; outro fez um percurso diferente pois saiu do município de origem, Paulista – PB para o município de Itambé-PE e posteriormente veio para Itapororoca trabalhar no abacaxi; um terceiro é oriundo do município de Sapé-PB e veio morar e trabalhar em Itapororoca. Dos três entrevistados em Mamanguape todos residiam na zona urbana. Um nasceu na zona rural e os outros na zona urbana. Já dos 10 entrevistados em Santa Rita - PB, nove moram no distrito rural mais pobre do município, chamado Cicerolândia. Destes, 8 nasceram na zona urbana de Santa Rita e um nasceu em Itabaiana e fez a migração Itabaiana-Mogeyro-Santa Rita/Cicerolândia. O décimo entrevistado nasceu em Bayeux-PB de onde migrou para Sapé e de Sapé veio para Cicerolândia. Assim sendo dos 90 trabalhadores que compuseram a amostra apenas 15 (16,7%) saíram de seu lugar de origem para procurar emprego noutras localidades. Destes, apenas três saíram para o Sudeste; os demais se deslocaram para outros municípios do estado e 1 para um município de Pernambuco (Tabela 13).

Tabela 13 – Mobilidade do trabalho

<b>Nº DE ENTREVISTADOS</b>	<b>LOCA L DE NASCIMENTO</b>	<b>Nº DE MIGRANTES</b>	<b>LOCAL DE DESTINO</b>	<b>ATIVIDADE DE TRABALHO</b>
35	Araçagi	10	Araçagi-Rio de Janeiro e São Paulo-Araçagi	Construção civil, Comércio, supermercado; abacaxi
		1	Araçagi - Cabedelo -PB – Araçagi	Pesca; Atividade abacaxizeira

42	Itapororoca	1	Itapororoca -Rio de Janeiro – Itapororoca	Construção civil. Atividade abacaxizeira
		1	Paulista-PB; Itambé – PE; Itapororoca	Atividade canavieira; Atividade abacaxizeira
			Sapé – Itapororoca	Atividade abacaxizeira
3	Maman guape	0	-	-
10	Santa Rita	2	Itabaiana-Mogei-ro-Santa Rita e Bayeux-Sapé-Sta Rita	No alugado; Atividade abacaxizeira

Fonte: Pesquisa de campo, autoria própria.

Do total de entrevistados, 24 (ou 27%) afirmaram que algum parente já saiu de casa e foi morar fora por vários motivos entre eles: filhos que se casaram, alguns foram para o Rio de Janeiro trabalhar como servente, doméstica, camelô, restaurantes e supermercados.

## 8.2 Processo de produção da força de trabalho

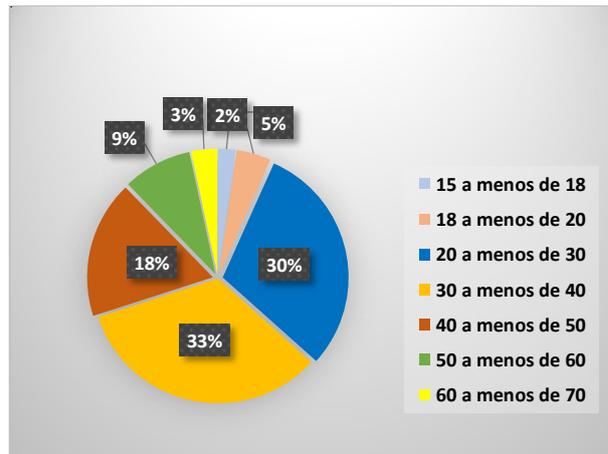
Nesse item levou-se em consideração dois aspectos do processo de produção da força-de-trabalho: a caracterização da força de trabalho e os direitos trabalhistas.

### 8.2.1 Caracterização da força de trabalho

Dos 90 trabalhadores assalariados do abacaxi que participaram da pesquisa tinham duas mulheres e 88 homens. Apesar do pequeno número de mulheres que localizamos na atividade, tivemos conhecimento que existe uma participação significativa delas na etapa da adubação.

Esses trabalhadores têm idades que variam de 15 a mais de 60 anos, porém o maior número acha-se concentrado nas faixas entre 20 e menos de 50 anos, a mais produtiva da força-de-trabalho (Gráfico 31). As duas mulheres possuem 42 e 44 anos.

Gráfico 31 – Percentual do N° de trabalhadores assalariados do abacaxi segundo a idade



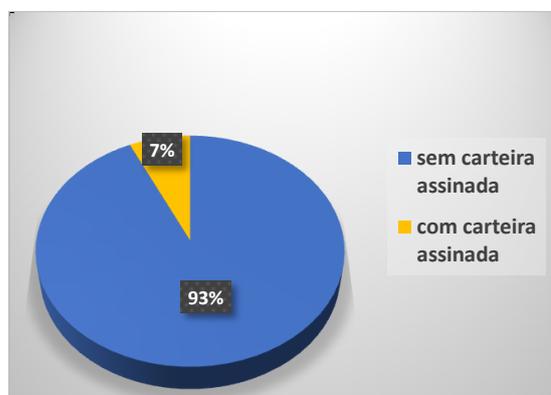
Pesquisa de campo. Autoria própria.

É importante destacar que ainda existem adolescentes trabalhando como clandestino na cultura do abacaxi. Eles representaram 2% da amostra (Gráfico 31).

### 8.2.2 Direitos trabalhistas

Primeiramente constatou-se que 81 dos assalariados do abacaxi entrevistados não têm carteira de trabalho assinada (93% da amostra), eram todos clandestinos sem direitos. (Gráfico 32). A exceção fica apenas para 7 que trabalham na empresa Frutas Doce Mel que tinham todos os seus direitos assegurados.

Gráfico 32 – Percentual dos trabalhadores assalariados na atividade abacaxizeira com e sem direitos trabalhistas



Pesquisa de campo. Autoria própria

Vinte e cinco entrevistados ou (27,8%) afirmaram que queriam ter carteira assinada argumentando que com isso teriam direitos trabalhistas e salário fixo além de não precisar dormir no mato<sup>76</sup> nos dias que têm que trabalhar na irrigação<sup>77</sup>. Já os 65 restantes (72,2%) afirmaram preferir continuar na clandestinidade, pois controlam seu próprio tempo de trabalho, não ficam presos a uma empresa, trabalham para quem quiser, recebem toda semana e, alguns afirmaram ganhar muito mais sendo clandestino. “Trabalhar para várias pessoas é melhor sem ser fichado, mas se for só para um, é melhor fichado” (depoimento de um dos trabalhadores).

Questionados sobre quem os contrata, 66 trabalhadores (73%) afirmaram que o recrutador é quem faz o contrato; 22 (24%) afirmaram ser o próprio proprietário e apenas 2 (2%) afirmaram ser a empresa quem entrou em contato.

No trabalho clandestino é raro haver controle do trabalho na atividade abacaxizeira. As vezes, segundo os trabalhadores, o atravessador que compra a produção fornece o transporte e vai junto com eles esperar encher o caminhão; outras vezes é o motorista mesmo quem vai.

### 8.3 Manutenção/Reprodução da força de trabalho

Neste item foi considerado o indicador de renda levando em consideração a forma de pagamento dos trabalhadores, o salário mensal individual, a renda familiar e o índice de acesso à terra como formas de manutenção/reprodução da força de trabalho.

<sup>76</sup> Em um dos trabalhos de campo presenciei trabalhadores dormindo ao relento no campo.

<sup>77</sup> Aplicar adubos ou agrotóxicos.

### 8.3.1 A forma de pagamento

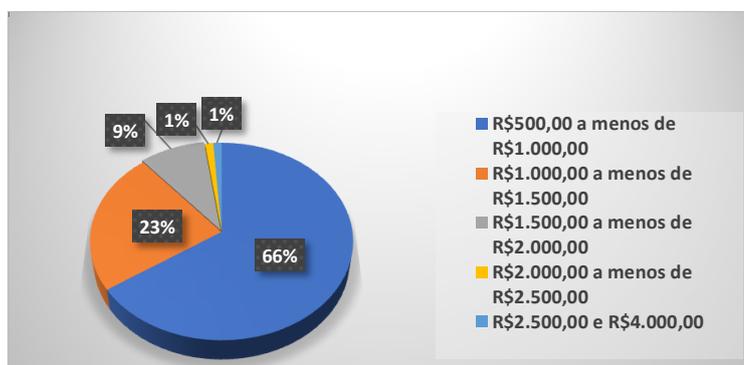
O pagamento dos assalariados do abacaxi varia conforme a etapa do processo produtivo. No plantio são pagos por produção ou por tarefa; na adubação recebem diária; na colheita são pagos por produção. Na aplicação de agrotóxicos recebem por diária. Dos 90 trabalhadores entrevistados 17 (19%) estavam trabalhando no plantio do abacaxi e eram pagos por tarefa. O valor de 1 tarefa em 2018 era de R\$100,00 e ela correspondia ao plantio de 1,00 hectares (1 conta); 20 trabalhadores (22% do total) eram pagos com diária e 53 (59%) por produção. Na aplicação de agrotóxico o valor pago era de R\$80,00 a diária; na colheita a diária variava entre R\$50,00 e R\$60,00 para encher um caminhão pequeno e R\$100,00 reais para carregar um grande. Os trabalhadores são pagos geralmente, semanalmente, nos finais de semana.

### 8.3.2 Salário médio mensal individual e renda familiar

A renda do assalariado do abacaxi foi uma das informações mais difíceis de se obter uma vez que os mesmos não têm uma ideia muito precisa de quanto ganham por mês ou mesmo ao longo de uma semana uma vez que trabalham cada dia num local diferente e, muitas vezes, em processos diferentes cujos valores variam. Deu para perceber que alguns trabalhadores procuravam informar um rendimento maior com vergonha ou medo de dizer quanto ganhavam. Outros diziam que na safra recebiam até R\$2000,00 por mês, mas nos demais meses percebiam em torno de R\$400,00.

Em um esforço conjunto procuramos com os entrevistados levantar os valores aproximados por eles recebidos nas quatro últimas semanas de trabalho e obtivemos o valor da remuneração média mensal variando entre R\$500,00 e R\$4000,00 (Gráfico 33) assim distribuídos: 59 trabalhadores afirmaram receber entre R\$500,00 e menos de R\$1000,00; 21 trabalhadores entre R\$1000,00 e menos de R\$1500,00; 8 trabalhadores entre R\$ 1500,00 e menos de R\$2000,00; 1 afirmou ganhar entre R\$2000,00 e menos de R\$2500,00 e um, que era chefe de turma, declarou que em média percebia entre R\$3500,00 e menos de R\$4.000,00 (Gráfico 33).

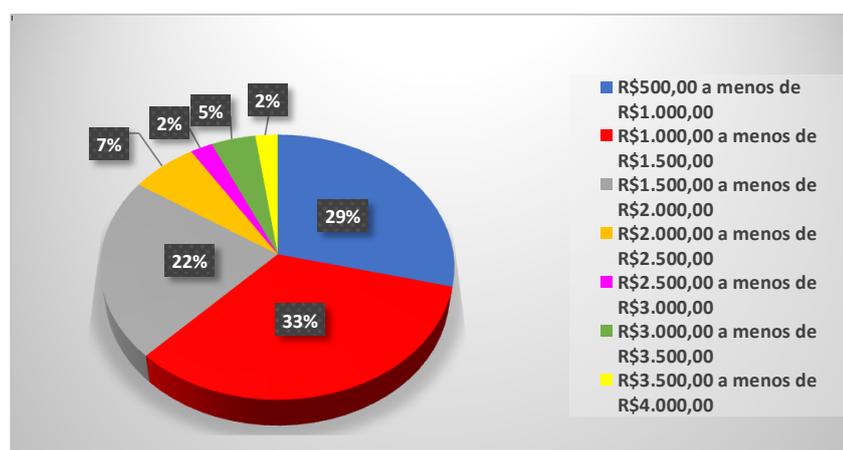
Gráfico 33 – Percentual da remuneração individual média mensal dos trabalhadores assalariados do abacaxi (em R\$)



Pesquisa de campo. Autoria própria

No que tange à renda familiar, isto é, ao somatório de todos os rendimentos de todos os residentes no domicílio do trabalhador esta varia entre: a) R\$500,00 a menos de R\$4000,00 assim distribuídos: a) 25 famílias declararam receber entre R\$500,00 a menos de R\$1000,00; b) 30 famílias entre R\$1000,00 a menos de R\$1500,00; c) 20 famílias entre R\$1500 a menos de 2000,00; d) 6 famílias entre R\$2000,00 a menos de R\$2500,00; e) 2 famílias entre R\$2500,00 a menos de R\$3000,00; f) 4 famílias entre R\$3000,00 a menos de R\$3500; g) 2 famílias entre R\$3500 a menos de R\$4000 reais (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Renda média mensal das famílias dos trabalhadores do abacaxi (em RS)

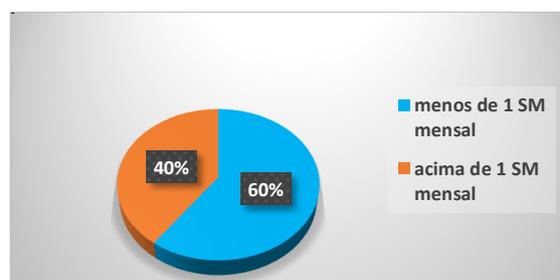


Pesquisa de campo. Autoria própria

Dos 59 trabalhadores com salários entre R\$500,00 e menos de R\$1.000,00, 21 foram entrevistados em 2017 quando o salário mínimo (SM) era de R\$937,00 e todos 21 percebiam menos de 1 SM; em 2018 foram entrevistados mais 28 trabalhadores com

salários entre R\$500,00 e menos de R\$1,000,00. O salário mínimo era de R\$954,00. Dos 28 trabalhadores, 23 percebiam menos de 1 SM. Em 2019 foram entrevistados mais 10 trabalhadores na mesma faixa de salário. O salário mínimo então já era R\$998,00 e todos percebiam menos de 1 SM. Em síntese, 60% de todos os 90 entrevistados percebiam uma remuneração mensal inferior a 1 salário mínimo vigente (Gráfico 35).

Gráfico 35 – Trabalhadores com remuneração mensal inferior e superior ao salário mínimo



Pesquisa de campo. Autoria própria

Quinze entrevistados (ou 17%) afirmaram ter algum parente que mora na mesma casa e que também trabalha na atividade abacaxizeira, geralmente algum irmão, e que suas mulheres e alguns filhos também trabalham no abacaxi.

Os parentes dos trabalhadores que moravam no mesmo domicílio e ajudavam a complementar a renda familiar exerciam outras atividades como: servente, na construção civil; assalariado da cana; doméstica; pedreiros na construção civil, agente de saúde; faxineira; feirante; alguns viviam de bicos<sup>78</sup> e alguns estavam aposentados.

Apenas 19 trabalhadores (21% do total) tinham roçado, sendo que 8 tinham roçado em terra própria cujo tamanho variava entre 1 e 8 hectares; 6 em terras arrendadas; 1 em um lote de assentamento e 4 em terras cedidas. A produção dos

<sup>78</sup> “Fazer bico: trabalhar na atividade que surge, seja catando latinha, seja limpando mato, etc.... O mesmo que fazer biscate é centrada na produção de alimentos.

roçados é destinada ao consumo familiar. Produzem basicamente produtos alimentares (milho, feijão, mandioca, batata macaxeira, etc.)

Em termos de complemento da renda 52 famílias (58%) são beneficiadas com o Programa Bolsa Família. Mais a quota parte maior da renda das famílias advém mesmo do salário do trabalhador do abacaxi e do roçado.

### 8.3.3 Alimentação e nutrição

No que tange a alimentação a maioria dos trabalhadores declararam tomar café da manhã geralmente composto de inhame com peixe seco ou frango e café; cuscut com café; batata com café; macaxeira com café.

Trinta trabalhadores (33%) afirmaram que fazem um lanche rápido antes do almoço, muitas vezes, um abacaxi colhido no local de trabalho, ou um pedaço de rapadura ou bolacha.

O almoço é composto para a grande maioria, de feijão, arroz e sempre uma carne (frango, ou peixe seco). Apenas 40 trabalhadores (44% do total) afirmaram lanchar à tarde um pedaço de rapadura, uma bolacha ou pão e todos afirmaram jantar sempre cuscut ou macaxeira ou inhame acompanhado de alguma carne. Apenas 20 (22%) afirmaram lanchar algo antes de dormir, geralmente pão, bolacha ou doce.

Encontramos 5 trabalhadores que declararam se alimentar da “quarenta”<sup>79</sup> tanto no almoço como no jantar. Dos 90 trabalhadores entrevistados, 14 afirmaram não comer no local de trabalho e só 6 não levam a comida em marmita térmica.

Para os que possuem roçado, alguns alimentos são produzidos pela família como o feijão, a macaxeira e a batata.

### 8.3.4 Habitação

Os trabalhadores do abacaxi na sua maioria residem em casa própria: é o caso de 83 dos 90 que participaram da pesquisa o que equivale a 92,2% do total da amostra. Dois moram em casas cedidas e 5 em casas alugadas.

---

<sup>79</sup> A quarenta é uma espécie de angu feito com farinha de milho, água e sal, alimentação básica dos canavieiros da Zona da Mata dos anos 70, 80 e 90 do século XX.

No que tange ao tamanho das casas 10 afirmaram ter entre 0 a 5 cômodos<sup>80</sup>; 79 entre 5 e 7 cômodos e apenas 1 entre 8 e 10 cômodos. Em 63 casas o piso é de cimento; em 24, de mosaico e 3 casas são de taipa. As residências são muito simples, muito humildes com poucos equipamentos domésticos.

Na verdade, o que está presente em todas as casas é o fogão a gás. Porém, 8 famílias embora o possuam, dado o alto custo do gás, cozinham em fogão de lenha. Foram elencados outros bens de necessidade básica que possuem as famílias dos entrevistados quais sejam: dos 90 domicílios 57 (63,3%) possuem ferro de engomar elétrico o que não é encontrado em 33 residências (36,7%); a geladeira é bem mais disseminado, encontrando-se em 77 domicílios(87,7%) contra 13 que não a possuem; 80 possuem sofá; Apenas 3 possuem freezer. Todos declararam ter camas, mesas, 81 possuíam cadeiras; 67 tinham redes de dormir, 59 afirmaram ter um som e 61 declararam possuir um rádio.

Dos 90 domicílios dos entrevistados, 82 possuem televisão; apenas 6 possuíam máquina de lavar; 68 tinham guarda-roupas; 52 tinham aparelho de DVD; 68 tinham liquidificadores e 53 tinham ventiladores.

No que se refere aos meios de locomoção apenas 2 entrevistados tinham carro, 30 possuíam motos e 58 não possuíam nenhum meio de locomoção.,

Em relação a ligação da casa que moravam com a rede de esgoto apenas 40 tinham ligação, em outras palavras, 50 domicílios ou seja 55,6% dos domicílios não se encontravam interligados à rede de esgoto; 70 tinham fossas. Em pleno século XXI, de um total de 90 domicílios dos trabalhadores que participaram desta pesquisa, 22,2% ainda não possuíam uma fossa; 2 domicílios possuíam cacimbas; 1 tinha uma cisterna, 45 domicílios possuíam filtro de barro para água de beber.

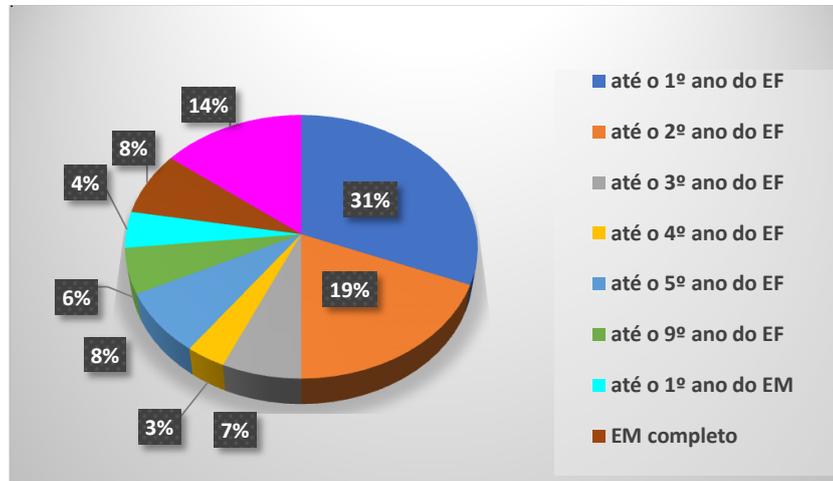
#### 8.3.5 Educação/escolaridade

Em relação a educação/escolaridade 77 trabalhadores (85,6% do total) frequentaram a escola pública. Destes, 54 frequentaram só até o 4º ano do ensino fundamental; 12 frequentaram até o 9º ano do ensino fundamental; 4 frequentaram até o 1º ano do ensino médio e 7 têm o 2º grau completo (Gráfico 36).

---

<sup>80</sup> O número de cômodos não inclui os banheiros.

Gráfico 36 – Percentual da escolaridade dos trabalhadores do abacaxi



Pesquisa de campo. Autoria própria

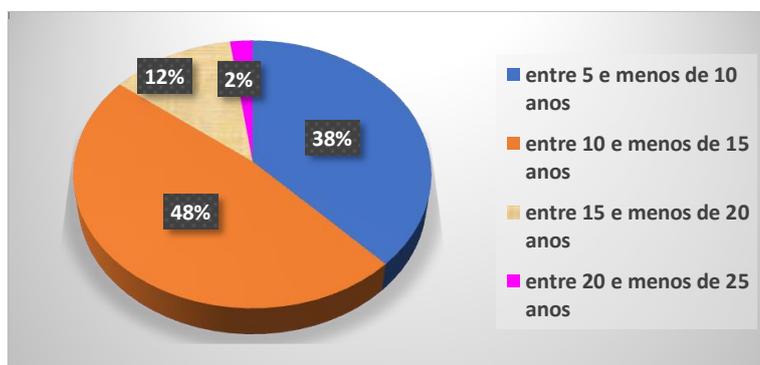
### 8.3.6 Saúde

Neste item foram considerados os problemas de saúde e o acesso aos serviços de saúde que têm a ver com a manutenção e a reprodução da força-de-trabalho.

A idade que os trabalhadores começaram a trabalhar varia de 5 anos a menos de 25 anos. Dos 90 entrevistados, 34 (38%) começaram a trabalhar entre 5 e menos de 10 anos de idade; 43 (47%) entre 10 e menos de 15 anos de idade; 11 (12%) entre 15 e menos de 20 anos e apenas 2 (2%) com 20 a menos de 25 anos (Gráfico 37).

A grande maioria dos trabalhadores entrevistados começaram a trabalhar ajudando os pais no roçado. Porém outros começaram a trabalhar como servente de pedreiro; entregadores de feiras de supermercados; como trabalhador alugado em roçados de terceiros; como ambulante vendendo CDs ou pão com ovo; em pedreiras; como feirante; em olarias; na produção de mamão; limpando mato; na atividade canaveira bem como na atividade do abacaxi.

Gráfico 37 – Percentual da idade com que os trabalhadores começaram a trabalhar



Pesquisa de campo. Autoria própria

Já em relação a idade com que começaram a trabalhar na atividade abacaxizeira propriamente dita, a maioria iniciou quando já era adulto, todavia, três trabalhadores enfatizaram que começaram a trabalhar com 5 anos de idade na limpa de mato para plantar abacaxi; 10 trabalhadores iniciaram entre 10 e 17 anos de idade; e nove entre 18 e 23 anos. Esses trabalhadores argumentaram que iniciaram muito cedo a trabalhar na cultura do abacaxi para poderem ajudar os pais e terem o seu próprio trocado.

#### 8.4 O consumo da força-de-trabalho

O estudo do consumo da força-de-trabalho ocupada na atividade do abacaxi levou em conta o processo de trabalho e a morbidade.

##### 8.4.1 O processo de trabalho na cultura do abacaxi

O estudo do processo de trabalho na cultura do abacaxi levou em consideração: a) a questão da locomoção dos trabalhadores; b) a caracterização da jornada de trabalho; c) o grau de incorporação tecnológica pela atividade; d) a divisão do trabalho; e) a intensidade do trabalho; f) as condições de higiene e segurança e; g) a morbidade.

##### a) A questão da locomoção dos trabalhadores

Quanto a locomoção dos trabalhadores até o local de trabalho, dos 90 entrevistados, 29 (32%) afirmaram que vão tanto nas suas próprias motos como no transporte cedido pelo patrão; 6 (7%) afirmaram ir a pé; 38 (42%) se deslocam em

caminhões fornecidos por terceiros; 9 (10%) confirmaram ir no modelo de veículo Estrada (pequena caminhonete) e 7 (8%) vão em cima de um trator.

Os transportes, ora são fornecidos pelo próprio dono da terra, ora pelo atravessador. Praticamente todos afirmaram que durante o trajeto viajam em pé. Apenas 2 afirmaram que viajam sentados.

No que tange a quantidade de pessoas que vão em cima dos transportes, 23 trabalhadores afirmaram que a média é de 5 a 10 pessoas; 17 falaram ser de 10 a 15 pessoas e 17 referiram a 15 e 20 pessoas. Já 15 trabalhadores afirmaram ser entre 1 e 5 pessoas; 10 trabalhadores falaram que dependendo do transporte vão as vezes entre 25 e 30 pessoas e 8 trabalhadores afirmaram que por vezes vão até 45 pessoas em pé na carroceria de um caminhão. Os instrumentos de trabalho (facões, enxadas, machadinhas) vão junto dos trabalhadores em cima da carroceria.

Quando indagados se os transportes que utilizam são perigosos para as suas vidas, ficaram receosos em responder. Apenas 10 trabalhadores do universo entrevistado afirmaram achar perigoso. Como motivos destacaram que a carroceria do trator é muito velha; que regra geral, os motoristas dirigem em alta velocidade e eles em cima do transporte não têm nenhuma segurança. Acrescentaram que é muito perigoso, sobretudo, quando vêm em cima do caminhão carregado de abacaxi. Alegaram também os riscos de acidentes devido a fatores naturais como a chuva e o estado das estradas bem como a precariedade de certos transportes.

Sobre acidentes no processo de locomoção para o trabalho 4 trabalhadores afirmaram já ter ocorrido: “uma vez o pneu saiu do trator, tive que pular e torci o pé” (JM). Outro trabalhador afirmou que a carroceria do trator se soltou e ele se feriu. Já um terceiro comentou que certa vez o pneu do caminhão estourou e ele caiu de cima do caminhão. E um quarto trabalhador confirmou que uma vez o caminhão virou e um trabalhador ficou paraplégico.

#### 8.4.2 A jornada de trabalho

Uma das atividades que desenvolvemos durante a pesquisa foi o acompanhamento de trabalhadores durante várias jornadas de trabalho. Estas, como já mencionamos, são voltadas a uma determinada etapa do processo produtivo. Assim sendo, a primeira que acompanhei tinha por meta a adubação do abacaxi.

### a) A jornada de trabalho no processo de “adubação de fundição”

Para participar desta jornada de trabalho acordamos às 4:30hs da manhã que é o horário que os trabalhadores acordam. Como estava hospedado na cidade de Mamanguape, que fica a 14 km do município de Itapororoca onde encontraria os trabalhadores, tive que viajar por 14 km para chegar ao ponto de espera do transporte que conduziria o grupo que eu iria acompanhar. No percurso entre uma cidade e outra, encontrei várias turmas de boias frias nas margens da estrada esperando os transportes que os levam para o corte da cana ou para o trato no abacaxi.

Chegando em Itapororoca, mais precisamente no bairro mais afastado do centro da cidade, nos deparamos nas esquinas da sua rua principal, com várias turmas de trabalhadores esperando os transportes para levá-los aos campos de abacaxi (Fotografia 31).

Fotografia 31 – Trabalhadores esperando o transporte para irem ao trabalho nos campos de abacaxi



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

A turma que acompanhei era formada por 14 trabalhadores que foram divididos em grupos e cada grupo se dirigiu para uma propriedade diferente. Nesse dia a maioria dos trabalhadores foram trabalhar conduzindo suas próprias motos sempre transportando um amigo (Fotografia 32).

Fotografia 32 – Trabalhadores indo para o trabalho de moto própria conduzindo ferramentas e alimentos



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

Apenas uma turma de 3 trabalhadores (a que acompanhei) foi para o campo em cima de uma carroça que era puxada por uma caminhonete Hillux dirigida pelo arrendatário da terra onde eles iriam trabalhar. Segundo os trabalhadores, esse é um dos maiores arrendatários de terra do município de Itapororoca, para plantar abacaxi e sua produção tem por destino os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ele possui cerca de 1500 contas<sup>81</sup> plantadas com abacaxi (o equivalente aproximadamente a 115,4 hectares).

Sáímos da cidade às 5 horas da manhã e em torno de 15 minutos chegamos ao local de trabalho. Tratava-se de uma propriedade arrendada que possuía 8,0 hectares. Lá o arrendatário deixou os 3 trabalhadores juntamente com os sacos de adubo e foi embora.

A atividade laboral que cabia aos trabalhadores era a adubação que tanto pode ser feita por meio sólido como por meio líquido. Na adubação por meio sólido os fertilizantes são aplicados nas covas ou nos sulcos de plantio (no caso dos adubos orgânicos e fosfatados), ou em cobertura junto das plantas ou nas axilas das folhas basais (adubos nitrogenados e potássicos), podendo também ser utilizada essa forma para os fertilizantes fosfatados solúveis em água. Algumas adaptações vêm sendo desenvolvidas para a aplicação de fertilizante por via sólida, visando aumentar o rendimento da operação e/ou torná-la mais confortável ao trabalhador. Uma dessas adaptações desenvolvidas no estado da Paraíba é o funil acoplado a um tubo plástico

---

<sup>81</sup> A conta é uma medida não oficial de terreno que na cultura do abacaxi equivale a 12 braças por 13 braças, ou seja, 156 braças quadradas. Um hectare tem, aproximadamente, 13 contas. Cf. MEC, PSU, PIPMO. Produtor de abacaxi: Folha de informação Tecnológica. Brasília, 1974.

rígido de, aproximadamente, 80 cm, o qual contribui para reduzir o contato direto das mãos e braços dos trabalhadores com os espinhos das folhas como veremos mais à frente.

Outro tipo comum de adubação do abacaxi é a adubação foliar pela forma líquida. Esta forma é mais utilizada para a aplicação de nitrogênio, potássio e micronutrientes, podendo ser uma alternativa para a aplicação de magnésio. São utilizados para a aplicação, tanto pulverizadores costais, como veremos posteriormente, como barras de pulverização acopladas a tanques tracionados mecanicamente. Em plantios irrigados, pode-se utilizar a fertirrigação para a aplicação de nutrientes, com exceção do fósforo, que deve ser aplicado sob a forma sólida (PEREIRA, P.C; MELO, B., s/d)<sup>82</sup>.

Uma vez no local de trabalho, a primeira coisa que os trabalhadores fizeram foi tomar o café da manhã (Fotografia 33). A comida de um deles consistia em uma sopa de galinha e os outros dois comeram cuscuz com carne de porco. Todos levaram a comida em marmitas térmicas, assim como água em garrafas térmicas. A água eles levaram de suas casas em Itapororoca, município que é abastecido por uma fonte de água natural o que faz sua distribuição ser feita gratuitamente.

Fotografia 33 – Trabalhadores tomando café da manhã antes do trabalho



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

---

<sup>82</sup> Cultura do abacaxizeiro. Disponível em: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br/abacaxi-2.html#19.0> - Adubação

Assim que se alimentaram trocaram suas roupas colocando blusões, botas, calças e bonés. Porém não utilizaram nem luvas nem máscaras para a aplicação do adubo. Argumentaram que o fertilizante não tem problema para a saúde, logo não seria necessário utilizar máscaras e luvas. Eles utilizaram o tipo de adubação por meio sólido. Os riscos dessa atividade relacionam-se com as cargas do levantamento e carregamento dos sacos e com os agentes químicos que podem provocar intoxicações e feridas nas mãos que costumam atuar desprotegidas.

Depois do café começaram a preparação do adubo para aplicação. Esse processo consiste em abrir os sacos, colocar o adubo em um antigo botijão de água seco e cortado ao meio aproximadamente, que amarram com uma liga nas costas e na cintura (Fotografia 34). Em seguida vão colocando o adubo em um funil e caminham entre os sulcos adubando a plantação (Fotografias 34 e 35). O funil é conhecido pelos trabalhadores com o nome de “catemba”.

Fotografia 34 – Trabalhador se preparando para adubar, abrindo os sacos de fertilizante



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

Fotografia 35 – Trabalhadores aplicando o adubo no abacaxi



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

Fotografia 36 – Uso dos instrumentos de trabalho utilizados na aplicação do adubo



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

Fotografia 37 – Instrumentos de trabalho: a “catimba” e o fundo de garrafão de água



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

Às 7:30hs da manhã o trabalho estava terminado. Um dos trabalhadores olhou para mim e disse:

Tá vendo professor como é bom trabalhar clandestino no abacaxi? Já terminamos o trabalho em 2 horas. E também não fica ninguém vigiando a gente. A gente que comanda o nosso próprio trabalho. Vai trabalhar fichado para tu vê. Trabalhar muito e ganhar mais pouco que nós (depoimento de MG, em 14/09/2016).

Essa postura do trabalhador corrobora a argumentação de estudiosos da ergonomia como Cru (1987) e da ecodinâmica do trabalho a exemplo de Dejours (1987) e Dejourset, (1994), de que o trabalhador nem sempre tem consciência das exigências físicas e psíquicas do seu trabalho, ou amenizam as implicações como uma estratégia de defesa.

Às 7:40hs o arrendatário chegou e levou os trabalhadores para a sua própria propriedade também para aplicar adubo. Segundo um dos trabalhadores, a propriedade tinha cerca de 60 hectares e eles adubaram apenas 3 contas, ou seja, menos de 1 hectare.

A aplicação do adubo é repetida a cada 2 meses até completar 3 vezes. Terminada a aplicação de fertilizantes nesta segunda propriedade os trabalhadores foram deixados pelo arrendatário no mesmo local onde os havia buscado. Cada trabalhador recebeu R\$50,00. Por volta de 9h30 da manhã os trabalhadores já estavam em suas residências.

Se contabilizarmos o tempo da saída para o trabalho, mais o tempo da espera do transporte, o da execução das tarefas e o do retorno para casa, a jornada de trabalho foi, neste caso, de aproximadamente 4:30hs.

Chegando em casa os trabalhadores tomam banho, almoçam e descansam um pouco. À tarde, a partir das 15:00hs, costumam se reunir nas calçadas das ruas para conversar, jogar dominó, ou beber. Nesse mesmo dia eu os acompanhei nesse segundo momento passando a tarde conversando e discutindo as questões relativas ao mundo do trabalho e as questões do seu cotidiano de vida (Fotografia 38).

Fotografia 38 – Trabalhadores do abacaxi em momento de lazer



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

### **b) A jornada de trabalho na adubação foliar**

No dia 22 de setembro de 2016 participei de mais uma jornada de trabalho dos assalariados do abacaxi, desta feita, voltada para a aplicação de fertilizante através da adubação foliar.

Por volta de 5 horas da manhã 11 trabalhadores mais o chefe de turma já estavam todos no ponto de espera do transporte. Às 5:15 hs chegou um caminhão pequeno, todos subiram na carroceria e foram conduzidos até uma casa onde se encontrava o adubo e outros materiais de trabalho (Fotografia 39).

Fotografia 39 – Trabalhadores na carroceria do caminhão que os conduz ao campo



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Chegando na casa, os trabalhadores desceram do caminhão para pegar sacos de fertilizantes, bombas de aplicação, duas grandes caixas para colocar água e tonéis. Colocaram esses materiais e equipamentos na carroceria do caminhão para levar ao

local de trabalho. A carroceria ficou cheia e os trabalhadores tiveram que se equilibrar de pé, ou sentados encima e de lado dos produtos (Fotografias 40 e 41).

Fotografia 40 – Trabalhadores em cima dos sacos de fertilizantes



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Fotografia 41 – Caixa de água utilizada no preparo do fertilizante



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

O produtor utiliza o tipo de fertilizante da marca Heringer do grupo de Produtos Especiais, da Linha Foliar (Fotografias 42 e 43), composto de ureia, nitrato e sulfato mais cloreto de potássio.

Fotografia 42 – Tipo de fertilizante usado na cultura do abacaxi



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Fotografia 43 – Tipo de fertilizante usado na cultura do abacaxi



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

A propriedade onde foram trabalhar na adubação situava-se no município vizinho, o de Araçagi. No caminho o caminhão deu uma parada em uma barragem existente no município de Itapororoca, onde caminhões pipas se abastecem. Um desses carros pipas que lá se encontrava, encheu as caixas vazias que estavam em cima do caminhão com água que seria utilizada para preparar o adubo (Fotografia 44).

Fotografia 44 – Carro pipa enchendo as caixas com água da barragem de Itapororoca



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Após uma hora de viagem chegamos à propriedade onde o trabalho seria executado. Ao chegar à propriedade, a primeira coisa que os trabalhadores fizeram, como de praxe, foi tomar o café da manhã bem reforçado e colocar seus equipamentos de proteção: luvas, bonés, calças, camisas de mangas longas e botas (Fotografia 45). Aqui também não usaram óculos nem máscaras.

Fotografia 45 – Trabalhadores se vestindo e preparando os instrumentos de trabalho



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Em seguida começaram a preparar o fertilizante. Abriram os sacos e colocaram o produto dentro de um tonel. Depois ligaram a caixa de água ao tonel com um cano deixando a água escorrer (Fotografia 46). O chefe de turma passou a misturar o fertilizante com a água usando um pau e sem luva. Depois disso, cada trabalhador

encheu suas bombas com essa mistura e saiu nas fileiras do plantio, irrigando. Começaram o trabalho por volta das 6:20hs da manhã e só terminaram ao meio dia, sem pausa, adubando assim aproximadamente 70 contas, ou seja, em torno de 5,4 hectares (Fotografias 47, 48, 49 e 50).

Fotografia 46 – Processo de preparação do fertilizante (mistura da água com o foliar)



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Fotografia 47 – Trabalhador enchendo sua bomba costal com fertilizante



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Fotografia 48 – Trabalhador a caminho do campo de abacaxi carregando sua bomba costal com fertilizante



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Fotografia 49 – Trabalhadores aplicando o fertilizante



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Fotografia 50 – Campo de abacaxi logo após o processo de adubação



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

No que tange a forma de pagamento, o valor acertado com o empregador foi de R\$100,00 para cada trabalhador para uma área média irrigada por cada um equivalente a aproximadamente 0,45 hectares. A remuneração dos trabalhadores só seria paga no final da semana. Essa mesma turma iria no dia seguinte trabalhar em terras do estado de Pernambuco também com adubação.

Ao término do trabalho, uma coisa que me chamou atenção e me despertou muita preocupação foi o fato de, para aliviar o calor, os trabalhadores tomarem banho no rio Mamanguape. Porém, antes disso, eles lavaram as bombas de fertilizantes dentro do rio e mergulharam de cabeça no mesmo local onde lavaram as bombas (Fotografia 51).

Fotografia 51 – Trabalhadores lavando as bombas no rio Mamanguape e tomando banho



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Por volta das 13:00hs chegamos ao município de Itapororoca. Os sacos de fertilizantes que sobraram, os trabalhadores os retiraram de cima da carroceria do caminhão e os colocaram sobre a cabeça para deixarem no mesmo local onde os haviam buscado (Fotografia 52).

Fotografia 52 – Trabalhador descarregando saco de fertilizante



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 22/09/2016.

Ao final de tarde é comum presenciar os caminhões chegando com turmas de trabalhadores, ora vazios, significando que foram trabalhar no adubo, no fertilizante com a bomba ou tirar capim para embalar o abacaxi; ora cheios de abacaxi (Fotografias 53 e 54).

Fotografia 53 – Caminhões chegando do campo com os trabalhadores



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

Fotografia 54 – Caminhão carregado de abacaxi chegando em Itapororoca para deixar trabalhadores



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 14/09/2016.

Uma das coisas que nos chamou a atenção, foi a intensidade do processo de alienação a que estão submetidos esses trabalhadores clandestinos que, mesmo com baixos salários, trabalho cansativo, precário e perigoso, demonstram sempre estar felizes com a vida, ao ponto de a queixa mais difundida ser a falta do trabalho.

### **c) A jornada de trabalho na colheita do abacaxi**

Acompanhamos outra a jornada de trabalho do boia fria do abacaxi, desta feita voltada para a colheita. Por volta das 4h30 o caminhão que os leva para o campo chegou no mesmo ponto para pegar os trabalhadores. Nesse dia a turma era formada por 8 homens. Saímos de Itapororoca e fomos para a zona rural do município de Cuité de Mamanguape, chegando no local de trabalho às 5:00 hs da manhã.

Nesse dia pude verificar o perigo que é andar na carroceria do caminhão sem nenhuma proteção. Além da alta velocidade empregada pelo motorista, o piso da carroceria estava todo sujo de melão de abacaxi, o que o tornava muito escorregadio deixando os trabalhadores sujeitos a escorregões e quedas (Fotografia 55).

Fotografia 55 – Restos e melão de abacaxi na carroceria de caminhão que transporta os trabalhadores



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 02/11/2016.

Chegando ao local de trabalho depois de meia hora de percurso, os trabalhadores vestiram suas roupas apropriadas para entrarem na plantação de abacaxi. Mas, antes comeram sua “boia”.

Neste dia, a turma era composta por 8 trabalhadores dos quais 4 exerceram a função de quebrador e 4 de balaieiro. O quebrador tem a função de quebrar o abacaxi e colocar a fruta num balaio que fica em cima da cabeça do balaieiro (Fotografia 56)

O balaieiro é o trabalhador que fica encarregado de segurar o balaio na cabeça enquanto os outros o enchem de abacaxi. Quando o balaio fica cheio ele segue até o caminhão para descarregar os abacaxis na carroceria que ele alcança subindo uma escada com o balaio na cabeça (Fotografia 57).

Fotografia 56 – Os quebradores enchendo os balaio com abacaxi



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 02/11/2016.

Fotografia 57 – O balaieiro descarregando o abacaxi no caminhão



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 02/11/2016.

São necessários, para encher um balaio, em torno de 70 abacaxis o que, segundo os trabalhadores, corresponde a aproximadamente 70 quilos. Cada balaieiro carrega em média 30 a 40 balaies para encher um caminhão pequeno em cerca de 2 horas e meia. A terra era arrendada por um produtor que tinha cerca de 100 contas arrendadas. Neste local eram apenas 10 contas que não chega a ser nem um hectare. Segundo o dono do abacaxi, o caminhão seguiria para João Pessoa, para a empresa ITAFRUTA para ser pesado e vendido. Por volta das 8:00hs da manhã os trabalhadores terminaram o trabalho. Voltamos ao local de partida onde chegamos às 9:00hs da manhã. Na volta o caminhão estava carregado de abacaxi. Assim sendo os trabalhadores tiveram que viajar em cima dos abacaxis forrados por uma lona, aumentando ainda mais o risco de acidentes (Fotografia 58). Pela tarefa executada, cada trabalhador iria receber R\$ 60,00 reais no fim de semana.

A maior parte dos trabalhadores afirmaram que, quando precisam ficar direto para o turno da tarde têm cerca de 1 hora a 1 hora e meia para descansar e almoçar.

Fotografia 58 – Transporte dos trabalhadores sobre caminhão carregado com abacaxi



Fonte: Acervo do autor. Trabalho de campo realizado em 02/11/2016.

Não tivemos a oportunidade de acompanhar o processo de limpa do abacaxi (aplicação de herbicidas), nem de outros agrotóxicos, inclusive do carbureto que, segundo os trabalhadores, tem uma boa participação feminina. Contudo, essa experiência vivida e compartilhada com os trabalhadores do abacaxi nos permitiu avaliar alguns dos riscos à saúde a que eles estão sujeitos no processo de trabalho.

Após o término da safra os trabalhadores afirmaram que buscam trabalho como servente de pedreiro, ferrador de gado, limpa de mato, garçom, pescador, em roçado de terceiros e alguns comentaram que o abacaxi emprega o ano inteiro se levar em consideração as outras etapas da produção além da safra, como limpa, adubação, aplicação de agrotóxicos.

### **8.5 Riscos à saúde do trabalhador**

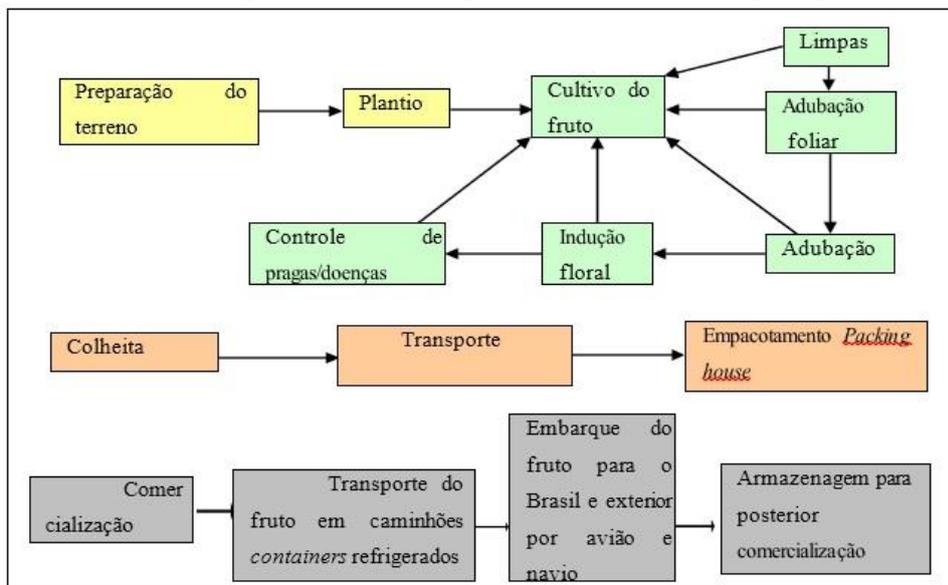
Como foi demonstrado, o processo produtivo do abacaxi produzido na Zona da Mata e no município de Araçagi, localizado no Agreste Baixo da Paraíba não é homogêneo. A diferenciação se dá principalmente pela maior ou menor incorporação de tecnologia, de processos e técnicas modernas, pela forma de comercialização e pelas formas de gestão que caracterizam o agronegócio de um lado e os pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais de outro.

Como foi evidenciado anteriormente, a Empresa Frutas Doce Mel, representante do agronegócio de frutas na Paraíba, possui máquinas de pulverizar, máquinas de adubar e plantar e máquinas de irrigar, além de toda uma tecnologia moderna utilizada no processo de empacotamento e distribuição do abacaxi. O processo de comercialização é realizado diretamente com supermercados e a distribuição é feita em caminhões containers refrigerados. Ainda exportam para outros estados e para o exterior em containers por via aérea ou marítima.

Enquanto isso os pequenos, médios e grandes estabelecimentos dos municípios maiores produtores de abacaxi do estado, permanecem utilizando predominantemente o trabalho manual e instrumentos rudimentares adaptados como o depósito de água e a catimba para aplicação do adubo e o balaio para transporte do abacaxi do campo para o caminhão. Usam o tradicional trator com grade, e do ponto de vista dos insumos modernos incorporam basicamente a tecnologia química (adubo, carbureto, inseticidas, herbicidas, praguicidas etc.).

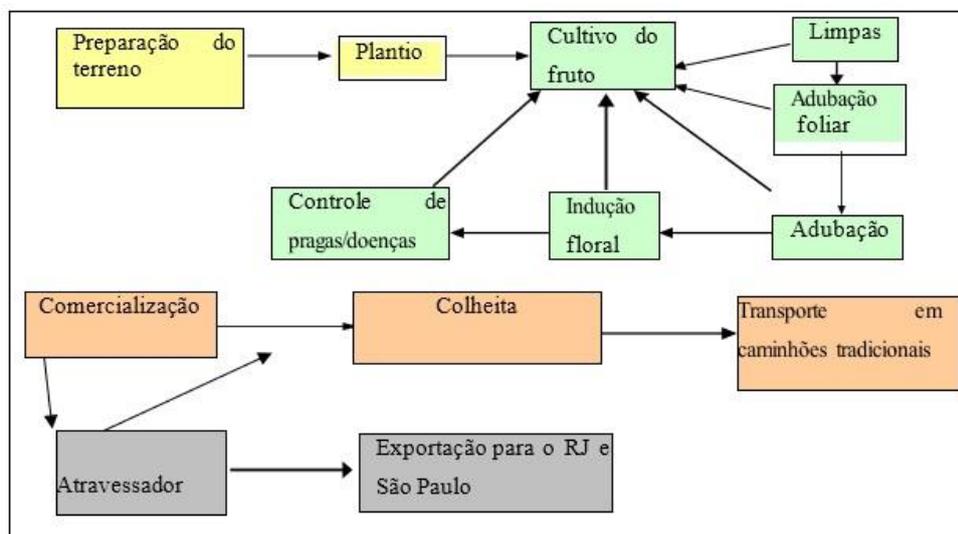
A comercialização é dominada ainda pela figura do atravessador e a distribuição do produto é realizada por caminhões tradicionais sem refrigeração que também ficam a cargo do atravessador. A diferença entre esses dois processos produtivos pode ser observada nos fluxogramas 1 e 2.

Fluxograma 1 – Processo produtivo do abacaxi no agronegócio



Fonte: Transcrito com pequena adaptação de Alexandre, Severino Ferreira (2009).

Fluxograma 2 – Processo produtivo do abacaxi na pequena, média e grande propriedade



Fonte: Adaptado de Alexandre (2014).

Os dois processos de produção se distinguem, portanto pela maior ou menor incorporação de técnicas e tecnologias, pela forma de gestão, pelo maior ou menor controle da comercialização bem como pela maior ou menor integração ao mercado regional, nacional e mundial.

Estabelecer uma relação causal entre o processo de trabalho e a saúde-doença do trabalhador subentende recuperar cada etapa do processo produtivo e identificar os fatores de risco nela presentes. Para tanto elaboramos o quadro 5 exposto a seguir. Deixamos de lado a etapa de preparação do terreno porque ela é executada por trator e grade.

Quadro 5 – Processo de trabalho e fatores de risco à saúde do trabalhador na atividade abacaxizeira

Etapa do processo produtivo	Processo	Forma de trabalho	Riscos à saúde
<b>1- Plantio</b>	Plantio em covas onde a abertura das	O cavador vai à frente, o adubador ou adubadora com um saco	<b>1- riscos ergonômicos</b> decorrentes do esforço de levantamento e carregamento de cargas

	<p>covas é feita com enxada. Segue a colocação manual de adubo e a cobertura das mudas.</p>	<p>de adubo vai lançando o produto nas covas, o semeador coloca a muda e, por último, um trabalhador segura a muda com as mãos e, com a ajuda dos pés, cobre a cova com areia.</p>	<p>e de posturas (coluna curvada);</p> <p><b>2- riscos químicos (intoxicação)</b></p> <p>decorrente da possibilidade de contato com fertilizantes químicos</p> <p><b>3- riscos biológicos</b></p> <p>no caso do uso da adubação orgânica devido à possibilidade de contato com bactérias na manipulação de esterco.</p>
<b>2- Tratos Culturais</b>			
<b>a) Adubação foliar ou de cobertura</b>	<p>Pulverização com fertilizantes líquidos, preparados e formulados pelos próprios trabalhadores a partir de receita dos órgãos de assistência técnica ou dos vendedores do produto;</p>	<p>Feita manualmente ou com bomba costal sobre a terra com adubos sintéticos a base de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK);</p>	<p><b>1- risco ergonômico</b></p> <p>-decorrente do levantamento e carregamento dos sacos de adubo e das bombas costais.</p> <p><b>2. riscos químicos</b></p> <p>- intoxicações</p> <p>- feridas nas mãos que costumam atuar desprotegidas podem ser agentes de infecção e contaminação;</p>
<b>b) Limpa</b>	<p>Retirada das ervas invasoras;</p>	<p>Feita com a enxada, ou com aplicação de herbicidas com bomba costal durante todo ciclo produtivo;</p>	<p><b>1- riscos de acidentes</b></p> <p>-corte, impactos, quedas etc;</p> <p><b>2. riscos ergonômicos</b></p> <p>-mesmas posturas por várias horas, atingindo diretamente a coluna vertebral;</p> <p><b>3. risco químico</b></p> <p>-contaminação e intoxicação por herbicidas</p>
<b>c) Controle das</b>	<p>Utilização de</p>	<p>Feita com bomba costal nas</p>	<p><b>1. risco químico</b></p> <p>-contaminação e intoxicação</p>

<b>pragas e doenças</b>	agrotóxicos em momentos específicos do processo de produção	pequenas, médias e grandes propriedades;  Feita com máquinas pulverizadoras nas empresas	por agrotóxicos
<b>d) A indução floral</b>	Aplicação de carbureto de cálcio na roseta foliar (centro da planta).	Na aplicação de carbureto utiliza-se embalagens vazias de plástico ou de lata penduradas no pescoço com pequenas <i>pedras</i> do produto.	<b>1. risco de acidentes</b>  -risco de queimadura causada pelo contato das <i>pedras</i> de carbureto com partes molhadas do corpo do trabalhador
<b>e) Controle da broca do abacaxi e da fusariose.</b>	Aplicação de fungicidas e inseticidas	Tambores utilizados na preparação dificultam a diluição e o enchimento; carregamento das bombas costais costumam banhar os aplicadores com seus vazamentos.	<b>1. risco químico</b>  -contaminação e intoxicação por agrotóxicos de alta periculosidade
<b>3. Colheita</b>	Catão dos frutos arrumação das cargas nos veículos ou empacotamento (na empresa)	Os catadores retiram o fruto das plantas manualmente ou com uma faca e o coloca no balaio sobre a cabeça do balaieiro.  É feita desinfecção com fungicidas ou com creolina no fundo do fruto, para evitar seu apodrecimento;	<b>1. risco de acidente</b>  -cortes nas mãos, braços, barriga e rosto com as folhas do abacaxi; -queda ao subir escada para colocar os frutos na carroceria dos veículos;  <b>2. risco ergonômico</b>  -decorrente do levantamento e carregamento dos balaies na cabeça com cerca de 70 quilos e da forma de descarregar no veículo;  -decorrente do grande esforço físico exigido do catador devido à postura demandada pela colheita do fruto.

Fonte: Baseado em Adissi, Barbosa e Verônica (2002) e Alexandre e Ferreira (2009).

Diante da correlação observada entre o processo de trabalho e a questão da saúde-doença do trabalhador algumas questões foram formuladas aos trabalhadores do abacaxi por nós entrevistados. Uma delas foi sobre o que mais lhe incomodava no trabalho. As respostas foram: cansaço físico, sol, cheiro de carbureto, chuva, horário para trabalhar, esforços repetitivos, dores de cabeças frequentes, dores na coluna, não usar aparelhos de proteção individual devidamente, o salário que recebe “não dá nem para comprar uma bota”, trabalhar em mais de uma propriedade no mesmo dia e as reclamações constantes de certos patrões.

Questionados se no último ano tinham tido alguma doença, 38 dos 90 entrevistados (42%) responderam que sim. Os principais problemas de saúde que afetaram estes trabalhadores foram: problemas de visão; sinusite; gordura no fígado; pressão alta; dores nas pernas; apendicite; tosse; tonturas; estresse; problemas de coluna; infarto, diarreia; chicungunha; dor de dente; gastrite; pedras nos rins e diabetes. Além disso um deles sofreu um Acidente Vascular Cerebral de pequeno porte (AVC) e outro sofreu um infarto.

Apesar de apontarem todas as doenças que tiveram no último ano os trabalhadores clandestinos afirmaram que no trabalho, quem sente mais dores são os fichados. Acreditamos que isso deve estar relacionado ao fato de o trabalho na empresa exigir mais, como asseguraram. Uma parte afirmou que trabalhar no abacaxi é melhor do que ser canavieiro porque volta mais cedo; já outra parte argumentou que o trabalho na cana é melhor por ser fichado.

Questionados se tinham tido alguma doença na semana anterior a pesquisa, 16 trabalhadores (18%) afirmaram que sim e os principais problemas abordados foram: crises de artrose e artrite, gripes com muita tosse seca e tonturas fortes. Quando têm algum problema de saúde procuram um Posto de Saúde da cidade.

Quando indagados se já foram mordidos ou picados por algum animal/inseto peçonhentos, dos noventa entrevistados, sessenta e sete afirmaram terem levado ferroadas de maribondos e 19 sofreram picadas de escorpião. A exceção dos trabalhadores empregados na empresa, todos os trabalhadores trabalham em propriedades sem a presença de instrumentos de primeiros socorros.

Todos esses problemas citados pelos trabalhadores estão interligados ao processo de produção do abacaxi como foi exposto no quadro Y.

O que se notou na pesquisa, é que muitos trabalhadores sentem medo de admitir que sentem algum dos problemas acima citado por medo de serem retaliados pelos patrões; ou por querer demonstrar que são fortes e que diante da cultura machista, homem não deve sentir dor.

Quando questionamos os trabalhadores sobre o que é importante para se ter saúde as respostas giraram em torno de: ter uma boa alimentação, ter um trabalho decente, usar equipamentos de proteção mais adequados, evitar trabalhar com veneno, ter acesso a um bom sistema de saúde e beber muita água.

Para além dos riscos à saúde descritos no quadro Y, relacionados a cada etapa do processo produtivo do abacaxi, Adissi e Almeida (2002) chamam a atenção para uma prática nociva tanto à saúde pública como aos trabalhadores do abacaxi, que foi verificada em 2002 durante pesquisa realizada no Baixo Paraíba e que constatamos permanece em uso até os dias de hoje, verificada por nós em 2018: a utilização do maturador químico Ethrel. Esse produto é usado visando amarelar a casca das frutas, sem alterar o estágio de maturação do produto. Em outras palavras, “só serve para alterar a aparência do produto, já que se generalizou entre os consumidores que abacaxi maduro é o abacaxi de casca amarela” (ADISSI; ALMEIDA, 2002, p. 7).

A aplicação do falso maturador pode se dar de duas maneiras: na planta em poucos dias antes da colheita ou no momento da chegada do balaieiro no caminhão. Na primeira situação, a aplicação é feita com garrafas plásticas e, na segunda, e mais comum situação, é feita com pulverizadores costais diretamente sobre os frutos do balaio. Essa prática é de alta periculosidade já que atinge o balaieiro e demais trabalhadores da colheita, podendo provocar acidentes, como foi constatado na pesquisa com um balaieiro que perdeu uma das vistas (ADISSI; ALMEIDA, 2002, p. 7).

Após o preenchimento do balaio com os abacaxis, no processo de colheita, um outro risco de acidente pode ser assinalado. Como foi demonstrado neste capítulo (Foto B), o retorno dos trabalhadores às suas residências é realizado de forma extremamente arriscada uma vez que eles são transportados sobre as cargas de abacaxi arrumadas na carroceria dos caminhões sem nenhum sistema de segurança que os impeça de cair.

Outro aspecto muito grave detectado na relação entre o processo produtivo do abacaxi e os riscos a saúde do trabalhador, refere-se à aplicação de agrotóxicos.

Peres, Moreira e Dubois (2003), em um artigo publicado pela Fiocruz (2003) definem agrotóxico como:

[...] um grupo de substâncias químicas utilizadas no controle de pragas (animais e vegetais) e doenças de plantas (Fundacentro, 1998). São utilizados nas florestas nativas e plantadas, nos ambientes hídricos, urbanos e industriais e, em larga escala, na agricultura e nas pastagens para a pecuária, sendo também empregados nas campanhas sanitárias para o combate a vetores de doenças (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003, p. 21).

Existe uma Norma Regulatória Rural de N° 5 que define os agrotóxicos como “substâncias, ou mistura de substâncias, de natureza química quando destinadas a prevenir, destruir ou repelir, direta ou indiretamente, qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal, que seja nociva às plantas e animais úteis, seus produtos e subprodutos e ao homem” Esta definição é bem mais clara quanto a capacidade desses agentes de destruir a vida animal ou vegetal.

Entre os trabalhadores expostos aos riscos dos agrotóxicos à sua saúde encontram-se os da agropecuária, da saúde pública, os dedetizadores, os da indústria de formulação e síntese. Entre esses, podem-se destacar os trabalhadores da agropecuária, que realizam o preparo e a aplicação dos agrotóxicos, e também os que entram na lavoura após aplicação em larga escala, uma vez que podem estar sujeitos a riscos diferentes dos da população em geral (OPAS/OMS, 1997; NUNES; TAJARA, 1998).

De acordo com a ANVISA (2018), o abacaxi é o 6º produto agrícola que mais exige o uso de agrotóxicos os quais são utilizados tanto no preparo do solo como no combate às pragas que podem causar danos à plantação.

As pragas mais comuns que atingem o abacaxi são: a broca-do-fruto, a broca-do-colo, a podridão-do-topo e a fusariose. A broca-do-fruto, *Thecla basalides*, é considerada no Brasil como a principal praga da cultura do abacaxizeiro. É uma lagarta que nasce dos ovos depositados por pequenas borboletas e que se alimentam principalmente da parte mediana e inferior da inflorescência, podendo destruir as flores, os brotos, superficialmente o pedúnculo e até penetrar no limbo foliar de plantas e mudas (SANCHES et al., 1985; CHALFOUN; CECÍLIA, 1987).

É muito grande o uso de agrotóxicos para o combate dessas pragas e as ervas daninhas. Elaboramos um quadro e transcrevemos uma tabela visando estabelecer o nexos entre os principais agrotóxicos utilizados na cultura do abacaxi e sua classe toxicológica (Quadro 6 e Tabela 14).

Quadro 6 – Principais agrotóxicos usados na cultura do abacaxi

Nome comercial	Princípio ativo	Grupo Químico	Classe Toxicológica	Finalidade
Perfekthion	Dimethoate	Organofosforado	I- extremamente tóxico	Inseticida
Folidol	Parathion methyl	Organofosforado	I- extremamente tóxico	Inseticida
Folisuper	Parathion methyl	Organofosforado	I- extremamente tóxico	Inseticida
Karate	Lambdacyhalothrin	Piretróide	II- altamente tóxico	Inseticida
Derosal	Carbendazin	Benzimidazólico	III- medianamente tóxico	Fungicida
Decis	Deltamethrin	Piretróide	III medianamente tóxico	Inseticida
Benlate	Benonyl	Benzimidazóis	III- medianamente tóxico	Fungicida
Krovar	Bromacil+ Diuron	Uracila e Uréia	III- medianamente tóxico	Herbicida
Sevein 480sc	Carbaril (carbaryl)	Metilcarbamato de naftila	II- altamente tóxico	Inseticida
Paraquate	Dicloreto de Paraquate	Bipiridilio	I- extremamente tóxico	Herbicida
Diuron Wg	Karmex 800	Ureia	III- medianamente tóxico	Herbicida
Ethephon	Etrhel 240 SL		III- medianamente tóxico	Desfoliant
Fosetyl 800pm	Aliette	Fosfonato	IV-pouco tóxico	Fungicida organofosforado

Fonte: Adissi e Almeida (2002) e Alexandre (2009).

Através da pesquisa bibliográfica encontramos um estudo mais atual realizado por Martins, B.R. e Narezi, G. em 2017 na região de Porto Seguro na Bahia que apresenta agrotóxicos utilizados no cultivo do abacaxi que nem sempre coincidem com os anteriormente elencados (Tabela 14).

Tabela 14 – Agrotóxicos utilizados no cultivo do abacaxi

Classificação			Nível/índice de toxicidade		Indicação utilizada pelo agricultor	
Nome do produto	Classe	Grupo químico	Classificação toxicológica	Periculosidade ambiental	Alvo biológico Nome comum/Nome científico	Dose
Agritoato 400	Inseticida	Organofosforado	Classe I Extremamente tóxico	Classe II Muito perigoso ao Meio Ambiente	Cochonilha ( <i>Dysmicoccus brevipipes</i> )	150 (ml p.c./100L de água)*
Carbomax 500 SC	Fungicida	Benzimidazol	Classe III Medianamente tóxico	Classe III Perigoso ao Meio Ambiente	Fusariose ( <i>Fusarium subglutinans</i> )	100 (ml p.c./100L de água)**
Diuron Nortox	Herbicida	Uréia	Classe III Medianamente tóxico	Classe II Muito perigoso ao Meio Ambiente	Plantas espontâneas	2,0 - 4,0 (kg/ha)
Ethrel	Regulador de crescimento	Etileno	Classe III Medianamente tóxico	Classe III Perigoso ao Meio Ambiente	Regulador de crescimento	2,0 - 4,0 (L/ha)
Metrimex	Herbicida	Triazinas	Classe III Medianamente tóxico	Classe II Muito perigoso ao Meio Ambiente	Plantas espontâneas	5,0 - 6,0 (L/ha)***
Orthocide	Fungicida	Dicarboximida	Classe I Extremamente tóxico	Classe II Muito perigoso ao Meio Ambiente	Fusariose ( <i>Fusarium subglutinans</i> )	2 - 2,5 (kg/ha)

Fonte: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA apud MARTINS; NAREZI, 2017).

O uso de agrotóxicos no campo atinge principalmente os trabalhadores assalariados rurais que os manuseiam e os aplicam, no mais das vezes sem nenhum critério de proteção pessoal. Apesar de não termos tido a oportunidade de acompanhar o processo de aplicação de outros agrotóxicos nos municípios onde executamos a pesquisa, participamos do processo de aplicação de fertilizantes químicos em pequenas e médias propriedades.

Em relação a aplicação de agrotóxicos, 53 trabalhadores do abacaxi entrevistados afirmaram aplicar ou já ter aplicado alguma vez. Destes 53 que aplicam, 28 (ou 53% dos que aplicam) já sofreram algum problema e os mais destacados foram: tonturas, dores de cabeça, coceiras, intoxicação e tosses. Indagados se tomam leite após aplicar o veneno apenas 4 afirmaram tomar. Dos quatro que afirmaram tomar leite, três teceram que foi o patrão quem forneceu e um ele mesmo levava para o campo.

Quanto ao uso de equipamentos (EPIs) de proteção para aplicação dos agrotóxicos, limpa e colheita todos os trabalhadores utilizam vestimentas próprias, porém muito deterioradas, rasgadas e velhas, que não oferecem a devida proteção.

Normalmente utilizam luvas, camisão, botas, alguns levam bonés. Não utilizam máscaras nem óculos para aplicar veneno. Dos que aplicam veneno, apenas 8 afirmaram tomar banho quando chegam em casa. Vale salientar que apenas os trabalhadores empregados na empresa Doce Mel utilizam vestimentas adequadas para trabalharem (óculos, máscara, avental) fornecidos pela empresa e recebem orientação para aplicar os agrotóxicos. Todavia esses são uma minoria, pois a grande maioria dos assalariados do abacaxi são clandestinos e trabalham sem as devidas proteções para a garantia da sua saúde.

Mesmo com a DRT e o Sindicato explicando a necessidade deles se protegerem, as condições de trabalho e renda não lhes confere a possibilidade de arcarem com os custos dos equipamentos. Por outro lado, o baixo nível de escolaridade também contribui para a descrença nos fatos comprovados cientificamente.

Embora se queixem das doenças elencadas, os trabalhadores não conseguem estabelecer uma relação causal com o manuseio dos agrotóxicos. Todavia, esta relação já foi estabelecida inclusive pela OMS e a OIT. Além dos sintomas acima citados é comprovado que a exposição aos produtos químicos que estão na constituição dos agrotóxicos pode causar teratogênese (formação e desenvolvimento no útero de anomalias que levam a malformações), câncer e óbito. “Os herbicidas Paraquat + Diuron podem ser citados como altamente tóxicos, algumas gotas podendo ser letais ao homem” (MITSUNAGA, 1990).

Estima-se que, em 2005, nos países em desenvolvimento, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, tenham ocorrido aproximadamente 70 mil intoxicações agudas e crônicas provocadas por agrotóxicos e que evoluíram para morte, e que sete milhões são doenças agudas e crônicas não fatais (FACCHINI et al., 2007).

No Brasil, de 2007 a 2017, data do último levantamento oficial, foram notificados cerca de 40 mil casos de intoxicação aguda atribuídas aos agrotóxicos. Quase 1.900 pessoas morreram (Globo Rural, 31/03/2019).

Se faz necessário enfatizar ainda que o trabalho agrícola nos abacaxizais se desenvolve ao ar livre onde o trabalhador fica exposto ao sol, muitas vezes à chuva, ao vento e a picadas de animais peçonhentos. Estes são alguns dos fatores de risco comuns tanto aos trabalhadores do agronegócio quanto àqueles que trabalham nos pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

Ficou claro também na pesquisa que cada item criado pelo processo de modernização agrícola, gerou um determinado risco de acidente de trabalho: desde o contato do trabalhador com máquinas agrícolas, ao contato com instrumentos perfurantes ou cortantes como facões, enxadas, ancinhos, etc.

Na verdade, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo via industrialização da agricultura, que compreende cinco vertentes tecnológicas (a mecanização, a quimificação, o domínio das águas, o domínio biológico e as mudanças gerenciais) incidiu profundamente sobre as condições de trabalho e saúde da classe trabalhadora intensificando cargas e riscos.

Com a mecanização as máquinas como tratores, arados, colheitadeiras mecânicas etc., passam a substituir o trabalho humano com o objetivo de diminuir a energia humana durante o processo de trabalho por um lado, e por outro, aumentar a produtividade e a lucratividade. Ela substitui a força-de-trabalho humana gerando um grande impacto ao desempregar muitos trabalhadores.

A quimificação, ou o emprego de produtos químicos como fertilizantes, herbicidas, fungicidas palavras que servem para camuflar um único nome, veneno, que serve para combater ervas daninhas e pragas que possam comprometer as plantações também gera desemprego. Isto porque no processo de produção ela substitui operações manuais exigindo novas qualificações por parte dos trabalhadores, o que acarreta diminuição na oferta de emprego bem como pode ocasionar a intoxicação e a contaminação do meio ambiente. Por sua vez, a população passa a consumir alimentos contaminados com agrotóxicos que acarretam uma série de doenças.

O domínio biológico que também se inseriu cada vez mais nos processos produtivos com o avanço do capital no campo a partir de 1970, é responsável por modificações genéticas dos vegetais para melhor se adaptarem às condições ambientais diversas como também para aumentar sua resistência a pragas, fungos, doenças diversas etc. Por fim, as mudanças gerenciais, têm por finalidade principal a intensificação da produtividade do trabalho e o controle da mão-de-obra para viabilizar a subordinação do trabalho a atividade produtiva, em outras palavras, a subordinação do trabalho ao capital.

Nesse processo de expansão capitalista no campo, na busca desenfreada por lucro, é comum a superexploração do trabalho que acarreta uma série de riscos à saúde

dos trabalhadores bem como riscos sociais e econômicos que afetam também suas famílias como podemos constatar, por exemplo, na produção de abacaxi na Paraíba.

Na empresa Frutas Doce Mel, os trabalhadores possuem vínculo empregatício formal, turno de oito horas, repouso semanal remunerado, décimo terceiro, férias, EPIs completos e obrigatórios, local para alimentação, creme para proteção da pele e chuveiro em caso de acidente com agrotóxicos. Apesar dessas medidas de prevenção os trabalhadores ainda estão expostos a riscos de acidentes operacionais e de contaminação.

Não se pode esquecer os riscos sociais e econômicos que também podem comprometer a saúde dos trabalhadores e de suas famílias. Entre 2016 e 2019 quando realizamos nossa pesquisa, de 90 trabalhadores contactados, apenas 6 possuíam carteira assinada, todos eles empregados na empresa Frutas Doce Mel, e todos os demais eram clandestinos. A precarização do trabalho portanto é a face mais contundente do processo produtivo do abacaxi nos municípios estudados.

Além da insegurança no que diz respeito aos direitos trabalhistas, os baixos salários (1 salário mínimo mensal para 8 horas de trabalho fiscalizado e controlado por dia na empresa Frutas Doce Mel) e o mesmo salário para a maioria dos trabalhadores clandestinos, não é suficiente nem para sua reprodução enquanto força-de-trabalho nem para a manutenção das suas famílias, o que implica em outros riscos à saúde decorrentes de um quadro nutricional insuficiente e de condições de conforto precárias. Se associarmos os baixos salários ao baixo nível de escolaridade dos trabalhadores do abacaxi, podemos afirmar que eles contribuem para torna-los reféns de processos de trabalho que promovem de forma acelerada o desgaste de sua força-de-trabalho sem que eles se deem conta disso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada verificamos que há uma grande complexidade na dinâmica geográfica do trabalho assalariado rural na região Nordeste do Brasil. As diferentes formas assumidas ao longo do tempo histórico pela organização da produção em cada subunidade regional, ensejaram uma heterogeneidade de relações de trabalho não tipicamente capitalistas que foram sendo substituídas pelo trabalho assalariado. Este vai assumir formas diversas embora guarde os traços que lhe conferem homogeneidade: “o trabalho livre” e a “força de trabalho enquanto mercadoria” (MARX, 1849).

De fato, como foi visto, o trabalho assalariado no Nordeste é composto tanto por trabalhadores empregados no agronegócio com carteira assinada e respaldados com a garantia dos direitos trabalhistas como por trabalhadores clandestinos sem direitos; por trabalhadores que trabalham todos os dias durante o ano para um único patrão (uma empresa ou um proprietário de terra) e os que todo dia trabalham para um patrão diferente como no caso do café e da cultura do abacaxi; por aqueles que trabalham em terras da agricultura camponesa e os que trabalham em terras do grande e médio produtor capitalista; pelos que residem no espaço urbano e os que residem no espaço rural; por aqueles que mesmo destituídos de qualquer meio de produção, como a terra, arrendam um hectare e plantam um pouco de milho ou feijão para o consumo da família e têm no assalariamento sua principal fonte de renda; por trabalhadores que se organizam e lutam por melhores condições de trabalho e salários, participando dos sindicatos e associações e aqueles que não conseguem se ver como explorados ou são cooptados pelo sistema que os explora ou pelo sindicato pelego. Há também os assentados, pequenos e micro produtores rurais que, dada a sua condição de pobreza, complementam a renda se assalariando sazonalmente. Apesar de toda essa heterogeneidade, o trabalhador assalariado rural nordestino, como foi dito acima, guarda de seu, sua condição de despojado de qualquer meio de produção; sua força de trabalho que coloca à venda no mercado de trabalho para ser submetida à extrema exploração pelo capital.

No que tange a evolução do trabalho assalariado no campo, tanto em nível do Nordeste quanto da Paraíba, a comparação dos dados censitários de 1950 com os de 1970 indicaram que nesse período ocorreu uma redução nessa relação de trabalho e que, paralelamente, crescia significativamente o número de pessoas ocupadas na agropecuária. Essa informação permite concluir que o desenvolvimento rural, ocorrido no Nordeste e na Paraíba no interstício desses 20 anos, não se apoiou na expansão do trabalho assalariado.

Já no quinquênio de 1975 a 1980, fase áurea da implantação da modernização agrícola implementada pelos governos militares, pautada na lógica capitalista, o crescimento do número de trabalhadores assalariados no campo nordestino superou a observada em nível nacional com um crescimento da ordem de 100,9% (IBGE, 1975, 1980).

Quando comparamos os dados de 1975 com os de 2006 encontramos outra realidade: uma descontinuidade no processo de crescimento do número de pessoas ocupadas na agropecuária do Nordeste que sofreu uma redução no período da ordem de 11,9% (IBGE, 1975, 2006). Este processo tem continuidade uma vez que entre 2006 e 2017 ocorre uma retração ainda maior da ocupação na agropecuária nordestina, da ordem de 17,2% (IBGE, 2006, 2017). No que se refere ao trabalho assalariado na agropecuária nordestina e paraibana, este também declina entre, 2006 e 2017, 11,5% e 7,7% respectivamente. Vale chamar a atenção para o fato de que neste interstício o semiárido nordestino enfrentou talvez a mais longa seca de sua história (2012 a 2018) atingindo fortemente a produção agropecuária até mesmo nos perímetros irrigados, uma vez que a maioria dos açudes e mananciais aquáticos secaram.

Quando focamos apenas o período que havíamos determinado como de análise temporal dos dados, qual seja, 1995 a 2006 verificamos um aumento significativo do trabalho assalariado na Paraíba (46,8%) e um leve aumento em nível de Nordeste (de 5%).

Algumas hipóteses podem ser apontadas para explicar a expansão do assalariamento rural para o caso da Paraíba neste período. Uma delas e talvez a mais importante, pelo peso da presença histórica do trabalho assalariado na atividade, tenha sido a retomada e a conseqüente recuperação da atividade canavieira a partir de 2000, motivada pela política governamental de incentivo à produção de etanol e pelo aumento do preço do açúcar no mercado internacional. Outras culturas como o abacaxi, a

fruticultura irrigada, a produção do inhame e da mandioca também se expandiram nesse interstício de tempo requerendo mão de obra assalariada nos períodos de plantio e colheita.

Já em relação ao Nordeste, constatou-se que onde o agronegócio se territorializou, avançou também o assalariamento rural com destaque para o trabalho formal. Apesar do aumento do emprego formal no setor do agronegócio, Neder (2014) salienta que a atual estrutura produtiva baseada na especialização e na concentração da produção em regiões mais dinâmicas vem absorvendo cada vez menos emprego e tem se mostrado pouco inclusiva. Desse modo, a estrutura produtiva atual tende a excluir ou absorver marginalmente trabalhadores assalariados e pequenos produtores, não contribuindo significativamente para melhorar os indicadores sociais e para reduzir a pobreza rural (NEDER, 2014). Como foi visto o emprego formal no campo nordestino, no decorrer da década de 2000 até 2010 segundo Bezerra (2012), se concentrou nas áreas que concentram as atividades do agronegócio da fruticultura, da soja, do café, do cacau e da cana-de-açúcar.

É importante, porém, destacar que esse crescimento da proletarianização não significou o fim do campesinato na região. Isto porque na fase do capitalismo monopolista-financeiro-concorrencial, o capital age como assevera Oliveira (2005) de forma combinada, contraditória e desigual, ora expandindo/retraindo o assalariamento, ora expandindo/retraindo relações de trabalho não tipicamente capitalistas como a parceria, o sistema de morador, o arrendamento e a posse da terra contanto que todas estas formas de produção estejam subordinadas à sua reprodução como já enfatizado.

De fato, ao analisarmos os dados do censo agropecuário de 2017 nos damos conta de que o número de estabelecimentos rurais familiares correspondia a 79,2% do total dos estabelecimentos existentes no Nordeste e a 76,9% do total dos estabelecimentos existentes no estado da Paraíba ocupando 36,6% da área agrícola do Nordeste e 42,1% da área agrícola do estado da Paraíba. A área média dos estabelecimentos agrícolas do estado da Paraíba era de 10 hectares (TARGINO; MOREIRA, 2020). Importante também destacar que entre 2006 e 2017 os estabelecimentos familiares apresentaram uma taxa média de crescimento para o período de 10,2% (TARGINO; MOREIRA, 2020). Esses dados confirmam a hipótese de que o avanço do capitalismo no campo se desenvolve tanto expandindo o trabalho assalariado como permitindo através do seu desenvolvimento desigual e combinado a

expansão do campesinato, contanto visando subordiná-lo ao processo de reprodução do capital.

Em tempos de crise do capital, atividades informais não só se expandem como também são incentivadas para livrar os empresários das leis trabalhistas. Cada dia mais, avança no Brasil, o projeto de desregulamentação dessas leis para fortalecer o poder do capital às custas da exploração da classe trabalhadora, sustentadas/camufladas em discursos que as defendem como algo necessário a modernização do país e que irá aumentar o número de empregos.

O que se tem visto depois que a reforma trabalhista foi aprovada, é que imediatamente houve o aumento do desemprego e da taxa de informalidade no país. E no caso da cultura agrícola investigada nesta pesquisa, constatamos que a grande maioria dos trabalhadores do abacaxi são clandestinos. Como assevera Antunes (1999), a sociedade do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho flexível, terceirizado, informal.

Desse modo, assim como as demais ciências humanas, cabe a geografia lutar pela emancipação do trabalho, romper com o processo que causa exclusão, precarização, estranhamento e alienação do trabalhador, para que a classe trabalhadora, possa, de fato, executar um trabalho para a vida e não para as amarras do sistema que lhe oprime e que se expande às custas da sua exploração. Assim, a ciência geográfica contribuirá para o desvendamento das manifestações espaciais/territoriais do processo social facilitando-nos para a compreensão das metamorfoses do mundo do trabalho através dos arranjos espaciais que dão forma e conteúdo a dinâmica do espaço, pois como bem assevera Santos (1994), uma sociedade só existe se ela existe geograficamente.

Em tempos de reestruturação produtiva do capital, alicerçado em um golpe parlamentar, no que tange a conjuntura nacional, nunca foi tão essencial uma Geografia do Trabalho. Através dela é possível efetivarmos de fato uma análise espacial que não omita às contradições das diferenças de classes sociais; que não omita o entendimento da organização de um espaço com base em uma sociedade dividida entre os que oprimem e os que são oprimidos; que não omita a exploração a que estão submetidos os trabalhadores em diferentes processos de trabalho, sobretudo, em territórios de acumulação e exploração do capital, como o território do agronegócio, onde ainda persiste formas de trabalho nefastas à vida e à saúde dos trabalhadores.

No que diz respeito ao trabalho executado no cultivo do abacaxi, nos municípios produtores, verificamos que o trabalho assalariado empregado na produção do abacaxi na Zona da Mata paraibana reproduz as mesmas condições de trabalho dos cortadores de cana dos anos de 1980 e 1990: informais, sem nenhum direito trabalhista, expostos a acidentes de trabalho, casos de intoxicação, acidentes de trabalho, trabalhadores dormindo a céu aberto, presença de adolescentes transportando tonéis de veneno sem nenhuma proteção, trabalhadores sem EPIS adequados, sem orientação para aplicar agrotóxicos e salários irrisórios que apenas servem para reproduzir as suas condições de pobreza, além de casos de mortes e mutilações em períodos anteriores a nossa pesquisa.

Para aquela ínfima minoria que trabalha na única empresa representante do agronegócio na região, no setor fruticultor, os trabalhadores que tem carteira assinada e direitos trabalhistas, agora ameaçados sob a nova conjuntura da ultradireita no poder, estes tem uma exigência de trabalho muito intensa pela empresa o que leva a muitos trabalhadores preferirem ser clandestinos e ter um certo controle sobre sua própria jornada de trabalho, a ser fichado, além de alguns trabalhadores destacarem que recebem mais sendo clandestinos.

Então que modelo de desenvolvimento é este, que parte dos trabalhadores empregados no mesmo setor, os clandestinos, recebem mais que os trabalhadores formais, em determinadas épocas da produção (respeitando-se aqui o que os clandestinos não conseguem visualizar que são os direitos trabalhistas que eles não possuem)? Some-se a isso o caso da oferta de emprego nesse setor ser muito maior em unidades de produção do médio e grande produtor capitalista, e do arrendatário capitalista, uma vez que a empresa representante do agronegócio da região emprega poucos trabalhadores. Então como fica o argumento, através da grande mídia de que o agronegócio emprega muito?

Outra mudança também a destacar é a presença agora do assalariamento rural em maior quantidade nos pequenos estabelecimentos de até 50 hectares, constatando mais uma vez que a pequena unidade de produção emprega muito, tanto mão-de-obra familiar quanto assalariada em algumas etapas do processo de produção.

Essas condições de trabalho altamente precárias enumeradas acima a que estão submetidos os assalariados do abacaxi, traz à tona e expõe aos olhos da sociedade e dos poderes públicos, problemas trabalhistas e de saúde do trabalhador de enorme

gravidade, desconhecidos por grande parte da sociedade, apesar de serem vivenciados todos os dias pelos assalariados rurais nesta cultura agrícola.

Tal condição de uma forma geral não surgiu espontaneamente na sociedade contemporânea, isto é, tornar invisíveis os conflitos de classe a partir das relações de trabalho, segundo Gomes (2013) é uma das principais estratégias de dominação econômica e social no Brasil e no restante do mundo. Para este autor de fato, a sociedade capitalista possui a dimensão esquizofrênica de depender permanentemente do fruto do trabalho subordinado, sem o qual não há produção em massa e, por conseguinte, o consumo em massa e o lucro privado, ao mesmo tempo em que os canais formais e informais de comunicação social buscam sem tréguas negar e desmerecer a importância ímpar dessa forma de trabalho.

Como resultado, questões trabalhistas centrais à reprodução das relações existentes na sociedade capitalista contemporânea, são vistas e tratadas como questões secundárias, marginais, de menor importância e o Estado desempenha um papel fundamental para favorecer a acumulação do capital mediante reformas como a trabalhista que tem o objetivo de precarizar ainda mais as condições de trabalho da classe trabalhadora (GOMES, 2013).

Segundo Mészáros:

Na realidade só pode haver uma maneira de alargar as margens que se encolhem de acumulação do capital: à custa do trabalho. Essa é uma estratégia promovida ativamente pelo Estado- com efeito por causa dessa necessidade, o papel intervencionista do Estado nunca foi tão grande quanto no nosso tempo, apesar de toda mitologia neoliberal do contrário- e a estratégia é objetivamente sustentada em nosso tempo pela tendência à equalização por baixo da taxa diferencial de exploração (MÉSZÁROS, 2007, p. 153).

O sucesso da engenhosidade de dominação do capital é tão grande que os sujeitos sociais que são dominados, via de regra, os que apenas possuem sua força-de-trabalho para venderem diariamente ao capital, demonstram não terem interesse de assuntos que lhes dizem respeito, que interferem diretamente na sua condição de vida, de trabalho, de saúde, na sua remuneração, na sua alegria de viver. Muitos acham enfadonhas essas coisas de “saber das coisas para se ter direito” tamanha é a alienação alimentada pelo sistema. Como enfatiza Gomes (2013), torna-se o dominado cego às causas do sofrimento que experimenta, sendo incapaz de reagir a elas, afinal, não se pode lutar contra o que não é visto como uma adversidade.

Longe do urbano e dos meios de comunicação, sobretudo da grande mídia, as relações de trabalho na zona rural sofrem ao longo da história com a esquizofrenia de uma sociedade urbano/industrial que fechou os olhos para os que produzem o pão de cada dia que alimenta as cidades. O reconhecimento de que o trabalhador do campo deve ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos é muito recente no Brasil. Some-se a isso o fato de que, a fiscalização trabalhista no espaço rural é feita restritamente.

Depoimento de Emília Moreira sobre a atuação do movimento sindical na região de estudo nos anos de 1980 ratifica o compromisso de órgãos como os sindicatos e da DRT comprometidos com a classe trabalhadora e atuantes na sua defesa, se comparada a realidade atual, o que nos permite afirmar que o capital subordinou a representação dos trabalhadores em troca de favores, benefícios e garantia de manipulação de votos para suas reeleições. A maioria dos Presidentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios estudados atuam como “gerentes de empresa” patrocinados pela classe patronal e ocupam o cargo a mais de vinte anos.

Segundo Gomes (2013), um deputado federal gaúcho, membro da bancada ruralista no Congresso Nacional em 2013, defendeu, ao mesmo tempo em que se dizia “contrário ao trabalho escravo e às jornadas exaustivas”, a possibilidade do trabalhador rural além de trabalhar 8 horas normais, poder trabalhar mais 8 horas extras somando assim 16 horas diárias em atividades como o corte de cana e a colheita do abacaxi restando-lhe oito horas para dormir, alimentar-se, cuidar da higiene, divertir-se, conviver com seus familiares, amigos e comunidade. Já em 2017, o presidente da Câmara dos deputados, Rodrigo Maia (DEM), ressaltou que a justiça do trabalho não deveria existir, pois ela desemprega muitos trabalhadores, numa clara declaração de defender a terceirização e a superexploração do trabalho.

Para Gomes (2013),

Lutar contra a construção dessa aparência de normalidade conferida a situações marcadas pela exploração brutal do trabalhador, que conduz à destruição da saúde e da própria vida de milhares de seres humanos, é a principal tarefa daqueles que se preocupam com a busca de justiça social e que almejam um mundo melhor para todos (GOMES, 2013, p. 9).

Na atualidade vivencia-se uma crise do capital com rebatimento na classe trabalhadora, que cada dia mais desemprega milhares de trabalhadores que passam a mendigar por um trabalho alienado, precarizado, terceirizado, flexível, como forma

desesperada de sobreviver. Para os que ainda mantém um emprego, tem suas condições de vida, de lazer, de preguiça, sufocadas com os ajustes fiscais e os aumentos do custo de vida que corroem os seus salários.

No bojo desse processo não se pode deixar de mencionar a destruição avassaladora da natureza para alimentar a sede de reprodução do capital pondo a humanidade *a beira do abismo apocalíptico*. Como diz Mészáros (2007), a lógica do capital é caracterizada como uma destruição autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra na mira do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso.

Nesse contexto, Chauí (2002) assevera que se deve lutar não mais por um trabalho, mas pela divisão social da riqueza. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si, é uma luta que nega todas as formas de trabalho que geram desigualdades sociais e exploração da força-de-trabalho (FREIRE, 1997).

Santana e Mitidiero (2017) chamam a atenção para os dados da CPT- Comissão Pastoral da Terra –, onde se verifica que a segunda década do século XXI foi marcada por diversos casos de trabalhadores rurais submetidos ao trabalho análogo ao escravo. Segundo os autores

Em 2010, foram resgatados 2.915 trabalhadores, 562 deles somente no estado do Pará, forte produtor de soja, banana, milho, cana-de-açúcar, mandioca, além da pecuária. Já em 2011, esse número caiu para 2.095, sendo o Mato Grosso do Sul o estado que apresentou o maior índice de trabalhadores libertos: um total de 379 resgatados na pecuária e nos cultivos do eucalipto e mandioca. No ano de 2012, a quantidade de trabalhadores libertos chegou a 2.077. Nesse período, o Pará liderou, mais uma vez, o ranking estadual com o maior número de resgates: 573 trabalhadores foram libertados, quantidade superior a 2010, ano em que esse mesmo estado ficou na frente nos índices de trabalho análogo ao escravo. Já em 2013, os resgates corresponderam a 1.089, sendo o maior número de trabalhadores libertos verificado no estado de São Paulo, onde 156 sujeitos foram encontrados em fazendas de café, laranja e cana-de-açúcar. Grande parte desses trabalhadores era proveniente da região Nordeste, principalmente dos estados da Bahia e de Alagoas. No ano de 2014, 1.241 trabalhadores foram resgatados, estando no Piauí a maior incidência de libertações: um total de 160 trabalhadores livres, com grande maioria libertada de carvoarias. Já em 2015, de 556 libertos, o maior índice de libertações foi verificado em Minas Gerais, onde 165 trabalhadores foram resgatados em fazendas de café, carvoaria, pecuária e mineração. Em 2016, Minas Gerais se sobressaiu novamente, apresentando o maior número nacional de resgatados - dos 544 trabalhadores libertos, 108 deles realizavam atividades em terras mineiras, número um pouco menor que o de 2015 (SANTANA; MITIDIERO, 2017, p. 72-73).

De acordo com a divulgação dos dados no intervalo de 6 anos, isto é, entre 2010 e 2016 percebe-se que o contingente de trabalhadores resgatados diminuiu. Isso não significa dizer que de fato houve um arrefecimento nessa forma de trabalho, mas ao se fazer uma leitura crítica sobre esta realidade vergonhosa do campo brasileiro, deve-se estar ciente de que o número das denúncias geralmente é maior do que a quantidade de trabalhadores resgatados.

Na maioria dos casos isso é verificado porque os auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ato da fiscalização das propriedades, não consideram infrações isoladas como trabalho análogo ao escravo. Para o MTE, para que se constatem formas de escravidão contemporânea, devem existir, no conjunto das relações laborais, práticas que violem tanto a dignidade dos trabalhadores quanto a sua liberdade, reduzindo-os a mero objeto (SANTANA; MITIDIERO, 2017).

Outra hipótese também destacada pelos autores para explicar essa diminuição no número de trabalhadores resgatados deve estar atrelada ao golpe político-jurídico-parlamentar-midiático e as investidas do Governo Golpista de Michel Temer de diminuir os recursos para que o MTE siga com suas investigações em campo. Em entrevista com um auditor fiscal do MTE por nós realizada, ele nos informou que tramitava no Congresso uma lei para que quando o MTE fosse fazer uma fiscalização, teria que avisar a empresa dois dias antes da inspeção, numa clara demonstração de tentar enfraquecer as fiscalizações e permitir o uso abusivo por parte da classe patronal de formas de trabalho precarizadas.

Isto sem falar que o Congresso tentou modificar o conceito de trabalho escravo, não sendo mais considerado como crimes jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho. Soma-se a suspensão por um bom tempo da lista da publicação do cadastro de empregadores flagrados submetendo trabalhadores à escravidão contemporânea, conhecida como Lista Suja do trabalho escravo, numa clara tentativa de preservação dos interesses econômicos das grandes empresas do agronegócio, mineradoras, construtoras, indústria têxtil (SANTANA; MITIDIERO, 2017). Segundo os autores,

O explorador ou escravagista moderno poderá estar assegurado legalmente, criando um tipo de segurança jurídica às avessas, as práticas perversas de exploração do trabalho. Nesse sentido, há de se considerar um conjunto de elementos incorporados pelo capital que submete o trabalhador a níveis cada vez mais elevados de precarização

de sua força de trabalho e de vida (SANTANA; MITIDIERO, 2017, p. 74).

Também não se deve deixar de levar em consideração no que tange ao arrefecimento do número de trabalhadores resgatados a questão da fuga dos mesmos quando do momento de chegada das fiscalizações pelos órgãos competentes como averiguado em nossa pesquisa de campo no dia que pudemos acompanhar a fiscalização sindical. Nessa perspectiva, nota-se que determinadas situações alteram a noção típica de fuga de trabalhadores em condições precárias de trabalho. Se no tempo colonial os escravos fugiam para não se submeterem ao trabalho escravo, sob a modernidade contemporânea do capitalismo, contraditoriamente, foge-se para continuar exercendo trabalhos precarizados ou análogos a escravidão.

Aqui percebe-se as formas de “captura” da subjetividade do trabalho incorporadas pelo capital em sua atual fase de acumulação flexível. Como afirmam Alves e Antunes (2004) no texto “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”. Segundo esses autores, se na época do fordismo tinha-se apenas uma submissão formal do trabalho ao capital que, como salientou Gramsci (1985 apud ANTUNES, 2004), na linha de montagem, as operações produtivas reduziam-se ao “aspecto físico maquinal”, isto é, intrafábrica; no toyotismo tem-se a captura integral da subjetividade operária, isto é, a subsunção real do trabalho ao capital. Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital (ALVES; ANTUNES, 2004). Para os autores

Dessa maneira, o que é específico é que a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e “submete”, é também um elemento que *nega* aquela relação e por isso mesmo sua “subordinação” precisa ser reiteradamente afirmada. É neste processo que o capital visa a superar uma subordinação (melhor: subsunção) meramente formal, transformando-a em real (subsunção real), com o corolário de que a transformação da força de trabalho em capital acaba por consolidar-se socialmente (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 254).

Esta pesquisa não pretende ser mais um relatório de análise social do trabalho e até certo ponto ambiental, nem tão pouco pretendemos que ela seja enclausurada dentro dos arquivos acadêmicos para contabilizar como apenas mais uma tese. Espera-se que

ela torne-se um “grito de alerta” contra a invisibilidade social que omite a exploração de trabalhadores assalariados rurais brasileiros para garantir o lucro desenfreado de reprodução e acumulação do capital. Desse modo, esperamos que os olhos que não viam, vejam; que os corações que não sentiam, sintam o quanto amargo é o processo de produção do doce abacaxi que saboreamos no dia a dia muitas vezes manchado de sangue, mutilações, intoxicações e até mortes de trabalhadores rurais. Por tanto, contra esse tipo de exploração e crime, “TRABALHADORES, UNI-VOS”.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA

ADISSI, P. J.; ALMEIDA, C. Riscos na produção do abacaxi: o caso do baixo Paraíba / PB. *In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CURITIBA – PR, 2002, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: [s. n.], 2002.*

ALIEVI, A. A.; PINESE, J. P. A geografia da saúde no Brasil: precedentes históricos e contribuições teóricas. *In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 14. 2013, Lima. Anais [...]. Lima: Biblioteca Nacional de Peru, 2013. p. 1-17.*

AMAZONAS ATUAL. CMM aprova lei que proíbe uso de carbureto para amadurecer frutos, 2014. jornal online. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/cmm-aprova-lei-que-proibe-uso-de-carbureto-para-amadurecer-frutas/>

ANDRADE, M. C. **A pecuária no agreste pernambucano**. 1961. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Recife, Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, Recife, 1961.

ANDRADE, M. C. O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste. Recife, Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Coordenação de Planejamento Regional, 1975.

ANDRADE, M. C. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE-PSUSRE, 1988.

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Editora Universitária – UFPE, 1998.

ANDRADE NETO, J. C. X.; MELO, C. A. A Questão Ambiental no Espaço Agrário de Pernambuco. *In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2009, Goiás. Anais [...]. Goiás: [s. n.], 2004.*

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZAR, Z. S.; ARAUJO, E. F.. **Revista Especial de Políticas Públicas**, Cidade, v. 20, n. 10, p. 245 a 252, out. 2016.

BARRETO, G. R. **Condomínios de empregadores rurais: mercado de trabalho, contratação e gestão coletiva**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGS, USP, São Paulo, 2009.

BEZERRA, J. E. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2012.

BEZERRA, R. S. **A configuração espacial do MST no Nordeste: a influência do espaço regional no desenvolvimento do movimento**. 2008. Dissertação (Mestrado acadêmico em Geografia) – UFPB – Programa de Pós-graduação em Geografia, João Pessoa, 2008.

BISPO, N. G. **Uma análise estrutural e regional de culturas agrícolas por mesorregiões do estado da Bahia entre 2001 e 2010 com base no modelo shift andshare**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-63.

BRANDÃO, M. R. N. Ocupação agrícola no Brasil: problemas de comparabilidade no uso de dados censitários. **Texto para Discussão – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Rural/CEDEPLAR/UFMG**, Belo Horizonte, n. 34. p. 31, 1987.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

CAMPOS, R. R. de. A Economia Colonial Nordestina: Feudal ou Capitalista? Observatorium. **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 1, n. 3, p. 51-63, dez. 2009.

CARMO, M. L. A indústria açucareira no final do século XVII. A instabilidade e as políticas régias de reestruturação. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, ano 8, v. 13, n. 13, p. 13-30, abr. 2017.

- CASTRO, J. de. **A geografia da fome**. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CASTILLO, R. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.
- CHAYANOV, A. V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. *In*: ARICÓ, J. (org.). **Chayanov y la teoría de la economía campesina**. México D. F.: Ediciones Pasado y Presente, 1981. p. 49-82.
- CHAUÍ, M. Introdução. *In*: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. Presidente Prudente: UNESP, 2002. p. 09-56.
- CHIZZOTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de educação**, v. 2, n. 16, p. 39, jan. 2003.
- CORREIA, S. C. C. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. 2011. 285f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG/UFPB, João Pessoa, 2011.
- CORREIA, S. C. C. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do Agreste Paraibano**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG/UFPB, João Pessoa, 2018.
- COSTA, S. B. Produção do eucalipto no Baixo Parnaíba Maranhense - Ordenamento (E CONFLITO) territorial em foco. *In*: XIII Jornada do Trabalho, 2012, **Anais [...]**. São Luís: [s. n.], 2012, p. 50.
- CPRH / MMA - PNMA11. **Diagnóstico socioambiental - Litoral Norte o meio socioeconômico do Litoral Norte - Uso e ocupação do solo**. Diagnóstico, 1991.
- CRESTANI, M.; BARBIERI, R. Das Américas para o Mundo - origem, domesticação e dispersão do abacaxizeiro. **Revista Ciência Rural**, Santa Maria, v. 40, n. 6, p. 1473-1483, set. 2010.
- CRUZ, O. R. Vassoura de bruxa na Bahia. Reportagem sobre o cacau publicada no JORNAL DA TARDE. Caderno de Economia, p. 05-06, 2001. Disponível em: [http://www.orlandocruz.com.br/a\\_crise.html](http://www.orlandocruz.com.br/a_crise.html). Acesso em set. 2018.
- CUNHA, G. A. P.; CABRAL, J. R. S.; SOUZA, L. F. S. **O Abacaxizeiro: cultivo, agroindústria e economia**. Brasília: Embrapa, 1999.
- DANTAS, B. **A agroindústria canvieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas, sua situação atual e suas perspectivas**. Recife: Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canvieira no Nordeste – GERAN, 1971.
- DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

- DIAS JUNQUEIRA, R. D. R. D. Geografia Médica ou da Saúde / MEDICAL GEOGRAPHY AND GEOGRAPHY OF HEALTH. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 5, n. 8, 4 out. 2009.
- DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Revista Estudos e Pesquisas**, [s. l.: s. n.], n.74, out. 2014.
- DINCAO, M. C. de. **O “bóia fria”: acumulação e miséria**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DOURADO, J. A. L.; JÚNIOR, A. T. Projetos desenvolvimentistas e disputas territoriais na América Latina. *In*: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: 2012.
- EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840- 1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 111.
- ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**, Fortaleza: BNB, v. 27, n. 3, 2006, p. 483.
- FAERMAM, L. A. A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no Âmbito das Ciências Sociais. **Revista Ciências Humanas** – Universidade de Taubaté (UNITAU), v. 7, n. 1, p 41-56. jan./jun. 2014.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- FERREIRA, M; MOREIRA, E. A produção de abacaxi em Itapororoca. *In*: SEMANA DE GEOGRAFIA-SEMAGEO DA UFPB, 2005, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: [s. n.], 2005.
- FRANÇA, M. J. S. de. **Análise da competitividade da produção de abacaxi no estado da Paraíba**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFPB, João Pessoa, 2003.
- FRANCISCO, D. P. A importância da cartografia temática para a análise do espaço geográfico: qualidade de água versus ocupações irregulares no aglomerado Metropolitano de Curitiba. **Revista técnica da Sanepar - Sanare**, Curitiba, v. 20, n. 20, p. 35-41, jul./dez., 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Edição revista e atual. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.
- GARCIA, J. R.; BUAINAIN, A. M. **Dinâmica de ocupação do cerrado nordestino pela agricultura: 1990 e 2012**. Piracicaba – SP: RESR, v. 54, n. 2, p. 319-338, abr./jun., 2016.
- GESTAR. **Condições de vida, trabalho e saúde dos trabalhadores da cana e do abacaxi na Zona da Mata Paraibana**. João Pessoa: Relatório de Pesquisa, 1984.

GOMES, I. R. Globalização e novas regiões produtivas no Nordeste brasileiro. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, set./dez., 2010.

GOMES, M. R. S.; SOUZA, R. A. D. A expansão do capital e a expropriação camponesa no perímetro irrigado Mandacaru-Juazeiro-BA. *In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 2013, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: [s. l.], 2013.

GONZAGA, M. C. **Análise coletiva do trabalho executado no cultivo do abacaxi no município de Guaraçá**. São Paulo: Fundacentro, 2014.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUIMARÃES, M. T.; LEMOS, J. J. S. Produção de coco no Nordeste Brasileiro. **Revista eletrônica Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 690. 2016.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HARLEY, J. B. Cartography, ethics and social theory. **Cartographica**, Toronto: University of Toronto Press, v. 27, n. 2, 1990.

HARVEY, D. A teoria marxista do Estado. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 252.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=747>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, 1995-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-1996. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=748>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuaria.html>

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**, 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>

INÁCIO, F. A. **Exposição ocupacional e ambiental a agrotóxicos e nicotina na cultura de fumo do município de Arapiraca / AL**. 2011. Dissertação (Mestrado em

Saúde pública e Meio Ambiente) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

JATOBÁ, J. (org.). **Emprego no Nordeste, 1950-1980: modernização e heterogeneidade** (um estudo para uma política de emprego). Recife: SUDENE/editora Massangana, 1983.

KAUTSKY, K. A agricultura moderna. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: [s. n.] 1985.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Abril/Brasiliense, 1985.

LENNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução: José Paulo Netto. [s. l.], Editora Nova Cultural, 1982.

LIMA, M. S. B.; MOREIRA, É. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 37, p. 27-55, ago./dez. 2015.

LIMA NETO, J. E. **Geografia e Saúde**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2000.

LOPES, J. S. L. Ligia Sygaud (1945-2009). **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 71, out. 2009.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Abril Cultural: São Paulo, 1985.

MARCOS, V. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 84, p. 105, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2006.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1985.

MARX, K.; ENGELS. **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

MATIAS, L. F. **Por uma cartografia geográfica: uma análise da representação gráfica na geografia**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1996.

MEC, PSU, PIPMO. Produtor de abacaxi. **Folha de informação Tecnológica**. Brasília, 1974.

MEIRA, R. B. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas. O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 2007.

MELO, F. P.; SOUZA, R. M. Reterritorialização do espaço agrário pernambucano, a partir de políticas públicas governamentais em Garanhuns-PE: erradicação do café e implantação da bacia leiteira. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente. jun. 2015, ISSN 2177-4463.

MELO, M. L. **O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MELO, M. L. **Os agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos**. Recife, Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência Adjunta de Planejamento, Coordenação de Planejamento Regional, Divisão de Política Espacial, 1980.

MENEGASSO, M. E. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade: um protótipo para promover a Empregabilidade na empresa pública do setor bancário**. 1988. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – UFSC, Florianópolis, 1988.

MESQUITA, B. A. AS MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO BABAÇU: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. **Revista Políticas Públicas**, São Luis, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MITIDIERO, M. A. Crise do capital global, natureza e agronegócio. *In*: MITIDIEIRO, M. A.; RAMOS, E. S. R.; ROSE, L. (org.). 1. ed. **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2016.

MITSUNAGA, Tereza e MOREIRA Emília. **Condições de trabalho, de vida e saúde dos trabalhadores do abacaxi e da cana da Zona da Mata Paraibana**. João Pessoa: Relatórios de Pesquisa, NESC/UFPB, 1985

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; MENEZES, Marilda. **Impactos dos Assentamentos rurais na Zona Canavieira do Nordeste**. João Pessoa: Relatórios de Pesquisa, CPDA – NUAP-NEAD, 2001.

MOREIRA, E. O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de Geografia. **Revista digital Cadernos do Logepa – série texto didático**, João Pessoa, ano 1, n. 2, 2002.

MOREIRA, E. Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira. João Pessoa: **Boletim 7**, Departamento de Geociências da UFPB, p. 45-55, 1988.

MOREIRA, E. **Debate realizado junto ao GETEC sobre Trabalho de Campo na Geografia**. João Pessoa: DGEOC/UFPB, 2018.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. Espaço, Capital e Trabalho no Campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, número especial, v. 7, n. 1, p. 147-160, out. 2011.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista Nera**, [s. l.: s. n.] ano 10, v. 10, 2007.

MOREIRA, E.; TORRES, É. Agricultura e desenvolvimento tecnológico na Zona da Mata Paraibana. *In*: EGAL, 10, 2005. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2005.

MOREIRA, R. Trabalho e movimentos sociais no Brasil. Um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 4, n. 1, p. 41-62, out. 2001

MOREIRA, R. **Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho**. São Paulo: UNITRABALHO, 1998.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. *In*: CASTRO, G; CARVELHO, E.A; ALMEIDA, M.C. (org.). **Ensaio da Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MOURA, M. E.; OLIVEIRA, V. D. A persistente crise do agronegócio da laranja em Sergipe. *In*: SINGA, 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: [s. n.], 2017.

NEDER, H. D. O mundo rural no Brasil do século XXI: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. *In*: BUAINAIN, A.M; ALVES, E. SILVEIRA, J.M. NAVARRO, Snader (org.). **Trabalho e pobreza rural no Brasil**. Brasília: Editores Técnicos, 2014. p.1.182.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera). Acesso em out. 2017.

NETTO, A. V. M.; LINS, R. C.; COUTINHO, S. F. S. **Áreas de exceção do Nordeste brasileiro: considerações conceituais**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf> Acesso em nov. 2018

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura Brasileira: Transformações recentes. *In*: ROSS, J.; SANCHES, L. (org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 467-534.

OLIVEIRA, H. G. **Aspectos da degradação ambiental nas principais fontes de água do sítio Curral Grande no município de Itapororoca-PB: causas e consequências**.

2010. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2010.

PEREIRA, P.C; MELO, B. **A cultura abacaxizeira**. versão *online*. Disponível em: <http://www.fruticultura.iciag.ufu.br/abacaxi-2.html#19.0>. Acesso em mar. 2018

PESSÔA, S.B. **Ensaio Médico-Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1978.

PITTA, F. T.; VEJA, G. C. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA: comunidades e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ACTONAIID, 2017.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Colônia. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem – UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>. Acesso em mar. 2017.

RIBEIRO, S. B. **Análise dos riscos ergonômicos dos trabalhadores rurais no processo de colheita do abacaxi**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UFPB, João Pessoa, 2005.

ROJAS, L.I. Geografía y salud. Temas y perspectivas en América Latina. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 701-711, out./dez. 1998.

SANTANA, A. A.; MITIDIERO, J. Trabalho análogo à escravidão na cafeicultura do planalto da conquista – BA. **Revista Pegada**, [s. l.], v. 18, n. 2, 2017.

SANTOS, F. O. Geografia Médica ou Geografia da Saúde? Uma reflexão. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v.1, n. 32, p. 41-51, jan./jun. 2010.

SANTOS, J. R. D. Relações de trabalho e produção do espaço na citricultura baiana e sergipana. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2005.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997a.

SANTOS, M. **Por uma nova globalização**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997b.

SCHWARTZ, M. S.; SCHWARTZ, C. G. Problems in participant observation. **American Journal Sociology (AJS)**, Chicago, v. 60, 1995.

SERENO, L. F.; AMARAL, A. B. S. COOPERATIVISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: uma análise da atuação da COPPALJ no município de Lago do Junco-MA. *In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2017, São Luís **Anais** [...]. São Luís: [s. n.], 2017.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasilense, 1985.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, T. F. **Plantação de abacaxi no sítio curral grande/Itapororoca/PB e as exigências do dossiê técnico do cultivo do abacaxi da rede de tecnologiada Bahia-Retec/Bahia**. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) – UEPB, Guarabira, 2011.

SOARES, V. O. **A Territorialização da cafeicultura no planalto da conquista/Bahia. Transformações e contradições no espaço agrário**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2011.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SOUZA, D. M. **Do Chão da Terra ao Chão da Fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – NPGeo/UFS, Aracaju, 2011.

SOUTO, J. V.; MELO, J. Trabalho precário e informal como horizontes do trabalhador migrante no Sertão paraibano. *In: XIII JORNADA DO TRABALHO*, 2012, Presidente Prudente. **Anais** [...]. Presidente Prudente: [s. n.], 2012.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Agricultura familiar na Paraíba: evolução, perfil e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, [s. l.], 2020. No prelo.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do Trabalho. *Revista Pegada*, v. 3, Presidente Prudente - SP, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Revista Geografia e Trabalho no século XXI**. v. 2, p. 135-170, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, A. Sinal dos tempos do Capital: Irreformabilidade. e Emancipação! *In: ALVES, J.; PONTE, K. F.; THOMAZ JUNIOR, A. (org.). Geografia e Trabalho no Século XXI*. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGET, 2011. p. 5-28.

TORRES, É. N. **Espaço agrário e trabalho assalariado na Zona da Mata paraibana**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPB, João Pessoa, 2009.

VIEIRA, W. L. P. **A irrigação no Nordeste: uma abordagem histórica do perímetro irrigado Icó-Lima Campo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – UFPE, Recife, 2015.

VIEITES, R. G.; FREITAS, I. A. Pavlovsky e Sorre: Duas importantes contribuições à Geografia Médica. **Revista eletrônica Ateliê Geográfico – UFG – IESA**, [s. l.: s. n.], v. 1, n. 2, dez. 2003.

VITAL, T. W.; DROUVOT, H.; SAMPAIO, Y. Avicultura integrada e estratégias de mercado de grandes empresas em Pernambuco. In: XLVI CONGRESSO DA SOBER, 2008, Recife. **Anais** [...]. Recife: [s. n.], 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/886.pdf>

#### SITES CITADOS:

CAROL, A. **O cacau sustentável é esperança para a salvação da lavoura na Bahia**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cacau-sustentavel-e-esperanca-para-salvacao-da-lavoura-na-bahia/>. Acesso em: ago. 2018.

ESCOBAR, P.; ASCHER, N. **Mészáros: a estética e a política**. Disponível em: [http://resistir.info/meszaros/entrev\\_17nov13.html](http://resistir.info/meszaros/entrev_17nov13.html). Acesso em abr. 2018. Entrevista cedida à Folha de São Paulo, nov. 2013.

PIMENTA, Marcio. CEPEA – Centro de estudos avançados em Economia aplicada-USP. **Apenas 36% dos empregados do agronegócio tem carteira assinada**. Disponível em: [www.brasilefato.com.br/2017/01/27/apenas-36-dos-empregados-do-agronegocio-tem-carteira-assinada/](http://www.brasilefato.com.br/2017/01/27/apenas-36-dos-empregados-do-agronegocio-tem-carteira-assinada/). Acesso em jan. 2017.

PIRES, C. **O progresso de Arapiraca através da produção de fumo**. Disponível em: <http://web.arapiraca.al.gov.br/2017/10/fumicultura-foi-responsavel-por-colocar-arapiraca-no-mapa-do-progresso/>. Acesso em out. 2018.

SANTOS, V. S. **Contaminação ambiental por agrotóxicos**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/biologia/contaminacao-ambiental-por-agrotoxicos.htm>. Acesso em 12/01/2018.

RIBEIRO, M. **Ciência leva produção de vinho para o Agreste pernambucano**. EMBRAPA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26590537/ciencia-leva-producao-de-vinhos-para-o-agreste-pernambucano>. Acesso em ago. 2018.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBERTO, M. F. P. **O trabalho infantil na cultura do abacaxi no município de Santa Rita - PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas do trabalho infantil no Brasil**. Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). – [Brasília]: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

ALENTEJANO, Paulo & ROCHA-LEÃO, Otávio. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 51, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2006.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana?. **Revista eletrônica Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>. Acesso em 17/11/2015. Acesso em abr. 2016.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BALSADI, O. V.; SILVA, A. R. Trabalho assalariado na agricultura nordestina no período 2001-2008. *In*: VIII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2010, Porto de Galinhas – PE. **Anais [...]**. Porto de Galinhas – PE: [s. n.], 2010.

CALAZANS R. AMBIVALÊNCIAS: O Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado. **Revista Brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 2006.

CAMPOS, M. C. Modernização da agricultura, expansão da soja no Brasil e as transformações socioespaciais no Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 161-191, jun. 2011.

CASTILLO, R.; ELIAS, D. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, [s. l.: s. n.], v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016.

CASTRO, C. N. A agricultura no Nordeste Brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. **IPEA: Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 8, jul./dez., 2013.

CUENCA, M. A. G.; NAZÁRIO, C. C. **Trajetória da cultura do abacaxi: situação mundial em 2003 e sua evolução no Estado e nos tabuleiros Costeiros da Paraíba entre 1990 e 2002**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005.

COSTA, S.; M. G. Expansão do agronegócio e a produção de alimentos na América latina: apontamentos preliminares a partir da produção de soja no Brasil. *In*: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: [s. n.], 2015.

DESCARTES, R. **O discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

FEDERICI, S. La acumulación de trabajo y la degradación de las mujeres. La construcción de la diferencia en la transición al capitalismo. *In*: SILVA, F. **El calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010, p. 85-176.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. *In*: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso Brasil (coedição), 2013.

- FERREIRA, M; JÚNIOR, J. M; MARTINS, M. A expansão do agronegócio no semiárido cearense e suas implicações para a saúde, o trabalho e o ambiente. **Revista Interface**, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 649-660, 2016.
- FILHO, J. M. S. Política rural e trabalho assalariado: uma análise a partir do Polonordeste. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 143-164, nov. 1990.
- GARCIA, R. J.; BUAINAIM, A. M. Dinâmica de ocupação do Cerrado Nordeste pela agricultura: 1990 e 2012. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 54, n. 2, abr./jun. 2016.
- GARCIA, R. J. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. Artigo publicado. *In*: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; NAVARRO, J.M.S.Z. (org.). **O mundo rural no Brasil do século XXI**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Editores Técnicos – Embrapa, 2014.
- GOMES, I. R. Globalização e novas regiões produtivas no Nordeste Brasileiro. **Revista Mercator**, Fortaleza: [s. n.], v. 9, n. 20, dez. 2010.
- GUMIERO, R. O Nordeste em dois tempos: a operação Nordeste e a política de desenvolvimento Regional do governo lula. **Relatório da CEPAL**, 2014.
- GUMIERO, R. O Nordeste em dois tempos: a operação Nordeste e a política de desenvolvimento Regional do governo lula. **Coleção de documentos de projeto: CEPAL**, n. 585, 2014.
- GUIMARÃES, A. R.; PESSOA, V. L. (Re)existências dos agricultores familiares produtores de abacaxi em Monte Alegre de Minas-MG. *In*: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2015, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: [s. n.], 2015.
- HAROLDO, D.; SOUZA, L.; CABRAL, J. **Abacaxi. Produção**: aspectos técnicos / Embrapa Mandioca e Fruticultura (Cruz das Almas – BA). Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000.
- LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MESQUITA, S. P.; SAMPAIO, L. M. Contrato de comercialização com moral Hazard entre produtores paraibanos de abacaxi e a bolsa de comércio de Pernambuco. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 105-118, 2008.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes do campesinato brasileiro. *In*: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996, Caxambu – MG. **Anais [...]**. Caxambu – MG: [s. n.], 1996.
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- KLUCK, E. G. J. Mobilidade do trabalho e planejamento territorial na modernização do Velho Chico. *In*: I SIMPOSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E XI

SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB: O CAMPO BAIANO NA RELAÇÃO ESTADO, CAPITAL, TRABALHO: ESPAÇOS DE CONTRADIÇÕES, ESPAÇOS DE LUTAS, 2013, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: [s. n.], 2013.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução a filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola Brasileiro. *In*: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; NAVARRO, J.M.S.Z. (org.). **O mundo rural no Brasil do século XXI**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Editores Técnicos – Embrapa, 2014.

MARTINS, J. S. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

MARX, K. **Elementos fundamentais para la crítica de la Economía Política**: (Grundrisse) 1857-58. México: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista, 1848**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MESQUITA, B. A. Expansão do agronegócio e a produção de alimentos na América latina: a contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social. *In*: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2015.

MOREIRA, E.; TARGINO, I; ALBERTO, M. F. Condições e organização do trabalho precoce na agricultura e seus impactos sobre a saúde. **Revista Cadernos do LOGEPA**, João Pessoa, v. 1, n. 2, maio. 2002.

MOREIRA, R. **Geografia: Teoria e Crítica**: o saber posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

NEDER, H. D. Trabalho e pobreza rural no Brasil. *In*: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; NAVARRO, J. M. S. Z. (org.). **O mundo rural no Brasil do século XXI**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Editores Técnicos – Embrapa, 2014.

NETO, J. A. S. **Declínio da produção de abacaxi em São Miguel de Taipu-Paraíba**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

NETO, J. C. X. A.; MELO, C. A. O espaço agrário produzido e (re)produzido no Nordeste do Brasil. *In*: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2005.

NETO, J. C. X.; MELO, C. A. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

REIS, L. C. A sujeição da Renda da Terra e as repercussões no Campo: O contraste entre Petrolina-PE e Capela – SE. *In*: I SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E XI SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB: O CAMPO BAIANO NA

RELAÇÃO ESTADO, CAPITAL, TRABALHO: ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES, ESPAÇO DE LUTAS, 2013, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: [s. n.], 2013, p. 1-20.

RIGOTTO, R. M. Saúde ambiental e saúde dos trabalhadores: Uma aproximação promissora entre o verde e o vermelho. **Revista Brasileira Epidemiologia**, São Paulo, v. 6, n. 4, 2003.

SALVADOR. Diego Salomão C. O. A Geografia e o método dialético. **Revista Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 97-114, jan./jun. 2012.

SAMPAIO, V. S. **Modernização da agricultura e seus rebatimentos nas relações de trabalho no campo brasileiro**. Artigo publicado no site [www.uesb.br/eventos/ebg/anais/8b.pdf](http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/8b.pdf). Acesso em jul. 2018.

SANTANA, L. R. Mudanças na organização do espaço agrário do Nordeste brasileiro: um estudo analítico. **Revista Geografia Acadêmica**, Goiânia, v. 3, n. 1, 2009.

SEADE. A agropecuária do Estado do Maranhão. **Relatório publicado online no site do** Centro de referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas (SEADE). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/agropec\\_ma.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/agropec_ma.pdf). Acesso em dez. 2017

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1999.

TENCARTE, A. P.; SANTOS, E. Análise coletiva do trabalho executado no cultivo do abacaxi no município de Guaraçai. **Relatório divulgado pela FUNDACENTRO/CEREST**, 2012. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/analise-coletiva-trabalho-executado-cultivo-abacaxi-municipio-guaracai-sao-paulo-0>. Acesso em abr. 2016

VITTE, A. C. **Contribuições à história da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

#### SITES ACESSADOS

CANCIAN, N. **Laranja e abacaxi são os alimentos de maior risco por agrotóxicos-ANVISA**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1835565-laranja-e-abacaxi-sao-os-alimentos-de-maior-risco-por-agrotoxico-diz-anvisa.shtml>. Acesso em dez. 2016.

IAC-Instituto **Agrônomo de Campinas**. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/cultivares/inicio/Folders%5CAbacaxi%5CciACGomo-de-Mel.htm>. Acesso em nov. 2016.

MOTA, D. **Paraíba retoma produção algodoeira**. Disponível em: <http://gruposantanarn.com.br/paraiba-retoma-cultura-algodoeira/> Acesso em maio 2017.

PINHO, V.; RODRIGUES, C. Chapada diamantina se especializa na produção de produtos orgânicos. Disponível em:

<http://www.guiachapadadiamantina.com.br/chapada-diamantina-se-especializanaproducao-de-alimentos-organicos/>. Acesso em nov. 2016.

ROCHA, Maria Regina. **Quebradeiras de coco babaçu**. Disponível em: <http://www.cerratinga.org.br/populacoes/quebradeiras/www.portalsaofrancisco.com.br/alimentos/fava-danta>. Acesso em jan. 18.

## ANEXOS

### PESQUISA: ESPAÇO AGRÁRIO E TRABALHO ASSALARIADO NA ZONA DA MATA PARAIBANA QUESTIONÁRIO PARA O ASSALARIADO DO ABACAXI

MUNICÍPIO: _____	DATA: __/__/20
TRABALHADOR(A) _____	:
RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO: _____	

## I-DADOS DO ENTREVISTADO

1. Data de nascimento   idade:

2. Sexo:  F  M

3. Posição do trabalhador na família:  pai  mãe  filho(a)  irmã(o)

avô (ó)  outro

4. Composição da família do trabalhador (membros vivos) (pai, mãe e irmãos)

Parentes	Condição de parentesco	Idade	sexo	
			M	F
Entrevistado				

5. Total de pessoas da família que moram na mesma casa (do entrevistado):  
\_\_\_\_\_ pessoas

6. Pessoas da família que saíram de casa:

No	C	Causa da saída	Local destino	Atividade
<input type="text"/>	<input type="text"/>			



12. Há quanto tempo mora neste local? \_\_\_\_\_

13. Se não morava neste local onde morava antes?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Por que mudou para o local atual de morada?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Em que local trabalha atualmente? (empresa, propriedade, assentamento, outro – pode ser mais de um )

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. Onde se localiza seu local de trabalho atual?

Município \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ **O ZR OZU**

17. Se está desempregado:

Em que trabalhava	Quando ficou desempregado	Porquê ficou desempregado	Está procurando trabalho?

Em que trabalhava: 1. Agricultura; 2. Comércio; 3. Construção civil; 4. Indústria; 5. Fazendo bico; 6. Outra

Está ou não procurando trabalho: 1. Sim 2. Não

### **III- INDICADORES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA ATIVIDADE ABACAXEIRA**

#### **3. 1. CARACTERIZAÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO**

18. Quantas pessoas da sua família trabalham como abacaxizeiros? \_\_\_\_\_

19. Além do Sr. quem são os seus familiares que moram na mesma casa que o Sr. e trabalham na atividade do abacaxi? (Se não tem, passar para a questão seguinte)

Nome	Condição de parentesco	Idade	Sexo		Condição de trabalho*
			F	M	

\*Condição de trabalho: 1. empregado assalariado temporário; 2. empregado assalariado permanente; 3. outra condição.

20. Como é que o Sr. é pago na atividade canavieira?

por tarefa;       por produção;       por diária;       outro  
(especificar)\_\_\_\_\_;

21. Explique como se dá essa forma de pagamento:

21.1. Como é receber por tarefa:

\_\_\_\_\_

21.2. Como é receber por produção:

\_\_\_\_\_

21.3. Como é receber por diária:

\_\_\_\_\_

21.4. Se tem outra forma de pagamento como é a relação:

\_\_\_\_\_

22. Como são pagos os demais membros da família que trabalham na atividade abacaxizeira e moram na mesma casa ?

Nom	Forma de pagamento



\*Outra atividade: 1. Agricultura; 2. Construção Civil; 3. Comércio; 4. Funcionário público municipal; 5. Funcionário público estadual; 6. Outro (especificar)

\*\* Relação de trabalho: 1. Proprietário; 2. Empregado Assalariado temporário; 3. Empregado assalariado permanente; 4. Empregado do Estado ou Município; 5. Empregado de empresa comercial ou industrial; 6. Autônomo; 7. Parceiro; 8. Arrendatário; 9. Posseiro; 10. Assentado.

24. Quais os direitos trabalhistas que lhe são assegurados e aos seus familiares que moram na mesma casa e que trabalham na atividade abacaxizeira?

Nome	Sexo	Profissão	Direitos		Direitos		Receber		Direitos		Receber	
			Assalariado	Remunerado	Repouso remunerado	13º salário	Tempo para almoço	hora extra				
Entrevistado		S										

IV- INDICADORES DA MANUTENÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO:  
consumo e reposição

#### 4.1. RENDA E DESPESA

25. Qual o valor pago por tarefa, produção, ou diária, na atividade abacaxizeira, na unidade de produção (empresa, propriedade) que você trabalha?

valor por tarefa (braça, etc)	valor por produção (ton)	valor por diária	Outro

--	--	--	--

26. Qual o salário obtido no seu último mês no trabalho na atividade abacaxizeira?

\_\_\_\_\_

\* Se tiver contracheque, consultar e fazer anotação.

27. O Sr. tem roçado?  S  N

28. Se a resposta for positiva, ele é cultivado onde? (Se não tem, passar para a questão 30)

em terra própria;  em terra arrendada com pagamento de foro em dinheiro;  em terra com parceria;

em terra cedida;  em lote próprio no assentamento;  no lote da família em assentamento.

29. Quais os produtos são cultivados e quais animais são criados na parcela, lote ou roçado e o qual o seu destino?

Produto agrícola	Quantidade produzida	Destino	Produto da Pecuária	No. de cabeças/colméias que possui	Quantidade produzida	Destino
Feijão			Cabra			
Mandioca			Bode			
Milho			Porco			
Inhame			Abelha			
Macacheira			Boi			
Batata-doce			Vaca			
Abacaxi			Bezerro			
Cana			Galinha			
Arroz			Galo			
Tomate			Peru			
Fava			Pato			
Amendoim			Guiné			
Jerimum			Ganso			
Hortaliça			Preá			
Caju			Pavão			

30. Somatório das remunerações, dos benefícios e auxílios recebidos pelos membros da família no último mês (data \_\_\_\_\_).

Entrevistados e membros da família residentes na mesma casa	Remuneração mensal em real	Benefícios					Total
		pensão	sentadoria	ajuda familiar	aluguel	outros	
Entrevistado							

#### 4.2. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

32. Alimentos consumidos pelo canavieiro ontem:

Café da manhã	merenda	almoço	merenda	jantar	merenda

33. Alimentos consumidos pelo canavieiro hoje:

Café da manhã	merenda	almoço	merenda	jantar	merenda

--	--	--	--	--	--	--

34. Este cardápio é o mesmo todos os dias?  S  N

35. Se a resposta for negativa, o que muda, quando muda e porquê muda? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

36. Se alimenta no local de trabalho?  S  N

37. Se a resposta for positiva:

37.1. leva o alimento?  S  N

37.2. Se leva, leva em que? \_\_\_\_\_

37.3. Qual o alimento que leva? \_\_\_\_\_

37.4. Quantas vezes come por dia no local de trabalho? \_\_\_\_\_

37.5. Que horas come? \_\_\_\_\_

38. Se não leva o que comer e come no trabalho quem fornece? \_\_\_\_\_

#### 4.3. HABITAÇÃO

39. A casa em que mora é:  própria  alugada  cedida

40. Quantos cômodos tem a casa em que o Sr(a) mora?

Cômodos <sup>p</sup>	n
quartos	
salas	
cozinha	
banheiro	
terraço	

41. Qual é o tipo de construção?  taipa e telha  tijolo e telha  tijolo e palha  taipa e palha

42. Qual é o tipo de piso da casa:  chão batido  mosaico  cimento

43. Quais os bens duráveis existentes na sua casa?

Bens	Nº	Bens	No.
fogão a gás		geladeira	
fogão a lenha		sofá	
fogareiro		poltrona	
trempe		tamborete	
máquina de costura		freezer	
som		cama	
rádio		mesa	
ferro elétrico		rede	
televisão		guarda-roupa	
cadeiras		dvd	ventilador
Máquina de lavar roupa		liquidificador	moto

44. A casa em que o Sr(a) mora tem ligação com a rede de esgoto?  S  N

45. A casa em que o Sr(a) mora possui cacimba?  S  N sistema de placa?  S

N

46. Na casa em que o Sr(a) mora tem filtro para água?  S  N

47. Tem fossa?  S  N

#### 4.4. EDUCAÇÃO

48. Já freqüentou ou frequenta a escola? \_\_\_\_\_ (Se nunca freqüentou passar para a questão 54)

49. Se frequenta, a escola é privada ou pública? \_\_\_\_\_

50. Se não frequenta, mas já freqüentou, quantos anos freqüentou a escola?

\_\_\_\_\_

51. Freqüentou até que série? \_\_\_\_\_

52. Por que deixou de frequentar? \_\_\_\_\_

53. Se continua a frequentar, qual série está frequentando? \_\_\_\_\_

54. Sabe ler e escrever? \_\_\_\_\_

#### 4.5. SAÚDE

55. No último ano quais os problemas de saúde que o Sr.(a) teve, quem procurou e que tipo de tratamento fez ?

Doença	Quem procurou? (médico, Posto de Saúde, Hospital, rezadeira, não procurou ajuda)	Tipo de tratamento

56..Se não procurou ninguém , por que não procurou?

\_\_\_\_\_

#### 4.6. PARTICIPAÇÃO EM SINDICATO E/OU ASSOCIAÇÃO/MOVIMENTO

57. É sócio de algum sindicato de trabalhadores rurais?  S  N

58. Se sim por que se associou?

\_\_\_\_\_

59. Se não, por que não é sócio? \_\_\_\_\_

60. O que significa o sindicato para o Sr(a)? \_\_\_\_\_

61. O STR deste município atua no local de trabalho?

\_\_\_\_\_

62. Se sim, como se dá essa atuação? \_\_\_\_\_

63. O Sr. participa de alguma Associação ?  S  N

64. Se sim, de qual Associação participa? \_\_\_\_\_

65. O que significa a Associação para o Sr(a)? \_\_\_\_\_

66. Por que participa? \_\_\_\_\_

67. É membro de alguma comunidade de base da igreja católica?  S  N

68. Já participou de alguma greve de canavieiro?  S  N

69. Se sim quando foi e como foi essa participação? \_\_\_\_\_

#### 4.7. PROCESSO DE TRABALHO

##### 4.7.1. HISTÓRIA OCUPACIONAL

Com que idade começou a trabalhar? \_\_\_\_\_

70.. Em que trabalhava quando começou a trabalhar? \_\_\_\_\_

71. Se começou muito novo na atividade abacaxizeira por que iniciou tão cedo? \_\_\_\_\_

##### 4.7.2. CARACTERIZAÇÃO DA LOCOMOÇÃO

72. Que tipo de transporte usa para ir de casa ao local de trabalho no abacaxi? \_\_\_\_\_

73. Se usa transporte coletivo, quem fornece? \_\_\_\_\_

74. Faz a viagem como?  Em pé  Sentado

75. O transporte leva em média quantas pessoas? \_\_\_\_\_

76. No transporte existe lugar especial para os instrumentos de trabalho? \_\_\_\_\_

77. O que você considera perigoso no transporte para você?

\_\_\_\_\_

78. Já ocorreu algum acidente?  S  N

79. Se sim, qual?

\_\_\_\_\_

#### 4.7.3. SOBRE O CONTRATO DE TRABALHO:

80. Quem contrata o trabalho?  empresa;  recrutador;  proprietário de terra;  outro

outro

81. quem faz o contato?  Recrutador  Usineiro  proprietário de terra;

outro

82. Existe alguma diferença entre o recrutador e o cabo de turma?  S  N

83. Se sim, qual a diferença?

83.1 Quanto tempo foi seu contrato na safra passada?

83.2 E nesta safra?

83.3 O que faz quando acaba a safra?

#### 4.7.4. SOBRE A JORNADA DE TRABALHO

84. Como é sua jornada de trabalho na atividade abacaxizeira?

Quando vai trabalhar na cana, de que horas	Horas
acorda para trabalhar	
sai para o trabalho	
pega o transporte	
termina o	

trabalho	
sai do trabalho	
chega no ponto	
chega em casa	
deita par dormir	

85. Quantas horas trabalha por dia? \_\_\_\_\_

86. Quanto tempo tem para almoçar? \_\_\_\_\_

87. Tem pausa para descanso durante o dia de trabalho? \_\_\_\_\_

88. Acha que o come durante o dia é suficiente pra lhe dar forças para o trabalho?  S  N

#### 4.7.5. SOBRE OS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

89. Qual o tipo de instrumento de trabalho que utiliza para cada tarefa

Tipo de tarefa	Instrumento de trabalho	A quem pertence
corte da cana		
plantio da cana		
limpa da cana		
aplicação de adubo		
aplicação de agrotóxico		
outros		

#### 4.7.6. SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO EM SI

90. Quantos caminhões consegue encher por dia? \_\_\_\_\_

91. O(A) Sr(a) divide o seu trabalho com alguém? Se sim com quem e por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 4.7.7. SOBRE O CONTROLE DO TRABALHO NA ATIVIDADE ABACAXIZEIRA

92. Como é feito o controle no trabalho? \_\_\_\_\_

93. O sindicato fiscaliza a medição?  
\_\_\_\_\_

94. Tem prêmio? \_\_\_\_\_

95. Tem castigo?  
\_\_\_\_\_

#### 4.8. MORBIDADE

103. O que é necessário para se ter saúde? \_\_\_\_\_

104. Teve alguma doença semana passada? Se sim? Quais os sintomas? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

105. O que mais lhe incomoda no trabalho? \_\_\_\_\_

106. Sente algum desses sintomas quando está trabalhando?

Irritação nos olhos  S  N Sensação de desmaio  S  N Sonolência  S  N

Cociceira  S  N Queimor no estômago  S  N Tontura  S  N  
Dor de cabeça  S  N

Dor no corpo  S  ON Sensação de peso na cabeça  S  ON Dor no pescoço  S  ON

Dor nas costas  S  ON Fraqueza  S  ON

107. Essa semana sentiu algum desses sintomas?  S  ON

108. Tem algum destes problemas?

Anemia  S  ON Acorda sempre cansado indisposto, com mal estar  S  ON

Falta de apetite  S  ON Dentes estragados  S  ON Vermes  S  ON  
Prisão de ventre  S  ON Diarréia  S  ON Tosse seca  S  ON Tosse com catarro  S  ON Dor para urinar  S  ON Alteração na visão  S  ON  
Alteração na audição  S  ON Nenhum  O

107. Já teve tuberculose?  S  ON

#### 4.8.1. SOBRE O CONTROLE DE DOENÇAS DE TRANSMISSÃO HÍDRICA

108. De onde vem a água usada para beber?

Fonte	asa	rabalho	Fonte	asa	abalho
Direto do rio			açude		
rio encanada			açude encanado		
chafariz			cacimba		
rede pública			cisterna		
poço			bica		
cacimbão			outros		

109. Em que leva a água de beber para o trabalho? \_\_\_\_\_

110. De onde vem a água que usa para banho e lavar louça e roupa?

Fonte	Casa	Trabalho	Fonte	Casa	Trabalho
Direto do rio			açude		
rio encanada			açude encanado		
chafariz			cacimba		
rede pública			cisterna		
poço			bica		
cacimbão			outros		

#### 4.8.2. SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO

111. Nos últimos doze meses sofreu algum acidente de trabalho?  S  N

112. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

113. Aplica veneno?  S  N

114. Se sim:

114.1. Sofreu algum problema por aplicar veneno?  S  N

114.2. Toma leite depois que aplica veneno?  S  N

114.3. Se sim, quem fornece? \_\_\_\_\_

114.4. Utiliza algum equipamento de proteção para cortar cana?  S  N

114.5. Se sim, quem fornece? \_\_\_\_\_

114.6. Quais são esses equipamentos? \_\_\_\_\_

114.7. Utiliza algum equipamento de proteção para aplicar veneno?  S  N

114.8. Se sim, qual (quais)? \_\_\_\_\_

114.9. Quem fornece?

---

114.10. Toma banho logo depois que aplica?  S  N

114.11. Recebe algum treinamento para aplicar veneno?  S  N

114.12. Já foi mordido ou picado por algum inseto ou animal peçonhento?  S  
 N

114.13. Se sim, qual?(cobra, caranguejeira, etc)\_\_\_\_\_

114.14. No local de trabalho tem instrumentos de primeiro socorros?  S  N

#### 4.8.3. LAZER E ASPIRAÇÕES

115. Se não fosse trabalhador rural, o que gostaria de ser na vida?\_\_\_\_\_

116. Qual o seu maior sonho?\_\_\_\_\_

117. O que faz para se divertir?\_\_\_\_\_

118. Preferia ser fichado?

---

Tempo gasto na aplicação do questionário \_\_\_\_\_